UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Marcos Hanemann

O Povo contra seus Benfeitores

Aplicação da lei penal em Sant'Anna do Paranahyba,
Mato Grosso (1859-1889)

São Paulo
2012

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Marcos Hanemann
lentedeaumento@usp.br

O Povo contra seus Benfeitores

Aplicação da lei penal em Sant'Anna do Paranahyba,
Mato Grosso (1859-1889)

Tese apresentada ao Departamento de História da
Faculdade de Filosofia Letras e Ciências
Humanas da Universidade de São Paulo para a
obtenção do título de Doutor em História Social.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Antonio da Silva

São Paulo
2012

Agradecimentos

À minha família, que me apoiou neste projeto desde o início até o fim,

Ao meu orientador, Prof. Dr. Marcos Antonio da Silva, tábua de salvação nos momentos difíceis, pelos seus conselhos certos, pela sua incansável capacidade de ler e reler meus rascunhos e sempre acreditar que eu podia fazer melhor,

Ao Prof. Dr. João Carlos de Souza, pela paciência de ler este texto antes de ele estar pronto e oferecer caminhos novos,

Ao Bruno, pelas conversas às sextas-feiras,

À Josi, pelos melhores momentos da minha vida.

Resumo

O objetivo desta pesquisa é analisar as reais possibilidades do exercício da cidadania na comarca de Sant'Anna do Paranaíba, Mato Grosso, durante o Segundo Império, através da análise de processos-crime. Para isso, foi estudado o cotidiano das pessoas comuns daquela localidade, inclusive a forma como encaravam os crimes, a estrutura física e burocrática do Poder Judiciário de Sant'Anna, e como se dava a relação entre a população e os juizes. Pretende-se, assim, lançar luz sobre a formação do Estado brasileiro em Mato Grosso, principalmente, para um de seus braços mais esquecidos, o Poder Judiciário.

Abstract

The objective of this research is to analyze the effectiveness of citizenship in the district of Sant'Anna Paranaíba, Mato Grosso, during the Second Empire, through the analysis of criminal cases. For this, we studied the daily lives of ordinary people of that locality, including how they perceived the crimes, the physical and bureaucratic structure of the Judiciary of Sant'Anna, and how was the relationship between people and the judges. The aim is thus to illuminate the formation of the Brazilian state in Mato Grosso, and especially one of his arms most forgotten, the Judiciary.

O Costume é o principal magistrado da vida.

Francis Bacon

Índice

INTRODUÇÃO.....	8
PARTE 1 - IMPLANTAÇÃO DO ESTADO.....	38
O Arquivo.....	41
A Estrutura Judiciária.....	47
<i>Delegacias e Subdelegacias.....</i>	<i>47</i>
<i>O Juízo Municipal.....</i>	<i>52</i>
<i>O Juízo de Direito.....</i>	<i>56</i>
<i>O Tribunal do Júri.....</i>	<i>60</i>
<i>A Estrutura Judiciária em Sant'Anna do Paranaíba.....</i>	<i>64</i>
<i>Impossibilidade Estatística da Demora dos Processos.....</i>	<i>66</i>
Juizes e Vereadores.....	68
<i>Historiografia Nacional.....</i>	<i>68</i>
<i>A Falta de Bacharéis.....</i>	<i>70</i>
<i>Os Poderosos Locais no Judiciário da Comarca.....</i>	<i>78</i>
Os Entraves Burocráticos.....	84
<i>A Falta de Profissionais na Justiça.....</i>	<i>84</i>
<i>Os Desdobramentos das Autoridades.....</i>	<i>92</i>
PARTE 2 - RESISTÊNCIAS.....	95
População.....	95
<i>A Origem e a Quantidade de Habitantes.....</i>	<i>95</i>
<i>Família.....</i>	<i>102</i>
<i>Noção de tempo.....</i>	<i>113</i>
<i>Nomes.....</i>	<i>118</i>
<i>Analfabetismo.....</i>	<i>121</i>
<i>Subsistência.....</i>	<i>127</i>
Rusticidade.....	132
<i>Uma Vila Rural.....</i>	<i>132</i>
<i>Moradias e Outros Prédios.....</i>	<i>145</i>
<i>Violência.....</i>	<i>156</i>

Os Usos da Justiça.....	163
<i>Os Desiguais.....</i>	<i>163</i>
<i>Os Escravos.....</i>	<i>169</i>
<i>A Política Atravessada.....</i>	<i>173</i>
<i>Dentro e Fora das Instituições.....</i>	<i>180</i>
 Conclusões.....	 185
 Fontes Manuscritas.....	 196
Fontes em Meio Digital.....	196
Fontes Impressas.....	196
Bibliografia Analítica.....	197
Sites.....	206

Introdução

O historiador não pode se furtar a reconstruir mundos, pois é uma de suas tarefas essenciais¹. Só isso bastaria para justificar a necessidade de escrever esta tese, pois nos arquivos do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul existe um mundo – centenas de processos judiciais desde o Império até à primeira metade do século XX, à procura de historiadores que queiram interpretá-los e dar-lhes uma forma narrativa. O manuseio dessa vasta documentação faz com que o pesquisador se sinta tal como Luigi Pirandello sendo perseguido por seis personagens para que escrevesse a história deles. Pirandello conta que, embora desejasse afastá-los, eles “continuavam a viver por conta própria e aproveitavam certos momentos do meu dia-a-dia para se apresentarem de novo a mim, na solidão do meu gabinete, um por um, ou dois juntos, e vinham tentar-me, propondo que representasse ou descrevesse esta ou aquela cena”².

Pesou na escolha de tais documentos a sensação de urgência. Aquelas páginas encaixotadas nos arquivos são sobreviventes, já que conseguiram resistir a uma cultura de descaso e de descarte de documentos³ que pode impedir, no futuro, tentativas de se escrever uma história anônima. Influenciou também o fato de que o poder judiciário é ainda, dos três poderes institucionais que compõem o Estado, o menos estudado. Entre os símbolos evocados com a palavra *político* estão as urnas, os parlamentos, os discursos, as campanhas, os militantes, etc., mas dificilmente as togas e os tribunais. Quando se fala em poder político, é quase sempre para se referir à luta para atingir os órgãos de Estado que compõem o Executivo e o Legislativo. Recentemente, o jornalista Fernando Rodrigues publicou o livro *Políticos do Brasil*⁴, esmiuçando o patrimônio e os gastos nas campanhas dos eleitos em 1998 e 2002. O título do livro é sintomático: políticos são deputados, senadores, governadores, prefeitos... Um dos poderes de Estado

¹DARNTON, Robert. *Boemia Literária e Revolução: o submundo das letras no Antigo Regime*; Trad. Luís Carlos Borges. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 7.

²PIRANDELLO, Luigi. *O Falecido Mattia Pascal; Seis Personagens à Procura de um Autor*; Trad. Mario da Silva, Brutus Pedreira e Elvira Ricci. São Paulo: Abril Cultural, 1978, p. 328.

³O descarte de processos é uma atitude comum em Mato Grosso do Sul, como mostram algumas notícias do Tribunal de Justiça: “Mais de 12 mil processos da Justiça estadual são incinerados”, pelo link <<http://www.tjms.jus.br/noticias/materia.php?cod=12051>>; “Juizado da UCDB vai descartar mais de 12 mil processos”, pelo link <<http://www.tjms.jus.br/noticias/materia.php?cod=12712>> (embora a quantidade de processos seja a mesma, trata-se de outra notícia); “Juizados realizam descarte de mais de 43 toneladas de papel”, pelo link <<http://www.tjms.jus.br/noticias/materia.php?cod=18000>>. Todas as páginas visitadas em 17/08/2011.

⁴RODRIGUES, Fernando. *Políticos do Brasil: uma investigação sobre o patrimônio declarado e a ascensão daqueles que exercem o poder*. São Paulo: Publifolha, 2006.

passa despercebido. Todo o judiciário fica velado, escondido, incógnito, e esse afastamento é extravasado para o campo das pesquisas sociológicas e de campos próximos de saber.

Sobre os estudos a respeito da história do poder judiciário no Brasil, ainda é válida a observação de Andrei Koerner, que na sua dissertação de mestrado, apresentada na USP em 1993, alertava sobre a “inexistência de trabalhos de ciências sociais dedicados ao Poder Judiciário no Brasil no período entre a estabilização do Império, a passagem e a estabilização da Primeira República”⁵. Isso não significa que processos não tivessem sido já alvo de pesquisa, como aqueles compulsados por Lenine Nequete que, em 1988, deu provas da acessibilidade aos juízos, resgatando a enorme variedade de causas envolvendo escravos que requeriam sua liberdade⁶. Também Stuart B. Schwartz, analisando o período ainda anterior à Independência, utilizou documentos judiciais para demonstrar a força do Tribunal da Relação da Bahia sobre os senhores de engenho⁷. Além do estudo clássico de Maria Sylvia Carvalho Franco, que utilizou processos criminais, inventários e testamentos de Guaratinguetá, Província de São Paulo, para recompor a vida dos homens livres na ordem escravocrata⁸.

Mas o período e o enfoque do qual falava Koerner estavam fora das preocupações historiográficas. Ele próprio deu algumas luzes para a temática, porém nada comparável ao trabalho de Ivan Vellasco, *As Seduções da Ordem*. Sua análise cuidadosa da comarca do Rio das Mortes, localizada no sul de Minas Gerais, revelou a grande quantidade de membros das camadas médias e de livres pobres que procuravam o poder judiciário. Para Vellasco, não se tratava apenas de que grupos dominados, “destituídos de recursos políticos estratégicos para intervir no domínio estatal”, pudessem procurar a Justiça; para ele esta era “a única face do poder público que lhes seria acessível”. E se buscavam os juízes é porque, em seu horizonte, estava uma possibilidade de vitória ou, ao menos, de negociação. Ainda segundo Vellasco, “o judiciário ter-se-ia constituído um locus privilegiado do processo de negociação da ordem que, ao mesmo tempo em que estabelecia regras impessoais, conformando códigos morais e valores, afirmava a presença e intervenção do poder público como um

⁵ KOERNER, Andrei. *Judiciário e Cidadania na Constituição da República Brasileira*. São Paulo: Hucitec / USP, 1998, p. 31.

⁶ NEQUETE, Lenine. *Escravos & Magistrados no Segundo Reinado: aplicação da lei n. 2040, de 28 de setembro de 1871*. Brasília: Fundação Petrônio Portella, 1988.

⁷ SCHWARTZ, S. B. *Burocracia e Sociedade no Brasil Colonial. A Suprema Corte da Bahia e seus juízes*. São Paulo: Perspectiva, 1979.

⁸ FRANCO, Maria Sylvia Carvalho. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. 4ª ed. São Paulo: UNESP, 1997.

espaço de mediação, cuja legitimidade apresentava-se através do discurso normativo impessoal e universalizante”⁹.

A presença das camadas menos favorecidas não é exclusiva da comarca do Rio das Mortes. Boris Fausto¹⁰, analisando os anos finais do Império até o primeiro quartel do século XX, encontrou uma variada gama de pessoas da classe trabalhadora nos processos da cidade de São Paulo. O estudo de Ricardo Alexandre Ferreira¹¹ destacou a quantidade de escravos que aparecem nos processos criminais de Franca. Não importa se são vítimas ou réus: o fato é que a Justiça pública cada vez mais absorvia os conflitos da sociedade e se tornava legítima para punir.

Embora os estudos citados apresentassem uma ampla camada da população com alguma possibilidade de exercício de cidadania, já que alguns direitos podiam ser, se não livremente exercidos, ao menos parcialmente cobrados, não é a única visão sobre o tema. Bastante diversa, por exemplo, é a opinião de Sérgio Adorno, para quem, no Império, “o aparelho governamental, diante da inexistência ou fraqueza das instituições intermediárias entre o poder doméstico e o poder público, não pôde ser acionado como entidade autônoma, dotada de fins próprios, porém concebido e utilizado como propriedade particular, parte de um sistema de poder destinado exclusivamente à manutenção e superação dos conflitos locais”.

Adorno, no extremo oposto do pensamento de Vellasco, acredita que “para essa parcela da população [pobre, não proprietária], o Estado foi quase sempre um grande mistério e uma grande ficção, pois prevaleceu o mandonismo local, a face nua e crua da violência, independentemente de quaisquer abstrações e mediações ideológicas”, pois “não só os fazendeiros avocavam para si funções policiais e judiciárias, como igualmente mantinham controle quase absoluto sobre o veredito do júri e sobre as decisões judiciárias”. Sérgio Adorno descreve o Império como uma sociedade na qual “o gosto pela liberdade de poucos sufocou o grito pela igualdade de muitos”¹².

Ao estudar a vida dos homens livres durante o Império, Maria Sylvia Carvalho Franco reconheceu a inexistência de instituições que conseguissem mediar os conflitos que envolvessem a honra: “Postos em dúvida atributos pessoais, não há outro recurso

⁹ VELLASCO, Ivan de Andrade. *As Seduções da Ordem: violência, criminalidade e administração da Justiça: Minas Gerais - século XIX*. São Paulo: ANPOCS/EDUSC, 2004, p. 22; 24-25.

¹⁰ FAUSTO, Boris. *Crime e Cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

¹¹ FERREIRA, Ricardo Alexandre. *Senhores de Poucos Escravos: cativo e criminalidade num ambiente rural, 1830-1888*. São Paulo: Unesp, 2005.

¹² ADORNO, Sérgio. *Os Aprendizes do Poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998, p. 47; 62; 71; 73-74.

socialmente aceito, senão o revidar hábil para restabelecer a integridade do agravado. Este objetivo, nessa sociedade em que *inexistiam canais institucionalizados para o estabelecimento de compensações formais*, determina-se regularmente mediante a tentativa de destruição do opositor. A violência se erige, assim, em uma conduta legítima”¹³.

Reforçando a inexistência de instituições mediadora, Maria Isaura Pereira de Queiroz escreve para o período colonial, em seu texto sobre o mandonismo local: “O Governo da terra estava realmente (...) entregue a ‘tantas governanças patriarcais quantos eram esses distritos, recorrendo os moradores nas suas pendências e desavenças aos seus poderosos e dando estes decisões das dúvidas, segundo ditava o amor ou o ódio que professavam às partes litigantes’”. Avançando pelo período imperial e republicano, Pereira de Queiroz não fornece nenhuma informação de que essa circunstância tenha se alterado¹⁴.

Essa perspectiva foi depois retomada por José Murilo de Carvalho, que não viu grandes avanços na Independência brasileira em relação à experiência anterior:

A herança colonial pesou mais na área dos direitos civis. O novo país herdou a escravidão, que negava a condição humana do escravo, herdou a grande propriedade rural, fechada à ação da lei, e herdou um estado comprometido com o poder privado. Esses três empecilhos ao exercício da cidadania civil revelaram-se persistentes. A escravidão só foi abolida em 1888, a grande propriedade ainda exerce seu poder em algumas áreas do país e a desprivatização do poder público é tema da agenda atual de reformas.

Para Carvalho, “a independência não introduziu mudança radical no panorama descrito” e “do ponto de vista do progresso da cidadania, a única alteração importante que houve nesse período [monárquico] foi a abolição da escravidão”¹⁵; logo, a ampliação do poder judiciário – que certamente aconteceu durante os oitocentos¹⁶ – não pode ser entendida como difusão de direitos.

Também Emília Viotti da Costa, antes de Carvalho, defendera que “o sistema de patronagem baseada em lealdades pessoais e troca de favores implicava a subserviência

¹³ FRANCO, Maria Sylvia Carvalho. Op. cit., p. 51 (grifo meu).

¹⁴ QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. “O Mandonismo Local na Vida Política Brasileira”. In: *O Mandonismo Local na Vida Política Brasileira e Outros Ensaios*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976, p. 47.

¹⁵ CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 17; 25; 45.

¹⁶ Para a ampliação dos Tribunais da Relação, ver SODRÉ, Elaine Leonara de Vargas. “*Mando Vir (...) Debaixo de Vara, as Testemunhas Residentes Nessa Comarca (...)*” – *história do Tribunal da Relação de Porto Alegre, 1874-1889*. Dissertação de mestrado em história. Porto Alegre: PUC, 2002, *passim*, mas especialmente p. 38-46. Para uma apreciação da quantidade de comarcas que foram criadas naquela província, bem como na de Santa Catarina, ver os mapas 2 e 3, nas p. 65 e 66.

do eleitorado ao chefão local, a convivência das Cortes de Justiça com as classes dominantes, o sistemático desrespeito pela lei e a legitimação do privilégio”. Ainda mais: “No campo imperava livremente a autoridade senhorial. O senhor representava a Igreja, a Justiça, a força policial e militar. Seu domínio era sem peias. Seu arbítrio só encontrava limites na sua própria benevolência”¹⁷. Da mesma maneira, Carvalho Franco descreve o fazendeiro:

Na medida em que as próprias bases de sua empresa [a grande propriedade cafeeicultora] – terras e homens à saciedade – congregaram sob sua égide e poder um numeroso grupo de seres humanos, ele foi governante supremo; na medida em que seu estabelecimento unificou trabalho e lar, definindo entre senhores e subordinados, a um só tempo, contatos estritamente categóricos e laços íntimos, o seu arbítrio foi limitado e a disciplina opressiva mesclou-se às graças e às mercês¹⁸.

Esta pesquisa não pode responder pelo país inteiro. Seu objetivo é reduzir o problema de como era a relação da população com os órgãos judicantes a proporções passíveis de serem tratadas como um estudo de caso. Propõe-se a fazer uma *história local*, definida por Goubert como aquela que diz respeito a uma ou poucas aldeias, a uma cidade pequena ou média, mas não a um grande porto ou uma capital¹⁹. Essa terminologia também deve ser preferida à *história regional* que “evoca muito rapidamente certa historiografia celebrativa, ‘pré-crítica’, oficiosa, ‘provinciana’ – termos que misturam rejeição e preconceito”, como ensina Marcos Silva²⁰.

Vale lembrar que mesmo em estudos históricos bem informados e com projetos interpretativos inovadores, como aqueles contidos no volume *Império: a corte e a modernidade nacional*²¹, não são abordadas experiências locais nem regionais referentes ao que se designa contemporaneamente como norte e centro-oeste do Brasil, priorizando-se a Corte e as áreas do território nacional que foram consideradas mais dinâmicas para a vida econômica, social e política do país naquela época – as atuais regiões sudeste, nordeste e sul. As exceções a esse procedimento ocorrem mais em

¹⁷ COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 6ª ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999, p. 168; 289.

¹⁸ FRANCO. Maria Sylvia Carvalho. Op. cit., p. 232-233.

¹⁹ GOUBERT, Pierre. “História local”. *História & Perspectivas*. Uberlândia: 6: 45/58, jan/jun, 1992, p. 45

²⁰ SILVA, Marcos. “A História e Seus Limites”. *História & Perspectivas*. Uberlândia: 6: 59/65, jan/jun, 1992, p. 59.

²¹ ALENCASTRO, Luís Felipe de (org.). *História da Vida Privada no Brasil. Império: a corte e a modernidade nacional*. 7ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, v. 2.

estudos acadêmicos (teses de Doutorado e dissertações de Mestrado), especializados e com circulação restrita.

As pesquisas sobre a prática judiciária têm focado a metodologia serial²², sendo as citações dos processos exemplos do resultado estatístico apresentado em tabelas, ou, para retomar as palavras de Chartier, “uma ilustração ‘vívda’ das leis de quantidade”²³. Dessa forma, chegamos ao ponto de conhecer quem administra a Justiça e sobre quais classes sociais ela é exercida. Mas as relações pessoais, tão importantes para este povo cordial, ficam escondidas por trás dos números.

Sem abdicar dos dados seriais, o que se pretende aqui é a “redução da escala da observação, em uma análise microscópica” e “um estudo intensivo do material documental”²⁴, ressaltando suas características qualitativas, para dar nova luz à relação da população em geral com as instituições judiciárias. Para isso, selecionei a comarca de Sant’Anna do Paranaíba, que durante boa parte do Império representou todo o território do atual Mato Grosso do Sul, e da qual restou um número significativo de processos. Os cíveis foram preteridos em relação aos criminais porque nos últimos estão aquelas pessoas que não participavam de inventários e partilhas de bens, não possuíam escravos, enfim, eram a maior parte da população.

As fontes principais são os 92 processos-crime que correram na comarca entre 1859, o mais antigo encontrado, e 1889, sendo que aqueles que começaram no Império e adentraram a República foram incluídos na pesquisa. Os documentos em foco estão nas caixas 114 a 118 e a referência a eles se dará conforme a numeração da Coordenadoria de Arquivo e Memorial do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul; por exemplo, o processo 115/02 é o número 02 da caixa número 115. Subsidiariamente serão citados alguns processos cíveis e outros criminais que correram na República.

Na cidade de Paranaíba, ainda existe o primeiro livro da Câmara Municipal da República, embora os do Império pareçam já ter se perdido. Melhor sorte tiveram os primeiros livros de batismo de Sant’Anna. Em 1926, chegaram, em péssimo estado, às mãos do vigário da cidade, Agostinho Colli, que os transcreveu e por isso seus dados ainda estão disponíveis na igreja matriz de Paranaíba. Os dados começam em 1835 e vão até setembro de 1877. Para os últimos anos do Império, não há registros. Colli

²² Dois exemplos são os já citados trabalhos de Ivan Vellasco e Boris Fausto.

²³ CHARTIER, Roger. “Introdução Geral”. In: *À Beira da Falésia: a história entre certezas e inquietudes*; Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade / UFRGS, 2002, p. 55.

²⁴ LEVI, Giovanni. “Sobre a Micro-História”. In: BURKE, Peter (org.). *A Escrita da História: novas perspectivas*; Trad. Magda Lopes. São Paulo: UNESP, 1992, p. 136.

anotou: “Não encontrei assentamento de batizados de 1877 até 1884 e deste uns poucos”. E aí começam os batismos de 1892.

Esses livros foram usados secundariamente na tese, assim como, para fazer uma análise geral do poder judiciário em Mato Grosso, aproveitei os relatórios que os presidentes de província enviavam ao governo central, no Rio de Janeiro, e que foram digitalizados pelo *Center of Research Libraries* e estão disponíveis na internet²⁵, e a legislação do Império, consultada através das páginas da presidência da República²⁶ e do Senado Federal²⁷. Recorreu-se, vez ou outra, ao livro *Como se de Ventre Livre Nascido Fosse*, que contém transcrições de documentos envolvendo escravos no sul de Mato Grosso²⁸.

A transcrição foi feita, na maior parte das vezes, *ipsis litteris*, sem correções, até mesmo na forma como os documentos eram grafados, por dois motivos: algumas vezes, a forma da escrita do documento faz parte da argumentação; além disso, as diferenças culturais que saltam aos olhos, mantendo as palavras e a ordem do discurso da época, permitem a inserção naquele universo²⁹ e ainda possibilitam um esforço de fantasia ativa por parte do leitor³⁰. Em algumas passagens, para evitar que o conteúdo ficasse truncado, deixei a forma em segundo plano e preferi atualizar as grafias e corrigir alguns erros evidentes. Isso foi feito com toda a legislação e os relatórios dos presidentes, por exemplo. Os pontos de interrogação entre parênteses nos trechos transcritos significam que a palavra anterior é de difícil leitura e pode estar errada. Os colchetes nas transcrições representam palavras interpoladas por mim ou, quando seguidas de uma interrogação, significam que talvez a palavra entre colchetes seja uma transcrição mais fiel do original do que a palavra anterior.

²⁵ O site é <<http://www.crl.edu>>. O índice para os relatórios de Mato Grosso pode ser consultado em <http://www.crl.edu/brazil/provincial/mato_grosso>. Acesso em 18/08/2011.

²⁶ O principal foco de consulta à página da presidência da República foi a Constituição de 1824, que pode ser acessada pelo link: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm>.

²⁷ O portal de legislação do Senado Federal pode ser acessado pelo link <<http://www.senado.gov.br/legislacao>>. Todas as normas legais citadas nesta tese estavam disponíveis em 22/09/2011.

²⁸ *COMO SE DE VENTRE Livre Nascido Fosse. Cartas de liberdade, revogações, hipotecas e escrituras de compra e venda de escravos (1838-1888)*. Campo Grande: Ministério da Cultura; Fundação Cultural Palmares, 1994.

²⁹ Seguindo a metodologia de João Carlos de Souza. Ver *Sertão Cosmopolita: tensões da modernidade de Corumbá (1872-1918)*. São Paulo: Alameda, 2008, p. 24.

³⁰ LEVI, Giovanni. *A Herança Imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*; Trad. Cynthia Marques de Oliveira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 90.

É importante ressaltar que focar o estudo numa determinada região não significa que seus resultados sejam restritos à área pesquisada. Esta é uma das vantagens da micro-história, como nota Giovanni Levi:

Os fenômenos previamente considerados como bastante descritos e compreendidos assumem significados completamente novos quando se altera a escala de observação. É então possível utilizar esses resultados para extrair uma generalização mais ampla, embora as observações iniciais tenham sido feitas, dentro de dimensões relativamente estreitas e mais como experimentos que como exemplos³¹.

A localidade deve ser enfocada, mas as articulações com espacialidades históricas em escala nacional ou até internacional não podem ser esquecidas. Uma das vantagens da história local é, segundo Goubert, permitir contestar algumas ideias gerais que, na falta de investigações mais precisas foram se perpetuando³², porém sem se deixar cair no risco oposto de fazer-se uma história das singularidades, conforme previne Marcos Silva: “Se o dedutivismo regionalista é desastroso em sua ligeireza, isolando ‘peculiaridades’ pouco pensadas, o indutivismo universalizante oferece outra face da catástrofe ao fazer tabula rasa de qualquer diferença, perdendo experiências significativas dos grupos sociais”³³.

Tomadas essas cautelas, ainda assim pode-se dizer que Sant’Anna possui uma característica ímpar para justificar o seu estudo: trata-se de uma comarca nos confins do Império. Mato Grosso era, no final do século XIX, “uma província atrasada, com poucas perspectivas econômicas e com uma população sofrendo de problemas que se revelavam de difícil solução” e com pouca expressão nacional³⁴. Quase não existia aparelho estatal em Mato Grosso antes da Independência e a situação melhorou pouco durante o Império. O acesso à região era difícil para os representantes da Corte, feito por via fluvial através de três países estrangeiros, ou por terra, em condições mais ásperas que a primeira opção. Nesse quadro desolador, Sant’Anna estava ainda mais isolada do que outros pontos da província.

Essa é uma realidade ainda não abarcada pela história do poder judiciário brasileiro, que tem se debruçado sobre localidades de formação estatal mais antiga, que muitas vezes remontam à Colônia, com atividades econômicas alicerçadas e

³¹ LEVI, Giovanni. Op. cit., p. 141.

³² GOUBERT, Pierre. Op. cit., p. 49.

³³ SILVA, Marcos. Op. cit., p. 64.

³⁴ GARCIA, Domingos Sávio da Cunha. *Mato Grosso (1850-1889): uma província na fronteira do Império*. Dissertação de mestrado em história econômica. Campinas-SP: Unicamp, 2001, p. 118; 123-124.

significativas para as finanças nacionais, e em áreas muito mais densamente povoadas do que o Mato Grosso.

O período estudado ficou restrito ao Império devido à drástica mudança social que representou a proliferação do banditismo em Mato Grosso, ponto sobre o qual concordam vários estudiosos.

Domingos Garcia defende que, com o fim da Monarquia, “ao contrário de termos um avanço no controle do Estado sobre os domínios privados, o que provavelmente tivemos foi um avanço destes sobre o primeiro. Talvez esteja aí uma contribuição importante para explicar a proliferação do banditismo endêmico que tomou conta de Mato Grosso no início da República, alimentado pelas disputas políticas do novo período”³⁵.

Maria Manuela Neves aponta que “o traço característico do período [a Primeira República] é o conteúdo de violência entre os grupos oligárquicos, alimentado pelo braço armado dos coronéis e sustentando uma sequência de conflitos”³⁶, revelando que aqueles eram novos tempos.

Valmir Batista Corrêa, o pesquisador que melhor se debruçou sobre esse período no sul do antigo Mato Grosso, afirma que as “revoluções” dos coronéis serviam de meio para atrair recursos financeiros (em forma de soldos, indenizações, desapropriação de bens e resgates, etc.) para uma região quase sem comércio, de maneira que a violência na luta política transformou-se em ganho de vida para substancial parcela da população mato-grossense, ocupando um grande contingente de mão de obra ociosa e marginalizada da posse da terra e do processo de produção na região, criando os coronéis guerreiros e um banditismo endêmico. Em suas palavras: “a partir do novo regime republicano, aflorou no estado de Mato Grosso a violência explícita e escancarada, favorecida por uma estrutura de poder local excessivamente fortalecido em detrimento de um estado débil e a serviço das oligarquias estaduais”³⁷.

O recrudescimento da violência é também detectado pelos memorialistas: Hildebrando Campestrini, Maria Aparecida Neves Brandão e Jesus Hernandez Martin tratam o período que começa em 1900 como o da desordem e dos conflitos, que se

³⁵ Idem, p. 122.

³⁶ NEVES, Maria Manuela Renha de Novis. *Elites Políticas: competição e dinâmica partidário-eleitoral (Caso de Mato Grosso)*. São Paulo: Edições Vértice – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1988, p. 95.

³⁷ CORRÊA, Valmir Batista. *Coronéis e Bandidos em Mato Grosso (1889-1943)*. Tese de doutorado em história. São Paulo: USP, 1981, p. 10. A defesa de que a violência se tornou meio de vida perpassa todo texto.

arrastaram por mais de duas décadas no Estado. Esses movimentos armados ficaram plasmados na literatura local como *revoluções*³⁸.

Do ponto de vista institucional, houve também grandes alterações impostas pelo novo regime, que modificaram a administração da Justiça e dos demais órgãos públicos, como salientou Sérgio Buarque de Holanda:

Os velhos proprietários rurais tornados impotentes pelo golpe fatal da Abolição e por outros fatores não tinham como intervir nas novas instituições. A República, que não criou nenhum patriciado, mas apenas uma plutocracia, se assim se pode dizer, ignorou-os por completo. Daí o melancólico silêncio a que ficou reduzida a casta de homens que no tempo do Império dirigia e animava as instituições, assegurando ao conjunto nacional certa harmonia que nunca mais foi restaurada³⁹.

Delimitado espaço e tempo, proponho-me a responder como era a relação da população de Sant'Anna com os órgãos da Justiça, marchando na trilha da história local que, segundo Goubert, afasta-se da velha escola interessada em legisladores e não na implantação das leis, naqueles que governam e não nos governados⁴⁰. Além disso, trata-se de uma questão que envolve várias características daquela sociedade, seguindo o conselho de Marc Bloch:

Para permanecer fiel à vida, no constante entrecruzamento de suas ações e reações, não é de forma alguma necessário pretender abraçá-la por inteiro, por um esforço geralmente muito vasto para as possibilidades de um único cientista. Nada mais legítimo, nada mais saudável do que centrar o estudo de uma sociedade em um desses aspectos particulares, ou, melhor, ainda, em um dos problemas precisos que levanta este ou aquele desses aspectos: crenças, estrutura das classes ou dos grupos, as crises políticas⁴¹.

Para entender como as pessoas enxergavam o poder judiciário e se relacionavam com ele, os processos foram vistos por um microscópio. Como não temos nenhum grande relato sobre a Justiça nesses processos, a exemplo das fantásticas descrições cosmogônicas de Menocchio⁴², ou as minúcias da vivência do exorcista Chiesa⁴³, ou a

³⁸Ver CAMPESTRINI, Hildebrando. *Santana do Paranaíba: de 1700 a 2002*. 2ª edição. Campo Grande: Instituto Histórico de Mato Grosso do Sul, 2002, p. 161 e ss.; BRANDÃO, Maria Aparecida Neves. *Pelos Caminhos de Santana*. Paranaíba-MS: Campo Grande: Graf. Brasília, 1998, p. 40; MARTIN, Jesus Hernandez. *A história de Três Lagoas*. Bauru: Ed. do autor, 2000, p. 32 e ss.

³⁹HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*, 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 176.

⁴⁰GOUBERT, Pierre. Op. cit., p. 48.

⁴¹BLOCH, Marc. *Apologia da História ou O Ofício de Historiador*; Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p. 134-135.

⁴²GINZBURG, Carlo. *O Queijo e os Vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*; Trad. de Betania Amoroso. São Paulo, Companhia das letras, 1987.

vida com entrecos novelísticos de Martin Guerre⁴⁴, não foi possível levar o conceito de indivíduo a pessoas dos estratos menos favorecidos como nesses estudos. Foi necessário pinçar frases, grafias, contradições de várias pessoas e com elas montar um mosaico da vida social e da visão de Justiça.

Para isso, analisamos os processos, não como Foucault em *Pierre Rivière*, pensando em uma “batalha de discursos”⁴⁵, mas como se toda aquela massa documental fosse um único discurso nos informando sobre o que as pessoas que estiveram envolvidas na produção de tais autos pensavam do que estavam fazendo. Com esses fragmentos, não se pretende imaginar que houvesse uma “mentalidade coletiva” sobre a Justiça. Um denominador comum entre o comendador Manoel Garcia da Silveira até à divorciada Maria Francisca Franca ou, para usar uma frase conhecida, “o que César e o último soldado de suas legiões, São Luis e o camponês de seus domínios, Cristóvão Colombo e o marinheiro de suas caravelas têm em comum”⁴⁶, mas apenas para demonstrar que algumas estruturas de pensamento estavam presentes naquela sociedade e, talvez, fossem dominantes. E, com esse fim, estatísticas também foram elaboradas com o intuito de, a partir delas, chegar aos indivíduos e fazer uma análise morfológica da sociedade de Sant’Anna.

Procurei me apoiar, para falar de Mato Grosso, na melhor produção acadêmica recente sobre a província, especialmente a tese de Ernesto Sena, *Entre Anarquizadores e Pessoas de Costumes: a dinâmica política e o ideário civilizatório em Mato Grosso (1834-1870)*, e a dissertação de Domingos Garcia, *Mato Grosso (1850-1889): uma província na fronteira do Império*, ambas calcadas sobre fontes empíricas bem criticadas e apoiadas pela bibliografia de ponta na área; sólidas em seu tema central e com iluminações estimulantes nos temas marginais. Dialoguei com algumas dissertações do programa de pós-graduação em história da Universidade Federal da Grande Dourados, especialmente a única encontrada com foco na mesma localidade: *O Sertão de Santana de Paranaíba: um perfil da sociedade pastoril-escravista no sul do antigo Mato Grosso (1838-1888)*, escrita por Isabel Camargo, com relevantes observações sobre a economia daquele lugar. Esse vazio bibliográfico sobre a comarca

⁴³ LEVI, Giovanni. *A Herança Imaterial*. Op. cit.

⁴⁴ DAVIS, Natalie Zemon. *O Retorno de Martin Guerre*; Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

⁴⁵ FOUCAULT, Michel (Coord.). *Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão*; Trad. de Denize Lezan de Almeida. Rio de Janeiro: Graal, 1984, p. XII.

⁴⁶ LE GOFF, Jacques. “As Mentalidades. Uma história ambígua”. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. (Dir.). *História: Novos Objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995, p. 71.

me levou aos trabalhos de conclusão de curso da Universidade Católica Dom Bosco para apurar se ali havia pesquisas a respeito; encontrei duas, ambas contribuíram para as minhas análises: *Considerações acerca da Escravidão no Sul do Mato Grosso (1880-1890)*, de Zilda Moura, com importantes dados estatísticos sobre os escravos em todas as comarcas do sul; e *Acordo e Convenção: uma interpretação dos contratos de casamentos no século XIX em Sant'Ana de Paranahyba*, de Maria Madalena Greco, que analisou alguns processos cíveis da comarca em tela.

Mesmo assim, nenhum deles trazia o poder judiciário em Mato Grosso para o primeiro plano de seus estudos, de maneira que comparações com a estrutura e o funcionamento judicial de outras comarcas próximas se tornaram – lamentavelmente – inviáveis. Também há elementos insuficientes para permitir compreender como safras, epidemias, venda das terras, a Guerra do Paraguai influenciavam o cotidiano daqueles habitantes do sul de Mato Grosso e como isso poderia estar vinculado ao funcionamento da justiça, cerne desta pesquisa. De maneira que, neste momento da historiografia, tais respostas ainda não são possíveis.

Com a minha tese, tenho duas ambições.

A primeira é trazer para o âmbito da história política de Mato Grosso este pouco iluminado poder de Estado. Em geral, membros dos outros poderes, em países democráticos, expressam-se em discursos e querem se fazer entender pela maioria dos cidadãos. Já os textos do poder judiciário, técnicos e carregados de vozes múltiplas, oferecem mais dificuldades ao pesquisador. Um dos processos utilizados nesta tese – o numerado como 114/20 – foi alvo de uma análise pela historiadora Marinete Rodrigues no artigo “Justiça e Costumes: em defesa da honra de homens e mulheres em Mato Grosso, no século XIX”. Como há raros estudos sobre os mesmos documentos do Tribunal de Justiça, penso que algumas colocações sobre ele merecem ser aprofundadas. O objetivo do artigo é demonstrar que a violência em Mato Grosso era marcada por costumes conservadores e paternalistas. Nesse sentido, Marinete Rodrigues afirma, depois de citar um comentário do promotor público sobre a necessidade de se provar a miserabilidade da ré: “*contudo*, o juiz não obstante a observação do Promotor Público julgou procedente o auto de corpo de delito realizado em Ana”. Para Rodrigues, a intenção do promotor era dispensar o exame de corpo de delito dos autos. Não se pode criticar o promotor imaginando que ele tendesse a livrar os réus; foi ele mesmo quem pediu para fazer o corpo de delito, apenas manifestava que não poderia fazer a denúncia se a causa não fosse de natureza pública, e para isso precisava de um atestado da

miserabilidade da ré, caso contrário, todo o processo poderia ser anulado mais tarde. Inclusive, quando o delegado pediu a opinião do promotor sobre o caso, ele disse que era evidente a conduta criminosa dos réus. Marinete Rodrigues cita o juiz de direito como se ele estivesse se inclinando a absolver os réus: “o juiz de direito justificou ser insuficiente a prova (os testemunhos) apresentada e ‘somente haver uma presunção infundada’”. Era esta autoridade que determinava se haveria júri ou não; se não houvesse elementos contra os réus, ele poderia simplesmente encerrar o processo através do instrumento de despronúncia. Não foi o que ele fez, como a própria autora indica: “Encaminhou então o processo crime ao Tribunal do Júri”. Garante, ainda, Marinete Rodrigues que a vítima “Ana insatisfeita com o resultado [a absolvição de um dos réus] recorreu ao Tribunal da Relação que mandou proceder a um novo julgamento público, no qual Antonio [Alvarenga] foi condenado”. Quem recorreu da sentença foi o próprio juiz de direito; Ana apareceu apenas no começo do processo, todo o andamento foi dado pela Justiça, sem intervenção das partes. Segundo a autora, “o juiz de direito julgou improcedente a sentença proferida pelo Tribunal do Júri” contra Alvarenga. O juiz declarou perempta [caduca] a ação da Justiça, o que é muito diferente⁴⁷. Esses detalhes não ferem a conclusão a que chega o artigo, mas demonstram a dificuldade de se penetrar nos documentos judiciais.

A segunda ambição é escutar as vozes anônimas sobre o processo de formação do Estado brasileiro em Mato Grosso, trazendo os *sem-nome*, os *sem-cargo* para a história política. É nesse sentido, de estratos menos favorecidos da população, arraia-miúda, de quem muitas vezes não restou nenhuma informação a não ser um apelido, que deve ser compreendida a palavra *povo* no título da tese. Esse termo está em oposição *aos seus benfeitores*, àqueles que traziam os ideais de *civilização*⁴⁸ para a melhoria desses *sertões*⁴⁹ mato-grossenses⁵⁰. Em seu conjunto, o título é uma paráfrase do

⁴⁷ RODRIGUES, Marinete Aparecida Zacharias. “Justiça e Costumes: em defesa da honra de homens e mulheres em Mato Grosso, no século XIX”. *Revista Territórios e Fronteiras*, v. 1, n. 2, jul-dez, 2008, p. 139-140. Disponível pela internet pelo link: <http://cpd1.ufmt.br/ichs/territorios&fronteiras/revista20082/artigos/2008-2-7.pdf>, acessado em 19/08/2011. O grifo da palavra *contudo* é meu.

⁴⁸ A palavra *civilizado(s)* aparece nos processos 115/07 e 117/21.

⁴⁹ Fala-se de *sertões* em 114/16, *sertanejos* em 116/03, e de um *bruto sertanejo* em 117/15.

⁵⁰ Uma análise de como esses termos são importantes para as representações sobre Mato Grosso, ver GALETTI, Lylia da Silva Guedes. *Nos Confins da Civilização: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso*. Tese de Doutorado em História. São Paulo: USP, 2000.

famoso livro de Pierre Clastres, *A Sociedade contra o Estado*, porque nos dois estudos está o tema do esforço de um povo para impedir que somente o chefe seja chefe⁵¹.

Para se compreender a metodologia utilizada neste trabalho, faz-se necessária uma explanação sobre a história e os fundamentos da micro-história.

Giovanni Levi, em seu autorretrato de trabalho – como ele mesmo faz questão de salientar –, defende que a micro-história é essencialmente uma prática historiográfica e, dessa maneira, não está ligada a nenhum sistema coerente de conceitos ou princípios próprios, em uma palavra: não está vinculada a uma teoria. Essa tendência para a prática na micro-história é tão forte que, quando convidado para falar sobre ela em um seminário sobre as relações da história com a antropologia, Levi preferiu não escrever um texto teórico, como vários colegas seus fizeram, mas explicar o uso da escala microscópica em um estudo de caso sobre a evolução do consumo no Antigo Regime⁵².

Na ausência de um corpo de ortodoxia da micro-história, dois textos se destacam pela profundidade da análise. O já citado capítulo escrito por Giovanni Levi para o livro de Peter Burke sobre as novas perspectivas da história⁵³, e o Prefácio de Jacques Revel para o livro *A Herança Imaterial*, do mesmo Levi⁵⁴, cujas ideias foram reproduzidas em parte nos capítulos que Revel escreveu para a coletânea *Jogos de Escalas*⁵⁵.

Para o italiano, alguns poucos elementos comuns podem ser identificados em todos os micro-historiadores, sendo o princípio unificador de todas as pesquisas micro-históricas a crença em que a observação microscópica revelará fatores previamente não observados, e sua prática é “essencialmente baseada na redução da escala de observação, em uma análise microscópica e em um estudo intensivo do material documental”⁵⁶.

⁵¹ CLASTRES, Pierre. *A Sociedade contra o Estado: pesquisas de antropologia política*; Trad. Theo Santiago. São Paulo: Cosac & Naify, 2003, p. 234.

⁵² LEVI, Giovanni. “Comportamentos, Recursos, Processos: antes da ‘revolução’ do consumo”. In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*; Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: FGV, 1998, p. 203-224.

⁵³ LEVI, Giovanni. “Sobre a Micro-História”. Op. cit., p. 133-161.

⁵⁴ REVEL, Jacques. “Prefácio”, In: LEVI, Giovanni. *A Herança Imaterial. Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*; Trad. Cynthia Marques de Oliveira. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2000.

⁵⁵ “Apresentação” e “Microanálise e Construção do Social”. In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de Escalas*. Op. cit., p. 7-14 e 15-38, respectivamente.

⁵⁶ LEVI, Giovanni. “Sobre a Micro-História”. Op. cit., p. 133-134, 136, 139.

Trata-se de uma característica marcada pelo momento histórico no qual essa prática foi criada, e que os dois autores analisam de maneira semelhante. Em fins dos anos 1970, dominavam a história os estudos quantitativos, que Jacques Revel explica como “o desejo de extrair do documento bruto uma propriedade, um traço isolado”, tal como os preços, a renda, os níveis de fortuna, casamento, nascimento, etc., “cuja crítica permita acompanhar sua evolução através do tempo”⁵⁷. Dominavam, porém já davam sinais da sua exaustão.

Para Levi, a micro-história se afasta dessa tendência quase instintiva que os historiadores têm de procurar seguranças demonstrativas em dados quantitativos, em tipologias e em modelos formais simplificados⁵⁸ e “tenta não sacrificar o conhecimento dos elementos individuais a uma generalização mais ampla, e de fato acentua as vidas e os acontecimentos individuais”. Mas, ao mesmo tempo, tenta não rejeitar todas as formas de abstração, pois fatos insignificantes e casos individuais podem servir para revelar um fenômeno mais geral. Para dizer de outra maneira: “descrever vastas estruturas sociais complexas, sem perder a visão da escala do espaço social de cada indivíduo, e a partir daí, do povo e de sua situação de vida”⁵⁹. Revel sintetiza que se “pode refletir sobre a exemplaridade de um fato social sem ser em termos rigorosamente estatísticos”⁶⁰.

A essa característica, que Levi considera unificadora, Revel acrescenta que ela permite uma retomada da construção do objeto pelo historiador, algo que tinha sido deixado de lado durante os furores da cliometria. Para ele, a micro-história tenta “estudar o social não como um objeto investido de propriedades inerentes, mas como um conjunto de inter-relacionamentos entre configurações constantemente em adaptação”⁶¹. São esses inter-relacionamentos que Revel evoca quando afirma, em outro texto, que ela pretende “desenvolver uma estratégia de pesquisa que não mais se baseie prioritariamente na medição de propriedades abstratas da realidade histórica mas que, ao contrário, procederia fixando-se como regra integrar e articular entre si o maior número dessas propriedades” com o objetivo de analisar as “condições da experiência social, restituídas em sua máxima complexidade”⁶².

⁵⁷ REVEL, Jacques. “Prefácio”, In: LEVI, Giovanni. *A Herança Imaterial*. Op. cit., p. 9-10.

⁵⁸ LEVI, Giovanni. *A Herança Imaterial*. Op. cit., p. 97.

⁵⁹ LEVI, Giovanni. “Sobre a Micro-História”. Op. cit., p. 137,158.

⁶⁰ REVEL, Jacques. “Prefácio”. Op. cit., p. 34.

⁶¹ LEVI, Giovanni. “Sobre a Micro-História”. Op. cit., p. 160.

⁶² REVEL, Jacques. “Microanálise e Construção do Social”. Op. cit., p. 21-22.

Revel não esconde a sua admiração por Levi e exemplifica essas relações complexas com a maneira como a terra era comerciada no Piemonte em *A Herança Imaterial*. Em um maciço número de compra e venda de terras, vários pesquisadores enxergaram um pré-capitalismo e um mercado impessoal. Levi demonstra que o preço da terra se modificava dependendo de quem era o comprador, sendo sempre menor para os de fora e, através da sua minuciosa compulsão dos documentos, descobre que uma rede de solidariedade determinava a forma de negociação. Mas os exemplos poderiam ser multiplicados, como as investigações delicadas de livros e processos de Ginzburg⁶³.

Há outra característica sobre a qual os dois autores concordam. Nas palavras resumidas de Lévi: “a atenção à capacidade receptiva e à narrativa”. Ou seja, um cuidado com o leitor. Segundo Revel, “a escrita da história se referia, sem nem sempre o saber, ao modelo clássico do romance, cujo autor e organizador conhece e domina soberanamente os personagens, suas intenções, suas ações e seus destinos”⁶⁴. A micro-história aponta no sentido de uma inventividade maior dos modos de exposição (em geral sinuosos) e das formas argumentativas⁶⁵ que desempenham, para Levi, duas funções. A primeira é “demonstrar, através de um relato de fatos sólidos, o verdadeiro funcionamento de alguns aspectos da sociedade que seriam distorcidos pela generalização e pela quantificação” e, a segunda, poderia ser resumida por *elucidar o leitor sobre as regras do jogo*. Detalhadamente:

Incorporar ao corpo principal da narrativa os procedimentos da pesquisa em si, as limitações documentais, as técnicas de persuasão e as construções interpretativas. Esse método rompe claramente com a assertiva tradicional, a forma autoritária de discurso adotada pelos historiadores que apresenta a realidade como objetiva. Na micro-história, ao contrário, o ponto de vista do pesquisador torna-se parte intrínseca do relato⁶⁶.

Ou seja, o historiador não se furta a tomar o leitor pelo braço e dizer: “Me acompanhe pelo meu método”, “Leia essas fontes comigo”. É o que se percebe quando Levi relaciona a existência da medicina com a forte crença em causas não naturais: “Salta aos olhos o enorme efeito de irresponsabilização que a existência da hipótese

⁶³ Alguns exemplos são *Os Andarilhos do Bem: feitiçaria e cultos agrários nos séculos XVI e XVII*; Trad. Jônatas Batista Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 1989; *O Queijo e os Vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*; Trad. de Betania Amoroso. São Paulo, Companhia das Letras, 1987; “Mitologia Germânica e Nazismo: sobre um velho livro de Georges Dumézil”. In: *Mitos, Emblemas Sinais: morfologia e História*; Trad. Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 181-206.

⁶⁴ REVEL, Jacques. “Microanálise e Construção do Social”. Op. cit., p. 35.

⁶⁵ REVEL, Jacques. “Prefácio”. Op. cit., p. 20-22.

⁶⁶ LEVI, Giovanni. “Sobre a Micro-História”. Op. cit., p. 153.

sobrenatural tem sobre a ciência médica”⁶⁷; ou quando Ginzburg confessa: “Não é fácil entender pelos autos do processo qual era a reação dos conterrâneos de Menocchio às suas palavras”⁶⁸. Ou ainda quando se comparam tais eventos ou contextos à contemporaneidade. Ginzburg faz isso quando relaciona duas visões de mudança do mundo do século XVI: “Transformação lenta e gradual por um lado, virada rápida e violenta (revolucionária, diríamos nós)”⁶⁹. O mesmo se vê em Levi: “O fato é que se hoje algum de nós compra a terra de seu irmão é provável que a pague como se a comprasse de um estranho, porque mesmo entre parentes prevalecem os preços determinados pelo mercado generalizado e impessoal”⁷⁰; em outro texto: “Partamos da hipótese que nos sugere o senso comum hoje em dia”⁷¹.

Não se escapa da formulação de Lefort, segundo a qual toda obra de pensamento, incluindo as de história, fala do tempo ao qual o autor se refere, mas fala também do tempo do historiador. Assim, é possível estudar nos *Discorsi* de Maquiavel tanto a história de Roma – defasada, certamente –, como também a Itália do final do *Quattrocento* e do começo do *Cinquecento*⁷². Não há motivo nenhum para o historiador se ocultar, diferentemente do que aconselha Antoine Prost, para quem um texto de história tem como característica a exclusão da personalidade do historiador: “O *eu* é proscrito; no máximo, aparece às vezes, no prefácio, quando o autor (...) explicita suas intenções. Todavia, tendo iniciado a abordagem do assunto, o *eu* desaparece”⁷³.

Revel enxerga nessa nova escrita ainda uma reverberação da retomada da construção do objeto pelo historiador: “Se, por hipótese, renunciarmos às convenções estabelecidas do gênero – a continuidade de uma história inscrita entre um começo e um fim, a descrição com base na evidência, o encadeamento de causas e dos efeitos etc. – que acontece com os objetos que o historiador se atribui? Eles se tornam objetos problemáticos”⁷⁴.

Para que essa preocupação com a escrita não se confunda com correntes neocépticas, Levi faz questão de colocar, na ordem do texto, como primeira

⁶⁷ LEVI, Giovanni. *A Herança Imaterial*. Op. cit., p. 79.

⁶⁸ GINZBURG, Carlo. *O Queijo e os Vermes*. Op. cit., p. 42.

⁶⁹ Idem, p. 164.

⁷⁰ LEVI, Giovanni. *A Herança Imaterial*. Op. cit., p. 151.

⁷¹ LEVI, Giovanni. “Comportamentos, Recursos, Processos”. Op. cit., p. 220.

⁷² LEFORT, Claude. “A Obra de Pensamento e a História”. In: *As formas da história: ensaios de antropologia política*. São Paulo: Brasiliense, 1978, *passim*, mas principalmente p. 159.

⁷³ PROST, Antoine. *Doze Lições sobre a História*; Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica, 2008, p. 238.

⁷⁴ REVEL, Jacques. “Microanálise e Construção do Social”. Op. cit., p. 37-38

característica a de que “a pesquisa histórica não é uma atividade puramente retórica e estética”. Certamente esse temor vem da aproximação com Geertz, a quem Levi dedica várias páginas do seu estudo para apontar semelhanças e demarcar diferenças entre a micro-história e a antropologia interpretativa⁷⁵. A necessidade da defesa vem da proximidade da crítica. Revel acredita que a escolha de um enfoque micro-histórico tende a “encorajar um relativismo de tipo culturalista que é um dos efeitos tendenciais do “geertzismo” na história social”⁷⁶. Levi defende que a micro-história está atenta aos significados simbólicos socialmente diferentes e, portanto, à qualidade ambígua (não homogênea) desses símbolos, e descarta a impossibilidade de um relativismo cultural que impeça as culturas de serem comparadas⁷⁷.

Tanto a possibilidade dos micro-historiadores de desenvolverem um comparativismo controlado quanto sua atenção à não homogeneidade dos símbolos são elogiadas pelo antropólogo Alban Bensa, para quem seus colegas deveriam levar em conta essas contribuições, deixando de tomar as práticas individuais das sociedades estudadas como tipos, como retratos de uma realidade homogênea e unânime⁷⁸. Como observa Levi, a micro-história ressalta “o papel ativo do indivíduo, que antes parecia simplesmente passivo ou indiferente”. São essas formas de leituras diferenciadas do mundo material e simbólico que Levi define como o debate sobre a racionalidade.

Outra característica apontada por Levi, “a pequena indicação como paradigma científico”⁷⁹, merece ser aprofundada já que Revel entende que o famoso texto de Ginzburg, *Sinais: raízes de um paradigma indiciário*⁸⁰ não permite explicar a micro-história, já que suas pretensões seriam a de fundar um novo paradigma para a história de maneira geral⁸¹. Essa confusão parece pertinente quando analisamos a hipótese defendida por Marcos Cezar de Freitas no capítulo primeiro do livro *Da Micro-História à História das Ideias*, chamado “A Micro-História e o Conhecimento Indiciário: uma trajetória de Ginzburg antecipada em Buarque de Holanda?”. Freitas, comparando as indicações do italiano ao procedimento metodológico do brasileiro, principalmente nos

⁷⁵ LEVI, Giovanni. “Sobre a Micro-História”. Op. cit., p. 141-152.

⁷⁶ REVEL, Jacques. “Microanálise e Construção do Social”. Op. cit., p. 24.

⁷⁷ LEVI, Giovanni. “Sobre a Micro-História”. Op. cit., p. 146, 149, 151.

⁷⁸ BENSA, Alban. “Da Micro-História a uma Antropologia Crítica”. In: REVEL, Jacques. (Org.). *Jogos de Escalas*. Op. cit., *passim*, mas principalmente p. 41 e 63-76.

⁷⁹ LEVI, Giovanni. “Sobre a Micro-História”. Op. cit., p. 149-150, 159-160.

⁸⁰ In: *Mitos, Emblemas, Sinais*. Op. cit., p. 143-179.

⁸¹ REVEL, Jacques. “Microanálise e Construção do Social”. Op. cit., p. 16, nota 3.

livros *Monções e Caminhos e Fronteiras*, conclui que “Buarque chegou primeiro ao paradigma indiciário”⁸².

Conclusão que parece em desacordo com a proposta de Ginzburg, que não pretendeu fundar um novo paradigma (ao contrário do que pensa Revel), mas apenas historiar a afirmação do paradigma indiciário baseado na semiótica nas ciências humanas, que se deu no final do século XIX, mais precisamente entre as décadas de 1870-1880, porém com raízes muito mais antigas. Segundo o próprio Ginzburg,

essa “intuição baixa” está arraigada nos nossos sentidos, (...) é difundida no mundo todo, sem limites geográficos, históricos, étnicos, sexuais ou de classe – e está, portanto, muito distante de qualquer forma de conhecimento superior, privilégio de poucos eleitos. É patrimônio dos bengaleses, expropriados do seu saber por *sir* William Herschel, dos caçadores, dos marinheiros, das mulheres. Une estreitamente o animal homem às outras espécies animais⁸³.

Mesmo a comparação de que o historiador trabalha com pistas, com sinais, tal como um detetive, já havia sido feita tanto por Bloch, na *Apologia da História*⁸⁴, quanto por Collingwood, em *A Ideia de História*⁸⁵, na primeira metade do século passado. Portanto, a palavra mais importante expressa por Levi quando cita a característica em estudo da micro-história é *pequena*. Os estudos dessa prática não partem das variações de preço ao longo de um século, mas de um inventário de despesas domésticas de um ano⁸⁶. Não partem dos padrões dos casos tratados por Freud, mas do sonho de um paciente⁸⁷. Não partem da estrutura das sentenças inquisitoriais às heresias, mas a alguns detalhes mínimos sobre o que supostos heréticos diziam praticar⁸⁸. Não renegam as grandes estruturas, pelo contrário, estabelecem comparações com elas e com outras situações similares, mas focados numa escala microscópica.

Além disso, segundo Levi, a micro-história “é um procedimento que toma o particular como ponto de partida (um particular que com frequência é altamente específico e individual e seria impossível descrever como um caso típico)”, sem, no

⁸² São Paulo: Cortez: UFS-IFAN, 1999, p. 11-36. A conclusão está na p. 34.

⁸³ GINZBURG, Carlo. *Sinais*. Op. cit., p. 151, 179.

⁸⁴ BLOCH, Marc. *Apologia da História ou O Ofício de Historiador*. Op. cit.. Nas p. 72-73, Bloch trata da história como um conhecimento através de vestígios, referindo-se, inclusive, a uma expressão anterior de François Simiand. Na p. 89, ele compara a interpretação dos testemunhos com o trabalho da polícia.

⁸⁵ COLLINGWOOD, Robin George. *A Ideia de História*; Trad. Alberto Freire. Lisboa: Editorial Presença, 1972. Ver a comparação que ele faz entre o trabalho do historiador e o trabalho do detetive a partir da fábula *Quem Matou John Doe [Fulano de Tal]?*, nas p. 399-419.

⁸⁶ LEVI, Giovanni. “Comportamentos, Recursos, Processos”. Op. cit.

⁸⁷ GINZBURG, Carlo. “Freud: o homem dos lobos e os lobisomens”. In: *Mitos, Emblemas, Sinais*. Op. cit., p. 207-217.

⁸⁸ Idem. *Os Andarilhos do Bem*. Op. cit.

entanto, colocá-lo em oposição ao social⁸⁹. *O Queijo e os Vermes* é um excelente exemplo dessa característica: a partir das ideias absolutamente singulares de Mennochio, Ginzburg conseguiu rastrear substratos de crenças camponesas que eram compartilhadas por grande parte dos vizinhos do moleiro⁹⁰. Ou seja, do indivíduo consegue-se perceber elementos da cultura muito mais disseminados, o contexto no qual ele se movia.

Essa técnica permite que o historiador não se deixe levar pela certeza de que a eficácia dos macro-fenômenos é óbvia, como bem exemplifica Revel com a expansão do Estado moderno, que os historiadores ainda estudam através do “peso do sistema fiscal público, ou o número de funcionários, ou os progressos quantitativos da Justiça real”, usando como modelo o crescimento econômico, afirmando que um “pequeno número de indicadores selecionados permite explicar a evolução conjunta de um sistema que seria a um só tempo contínuo e integrado”⁹¹. Nesse sentido, ao estudar Mennochio, Ginzburg conclui que “justificação e predestinação, os dois temas sobre os quais a discussão religiosa na Itália se acirrava no período da Reforma, não queriam dizer literalmente nada para o moleiro friulano”⁹². O contexto geral italiano não se aplicava à região observada. É necessário olhar com cautela sobre a modulação local da grande história⁹³.

Muda-se a forma de enxergar as várias relações dentro da sociedade em análise através dessa definição específica de contexto, não tácito, estruturado pelo próprio historiador. Em trecho já citado, Levi mostra como essa composição do contexto se dá a partir de alguns resultados, para deles “extrair uma generalização mais ampla, embora as observações iniciais tenham sido feitas, dentro de dimensões relativamente estreitas e mais como experimentos que como exemplos”⁹⁴. Por isso, a importância do detalhe, que, nas palavras de Alban Bensa, “vale pelas fatias de realidade que revela, pelo peso das circunstâncias e das motivações que suporta, pela compreensão dos contextos aos quais introduz”⁹⁵. Na verdade, esse contexto “vivo” da micro-história é outra forma de se referir ao que Revel chamou como a construção do objeto pelo historiador.

⁸⁹ LEVI, Giovanni. “Sobre a Micro-História”. Op. cit., p. 154, 159.

⁹⁰ GINZBURG, Carlo. *O Queijo e os Vermes*. Op. cit.

⁹¹ REVEL, Jacques. “Microanálise e Construção do Social”. Op. cit., p. 30.

⁹² GINZBURG, Carlo. *O Queijo e os Vermes*. Op. cit., p. 68.

⁹³ REVEL, Jacques. “Prefácio”. Op. cit., p. 25.

⁹⁴ LEVI, Giovanni. “Sobre a Micro-História”. Op. cit., p. 141.

⁹⁵ BENSA. “Da Micro-História a uma Antropologia Crítica”. Op. cit., p. 45.

Construção essa que, como já foi visto, trata-se de uma retomada, mais do que de uma inovação da micro-história. Por isso, Revel acredita que os macro-historiadores não estão impedidos de usar os mesmos procedimentos⁹⁶. A micro-história inova, mas insere-se no caminho já trilhado por grandes historiadores. Para se provar isso, basta ler o já citado conselho de Bloch e perceber como ele está materializado nos objetivos da obra *A Herança Imaterial*, de Levi: “Sob o aparente mecanismo de mercado que preside esta grande quantidade de transações com terras se esconde o problema geral dos recursos, dos poder da sobrevivência, da solidariedade, da manutenção ou da transformação das relações e dos valores sociais existentes”⁹⁷.

O que a micro-história propõe é uma visão mais complexa da sociedade sem sair da trilha segura dos grandes historiadores. Certamente, algumas opções de outros historiadores foram deixadas de lado por ela. É o caso da forma como a história deve ser explicada na concepção de Antoine Prost, exposta por ele em sua derradeira aula “Como a História Faz o Historiador?”. Para ele, o historiador não pode apenas determinar as condições de possibilidade da explosão do evento, mas aquilo que torna o evento inevitável. As causas poderiam, então, ser divididas em dois tipos: as coações e as decisões dos agentes, de maneira que a fatalidade fica excluída da história⁹⁸. Não é uma visão diferente de Collingwood, a quem Prost inclusive cita elogiosamente na mesma aula, para quem a ciência tem de ser “irrefutável ou objetiva, tem de dar a impressão de inevitabilidade a quem for capaz ou quiser tomar em consideração os fundamentos em que ela se baseia”⁹⁹. Embora possam parecer antitéticas as duas colocações, a *inevitabilidade* de Collingwood não entra em contradição com o fato da história não ser uma *fatalidade*, como afirma Prost. Collingwood também aposta na decisão dos agentes para explicar a história; a *inevitabilidade* tem aqui o caráter de que a explicação do historiador precisa ser incontestável para seus leitores.

Não é esse tipo de explicação que a micro-história pretende dar. Não se pode, por exemplo, enquadrar a explicação de Ginzburg para as ideias do moleiro no esquema de Prost. Uma tentativa de comparar a Reforma e invenção da imprensa com as possibilidades de explosão do processo inquisitorial e as leituras de Menocchio como a faísca que o leva a dizer o que diz não se sustentaria. Os livros não explicam o porquê

⁹⁶ REVEL, Jacques. “Prefácio”. Op. cit., p. 36.

⁹⁷ LEVI, Giovanni. *A Herança Imaterial*. Op. cit., p. 147.

⁹⁸ *Revista Anos 90*, n. 14, Porto Alegre, dez/2000, p. 13-14. As citações a Collingwood aparecem a partir da p. 18.

⁹⁹ COLLINGWOOD. Op. cit., p. 398.

das extrapolações e das inúmeras releituras que o friulano fazia dos seus livros. Da mesma maneira, não se pode dizer que a existência de um mito difundido como o dos lobisomens era a condição possível para o cliente de Freud ter um sonho com eles na sua infância, e o fato da ama do menino possivelmente conhecer essas lendas seria a faísca. Não há inevitabilidade nisso. As perguntas feitas pelo micro-historiador nesses dois casos foram as seguintes: “em que condições foi possível a Menocchio dizer o que disse?”, “em que condições foi possível ao menino dos lobos ter o sonho que teve?”, é desta maneira que o micro-historiador dá coerência aos fatos, encadeia-os, atribuindo-lhes um sentido, uma inteligibilidade¹⁰⁰.

Dessa nova forma de questionamento, deriva uma forma diferente de apresentar os resultados, que não é – como já foi visto – a maneira objetiva que sugere Collingwood. A sua fábula sobre quem matou Fulano de Tal é montada tal qual um romance de Agatha Christie, cujo personagem mais famoso, o inspetor belga Hercule Poirot, é citado como um exemplo do trabalho detetivesco e historiográfico. Não à toa, os romances de Agatha Christie são aqueles nos quais o narrador domina a vida de todos os personagens, explicando em minúcias, no desfecho do crime, cada pequeno gesto, cada frase dita por cada um deles. Partindo do fato de que o contexto deve explicar as condições nos quais um fato pôde irromper, mas lembrando sempre que várias outras formas de agir e pensar, de se relacionar com o mundo simbólico e material seriam possíveis, o micro-historiador procura outras formas de exposição.

Dialogando com os fundamentos da micro-história, esta pesquisa se propõe a compreender o nascimento do poder judiciário em Sant’Anna e das relações que ele conseguiu manter com a população do local, fato incrustado no processo de construção do Estado brasileiro, mesmo no interior mais distante e incomunicável.

Trata-se, portanto, em uma de suas facetas, de uma pesquisa em história do Direito. Vale a pena destacar os passos recomendados para analisar de modo sincrônico o Direito, por Pierre Vilar: 1º) os princípios do direito escrito e de todo direito institucional; 2º) os costumes vivos; 3º) medir a aplicação real das regras; 4º) a aceitação sociopsicológica das regras, única capaz de assegurar uma eficácia quotidiana¹⁰¹.

¹⁰⁰Estes são os elementos que devem compor a narrativa do historiador, segundo Antoine Prost. Ver *Doze Lições sobre a História*; Op. cit., p. 4-5. Ver também “Como a História Faz o Historiador”. Revista Anos 90, n. 14. Porto Alegre, dez/2000, p. 7-22.

¹⁰¹ VILAR, Pierre. “História do Direito, História Total”; Trad. Ilka Stern Cohen. *Projeto História*, São Paulo, n. 33, dez. 2006, p. 28.

Acompanhando esse caminho, com o intuito de elucidar a questão proposta, foram elaboradas algumas hipóteses de trabalho para serem testadas na documentação. A primeira delas diz respeito à constituição do poder judiciário em área tão periférica do Império. Como se percebe pelo estudo de Elaine Sodré sobre o Tribunal da Relação de Porto Alegre, Mato Grosso não era um destino almejado pelos bacharéis do litoral, a ponto de o Tribunal de Cuiabá estar quase sempre às voltas com pedidos de remoção e licença¹⁰². A falta de juízes nessa província se percebe em uma leitura dos relatórios dos presidentes de Mato Grosso. Além disso, a obra *Os Aprendizizes do Poder*, de Sérgio Adorno, indica que o número de advogados em exercício no Império não era tão elevado¹⁰³. Em uma aproximação com os processos de Sant'Anna, nota-se que grande parte dos magistrados é formada por pessoas da localidade, não são juízes enviados de outros pontos do Império pelo governo central. Levanta-se assim a possibilidade de que o poder judiciário na comarca estava vinculado à própria elite local, sem formação acadêmica e, portanto, não apenas a aplicação da lei penal, mas o próprio desenrolar do processo judicial, na comarca em estudo, estava debaixo do crivo dessas pessoas.

Para compreender a formação dos bacharéis do Império, Adorno estudou a maneira como era conduzido o curso da Academia de Direito de São Paulo. Visto que o judiciário local estava muito distante de ter essa formação, procurou-se localizar algumas características culturais existentes em Sant'Anna e analisar como o Estado lidava com essas características. Algumas delas foram escolhidas para esquadrihar a possibilidade de as leis nominalmente liberais do Império poderem ser aplicadas em Sant'Anna com o propósito de analisar se havia esforços do poder judiciário na elucidação dos crimes e nas punições decorrentes, e também se, em uma comarca territorialmente muito extensa, mas de população escassa, havia a possibilidade de a lei ser exercida de maneira impessoal. O teste com a documentação pretende mostrar que a aplicação da lei penal em Sant'Anna estava marcada pelas relações pessoais com as autoridades e entre as autoridades.

Porém essa segunda hipótese, embora responda bem à pergunta sobre a impessoalidade das leis, explica apenas parcialmente a questão das investidas das autoridades na solução e penalização dos crimes, já que a atuação da burocracia e da magistratura estava limitada pela estrutura da comarca e pela visão de mundo daquelas

¹⁰² SODRÉ, Elaine Leonara de Vargas. “*Mando Vir (...) Debaixo de Vara, as Testemunhas Residentes Nessa Comarca (...)*” – *história do Tribunal da Relação de Porto Alegre, 1874-889*. Dissertação de mestrado em história. Porto Alegre: PUC, 2002, p. 61 e 102.

¹⁰³ ADORNO, Sérgio. *Os Aprendizizes do Poder*. Op. cit.

peessoas. Faz-se necessário descobrir se havia funcionários suficientes em todos os postos da Justiça, se a cadeia conseguia cumprir seu papel tanto prisional quanto intimidador, e como as pessoas enxergavam o que as leis da Corte consideravam crime, bem como, de maneira geral, como percebiam a intromissão estatal em suas vidas, com o intuito de provar que a aplicação da lei esbarrava em uma visão popular contra o Estado e contrária também à classificação criminal do Império, além da falta de estrutura necessária, condicionada em parte pela miséria da vila, em parte pela descrença na intermediação estatal.

Por fim, solucionadas essas questões, será possível avaliar se a Justiça existiu como um espaço de mediação entre conflitos na Sant'Anna do Segundo Império ou se os jurisdicionados confundiam a figura do juiz com a do fazendeiro patriarca. A resposta a essa hipótese nos leva ao primeiro, e mais restrito, dos nossos objetivos: definir qual o melhor modelo disponível para compreender a relação da lei com os jurisdicionados na comarca em tela: o de Vellasco, para quem a ordem foi sedutora, ou seja, mesmo os estratos menos favorecidos da população procuravam a Justiça por acreditar nela como mediadora para os seus conflitos; ou o de Adorno (mas não apenas ele), segundo o qual o Estado teria sido um mistério para grande parte dos súditos de Pedro II, inacessível a parcela significativa deles.

Mas a pesquisa também pretende atingir um segundo objetivo, mais amplo: verificar qual a teoria da aplicação da lei é mais condizente com a realidade em estudo. Nesse sentido, as discussões teóricas mais gerais com as quais os resultados dialogarão são as de Thompson e Bourdieu.

Ambos os estudiosos concordam que o direito não é mera ideologia, como supõe o marxismo ortodoxo. E só nele. A conclusão de Thompson sobre a Lei Negra inglesa e a aplicação da justiça naquele país, é de que, a princípio, “os oligarcas e grandes fidalgos só estavam satisfeitos em se submeter ao domínio da lei, porque essa lei era útil e oferecia à sua hegemonia a retórica da legitimidade”. Mas chegou um momento em que o equilíbrio da luta de classes se alterou e os dominantes tiveram que tomar uma decisão. Para Thompson, “poderiam descartar o domínio da lei, dismantelar suas elaboradas estruturas constitucionais, revogar sua retórica própria e exercer o poder pela força; ou, então, submeter-se a suas próprias regras e renunciar à sua hegemonia”¹⁰⁴. Outras classes haviam se apropriado da retórica da igualdade e usavam-na para exigir o

¹⁰⁴ THOMPSON, Edward Palmer. *Senhores e Caçadores: a origem da Lei Negra*; Trad. Denise Bottman. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 361.

cumprimento de determinadas regras do jogo. Ao final, os dominantes preferiram não estilhaçar sua auto-imagem e repudiar 150 anos de legalidade constitucional. Renderam-se à lei.

Eles não estavam sendo iludidos pelo próprio jogo. Conheciam as suas regras e as aceitaram, fazendo uma escolha política consciente que resultou no bem da maioria. Desta forma, a lei não se restringe a mero instrumento de dominação, posto que pode desempenhar um papel central nas lutas populares. Por isso, ao ex-ministro da Suprema Corte dos Estados Unidos, Oliver Wendell Holmes Jr., para quem a lei é “a instância por meio da qual um grupo que detém o poder impõe aos menos poderosos ônus e obrigações desagradáveis”¹⁰⁵, Thompson responderia: “Devemos expor as imposturas e injustiças que podem ocultar sob essa lei. Mas o domínio da lei em si, a imposição de restrições efetivas ao poder e a defesa do cidadão frente às pretensões de total intromissão do poder parecem-me um bem humano incondicional”¹⁰⁶.

Já para Bourdieu, o direito é uma coerção para o cumprimento das normas do soberano que se faz através do poder simbólico, uma alternativa sutil à violência física. Para ele, a lei não passa da “violência simbólica legítima cujo monopólio pertence ao Estado e que se pode combinar com o exercício da força física”¹⁰⁷. Em outro estudo, o sociólogo chega a afirmar que os juristas são apenas os guardiões hipócritas da hipocrisia coletiva, já que são eles os principais defensores da idéia de um universal, ou, para dizer melhor, enredam-se em seu próprio discurso e passam a acreditar que o direito é um valor trans-histórico que goza de completa autonomia¹⁰⁸. Neste ponto estaria a fraqueza argumentativa de Thompson, que não teria localizado as raízes históricas da formação do direito na sociedade por ele estudada, preferindo encontrar ali valores absolutos.

Para atingir esses objetivos, faz-se necessário discutir um pouco mais a forma argumentativa da micro-história. Embora alguns distanciamentos dela em relação a Collingwood tenham sido explorados, isso não significa que tal prática historiográfica não deva também a ele. É o caso, por exemplo, da refutação à história de cola e tesoura.

¹⁰⁵ HOLMES Jr., Oliver Wendell. *The essential Holmes*. Chicago: Chicago University Press, 1992. Apud. GODOY, Arnaldo Sampaio de Moraes. “O Realismo Jurídico em Oliver Wendell Holmes Jr”. *Revista de Informação Legislativa - Senado Federal*, Brasília, n.171, jul., 2006, p. 99. Holmes Jr. foi juiz da Suprema Corte dos Estados Unidos entre 1902 e 1932.

¹⁰⁶ THOMPSON, *Op. cit.*, p. 357.

¹⁰⁷ BOURDIEU, Pierre. “A Força do Direito: elementos para uma sociologia do campo jurídico”. In: *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p. 211.

¹⁰⁸ BOURDIEU, Pierre. “Los Juristas, guardianes de la hipocresía colectiva”. *Jueces para la Democracia*. Madrid, n. 47, jul., 2003, p. 3-5.

Possivelmente, o denominador comum para que Collingwood e Ginzburg tenham essa mesma repulsa é Benedetto Croce. Ao fim da sua longa explanação sobre os diversos historiadores, de diversas épocas e de diversos países, Collingwood como que vê consubstanciados todos os pontos positivos apontados anteriormente nos trabalhos finais de Croce¹⁰⁹. Embora Ginzburg não tenha gostado do primeiro livro que leu do conterrâneo, *Storia dell'Europe nel Ottocento*¹¹⁰, possivelmente, as suas marcas permaneceram firmes na historiografia italiana e de outras nacionalidades.

Segundo Collingwood, o único problema com o qual se defronta o historiador de cola e tesoura é o de aceitar ou rejeitar parte de um testemunho. Ou seja, encontrando a resposta a um determinado problema, esse pseudo-historiador deve apenas decidir se a afirmação é verdadeira ou falsa. Caso seja falsa, deve lançá-la no cesto de papéis; sendo verdadeira, deve incorporá-la e ratificar as conclusões às quais aquele testemunho chegou, tornando-o uma fonte autorizada. É uma história (não há outro nome disponível, embora não seja científica) construída exclusivamente com base na extração e combinação de testemunhos de diversas fontes, encontrando afirmações já prontas.

Como a micro-história relaciona-se de maneira distinta com o material documental, não é impossível que seja julgada como história de cola e tesoura. Tomarei três exemplos do meu texto – e que talvez só fiquem mais claros quando forem reencontrados no corpo da narrativa – para demonstrar que essa seria uma análise errônea:

1) As moradias

O estudo intensivo do material documental permite ao micro-historiador (e mesmo ao macro que se aventure nessa prática) descobrir pequenas indicações que contribuam para a solução do seu problema. O desta pesquisa é compreender como a população local se relacionava com o poder judiciário. A leitura meticulosa dos processos permitiu encontrarmos um detalhe que passaria despercebido se a proposta fosse determinar uma característica deles e se aprofundar nela. Por exemplo: as conclusões dos processos ou a tipologia dos crimes. O detalhe a que me refiro são as moradias encontradas em Sant'Anna, descritas em dois processos. Num deles, trata-se da casa do jurado Aurélio José Passos; a testemunha Manoel Francisco, num caso em

¹⁰⁹ COLLINGWOOD. Op. cit., p. 294-312.

¹¹⁰ PALLARES-BURKE. Maria Lúcia Garcia. "Carlo Ginzburg". In: *As Muitas Faces da História: nove entrevistas*. São Paulo: UNESP, 2000, p. 274.

que Aurélio era acusado de assassinato, descreveu-a como sendo de pau a pique e sem compartimentos interiores¹¹¹. Outro aspecto das moradias pode ser extraído da descrição que o ex-escravo de Agostinho Paulino da Costa fez do assassinato do seu senhor: a testemunha assistiu o crime através de buracos que existiam na parede¹¹².

O historiador científico, para Collingwood, não pergunta se a afirmação é verdadeira ou falsa. Ele se questiona: “Que luz vem lançar sobre o assunto que estou a estudar o fato de essa pessoa ter feito esta afirmação dando-lhe o significado que lhe deu?”¹¹³. Ou, especificamente no caso: “Que luz pode lançar essa afirmação na maneira como as pessoas se relacionavam com o poder judiciário”? Comparando essas moradias com outras moradias pobres do país, percebe-se uma miserabilidade maior em Sant’Anna. Outros dados nos permitem inferir a dureza e a rusticidade da vida no sul de Mato Grosso, ademais confirmada por Sodré¹¹⁴. Numa situação de penúria, a estrutura burocrática do poder deveria ser mal aparelhada; suposição confirmada pela péssima cadeia da vila, descrita por seu carcereiro Lucas Antunes da Silva¹¹⁵.

Não apenas isso: o sustento de uma pessoa presa deveria ser incômodo para a maioria esmagadora da população, obrigada a uma vida de sérias dificuldades. Além disso, tal tipo de punição não era encarado como o adequado para boa parte dos crimes ditos públicos pelas leis da Corte, mas entendidos pela população como assuntos particulares, como se observa a respeito da presença feminina nos processos e sobre a visão de mundo a respeito dos assassinatos.

Nota-se que a miséria das casas não era o problema que se buscava solucionar e, encontrando-se um testemunho a respeito, esse não foi incorporado ao texto depois de averiguado se era verdadeiro. Abandona-se o questionário sobre a veracidade ou falsidade da afirmação para trocá-lo por outro mundo, no qual se escreve a história, chegando-se a conclusões pessoais¹¹⁶. E esses dados permitem grandes subsídios para entender o funcionamento da justiça (havia um prédio para o poder judiciário? um prédio para a cadeia? as pessoas comuns sentiam-se confortáveis com a punição através de prisões?), mesmo que não trate deles, já que o historiador científico consegue ler, em

¹¹¹ 116/17.

¹¹² 114/28.

¹¹³ COLLINGWOOD. Op. cit., p. 410.

¹¹⁴ SODRÉ, Nelson Werneck. *Oeste: ensaio sobre a grande propriedade pastoral*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1941. (Coleção Documentos Brasileiros), p. 16; 74-75.

¹¹⁵ 115/17.

¹¹⁶ COLLINGWOOD. Op. cit., p. 391.

passagens sobre outros assuntos, respostas a seus problemas, ou, dito de outra forma, “tudo no mundo é uma prova potencial de qualquer assunto”¹¹⁷.

Salienta-se, ainda, para mostrar as vantagens da micro-história, que a atenção dada às moradias também permitiu algo que parecia impossível: provar a confusão que havia entre a figura do juiz e do fazendeiro-patriarca, posto que na ausência de prédios públicos, boa parte dos andamentos dos processos se dava na casa das autoridades e a *impessoalidade* que deveria nortear a Justiça liberal quedava esquecida. Mas isso é um desvio. A linha principal deve ser seguida.

2) Quem eram os juízes?

Uma das questões centrais desta pesquisa é descobrir quem eram os responsáveis pelo manejo das instituições judiciárias na comarca. A leitura dos processos indica que os juízes eram os próprios membros da elite local, já que muitas vezes aqueles que apareciam como magistrados, mais adiante compareciam como testemunhas e afirmavam ter outra profissão não ligada ao Direito. Nesse caso específico, para retomar a fábula de Collingwood, é como se um criminoso, no caso o pároco, tivesse confessado o crime, já que a pergunta pode ser parcialmente respondida através da análise feita pelos presidentes de província em seus *Relatórios*.

Mas isso não configura a história de cola e tesoura (hoje em dia, exercida virtualmente no computador), pois se o historiador diz para si mesmo ““estou a ler ou a ouvir uma informação com este ou aquele fim””, trata-se de uma afirmação autônoma, ponto de partida do historiador científico porque não significa a aceitação de informações pré-fabricadas¹¹⁸. E essa prova recolhida nos *Relatórios* não é a solução do problema, ela gera outras perguntas: se eram leigos, como eram escolhidos? O historiador científico, ao fazer uma pergunta, só a faz porque se julga capaz de respondê-la, já tem em seu espírito uma ideia da prova necessária¹¹⁹. Só a análise palmo a palmo dos processos permitiu ler algumas referências a juízes como sendo também membros da Câmara Municipal. O que gerou uma nova pergunta: havia lei determinando a ocupação dos cargos judicantes por vereadores durante o Império, mesmo contrário à afirmação de Sérgio Buarque de Holanda, para quem a “tradicional indistinção, em nossas Câmaras [nos primeiros três séculos após o descobrimento],

¹¹⁷ Idem, p. 403-404, 418.

¹¹⁸ Idem, p. 410-411.

¹¹⁹ Idem, p. 418.

entre as funções políticas, jurídicas e administrativas”, foi vista pelos artífices do Império nascente como “claramente incompatível com os ideais dos tempos novos, que exigem uma rigorosa divisão de tais funções”¹²⁰, e por isso foi desfeita?

A ideia preliminar e experimental da prova que se poderia empregar já estava clara e a pesquisa foi no seu encalço. Encontrou-se a seguinte diretriz dada pelo Ministério da Justiça: “conforme decidiu o aviso de 24 de agosto último [1882], publicado no *Diário Oficial* de 27, continuam os juízes municipais, na falta dos respectivos suplentes, a ser substituídos pelo vereador mais votado e pelos que se lhe seguirem na ordem da votação”¹²¹.

Portanto, não se trata de uma compilação de testemunhos, alçados à categoria de fontes autorizadas. Foram provas usadas para responder a uma pergunta anteriormente formulada sobre quem eram os juízes em Sant’Anna. O perigo aqui seria cair na mesma armadilha do policial do conto de Collingwood, que interrogou bem a filha do vigário, concluindo que ela mentia, mas se esqueceu da pergunta principal para poder avançar na pesquisa: quem era o assassino?¹²². Não é o caso: o fato de os juízes serem a própria elite política local está estreitamente relacionado ao nosso “quem matou Fulano de Tal”, que é: como era a relação da população local com o poder judiciário.

3) Os enfrentamentos na Justiça

À parte o Ministério Público, que tinha a função precípua de levar conflitos da sociedade ao poder do Estado, também cidadãos se encontravam sem intermediação da promotoria nas cortes de Justiça. A chance de estudar intensivamente o material permitiu corroborar a hipótese de que novas realidades viriam à tona. Focando em cada processo no qual havia litígios desse tipo, foi possível encontrar elementos para relativizar para Sant’Anna o modelo da ordem sedutora proposto por Vellasco para a comarca do Rio das Mortes.

Também aqui, não foram os conteúdos das afirmações ditas perante as barras da lei que nos interessam, porém o fato de serem ditas perante os magistrados. Em outras palavras, o que interessa é compreender a quem interessava resolver seus problemas

¹²⁰ HOLANDA, Sérgio Buarque de. “A herança colonial – sua desagregação”. In: Holanda, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*, tomo II, “O Brasil Monárquico”, vol.1. São Paulo: Difusão européia do livro, 1965, p., p. 24.

¹²¹ UFLACKER, Augusto. *Reforma Eleitoral Anotada*. Rio de Janeiro: Rua do Ouvidor, 1884, p. 320, disponível do site do Superior Tribunal de Justiça <bdjur.stj.gov.br>, consultado em 10/01/2010 [p. 312 do arquivo .pdf].

¹²² COLLINGWOOD. Op. cit., p. 405.

através da mediação da Justiça, que tipos de questões eram mediados sem o Ministério Público, e se pessoas menos favorecidas interpelavam pessoas de posse. Mais uma vez, a micro-história levou a pesquisa mais longe para responder às perguntas elaboradas segundo os preceitos da história científica.

Parte 1

IMPLANTAÇÃO DO ESTADO

A instalação dos aparatos burocráticos em terras do sul de Mato Grosso fazia parte das estratégias do Império do Brasil para consolidar os seus valores de ordem e civilização em todas as partes do território que há pouco tempo conquistara a independência. Tarefa árdua, já que o país nascente era imenso e com grandes vazios populacionais. Mato Grosso sempre fora uma região isolada e se tornou uma capitania, desvinculada de São Paulo, em um contexto de disputa colonial, como indica Ernesto Sena:

A criação da capitania de Mato Grosso tinha como um de seus objetivos a caracterização da posse na região. Não foi coincidência, portanto, a implantação da capitania anteceder em apenas dois anos a assinatura do Tratado de Madri (1750). Esta assinatura, no entanto, não garantiria a posse da terra para o reino português. A nova região administrativa deveria organizar a defesa não só para conter qualquer possível avanço espanhol, mas também para ocupar áreas não ocupadas pelo estrangeiro.

E em sucessivas levadas, começaram a desembarcar militares, burocratas, religiosos, comerciantes, legitimando a posse da terra. Sem um produto rentável que sustentasse seus gastos, Mato Grosso demonstrava dificuldade em equilibrar suas contas. Segundo Sena, quando os laços coloniais com Portugal foram rompidos, “o déficit com os salários do funcionalismo público e os soldos chegava ao montante de 800 contos (a receita da província era entre 30 e 40 contos anuais)”. Embora de pouco valor econômico, a importância de Mato Grosso residia em seu papel de guardião das fronteiras. Os vínculos dos administradores com o poder central e a dependência financeira em relação à Corte resultaram na aceitação imediata e completa da Independência, sem a relutância que caracterizou outros pontos do território lusitano na América.

Durante a Regência, a força do poder central fazia-se sentir com as trocas de governantes, para reafirmar, nas palavras de Sena, que “a distante e fronteira província continuava fazendo parte do Império num momento em que havia acentuada mudança de rumos ao novo país”. Depois da coroação do Imperador menino, o que norteou as relações do centro administrativo com Mato Grosso foi a “direção saquarema”, caracterizada por um projeto de centralização mais efetiva do Império.

A história política de Mato Grosso era embalada pelas ondas do Rio de Janeiro: enquanto a política de Conciliação entre liberais (luzias) e conservadores (saquaremas) funcionou na Corte, a aliança também prosperou na província; quando lá fracassou, os partidos passaram igualmente a se antagonizar em Cuiabá. Da mesma maneira, a noção de *ordem* emanava do governo central e chegava ao Mato Grosso, principalmente, através da figura do presidente de província, cargo de livre nomeação do Imperador, cuja função principal era fazer com que a população reconhecesse nos progressos materiais, no crescimento da instrução e nas mudanças de costumes os sinais de um *mundo melhor*. Para isso, buscava o apoio de personalidades destacadas, que não apenas ajudariam a administrar, mas seriam partícipes de um ideal civilizatório.

O Império tentava enraizar as suas instituições em Mato Grosso, enfrentando grandes dificuldades: a falta de prédios públicos, de policiais, de juízes formados em Direito, de burocratas qualificados, etc., e a resistência à incorporação de valores, como notou Sena. Para ele, o problema de se construir uma “nação brasileira era justamente a pluralidade de comunidades e culturas”. Os ribeirinhos esnobavam os progressos materiais, jogando lenha nos rios e obstruindo a navegação a vapor, os moradores da cidade não utilizavam o recém-inaugurado encanamento d’água, preferindo ir pegá-la nos tanques e bicas, e outros ainda se recusavam a levar seus filhos à escola¹²³.

Por um lado, assegura Domingos Garcia, o caráter “macrocéfalo do Estado imperial que, se era forte no centro, ia progressivamente perdendo força à medida que se afastava para a periferia, onde não encontrava canais adequados para que uma orientação política geral pudesse se ‘derramar’ para a sociedade”¹²⁴; por outro, José Carlos Barreiro lembra que “os mecanismos de controle desencadeados pela classe dominante passavam no mínimo pelo crivo dos valores próprios” dos homens livres e sem posses sobre os quais o Estado tentava influir¹²⁵.

Durante a Guerra do Paraguai, por exemplo, a província não recebeu do governo central a mesma atenção dispensada para a região sul do Império, sendo que a defesa do

¹²³ Essas primeiras considerações sobre Mato Grosso no Império foram baseadas na tese de Ernesto Sena e na obra do Ilmar Rohloff de Mattos, na qual Sena se alicerça. Ver SENA, Ernesto Cerveira de. *Entre Anarquizadores e Pessoas de Costumes: a dinâmica política e o ideário civilizatório em Mato Grosso (1834-1870)*. Tese de doutorado em história. Brasília: UnB, 2006, p. 12-13, 20-21, 31, 37-42, 283 (incluindo nota 836); e MATTOS, Ilmar de. *O Tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec; Brasília: INL, 1987, p. 129 e ss.

¹²⁴ GARCIA, Domingos Sávio da Cunha. *Mato Grosso (1850-1889): uma província na fronteira do Império*. Dissertação de mestrado em história econômica. Campinas-SP: Unicamp, 2001, p. 59.

¹²⁵ BARREIRO, José Carlos. “Instituições, Trabalho e Luta de Classes no Brasil do Século XIX”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo: ANPUH/Marco Zero, 14, p. 149.

território sul de Mato Grosso ficou quase completamente por conta dos próprios moradores. Os interesses da Corte não se voltavam para a província fronteiriça; nas palavras de André Toral: “Os interesses brasileiros mais fortes com o vizinho guarani eram questões territoriais e de livre navegação. As questões de fronteira e deslocamentos no Prata afetavam o distante Mato Grosso e suas oligarquias, afastados espacialmente da Corte e dos interesses que se faziam representar mais proximamente do imperador”¹²⁶. Como sequelas, o norte sofreu um processo de crônica estagnação da economia e o sul (sobretudo na região de fronteira) ficou devastado, com suas vilas destruídas, sua economia desarticulada e um grande vazio populacional. Como sintetiza Domingos Garcia: “A população da província pagou um preço elevado e levará décadas para se recuperar. Terminada a guerra restou uma província destruída economicamente, com uma população rarefeita e sem alternativas visíveis. (...) Mato Grosso era uma província destruída no plano econômico e no plano social”.

Segundo esse mesmo pesquisador, uma das características marcantes do Império, em Mato Grosso, era a dificuldade que os aparatos de Estado tinham em se afirmar:

Quando entramos na década de 1850 o aparelho de Estado da província ainda encontrava-se bastante incipiente, sua organização política era frágil, a sociedade continha elementos de dispersão evidentes e a economia da província era ainda essencialmente apoiada em uma agricultura rudimentar, pequeno extrativismo e uma pecuária que, naquele momento, apenas começava a se desenvolver, enfrentando para isso muitas dificuldades.

Em seguida, Garcia comenta a atuação da burocracia quase como encenação ao tratar da aplicação da Lei de Terras (1850) em Mato Grosso que, segundo ele, não trouxe modificações na estrutura fundiária. O registro de terras deveria ser feito junto ao vigário e depois mandado ao juiz comissário – cargo para o qual um presidente disse que não havia gente idônea na província. Como em algumas paróquias não havia vigário, o processo nem começava: “A criação da repartição especial de terras públicas na província, sem que tivesse efetivamente qualquer condição de colocar em prática os objetivos para a qual foi criada, mais parece uma espécie de satisfação ao governo imperial, dado pelo presidente de província. A estrutura burocrática foi criada, mas não para impedir a continuidade da apropriação de terras públicas”¹²⁷.

¹²⁶ TORAL, André Amaral de. *Imagens em Desordem: a iconografia da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Humanitas / FFLCH / USP, 2001, p. 56.

¹²⁷ GARCIA. Op. cit., p. 20; 44; 54; 86; 90.

Foi nesse contexto que houve, também, a expansão das instituições judiciais pelo território do Império. Essa burocracia legou os documentos que servem como base ao presente estudo e estão guardados pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul.

O Arquivo

Existem 140 caixas de processos do cível e do crime, desde meados do século XIX a meados do século XX, referentes à Sant'Anna do Paranaíba, e os livros de cartório que cobrem o mesmo período desta comarca no Tribunal de Justiça. Embora um ou outro documento já tenha sido danificado por traças e outros agentes de degradação, a maioria ainda se encontra em bom estado. Alguns documentos do final do século XIX continuam em Paranaíba, no seu Centro de Memória e na Câmara Municipal, mas infelizmente sem o devido cuidado para preservação e sequer foram alvos de uma catalogação simples. O destino dos livros da Câmara Municipal do Império parece ter sido selado bastante cedo, no começo do século XX, como se vê nesse ofício de 1901:

Achando-se impedido o intendente geral do município, assassinado o 1º vice e mudado o segundo, a Câmara nomeou o vereador Augusto de Pádua Fleury para exercer o cargo interinamente. Ainda não se achou diversos livros da Câmara, como seja o da receita e despesa e documentos de dinheiros, que estavam em casa do intendente¹²⁸.

O foco principal desta tese são os processos que tramitaram em Sant'Anna desde 1859 até o final do Império, que estão nas caixas 114 a 118, mas nem todos nos interessam. Apenas os dois primeiros processos da última caixa abarcam o período em estudo, assim como os processos 16 e 17 da caixa 117 também foram iniciados durante a República e ficaram fora da análise. O caso 114/05 parece ter enganado os seus catalogadores: como havia um libelo¹²⁹, foi classificado como crime, porém na verdade trata-se de uma cobrança de dívida. Aconteceu também que João Pedro da Silva moveu duas ações por calúnia, no início do ano de 1888, contra a mesma pessoa, José Vicente Ferreira Júlio, e pelos mesmos motivos. Por isso, acabaram sendo catalogados como um

¹²⁸ Descrição da cidade de Sant'Anna do Paranaíba depois da primeira invasão dos coronéis Castro e Benites, in Mss. [manuscrito] Of. da Câmara Municipal ao Exmo. Cidadão Presidente do Estado de Mato Grosso, Sant'Anna do Paranaíba, 15 de abril de 1901. Cx 1901, ArMT [Arquivo Público do Estado de Mato Grosso – Cuiabá/MT], apud. CORRÊA, Valmir Batista. *Coronéis e Bandidos em Mato Grosso (1889-1943)*. Tese de doutorado em história. São Paulo: USP, 1981, p. 102.

¹²⁹ Libelo é a peça acusatória, justamente por isso muito mais usada em processo crime.

processo só; os dois foram colocados na mesma pasta. Para esta análise, foram divididos em 117/13-A e 117/13-B.

Há também processos em mau estado e faltando páginas, principalmente a capa. O processo 114/07, por exemplo, começa na página 3 e pula para 11. Cinco páginas soltas que se referem aos mesmos réus, sobre um crime de homicídio que ao menos chegou ao juízo do júri, foram reunidas na pasta 117/01; certamente, o processo original era muito mais volumoso que isso. Não são os únicos casos de fragmentos de processos: o caso do assassinato de João Cipriano de Menezes foi investigado em 114/15 (que começa na p. 3) e uma das suspeitas, sua mulher, d. Mocinha, foi despronunciada¹³⁰. Em 114/21, encontramos d. Mocinha entrando com um recurso por estar respondendo por este crime; a primeira página dos autos já é a 33. Possivelmente, são um único processo, cujas páginas intermediárias se perderam e acabaram sendo catalogados como dois. As páginas finais do processo 114/14 já estão bastante danificadas, restando apenas as bordas do papel.

Para avaliar a representatividade destes processos no todo da Justiça de Sant'Anna, fez-se a opção por analisar todas as referências que aparecem de um processo em outro e tentar encontrá-lo no arquivo. Os resultados são estes:

¹³⁰ Significa que a acusação contra ela não foi julgada procedente pelo juiz.

Processo	Referência	Situação
114/05	Há uma indicação de que Abecelão Fernandes Nunes foi condenado pelo crime de homicídio.	Não está no arquivo.
114/09	Trata-se de um recurso de Isaías da Silva Borges por uma acusação da morte de José Pereira.	Não está no arquivo.
114/11	Há uma alusão a uma causa cível que estava sendo travada entre Joaquim Alves de Medeiros e Isaías Joaquim Guimarães.	Não está no arquivo.
114/14	Na sessão do júri de 17/05/1869, há uma certidão informado que seriam julgados os réus afiançados João Victoriano de Melo, Felizbino Alves da Silva e João Henrique da Cunha Vasconcelos.	Não existe no arquivo nenhum processo com júri contra estes réus (há um caso de injúria envolvendo João Victoriano de Melo).
114/15	Alude-se a um processo de responsabilidade contra Joaquim de Oliveira Simões.	Trata-se do processo 114/16.
114/19	Recurso de Joaquim Martins Pereira contra a sua pronúncia pelo assassinato de Manoel Vitor.	Não está no arquivo (há outro processo contra o mesmo réu).
114/20	Alusão a um processo no qual Manoel do Carmo foi preso como desertor.	Não encontrado, mas este processo não deve ter sido originário de Sant'Anna.
114/21	Traslado de parte de um processo.	Trata-se do processo 114/15.
114/29	Há comentários sobre a vida de Manoel Jorge da Silva: 1. Afirma-se que Manoel Jorge já foi para a cadeia. 2. Afirma-se que era acusado de ter vendido um processo por cem mil réis.	1. Não encontrado. 2. Trata-se do processo 114/28.
115/02	Ao invés de escrever o nome do réu do processo, o escrivão errou e escreveu que seria julgado pelo júri Ezequiel José de Freitas.	Ezequiel foi julgado em 114/27.
115/04	1. Existe um traslado de um habeas-corpus em favor de Manoel Rodrigues. 2. Afirma-se que Manoel Antônio Lemos Júnior em algum momento foi incurso no art. 193 do Código Criminal.	1. Não está no arquivo. 2. Não está no arquivo.
115/07	Existe uma alegação de que há outro processo em que é réu o mesmo João da Silva Borges.	Não está no arquivo.
115/08	Abraão Barbosa de Souza diz que depôs em um processo no qual é réu João da Silva Borges.	O único processo contra este réu que está no arquivo é o 115/07, no qual Abraão não testemunhou.
115/09	Referência ao testamento deixado por José Martins Ferreira, conhecido por José	Não está no arquivo.

	Gabriel, escrito por Joaquim Pereira Dias.	
115/11	Foi citado o réu Manoel Mariano de Siqueira como estando esperando para ser julgado.	Não há nenhum processo contra ele.
115/15	Alusão ao fato de Flávio José Rodrigues de Macedo ter sido o testamenteiro de Manoel José dos Passos.	O testamento está no arquivo; trata-se do processo 10/16, mas, tendo falecido o testamenteiro, abriu-se um processo para a prestação das contas deste, em 11/21.
115/17	Processo de responsabilidade para apurar a fuga da prisão de Joaquim Breves Craveiro.	Craveiro foi condenado em 115/15.
115/18	No edital de convocação para a sessão do júri de 02/07/1883 está escrito que Antônio Alvarenga será julgado na mesma sessão.	Trata-se do processo 114/20.
116/01	Afirma-se que havia na comarca outro processo contra os mesmos réus: Francisco Ferreira de Assis, Juvêncio Joaquim de Sant'Anna Borges e Tertuliano José de Castro.	Não encontrado.
116/06	Recurso ao Tribunal da Relação.	Crime processado em 116/01.
116/09	Recurso de Isaías da Silva Borges pela acusação da morte de José Pereira.	Não encontrado.
116/10	Benedito Brusque de Oliveira afirmou que Justiniano Augusto de Sales Fleury tinha sido preso pelo crime de homicídio.	De fato Justiniano foi preso por esta acusação em 116/05.
116/12	José Antônio de tal foi assassinado, e as testemunhas garantiram que estava sendo processado por homicídio na vila.	Há um José Antônio de tal sendo processado por homicídio em 116/05.
116/14	Há um alerta para o fato de que o juiz de direito da comarca tem deixado de sustentar vários despachos do juízo municipal por falta de inquérito policial.	Não há nenhum caso em que o juiz de direito tenha se expressado desta forma.
116/16	1. Referência a uma denúncia de José Lavrador contra João Batista de Melo Coimbra. 2. Referência a um processo movido contra Francisco Ferreira de Assis e Juvêncio Joaquim de Sant'Anna por Bento José Gomes, tendo como procurador Antônio Pedro de Menezes.	1. Não encontrado. 2. Trata-se do fragmento 116/06.
117/02	Há um comentário sobre o caso de Maria Itapurana de tal.	Trata-se do processo 116/11, no qual a vítima chama-se Mariquina Itapurana.
117/03	Trata-se de um habeas-corpus.	Refere-se ao crime processado em 116/13.
117/04	O juiz Cunha Sobrinho afirmou ter nomeado Manoel Garcia da Silveira tutor de Maximo.	Não está no arquivo.
117/06	Referem-se a Manoel Matias como jurado.	Foi chamado para ser jurado em 115/08.
117/07	Inquérito sobre a fuga de Israel Pereira da Silva.	Estava preso em 116/03.

117/08	Há referência a uma queixa contra a Câmara Municipal da vila, e o respectivo Fiscal, Antônio Soares da Gama.	Não está no arquivo.
117/09	Pedido de habeas-corpus de Sebastião José Rodrigues de Queiroz.	Não está no arquivo o processo pelo qual ele foi preso.
117/13-A	Há um comentário sobre a fuga de Manoel Tomé.	Trata-se do crime processado em 116/13 e que gerou o habeas-corpus de 117/03.
117/18	Refere-se a uma tutela de escravo.	Trata-se do processo 17/14.
117/21	<ol style="list-style-type: none"> 1. Contém um traslado de um processo de responsabilidade que correu contra Joaquim Pereira Dias. 2. Há uma referência ao inventário de Rita Soares. 3. Trecho sobre o rapto da mulher de Feliciano Pereira por João Francisco de Lima e o subsequente assassinato deste pelo marido. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Não está no arquivo. 2. O inventário de Rita Soares é o processo 12/21. 3. Não está no arquivo.

De fato, muita coisa se perdeu. Lamentável, mas assim é o trabalho do historiador, como lembra Bloch: “os exploradores do passado não são homens completamente livres. O passado é seu tirano”¹³¹. Se quisermos compreender como a Justiça criminal foi percebida por aquela população, não nos resta alternativa senão correr o risco e, às apalpadelas, perscrutar o que as pessoas que nos falam através daqueles exíguos processos têm a nos dizer. Fausto passou por problemas parecidos e fez os seguintes comentários sobre os documentos compulsados por ele no Tribunal de Justiça de São Paulo, referentes aos anos de 1880 a 1924:

É difícil dizer em que medida os processos encontrados se aproximam do número total de processos efetivamente instaurados. Tudo leva a crer que o universo está bastante abaixo da realidade, se considerarmos os dados esparsos existentes sobre o número de inquéritos tendo por base as infrações penais estudadas, ou os processos submetidos a julgamento pelo Tribunal do Júri. (...) Muitos autos se perderam ou talvez se encontrem extraviados na enorme massa de processos existente no arquivo. Afora isso, devemos levar em conta a ação dos revolucionários de 1924, certamente despreocupados naquele momento com a conservação de uma história anônima. Com suas bombas, atingiram o prédio onde se encontrava instalado o Fórum Criminal que se incendiou parcialmente. (...) Mas o que se perdeu, se perdeu; quanto ao fogo, espero que tenha sido bastante democrático no seu trabalho, queimando indiferentemente de forma a deixar um rescaldo significativo do conjunto¹³².

O que não se perdeu e chegou às mãos de Fausto é um material fisicamente muito mais variado do que os processos de Sant’Anna, todos eles objetos bastante semelhantes, com suas folhas grossas, envelhecidas e carcomidas nas beiradas, muito mais homogêneo do que os encontrados em São Paulo:

Pobreza e riqueza deixam por vezes nítidas pegadas distintivas. Em um extremo, a relativa uniformidade resultante da sucessão de declarações, que não é cortada pelas petições de advogado; os requerimentos em letra vacilante, ou assinados a rogo, onde os requerentes esclarecem que deixam de selar por falta de recursos. No outro, as transcrições dos diferentes atos processuais, entremeados de petições de advogado, em papel de linho timbrado; os memoriais impressos, distribuídos aos desembargadores; a peça de defesa datilografada que, sobretudo em épocas mais remotas, revela o prestígio do próprio defensor¹³³.

¹³¹ BLOCH, Marc. *Apologia da História ou O Ofício de Historiador*; Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p. 75.

¹³² FAUSTO, Boris. *Crime e Cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 286-287.

¹³³ Idem, p. 20.

Ricardo Alexandre Ferreira assim descreve os processos que ele compulsou em Franca: “O processo criminal era ainda entremeado por petições encaminhadas pelos procuradores das partes, bilhetes usados como provas, desenhos (perfis de armas), recursos e outros papéis que fazem única cada peça criminal; no entanto, analisadas em conjunto, elas iluminam aspectos da vida cotidiana de variados grupos sociais em momentos e lugares distintos”¹³⁴.

Em Sant’Anna, os documentos são bem mais restritos. Não há desenhos, raras cartas ou bilhetes estão entremeadas nos processos como provas e são poucos os casos em que um réu contratava um procurador. Em geral, o processo se resume à denúncia, ao auto de corpo de delito, às sentenças, e principalmente, à inquirição de testemunhas. Muitas vozes e poucas falas. Raramente há uma testemunha tagarela. As respostas são curtas, principalmente se comparadas aos processos inquisitoriais, tão compulsados por micro-historiadores. Os grandes textos estão nas defesas das partes, no libelo dos promotores e, principalmente, nas denúncias, por serem um elemento mais constante nos processos.

A Estrutura Judiciária

Delegacias e Subdelegacias

Para explicar como funcionavam as instâncias judiciais, um dos caminhos é acompanhar o desenrolar de um processo. Dentre os 92 analisados, o processo 115/11 revela-se o melhor para fazer uma análise da estrutura judicial devido ao fato de passar pelos vários órgãos, desde a delegacia até o Tribunal do Júri, e por tratar-se do único processo no qual está descrito com minúcias o pagamento de fiança.

Ao abrir um processo-crime, a primeira folha que se costuma encontrar é a denúncia do promotor de Justiça contra o (a/s) acusado (a/s) e a descrição sumária do crime. O promotor fazia essa denúncia baseado em informações coletadas pelas delegacias de polícia ou por outras autoridades. Ou seja, essa denúncia, embora seja o primeiro documento dos processos, só era produzida depois que outros documentos já haviam sido escritos.

¹³⁴ FERREIRA, Ricardo Alexandre. *Senhores de Poucos Escravos: cativo e criminalidade num ambiente rural, 1830-1888*. São Paulo: Unesp, 2005, p. 25-26.

No Império, delegados e subdelegados eram membros do poder judiciário que não recebiam salários¹³⁵, tratados pelo termo *meritíssimo*¹³⁶, responsáveis por um distrito (demarcados pela Câmara Municipal, com pelo menos 75 casas habitadas¹³⁷), nomeados pelo chefe de polícia (que, por sua vez, era escolhido entre os desembargadores e juízes de Direito, designados para os cargos pelo poder central¹³⁸). Nos processos, funcionavam mais como coletores de dados, sendo uma de suas competências “remeter, quando julgarem conveniente, todos os dados, provas e esclarecimentos que houverem obtido sobre um delito, com uma exposição do caso e de suas circunstâncias, aos juízes competentes, a fim de formarem a culpa”¹³⁹. Em 115/11, o inquérito começou em virtude de uma portaria do delegado Isaías Joaquim Guimarães, convocando José Gomes Ferreira para que depusesse sobre o espancamento da mulher de Joaquim Francisco da Costa na Fazenda do Rio Grande.

José Gomes Ferreira disse que voltava do Itapura quando passou pela casa de Joaquim Francisco e sua mulher saiu de dentro da casa, dizendo que tinha sido espancada; a testemunha acreditava que o motivo o crime foi a mulher ter chamado Joaquim Rosa de bêbado, numa ocasião em que este estava mesmo embriagado. Informou que poderiam ser testemunhas nesse processo Honório Garcia Leal, Antônio José Rodrigues, Pedro Alves dos Reis, Vicente Gomes da Silva e Antônio José Gomes. Alguns dias depois, outra testemunha, José Ferreira do Nascimento, disse acreditar que o crime se deu por motivo diverso: Joaquim Francisco tinha um paiol e o vendeu para Manoel João, este foi buscá-lo junto com Rosa; tirou o milho que estava dentro, colocou na casa de Joaquim Francisco, arrancou o paiol e o colocou no carro; depois, para poderem evadir-se com o paiol, amarraram Joaquim Francisco e como a mulher dele os ameaçava com uma arma, açoitaram-na cruelmente com um chicote. Destes e outros

¹³⁵ CARVALHO, José Murilo de. “Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: uma discussão conceitual”. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, 1997, disponível pelo site Scielo - Scientific Electronic Library Online, <<http://www.scielo.br>>, acessado em 30/05/2012.

¹³⁶ O termo pode ser lido nos processos 114/01 (na defesa que Francisco Ancelmo Grilo apresenta em nome de sua mulher, mas não só), 114/08 (logo no início o escrivão declara que aquele é um sumário de culpa que “procedeu o Meritíssimo Delegado de Polícia Joaquim Oliveira de Simões, em virtude da parte oficial do Inspetor de Quarteirão”, mas também consta em outras partes do processo), 117/10 (antes do interrogatório da primeira testemunha do inquérito, o escrivão anota: “Distrito Policial do Bahú sinhos (sic), onde se achava o Meritíssimo Delegado de Polícia do Termo, em diligência”), 117/14 (no inquérito, o escrivão designa Vladislau José Garcia como “Meritíssimo Delegado de Polícia Suplente em Exercício”), entre outros. Em 118/01, o escrivão Eliezer da Silva Latta referiu-se, por duas vezes, ao subdelegado José Rodrigues Anacleto como *juiz*.

¹³⁷ Art. 2º do Código do Processo Criminal.

¹³⁸ DOLHNIKOFF, Miriam. *O Pacto Imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX*. São Paulo: Globo, 2005, p. 135.

¹³⁹ § 9º do art. 4º, da lei n. 261, de 3 de dezembro de 1841.

depoimentos, o delegado Isaías depreendeu que estava provado o fato criminoso e, através do escrivão da delegacia, enviou os autos ao juiz municipal para que o processo continuasse.

Para assistência dos delegados e subdelegados¹⁴⁰, estes nomeavam inspetores de quarteirão, que nada recebiam por suas funções, responsáveis por notificá-los do que acontecia em determinada área da comarca e até por tomar providências urgentes, como no caso em que José Felipe de Souza matou o seu cunhado¹⁴¹ e o próprio inspetor mandou que fosse realizado o corpo de delito no cadáver. Eram autoridades fiscalizadoras da população, o que se percebe pelo fato do inspetor de quarteirão do Rio Grande, José Pereira Afonso, informar ao delegado de polícia que Camilo Alves Ramos deu um tiro em José Maria Lobo, e defender Camilo, alegando que ele foi ofendido por um *pescoção* numa discussão iniciada por Lobo. No mesmo ofício, o inspetor fez questão de noticiar que Bento Manoel estava com a mulher doente na casa do Antônio Brás e, mesmo assim, andava injuriando a família que o abrigava. Era parte das suas funções alertar para qualquer acontecimento fora da ordem e que pudesse merecer atenção das autoridades¹⁴².

Por outros processos, pode-se perceber melhor a importância dos inspetores. Em 1886, Pedro Jacinto foi indiciado por ter dado um tiro no rosto de José Peixoto dos Santos; o inspetor de quarteirão, Manoel Paes Rodrigues Júnior, não conseguiu capturar o delinquente e, não estando presente o subdelegado nem tendo ele substituto, o inspetor resolveu avisar diretamente o juiz municipal¹⁴³. Em outro caso, o inspetor Francisco de Assis Paixão não apenas avisou Joaquim da Silva Borges, delegado de polícia em exercício, que Belmiro Francisco de Almeida Pires atirara em Eufrásia Garcia, como também que, sabendo do fato, ele próprio, Francisco, foi até à casa onde o crime teria ocorrido, e apreendeu uma garrucha de um cano, outra de dois canos e uma faca de cabo de osso, as quais seguiram junto com a denúncia¹⁴⁴. Fidêncio Antônio Neves, como inspetor de quarteirão, noticiou a morte de seu pai, Jacinto Antônio Neves. Um filho da segunda mulher de Jacinto teria se arremessado contra ele e o esfaqueado cinco vezes¹⁴⁵.

¹⁴⁰ Os subdelegados tinham funções semelhantes às dos delegados de polícia, conforme art. 5º da lei 261, de 3 de dezembro de 1841, que reformou o Código do Processo Criminal.

¹⁴¹ 115/14.

¹⁴² 115/08.

¹⁴³ 116/14.

¹⁴⁴ 117/19.

¹⁴⁵ 115/02.

Não apenas aos inspetores, mas a qualquer cidadão era conferido o Direito de fazer denúncias, conforme os art. 74 e 279 do Código do Processo Criminal, Direito que Bernardino Barbosa Sandoval exerceu ao denunciar Antônio Joaquim Cangerana¹⁴⁶, embora isso fosse mais comum em acusações de calúnia e injúria¹⁴⁷. Outras autoridades também poderiam oferecer informações sobre crimes, como Benedito Brusque de Oliveira, comandante do destacamento militar da vila, que denunciou Justiniano Augusto de Sales Fleury e Antônio Pedro de Menezes por incitar a deserção de seus praças¹⁴⁸.

Algumas pendências eram resolvidas ali mesmo com o delegado, como foi o caso no qual o agente dos correios Manoel Pereira Dias mandou uma petição à delegacia de polícia, reclamando que os praças destacados para fazerem o serviço de correio entre Sant'Anna e Miranda já haviam chegado à vila mas ainda não tinham dado notícia da mala pública. Dois praças foram interrogados e garantiram que o agente de correios de Miranda não possuía mala ou papel algum para Sant'Anna. Ao que parece, Manoel Pereira Dias queria apenas se assegurar de que a mala postal não sumira¹⁴⁹. Também os delegados poderiam obrigar “a assinar termo de bem viver aos vadios, mendigos, bêbados por hábito, prostitutas, que perturbam o sossego público, aos turbulentos, que por palavras, ou ações ofendem os bons costumes, a tranquillidade pública, e a paz das famílias”¹⁵⁰. Há apenas um processo desse tipo em Sant'Anna, no qual o promotor de Justiça tentou obrigar o tenente José Maria Barbosa a assinar um termo de bem viver na delegacia. Acusava o tenente de embriagar-se, perturbar a ordem pública e desrespeitar a ordem de autoridades legalmente constituídas, reunindo pessoas em casa do tenente José Machado da Silveira Diniz para impedir a prisão de duas mulheres que espancaram Maria Itapurana de tal. As testemunhas convocadas pelo promotor não concordaram com as acusações e uma delas, Manoel Pereira Dias, discutiu com o denunciante e assim ficou descrita a cena pelo escrivão experimentado Agostinho José Lopes, com alguns erros de concordância e uma letra um tanto

¹⁴⁶ 114/02.

¹⁴⁷ Por exemplo, 116/16 e os dois processos da pasta 117/13.

¹⁴⁸ 116/10.

¹⁴⁹ 114/26.

¹⁵⁰ § 2º do art. 12 do Código do Processo Criminal. Quem for conferir, verá que essa era uma atribuição dos juízes de paz, mas ela passou para a competência dos delegados a partir da lei 261, de 3 de dezembro de 1841. “Art. 4º. Aos Chefes de Polícia em toda a Província e na Corte, e aos seus Delegados nos respectivos districtos compete: § 1º As atribuições conferidas aos Juizes de Paz pelo art. 12 §§ 1º, 2º, 3º, 4º, 5º e 7º do Código do Processo Criminal”.

claudicante, como se ele estivesse nervoso (a transcrição verbal está feita exatamente como no processo):

Tendo o senhor promotor público declarado que o peor sego é aquele que não quer encher gar – a testemunha declarou que protestava contra a frase ofensiva do promotor pois isto é um ato sério e que o promotor não tinha o Direito de dirigir insultos a pessoa alguma. Pelo promotor foi declarado que se disse a testemunha que o peor cego é aquele que não quer ver é por ser os fatos por ele citado na denúncia contra o tenente José Barbosa públicos e notório nesta vila e seu termo e que por isso admirava-se que a testemunha ignorasse os fatos.

O processo era todo realizado na delegacia mas, nesses casos, revisados pelo juiz municipal, que declarou a denúncia improcedente¹⁵¹.

Alguns crimes de menor potencial ofensivo também ficavam sob o encargo dos delegados. Foi o que se deu quando Antônio Lopes dos Santos foi preso por achar-se muito embriagado, falando em alta voz e ainda tentou evadir-se, atirando com garrucha¹⁵². O juiz pediu, então, à Câmara de Vereadores a relação das armas que eram proibidas na vila, já que essa determinação era de competência da municipalidade¹⁵³. O presidente da Câmara informou que eram as seguintes: “§1º Pistola, bacamarte, punhal, faca de ponta, sovelão e outros instrumentos perfurantes. §2º São permitidas as facas de ponta aos carreiros, tropeiros estando em efeito serviço. §3º Não são sujeitos as penas estabelecidas os oficiais de Justiça e militares que forem em diligência na forma de seus regulamentos”. O delegado entendeu que Lopes estava incurso no art. 297 do Código Criminal (“usar de armas ofensivas, que forem proibidas”). Nesse caso, o juiz municipal recebeu o processo e apenas considerou que a punição deveria ser no mínimo desse artigo, por ter concorrido a circunstância atenuante do §9º do art. 18 do mesmo Código, ou seja, “ter o delinquente cometido o crime no estado de embriaguez”.

Quando se tratava de um crime mais grave e público, sendo informado pelos inspetores ou por outra via sobre um crime, o delegado deveria tomar providências e mandar suas inquirições ao juízo municipal, que a enviava ao promotor para que ele fizesse (ou não) a denúncia conforme seu entendimento, por isso a primeira página que encontramos no processo não é a primeira em ordem cronológica. O inquérito era realizado antes que o promotor se manifestasse. Oferecida a denúncia pela promotoria, o

¹⁵¹ 117/02.

¹⁵² 115/01.

¹⁵³ Art. 299 do Código Criminal.

juiz municipal passava a dirigir o processo, auxiliado pelo escrivão, fiscalizado pelo promotor.

Caso o processo tivesse um término e não ficasse parado nas instâncias burocráticas, o delegado recebia alguns emolumentos pelos atos que tivesse praticado. No caso 115/11, pela inquirição das testemunhas e pela decisão dada, recebeu 3\$400 (lê-se três mil e quatrocentos) réis¹⁵⁴.

O Juízo Municipal

O coração do poder judiciário era o juiz municipal, responsável por um termo. Era ele a figura que tinha maior ascendência sobre as causas, pois era esta a autoridade que recebia todos os processos iniciados pelos delegados e subdelegados e podiam “sustentar, ou revogar a pronúncia, ou despronúncia; e ainda, no caso de não pronuncia, e de estar o réu preso”, decidir pela soltura do réu. Mais:

Os juízes municipais, quando lhes forem presente os processos com as pronúncias para o sobredito fim, poderão proceder a todas as diligências que julgarem precisas para a retificação das queixas, ou denúncias, para emenda de algumas faltas que induzam [a] nulidade, e para esclarecimento da verdade do fato, e suas circunstâncias, ou seja, ex-ofício ou a requerimento das partes; com tanto que tudo se faça o mais breve e sumariamente que for possível¹⁵⁵.

Era ele o responsável pela inquirição de testemunhas, mesmo aquelas que já haviam deposto na delegacia. Ora, a correta apuração de um crime resultava das testemunhas convocadas e das perguntas que se fazia a elas, de maneira que do bom serviço prestado por essas autoridades, dependia todo o processo. Nesse ponto, legalmente, os promotores de Justiça podiam ser uma fonte de tensão em relação à qualquer arbitrariedade cometida pelos juízes municipais, mas não é o que acontecia de fato em Sant’Anna. Os depoimentos se davam frequentemente na ausência dos promotores¹⁵⁶ e, quando presentes, o silêncio dessas autoridades durante os depoimentos chegou a assombrar o juiz de direito Carlos Antônio Rodrigues dos Santos, que mandou reinquirir testemunhas nos seguintes termos:

É prática em geral de todos os foros civilizados [que] a Promotoria Pública a bem do interesse da Justiça deve perguntar as testemunhas, e

¹⁵⁴ Para uma análise dos ganhos dos delegados, no processo 116/05, no qual serviram dois delegados, um deles recebeu 4\$200 réis e o outro 1\$375; em 117/14, o delegado recebeu 2\$800; em 117/15, 2\$300.

¹⁵⁵ Art. 49 e 50 da lei n. 261, de 3 de dezembro de 1841.

¹⁵⁶ Essa ausência pode ser conferida em 114/14, 114/24, 116/05, 117/06, e muitos outros.

não assistir a inquirição das testemunhas como simples espectador!! Além disso: encontrei muita parcialidade da parte dos juízes mormente nos depoimentos das testemunhas finais, sendo a redação delas com palavras empalatas [empoladas?], como a pilotando, que não é vulgar aos homens rústicos, demonstrando sim ser redigida inteligentemente, portanto, chamo a atenção do juiz, que, os depoimentos das testemunhas devem ser escritos conforme expressaram-se para não dar lugar, e vacilar o espírito do juiz superior, que houve da parte do juiz proteção¹⁵⁷.

A negligência da promotoria também foi apontada pelo juiz de direito Alfredo José Vieira, que, ao receber um processo do juiz, afirmou não ter sido inquirido o número legal de testemunhas, que era de cinco a oito, fora as referidas e informantes, segundo o art. 48 da Lei da Reforma, e reclamou também da má inquirição das testemunhas: “Voltem, pois, os autos ao Juízo de onde vieram, para serem inquiridas mais três a quatro testemunhas, sendo conveniente a assistência da promotoria, para que não se repita a falta notada”¹⁵⁸.

O promotor, que arrolava as testemunhas, muitas vezes abandonava essa função nas mãos do juiz municipal, como se vê pelas palavras do promotor Joaquim Lemos da Silva, reclamando da demora na intimação das testemunhas:

Voltou este processo a promotoria sem se dizer o motivo porque não se cumpriu seu pedido por parte da Justiça em a denúncia dada a quatro meses. Parece não ser isso legal, salvo se for para dar nova denúncia das autoridades que não cumpriram com seu dever. Nem ao menos consta que se fizesse a diligência de notificar as testemunhas indicadas pela promotoria; em casos tais, **VS [o juiz municipal] mandará notificar as que julgar saber do fato criminoso**, para serem inquiridas, pois que consta estar o réu preso e o processo não pode demorar¹⁵⁹.

Foi outro juiz de direito, João Joaquim Ramos e Silva, que, além de reclamar do tempo que o processo ficou parado no cartório, notando que as testemunhas estavam sendo irregularmente substituídas, alertou que essa tarefa era responsabilidade do promotor, não do juiz, conforme acórdão da Relação de São Paulo, de 25 de abril 1874; a promotoria não se incomodava¹⁶⁰. Portanto, a decisão sobre quem teria voz ou seria silenciado no processo, na prática, estava nas mãos do juiz municipal, já que esses eram os depoimentos essenciais para apuração do crime. De acordo com o Código do

¹⁵⁷ 115/07; os grifos estão no processo.

¹⁵⁸ 114/24.

¹⁵⁹ 114/27; o grifo é meu.

¹⁶⁰ 114/24.

Processo Criminal, o número de testemunhas podia variar de duas a cinco¹⁶¹, mas, o art. 48 da lei 261, de 3 de Dezembro de 1841, ampliava esse número para oito, o que foi ratificado pelo art. 266 do Regimento 120, de 31 de janeiro de 1842. Então, se oito testemunhas interrogadas tivessem informações sobre um crime apenas de ouvir dizer, o suposto criminoso estaria livre, já que um velho preceito jurídico garante que *testis ex auditu alieno fidem non facit* [não merece fé a testemunha de ouvida alheia]¹⁶².

Pelo motivo das testemunhas saberem de um crime apenas por *ouvir dizer*, foi julgada improcedente uma denúncia contra Isaías Joaquim Guimarães, por espancamento do seu escravo. A investigação desse crime só ocorreu depois de uma ordem dada pelo chefe de polícia de Cuiabá, Jesuíno de Souza Martins¹⁶³. O réu Joaquim de Oliveira Simões, pronunciado por peita pelo juiz municipal, alegou no seu recurso ao juiz de direito que, segundo o senador P. Bueno e o jurisconsulto P. Souza, ouvir dizer não faz prova plena nem semi-plena em Direito, e foi absolvido¹⁶⁴. Joaquim Martins Pereira recorreu do fato de ter sido pronunciado pelo crime de homicídio e salientou que quase todas as testemunhas referiram-se ao crime pelo que ouviram dizer da sétima testemunha; “entretanto chamada esta ao Tribunal do inquérito, vide seu depoimento” (não temos esse depoimento), mesmo assim o juiz de direito não reformou a pronúncia e o processo não subiu à instância superior devido à morte do recorrente¹⁶⁵. Mas, por outro lado, há casos nos quais testemunhas apenas indicavam o criminoso *por ser voz pública*, e mesmo assim foram fundamentais para o prosseguimento do processo¹⁶⁶, embora não haja condenação baseada apenas nisso.

Não se imagine, por isso, que essas autoridades, embora tivessem poder, manipulassem constantemente os processos. Às vezes, delegavam a função de encontrar testemunhas ao escrivão, que também as intimava. O juiz Sebastião José Rodrigues de Queiroz, por exemplo, no caso do assassinato de Manoel Cardoso, deu o seguinte despacho: “O escrivão passe mandado de notificação às testemunhas que julgar saberem do fato”¹⁶⁷. A autonomia do escrivão ia mais longe: José Machado da Silveira Diniz recebeu ordem do juiz, por determinação da promotoria, para mandar três cartas precatórias: para Uberaba, para ser inquirido Bento José de Toledo, que se achava em

¹⁶¹ Art. 40.

¹⁶² Preceito citado em 114/07.

¹⁶³ 114/04.

¹⁶⁴ 114/16.

¹⁶⁵ 114/19.

¹⁶⁶ 114/24 e 114/27.

¹⁶⁷ 114/03.

Dores do Campo Formoso; para Franca do Imperador, na província de São Paulo, para que fosse inquirido Francisco José de Paula Sobrinho; e para a vila de Miranda, para que se inquirisse Manoel Vicente Ferreira. O escrivão certificou apenas ter mandado a carta precatória para Miranda, deixando de passar as outras duas por ter notícia de que as testemunhas breve chegariam à vila¹⁶⁸.

Além disso, os escrivães eram os principais responsáveis pelas intimações. Não parece ter havido muito interesse da população em ocupar o cargo de oficial de Justiça quando se tratava da área criminal. Intimar testemunhas e acusados em qualquer área da comarca, além de difícil, era arriscado. Assim como escrivães, delegados e subdelegados, os oficiais não recebiam salários. Alguns emolumentos eram cobrados das partes, bem como as custas no final dos processos, e uma parcela do montante era pago a estas autoridades, mais nada. Ao final do processo 115/11, por exemplo, os oficiais de Justiça receberam 2\$000 réis; já os três escrivães que atuaram nessa causa, ganharam 17\$200, 5\$000 e 92\$900¹⁶⁹.

Ivan Vellasco acredita que “uma vez que os funcionários da Justiça obtinham seus rendimentos, ou boa parte dele (sic), da própria produção judiciária, eles mesmos figurariam entre os principais interessados no aumento dos litígios e processos”¹⁷⁰; em Sant’Anna, as coisas deviam ocorrer de maneira distinta, já que, pela dificuldade em fazer um processo-crime chegar a uma conclusão (fosse absolutória ou condenatória), os escrivães deveriam se preocupar principalmente com os processos cíveis, muito mais garantidos. Talvez justamente por isso, o arquivo compulsado por Vellasco tenha um montante total de 1128 documentos, sendo que 918 tratam de eventos criminais e o restante de causas cíveis¹⁷¹, e no arquivo do TJ-MS, a proporção se inverte: há quatro caixas criminais para o Império e dezenas de caixas para os cíveis no mesmo período¹⁷².

No processo que estamos acompanhando, o juiz municipal Carlos Ferreira de Castro recebeu o inquérito policial da delegacia e enviou-o, como era sua obrigação, ao Ministério Público. A devolução do promotor aconteceu com a denúncia que vem à frente nos processos. Imediatamente, o juiz iniciou as inquirições, interrogando tanto novas testemunhas quanto aquelas que já haviam deposto perante o delegado. Em

¹⁶⁸ 116/01.

¹⁶⁹ Cada intimação a testemunha, neste processo, pagava 1\$000.

¹⁷⁰ VELLASCO, Ivan de Andrade. *As Seduções da Ordem: violência, criminalidade e administração da Justiça: Minas Gerais - século XIX*. São Paulo: ANPOCS/EDUSC, 2004, p. 151.

¹⁷¹ Idem, p. 66.

¹⁷² Os números apresentados no início deste capítulo referem-se ao total de processos da comarca, incluindo o período republicano.

seguida, foi qualificado (ou seja, questionadas as suas informações básicas, como nome, filiação, idade, etc.) um dos acusados, Manoel João Alves, na casa do juiz municipal em exercício, Jesuíno Joaquim Guimarães, que dava prosseguimento ao processo, no lugar de Carlos Ferreira de Castro.

Mais interrogatórios aconteceram depois, mas na casa de um novo juiz municipal, José Maria Barbosa. As inquirições seguintes se deram, novamente, perante o juiz municipal Jesuíno Joaquim Guimarães. A inconstância de pessoas no cargo era usual. Tendo já deposto testemunhas suficientes, sem que o promotor se manifestasse com uma pergunta que fosse, o juiz municipal enviou o processo, através do escrivão, ao promotor, que pediu a pronúncia dos réus pelos arts. 201 (“Ferir ou cortar qualquer parte do corpo humano, ou fazer qualquer outra ofensa física, com que se cause dor ao ofendido”) e 205 (que aumentava a pena “se o mal corpóreo resultante do ferimento, ou da ofensa física produzir grave incômodo de saúde, ou inabilitação de serviço por mais de um mês”) do Código Criminal. Antônio Pedro de Menezes, que passou a ocupar o cargo de juiz municipal, preferiu pedir a pronúncia apenas pelo art. 201. Como regra, o processo deveria ir para as mãos do juiz de direito.

O Juízo de Direito

Acima dos distritos e dos termos, estava a comarca, responsabilidade de um juiz de direito. Para esquematizar, em ordem crescente quanto ao tamanho da jurisdição:

Cargo	Jurisdição
Juiz de Direito Tribunal do Júri Promotoria de Justiça	Comarca
Juiz Municipal	Termo
Delegado e Subdelegado	Distrito
Inspetor de Quarteirão	Quarteirão

Esta era a hierarquia da justiça, mas não rígida. Uma denúncia de um inspetor de quarteirão poderia ser enviada diretamente ao juiz municipal, assim como o promotor, nomeado para a comarca, acompanhava as inquirições realizadas pelo juiz municipal, responsável por um termo. Em geral, uma comarca era composta por vários termos que, por sua vez, eram compostos por vários distritos e esses por vários quarteirões, mas

podia acontecer – como se verá, é o caso de Sant’Anna – de uma comarca ser formada por um único termo, ou seja, tinham a mesma área territorial.

Feita esta digressão e retomando as considerações sobre o juízo de direito, ele estava responsável, por exemplo, pelo julgamento dos empregados públicos não privilegiados nos crimes de responsabilidade; por isso, nesses casos, todo o processo se dava nesse juízo¹⁷³. Desde a venda de sentenças por juízes municipais, crime pelo qual Joaquim de Oliveira Simões respondeu depois de ter absolvido d. Mocinha pelo assassinato de seu marido, supostamente peitado por ela¹⁷⁴; ou quando um escrivão era acusado de extraviar autos eleitorais para impedir o voto de algumas pessoas, como aconteceu com Macário Antônio dos Santos¹⁷⁵; ou mesmo quando o carcereiro fosse suspeito de facilitar a fuga de um preso, como aconteceu com Lucas Antunes da Silva¹⁷⁶. Nos outros casos, o juiz de direito apenas analisava os dados coletados até ali, principalmente os fornecidos pelo juiz municipal. Com esses dados, ele decidia manter a pronúncia ou a despronúncia do réu. Ao juiz de direito, estava vedado inquirir ele mesmo testemunhas nos crimes de assassinato, roubo, etc. Daí, a importância já citada do juiz municipal.

Além de julgar as demais autoridades, a principal competência do juiz de direito era a de presidir o Tribunal do Júri, conforme o Código do Processo Criminal: “Art. 46. Ao Juiz de Direito, compete: §1º Correr os termos de sua jurisdição para presidir aos Conselhos de Jurados na ocasião de suas reuniões. §2º Presidir ao sorteio dos mesmos Jurados, ou seja para o Júri de acusação, ou para o de sentença”. Para poder executar esse julgamento, os juízes teriam apoio da Câmara Municipal, segundo o artigo seguinte do mesmo código: “Nos lugares da reunião do Júri, as Câmaras Municipais respectivas aprontarão para os Juízes do Direito, casa, cama, escrivania, louça, e a mobília necessária para seu serviço; os Juízes deixarão tudo no mesmo estado, repondo o que for consumido, quando se retirarem”.

A fraqueza desses juízes contra o juízo municipal fica patente na análise do assassinato de Manoel Cardoso, crime acontecido em junho de 1862. O juiz municipal Rodrigues da Cunha julgou a ação prescrita em 11 de dezembro 1888 e recorreu da sentença, como era sua obrigação, ao juiz de direito. Belino Hermilo Cavalcante Souto, que exercia esse cargo, assinou o seguinte despacho: “Este juízo não pode tomar

¹⁷³ Conforme §1º do art. 25 da lei 261, de 3 de dezembro de 1841.

¹⁷⁴ 114/16.

¹⁷⁵ 117/06.

¹⁷⁶ 115/17.

conhecimento da prescrição requerida porquanto não se acha provado que o réu tenha residido em lugar sabido dentro do Império, conforme dispões os arts. 33 da Lei de 03/12/1841 e 243 do Reg. n. 120 de 31/01/1842...”. Conforme Cavalcante Souto, esse fato teria que ser comprovado por duas testemunhas. O processo retornou, pelas mãos do escrivão, ao juiz municipal, que mandou intimar o promotor público desse despacho. O promotor certificou ter cumprido a ordem e nenhum outro andamento foi dado. Simplesmente, a ordem superior dada por um juiz formado, mas não morador de Sant’Anna, foi ignorada pelas autoridades locais.

No processo 115/11, o juiz de direito Manoel Garcia da Silveira reformou a pronúncia, declarando os réus incurso no art. 206 (“Causar a alguém qualquer dor física com o único fim de o injuriar”). A essa altura do processo, os acusados solicitaram sua soltura mediante fiança. A petição foi assinada a rogo dos acusados. João Teixeira de Queiroz, proprietário da fazenda Rio Grande, onde moravam os acusados, aceitou ser o fiador, ou seja, o responsável pelo cumprimento de uma obrigação de outra pessoa. Com a concordância do promotor, o juiz concedeu o Direito de fiança e nomeou como peritos para avaliarem o valor do dano e das custas do processo o reverendo vigário Fleury e Albino José da Silva Latta, que arbitraram o valor em 600\$000 réis, mas o juiz decidiu acrescentar o valor de 100\$000 réis. Depois que o procurador da Câmara Municipal garantiu ter recebido uma letra de João Teixeira de Queiroz no valor de 700\$000 réis depositados no cofre na Câmara, foi lavrado um termo de fiança, considerada idônea pelo juiz, que exigiu o juramento dos réus de que compareceriam a todas as sessões do júri que acontecessem até serem julgados e, por fim, permitiu que eles fossem colocados em liberdade.

Para presidir o julgamento pelo Tribunal do Júri, o juiz Carlos Antônio Rodrigues dos Santos recebeu 15\$000. As custas do processo a partir da chegada no juízo municipal– desconsiderando-se, portanto, o andamento na delegacia – ficaram assim:

Ao Dr. Juiz de Direito	15\$000
Ao Juiz Garcia	3\$000
Ao Juiz Menezes	16\$000
Ao Prom. Pub.	21\$000
Ao Delegado de Polícia	3\$400
Ao Escrivão Pereira	17\$200
Ao Escrivão Ramos	5\$000
Ao Escrivão Peixoto	92\$900
Aos Árbitros	8\$000
Ao Porteiro do Júri	3\$000

Aos oficiais de Justiça	2\$000	
S. o. E.	186\$500	[Salve Erro]

O promotor também ganhava um salário, que chegava a 1:600\$000 (um conto e seiscentos mil réis)¹⁷⁷. Segundo Vellasco, na comarca do Rio das Mortes, juízes e delegados eram membros da elite e escrivães, oficiais de Justiça e carcereiros, da camada média¹⁷⁸. Em Sant'Anna, havia intensa rotatividade nos cargos. Por exemplo, Antônio Branco de Oliveira, que foi delegado em 1879 e 1880¹⁷⁹, foi também juiz municipal entre 1873 e 1876, retornando ao mesmo cargo em 1882¹⁸⁰, além de ter sido escrivão, em 1876 e 1880¹⁸¹. Antônio Pedro de Menezes desempenhou o cargo de escrivão em 1880¹⁸², tendo sido juiz municipal entre 1877 e 1879¹⁸³; depois foi delegado em 1885¹⁸⁴ e promotor público entre 1885 e 1889¹⁸⁵.

Mesmo com essa inconstância nos cargos, pode-se afirmar que oficiais de Justiça não tendiam a ocupar postos mais elevados no poder judiciário; no máximo, acumulavam essa função com outras, como porteiro do júri e carcereiro, embora não fosse muito raro alguns serem convocados para a função de jurado. Uma honrosa exceção foi Antônio Felipe Rodrigues, que foi oficial e chegou ao cargo de escrivão¹⁸⁶. Embora certa permeabilidade das elites não possa ser negada, já que Maria Sylvia Carvalho Franco encontrou um escrivão da coletoria que, tendo exercido esse cargo entre 1849 e 1872, tornou-se a partir desse ano, coletor geral e provincial¹⁸⁷; e Ernesto Sena trouxe à luz o caso de Felicíssimo de Almeida Louzada, funcionário público que

¹⁷⁷ O decreto 6993, de 10 de agosto de 1878, marcava os vencimentos do promotor da comarca de Miranda ("Art. 2º O Promotor Público da referida comarca terá o vencimento anual de 1:600\$000, sendo 800\$000 de ordenado e 800\$000 de gratificação"); o decreto 5677, de 27 de junho de 1874, para o promotor da comarca do Alto Paraguay Diamantino ("Artigo único. O Promotor Público da comarca do Alto Paraguay Diamantino, na Província de Mato Grosso, terá o vencimento anual de um conta e seiscentos mil réis, sendo oitocentos mil réis de ordenado e oitocentos mil réis de gratificação"); e o decreto 5334, de 10 de julho de 1873, para o promotor de Santa Cruz de Corumbá, no qual não foi fixada a gratificação ("Artigo único. Fica marcado o ordenado anual de 800\$000 ao Promotor Público da Comarca de Santa Cruz do Corumbá, na Província de Mato Grosso").

¹⁷⁸ VELLASCO, Ivan de Andrade. Op. cit., p. 257.

¹⁷⁹ 115/13 e 115/15.

¹⁸⁰ 114/20, 114/25, 114/28, 114/29, 115/01, 115/02 e 115/05.

¹⁸¹ 115/02 e 115/03.

¹⁸² 114/28, 115/03, 115/05, 115/08, 115/09, 115/13, 115/14 e 115/15.

¹⁸³ 115/03, 115/06 e 115/12.

¹⁸⁴ 116/11 e 116/12.

¹⁸⁵ 114/03, 116/02, 116/03, 116/05, 116/07, 116/08, 116/09, 116/12, 116/13, 116/14, 116/15, 116/17, 116/20, 117/01, 117/02, 117/05, 117/06, 117/08, 117/10, 117/11, 117/12, 117/13-A, 117/14, 117/15, 117/21, 118/01 e 118/02.

¹⁸⁶ Como escrivão, ver processos 115/17 e 116/02. Como oficial de Justiça, ver 115/08, 115/14, 115/16, 116/05 e 116/12. Como porteiro do júri, ver 115/15 e 116/05.

¹⁸⁷ FRANCO, Maria Sylvia Carvalho. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. 4ª ed. São Paulo: UNESP, 1997, p. 134.

não pertencia às tradicionais famílias políticas de Mato Grosso, mas teve seu nome destacado para receber mercês do governo imperial¹⁸⁸, fato é que juízes e delegados não ocupavam cargos inferiores – oficiais, porteiros, inspetores – mesmo em início de carreira. O único cargo que Vellasco concluiu ser ocupado pela camada média e que, em Sant’Anna, também era exercido por juízes e outras altas autoridades, era o de escrivão.

O Tribunal do Júri

Bem observa Andrei Koerner que “o tribunal do júri foi, até o final do Império, o tribunal comum para o julgamento da maior parte dos crimes”¹⁸⁹. Quando sobreveio a Independência, o tribunal do júri tinha acabado de aparecer no território brasileiro pelas mãos do príncipe regente, através do decreto de 18 de junho de 1822, com competência exclusiva para julgar crimes de imprensa¹⁹⁰. Com a Constituição do Império, o júri passou a ser um órgão do poder judiciário, sendo que “os jurados pronunciam sobre o fato, e os juízes aplicam a lei”, conforme determinação do art. 152. O artigo anterior pregava que os jurados teriam lugar no cível e no crime, nos casos e pelos modos que os códigos determinarem, mas, como já percebido por Edmundo Campos Coelho, “a despeito do que estatua a Constituição de 1824, a instituição do júri popular não existiu no cível”¹⁹¹.

O júri foi transitoriamente regulado pela lei de 20 de setembro de 1830 e apenas com o Código de Processo Criminal de Primeira Instância, editado em 29 de novembro de 1832, legislou-se sobre os imperativos legais para se tornar jurado: podiam fazer parte do júri todos os eleitores que fossem dotados de bom senso, probidade, inteligência, integridade, bons costumes e conceito público; estariam impedidas determinadas autoridades, como magistrados, bispos, ministros de Estado, senadores, deputados, oficiais de Justiça, vigários, secretários dos governos das províncias, comandantes das forças armadas e dos corpos de primeira linha, entre outras. Uma junta formada por um juiz de paz, um pároco e o presidente da Câmara Municipal decidia

¹⁸⁸ SENA, Ernesto. Op. cit., p. 279-280.

¹⁸⁹ KOERNER, Andrei. *Judiciário e Cidadania na Constituição da República Brasileira*. São Paulo: Hucitec / USP, 1998, p. 38.

¹⁹⁰ Para informações sobre o júri, consultar o site do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, que realizou um concurso sobre a história do tribunal do júri. As três primeiras colocadas foram as monografias de Luísa Fragozo Pereira Pinto, Eliana Maria Khader e Franklyn Roger Alves da Silva; todas com o mesmo título do concurso: *História do Tribunal do Júri: origem e evolução no sistema penal brasileiro*. As três disponíveis em

<http://www.tjrj.jus.br/institucional/dir_gerais/dgcon/monografias.jsp>. Acesso em 25/03/2010.

¹⁹¹ COELHO, Edmundo Campos. *As Profissões Imperiais: medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro, 1822-1930*. Rio de Janeiro: Record, 1999, p. 92.

quem poderia ser jurado em cada distrito e tinham a atribuição de tornar esta lista pública¹⁹².

O regulamento n. 120, de 31 de Janeiro de 1842, deu corpo às alterações trazidas pela lei n. 261, de 3 de dezembro de 1841. A partir de então, vigorava a seguinte norma:

Art. 224. São aptos para ser jurados os cidadãos:

1º Que puderem ser eleitores.

2º Que souberem ler e escrever.

3º Que tiverem de rendimento anual, por bens de raiz, ou emprego público quatrocentos mil réis nos Termos das Cidades do Rio de Janeiro, Bahia, Recife, S.Luiz do Maranhão; trezentos mil réis nos Termos das outras Cidades, e duzentos mil réis em todos os demais Termos. Quando o rendimento provier de comércio, ou indústria, deverão ter o duplo¹⁹³.

Para ser eleitor no pleito para deputados, senadores, e membros dos conselhos de província¹⁹⁴, era necessária renda anual de 200 mil réis, adquirida de qualquer forma, fossem bens de raiz, indústria, comércio ou emprego¹⁹⁵. Os delegados de polícia passaram a organizar a relação dos possíveis membros do júri, remetida aos juízes de Direito, que, juntamente com o promotor e o presidente da Câmara Municipal respectiva, formavam a junta revisora. Desta lista, eram sorteados os quarenta e oito jurados que se apresentariam na próxima sessão do tribunal do júri.

A princípio, até mesmo a decisão de pronúncia do réu dependia dos jurados, pois havia um júri de acusação e outro de sentença; a partir das modificações da lei n. 261/1841 e do regulamento n. 120/1842, a decisão sobre a procedência da denúncia passou a ser das autoridades policiais e dos juízes. As mesmas alterações tiraram do júri a competência por crimes de contrabando.

Uma alteração substancial consistiu na migração dos crimes cometidos por escravos para o domínio do júri, pela lei de 10 de junho de 1835. Todavia, os escravos eram proibidos de apelar das penas previstas, inclusive da pena de morte, cuja execução se dava imediatamente, sem possibilidade de recurso. Qualquer outra pessoa condenada à morte tinha Direito à apelação ex-ofício, ou seja, o juiz era obrigado a recorrer ao órgão superior da própria sentença.

Entre a promulgação da lei 562, de 2 de julho de 1850, e do seu respectivo regulamento, o n. 707, de 9 de outubro do mesmo ano, e a lei n. 2033, de 20 de

¹⁹² DOLHNIKOFF, Miriam. Op. cit., p. 108.

¹⁹³ Estas alterações já estavam expressas no art. 27 referida Lei n. 261.

¹⁹⁴ Transformadas depois em assembleias provinciais.

¹⁹⁵ Inciso I do art. 94 da Constituição do Império.

setembro de 1871, combinado com o seu decreto regulamentador, n. 4824, de 22 de novembro, os seguintes delitos não estiveram na esfera de competência do júri: roubo, homicídio nos municípios de fronteira, moeda falsa, tirada de preso, resistência e bancarrota.

Dessa maneira, Manoel João Alves e Joaquim Rosa foram levados a júri popular pelo espancamento da mulher de Joaquim Francisco da Costa, não sem antes receberem o libelo acusatório da promotoria, onde estava escrita a acusação item por item, documento sobre o qual os réus deveriam apresentar as suas contrariedades. Nos processos que chegavam a este estágio, existe uma cópia da lista de 48 jurados convocados. Todos esses cidadãos deveriam comparecer à próxima sessão do júri, assim como todos os réus que estavam sendo processados naquele juízo (estivessem presos ou afiançados).

Era responsabilidade do juiz municipal entregar ao juiz de direito – presidente do tribunal do júri – os processos que ele considerava estarem preparados para serem julgados. O juiz de direito analisava cada um e todos os que ele concordasse que estavam preparados eram julgados consecutivamente na mesma sessão. A cada vez que um novo processo fosse julgado, eram sorteados doze dos 48 jurados convocados, sendo que defesa e acusação poderiam recusar jurados durante o sorteio.

A pequenez da cidade e o fato das pessoas terem relações amistosas ou não com várias outras acarretavam que, às vezes, o número de jurados recusados pela promotoria e pelo réu era muito alto. Some-se a isso a quantidade de pessoas que simplesmente faltavam à sessão, e o que temos são processos nos quais, da lista de convocação, quase ninguém servia como jurado de fato; ou seja, dentre os doze jurados sorteados, era muito comum que vários não estivessem na lista dos 48. No julgamento de Joaquim Martins Pereira e José da Rocha por terem dado fuga a presos, dois jurados foram recusados – um pela acusação, outro pela defesa – e nenhum deles estava na lista; ainda mais: Januário José de Souza foi considerado como jurado faltante, mas não há no processo nenhuma indicação de que tenha sido convocado¹⁹⁶. Há casos em que foram sorteados para servirem como jurados no processo pessoas que não haviam sido convocadas¹⁹⁷. No julgamento de Joaquim Breves Craveiro, contando os recusados, aparecem 18 pessoas servindo como jurados que não estavam entre os 48 convocados; dos 12 jurados necessários, apenas cinco estavam na lista de convocação. Além disso, Francisco de

¹⁹⁶ 114/14.

¹⁹⁷ Em 114/20, três pessoas. Em 114/24, cinco.

Assis Paixão foi recusado pelo réu; Joaquim Francisco Mariano, Joaquim da Costa Alecrim, João Batista de Melo Coimbra, Antônio Jesuíno Guimarães e Galdino Ferreira de Souza foram recusados pelo promotor; Antônio Branco de Oliveira jurou suspeição por ter servido no processo; ficaram inibidos de servir Severiano Fernandes de Sales, por ser irmão de um dos jurados; Joaquim Lemos da Silva, por ser defensor do réu; Domingos Gonçalves de Almeida, por ser cunhado de outro jurado; e José Joaquim Ramos e Costa, por ter testemunhado no processo. Nenhuma dessas pessoas consta na lista de convocação¹⁹⁸.

Quando Justiniano Augusto de Sales Fleury foi levado ao tribunal do júri por matar um liberto, o escrivão anotou que 42 jurados compareceram, no entanto 14 são multados por faltarem, totalizando, assim, um total de 56 convocados, mesmo que a lei determinasse o número de 48 e este número tenha sido seguido no processo. Nesse processo, houve um número expressivo de testemunhas, quatro jurados foram inibidos de servir justamente por terem testemunhado, mais um por ter atuado como delegado no processo e outro por ser parente do réu. Entre os sete jurados recusados pelo promotor, havia duas pessoas da família Sales Fleury¹⁹⁹. Possivelmente, as notificações aos jurados não seguiam os trâmites comuns, como descreve Maria Sylvia Carvalho Franco em sua análise de Guaratinguetá. Segundo ela, as notificações para o júri eram costumeiramente realizadas por particulares²⁰⁰.

Em 115/11, como mandavam as regras, Menezes, juiz municipal, ciente de que os réus haviam recebido o libelo com as acusações, entregou, durante a sessão do júri, o processo ao juiz de direito Carlos Antônio Rodrigues dos Santos, que embora considerasse irregular o fato de haver um só termo de fiança para dois presos, considerou o processo pronto para ser julgado. José Maria Barbosa e Joaquim Modesto dos Santos, que não haviam sido convocados, foram sorteados para decidir a sorte dos réus junto com outros dez cidadãos. Os acusados foram condenados no grau máximo do art. 206.

Os réus poderiam recorrer – mas não o fizeram – ao Tribunal da Relação. O caso 115/11 é o único que traz o andamento do processo depois de concluídos os trabalhos do júri para determinar o cumprimento da pena. O processo voltou para as mãos do juiz municipal, que nomeou árbitros da pena para calcular a multa, o que foi feito no valor

¹⁹⁸ 115/15.

¹⁹⁹ 116/05.

²⁰⁰ FRANCO, Maria Sylvia Carvalho. Op. cit., p. 136.

de 416\$000. Como os réus não podiam pagá-la, foi comutada em 416 dias de prisão com trabalho. Em seguida, o fiador pediu sua desistência, visto que os réus já tinham sido processados, o que foi aceito pelo juiz.

Este é um modelo dos processos compulsados.

A Estrutura Judiciária em Sant'Anna do Parahyba

Em 1858, foi criada uma nova comarca na província de Mato Grosso pelo decreto 2263, de 25 de setembro daquele ano, nos seguintes termos: “Fica declarada de primeira entrância a terceira comarca, criada na província de Mato Grosso pela lei da respectiva Assembleia Legislativa número nove de vinte três de Junho deste ano”. Até então, Mato Grosso possuía a comarca de Cuiabá (divida nos termos de Cuiabá e Diamantino) e a comarca de Mato Grosso (dividida também em dois termos: o de Poconé e o de Mato Grosso)²⁰¹. Nos documentos, às vezes se usava o termo *terceira comarca*, às vezes, *comarca de Miranda*²⁰², pois a cabeça (sede) da comarca era essa vila, porém, ao que parece, a Guerra do Paraguai levou a burocracia judicial para Sant'Anna, onde permaneceu, por isso a comarca passou a ser designada pelo nome daquela vila, tanto nos processos como em outros documentos. Até 1872, havia apenas três comarcas em todo Mato Grosso, e o governo do Império decidiu por bem publicar o decreto 5067, que dizia em seu artigo único: “Fica elevada à segunda entrância a comarca da capital da província de Mato Grosso. Subsiste a classificação de primeira entrância das de Mato Grosso e Sant'Anna do Parahyba, da mesma província”. É a mesma terminologia usada no relatório do presidente da província, em 1873, no qual consta que eram comarcas de Mato Grosso: a da capital, a de Mato Grosso e a de *Santa Anna* do Parahyba.

Esquemáticamente, assim estava ramificada a administração judicial no Império. Havia os distritos, onde atuavam, entre outras autoridades, os inspetores de quartelão, os subdelegados e os delegados. Acima dos distritos, estavam os termos, onde atuavam os juizes municipais e os promotores. O próximo degrau hierárquico eram as comarcas, com seus jurados e os juizes de Direito. Em 1872, assim estava dividida a estrutura judiciária de Mato Grosso: a comarca da capital, com três termos (Cuiabá, Diamantino e Rosário), a de Mato Grosso, também com três (Poconé, Vila Maria e Mato Grosso), e a

²⁰¹ SENA, Divino Marcos de. “Trabalhadores Livres no ‘Baixo Paraguai’ do Império do Brasil”. *Fronteiras*, v. 12, n. 22. Dourados, MS, jul./dez. 2010, p. 155.

²⁰² Para *comarca de Miranda*, ver 114/04, 114/07, 114/12 e 114/13. Para *terceira comarca*, ver 114/24.

comarca de Sant'Anna não era dividida; sua área correspondia à mesma área do termo²⁰³. Ainda havia a divisão dos termos em distritos. Neste caso, o termo de Sant'Anna era dividido em três, a saber: “1º A vila. 2º Desde a margem direita do Sucuriú até o rio Pardo, compreendendo o Camapuã. 3º Para oeste, desde a serra até o rio Paraguai”²⁰⁴. *Grosso modo*, esta área corresponde ao atual estado de Mato Grosso do Sul; cerca de 350 mil quilômetros quadrados ficavam então sob uma única jurisdição.

Em 21 de janeiro de 1873, o presidente da província de Mato Grosso, José de Miranda da Silva Reis, assinou uma resolução determinando que o juiz de direito da 3ª comarca deveria estabelecer residência em Corumbá, juntamente com o promotor público, relegando a vila de Sant'Anna à condição de termo²⁰⁵; de fato, o juiz Alfredo José Vieira se transferiu para a vila da fronteira, porém, para instalar uma nova comarca, passando a província de Mato Grosso a ter quatro: Cuiabá, São Luiz de Vila Maria, Sant'Anna do Parahyba e a nova Santa Cruz de Corumbá²⁰⁶, que englobava o termo da cidade de Miranda. Nos processos de Sant'Anna, a nomenclatura varia: ora *quarta comarca*, ora *comarca de Sant'Anna do Parahyba*²⁰⁷. Em 1876, foi criada pela Assembleia Provincial a comarca de Miranda, depois ratificada pela Assembleia Geral, através do decreto 6993, de 10 de agosto de 1878.

Comarca	Criação	Observações
1ª	Lei Provincial n. 6, de 24 de abril de 1838.	Chamada de Cuiabá.
2ª	Lei Provincial n. 6, de 24 de abril de 1838.	Chamada de Mato Grosso.
3ª	Lei Provincial n. 9, de 23 de junho de 1858.	A princípio, comarca de Miranda. Com a Guerra do Paraguai, foi transferida para Sant'Anna, adotando esse nome. Transferida para Corumbá quase ao tempo que foi criada a quarta comarca.

²⁰³ O termo de Sant'Anna foi criado no final da década de 1850, mas o cargo de juiz municipal só foi instituído pelo decreto 3301, de 24 de agosto de 1864. PROVÍNCIA DE MATO GROSSO. *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Mato Grosso pelo conselheiro Herculano Ferreira Penna, em 3 de maio de 1863.*

²⁰⁴ PROVÍNCIA DE MATO GROSSO. *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa da Província de Mato Grosso no dia 4 de outubro de 1872 pelo presidente da mesma província, o exm. sr. tenente coronel Dr. Francisco José Cardozo Junior.*

²⁰⁵ PROVÍNCIA DE MATO GROSSO. *Relatório apresentado a Assembleia Legislativa Provincial de Mato Grosso na segunda sessão da 19ª legislatura, no dia 3 de maio de 1873 pelo presidente da província, o exm. snr. general dr. José de Miranda da Silva Reis.*

²⁰⁶ PROVÍNCIA DE MATO GROSSO. *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Mato Grosso na primeira sessão da 20ª legislatura, no dia 3 de maio de 1874 pelo presidente da província, o exm. sr. general dr. José de Miranda da Silva Reis.*

²⁰⁷ Como *quarta comarca*, ver 114/28 e 114/29. Como *comarca de Sant'Anna*, ver 116/05.

4ª	Lei Provincial n. 1, de 21 de maio de 1873.	Comarca de Sant'Anna (recriada).
5ª	Lei Provincial n. 9, de 30 de junho de 1876.	Comarca de Miranda.

Fontes: SENA, Divino Marcos de. "Trabalhadores Livres no 'Baixo Paraguai' do Império do Brasil". *Fronteiras*, v. 12, n. 22. Dourados, MS, jul./dez. 2010; Site do Senado Federal.

Mas o tamanho de Sant'Anna continuava proibitivo ao bom andamento da Justiça, pois os limites do município eram suficientemente grandes para fazer fronteira com a República do Paraguai e ter divisas com as províncias do Paraná, São Paulo, Minas Geras e Goiás²⁰⁸.

Impossibilidade Estatística da Demora dos Processos

Uma das possibilidades para analisar a Justiça seria utilizar os processos a fim de fazer um levantamento do tempo que demoravam as autoridades para cumprir a sua função, mas chegamos à conclusão de que isso não seria adequado, visto que não se trata de um arquivo serial, ou seja, com fontes de conteúdo homogêneo, pelo contrário, há especificidades em cada documento.

Há casos em que a delegacia de polícia não consuma nenhuma ação: avisado de que Camilo Alves Ramos tentou matar José Maria Lobo, o delegado Manoel Pereira Dias não intimou nenhuma testemunha, apenas enviou a denúncia oferecida pelo inspetor de quartirão para o promotor de Justiça e para isso levou somente um dia²⁰⁹, o mesmo tempo que gastou o subdelegado de polícia José Maria Barbosa para enviar outra denúncia recebida de um inspetor ao juiz municipal, sem tomar nenhuma providência²¹⁰. Esses inquéritos reduziram a média de demora nos andamentos injustamente, já que na realidade não houve nenhum ato efetivo das delegacias.

Além disso, o inquérito era muitas vezes realizado apenas para cumprir formalidades burocráticas, como se vê no despacho do juiz municipal João Rodrigues da Cunha Sobrinho: "com vista das diversas decisões do sr. dr. juiz de direito da comarca, deixando de sustentar os despachos de pronúncia por falta de inquérito policial, intime-se o promotor público para promover e oferecer o inquérito policial relativo ao presente processo iniciado e seguido sem ele"²¹¹. Um inquérito realizado

²⁰⁸ PROVÍNCIA DE MATO GROSSO. *Relatório de 3 de maio de 1873*, op. cit.

²⁰⁹ 115/18.

²¹⁰ 116/04.

²¹¹ 116/14.

depois que as principais testemunhas já haviam sido interrogadas no juízo municipal não precisaria trazer nenhum dado novo; o juiz e o promotor já deviam ter as suas convicções sobre o crime. Portanto, poderia ser feito às pressas. Neste caso, levou seis dias para ser realizado e mais quatro para chegar às mãos do delegado.

Há outros casos atípicos, que corromperiam toda média de demora dos delegados, como a petição do agente dos correios Manoel Pereira Dias²¹². O procedimento, justamente por ser muito simples, demorou um dia, assim como foi simples a tentativa do promotor de fazer José Maria Barbosa assinar um termo de bem viver²¹³. A rapidez desses casos reduziria a média sem corresponder à realidade das inquirições.

Também não seria eficiente produzir uma média da demora dos juízes municipais. Em primeiro lugar porque, às vezes, o processo era reenviado à delegacia para novas inquirições, ou o processo que já fora enviado pelo juiz municipal ao juiz de direito voltava, pelo mesmo motivo, ao juízo inferior. Também porque dependiam da proximidade das testemunhas. Se o crime havia acontecido na própria vila, era consideravelmente mais fácil chamar aqueles que soubessem dos fatos, mas o crime também podia ter acontecido em outra parte da imensidão da comarca, que era considerável, problema agravado pelas condições de deslocamento na região à época. E esse juiz, por sua importância no processo, desempenhava mais funções e dependia mais, portanto, dos funcionários e de outros órgãos da Justiça. O mesmo se dava na falta de juiz de direito. Depois de mais de dois anos preso pela acusação de assassinato, o tenente Justiniano Augusto de Sales Fleury solicitou que fosse julgado na comarca de Corumbá por não ter sido “possível verificar-se até hoje o seu julgamento neste termo por falta de juiz letrado”. O que quer dizer que o juízo municipal cumprira todas as suas funções, incluindo a sentença de pronúncia do juiz municipal, dada em 86 dias, mas não tinha como concluir sua participação no processo por não podê-lo enviar à outra instância²¹⁴.

Outros problemas impedem uma média de demora dos processos no juízo de Direito. Quando se julgava uma autoridade por crimes ocorridos no exercício da função, fosse um juiz municipal, fosse um oficial de Justiça, o processo tramitava apenas no juízo de Direito, assim como os *habeas corpus*. Se quiséssemos uma média da rapidez

²¹² 114/26.

²¹³ 117/02.

²¹⁴ 116/05.

do juízo de Direito, misturaríamos os recursos de pronúncia (como o visto no documento 115/11), nos quais ele precisaria rever todo o processo para decidir se a pronúncia do juiz municipal estava de acordo com os autos; os *habeas corpus*, em geral processos que tramitam com celeridade (as decisões nos três *habeas corpus* compulsados foram dadas em, no máximo, dois dias depois do pedido²¹⁵), e os processos de responsabilidade, nos quais todas as inquirições eram realizadas pelo juiz de direito. Deste último tipo, temos o processo contra Simões, que levou 51 dias para ser sentenciado a partir do momento que foi autuado²¹⁶; contra Manoel Lino da Silva, que levou 34 dias²¹⁷; contra Lucas Antunes da Silva, 31 dias²¹⁸; contra Macário Antônio dos Santos, 19 dias²¹⁹; contra João Rodrigues da Cunha Sobrinho não foi sentenciado²²⁰, e os dois processos movidos pelos mesmos motivos contra Joaquim Pereira Dias, levaram 103 e 57 dias para serem julgados pelo juízo de Direito, embora ambos tenham sido encaminhados à Relação²²¹. Este último traz à tona outro elemento, que seria desconsiderado numa tabela: o fato de que processos contra autoridades possuem implicações de outro viés, como por exemplo, conotação política, e por isso podiam ser acelerados ou atrasados pelo magistrado que os conduzia.

Juízes e Vereadores

Historiografia Nacional

Havia determinações legais obrigando que os cargos de juiz fossem ocupados em todo Império por bacharéis em Direito. É o caso do art. 44 do Código do Processo: “Os Juízes de Direito serão nomeados pelo Imperador dentre os Bacharéis formados em Direito, maiores de vinte e dois anos, bem conceituados, e que tenham, pelo menos, um ano de pratica no foro, podendo ser provada por certidão dos Presidentes das Relações, ou Juízes de Direito, perante quem tenham servido; tendo preferência os que tiverem servido de Juízes Municipais, e Promotores”. O art. 24, da lei 261, de 3 de dezembro de 1841, afunilava ainda mais a identidade daqueles que poderiam servir nesses cargos: “Os Juízes de Direito serão nomeados pelo Imperador dentre os Cidadãos habilitados, na forma do art. 44 do Código do Processo; e quando tiverem decorrido quatro anos da

²¹⁵ Demora de dois dias em 117/03; em 117/04 e 117/09 a decisão foi dada no mesmo dia.

²¹⁶ 114/16.

²¹⁷ 115/04.

²¹⁸ 115/17.

²¹⁹ 117/06.

²²⁰ 117/18.

²²¹ 117/21.

execução desta Lei, só poderão ser nomeados Juízes de Direito aqueles Bacharéis formados que tiverem servido com distinção os cargos de Juízes Municipais, ou de Órfãos, e Promotores Públicos, ao menos por um quadriênio completo”.

Analisando a lei 261/1841, Miriam Dolhnikoff garante que, depois dela, “todo o processo criminal passava a ser de alçada e da responsabilidade da magistratura de carreira ou de funcionários por ela nomeada”²²². Não é opinião isolada, inclusive para fazer essa afirmação, ela cita Andrei Koerner e seu livro *Judiciário e Cidadania na Constituição da República Brasileira*. Para esse pesquisador, “os cargos de promotor, de juiz municipal, de juiz de direito e dos tribunais superiores eram ocupados exclusivamente por bacharéis em Direito”, ainda mais: “a nomeação para um cargo judiciário era a forma privilegiada de ingresso na carreira política imperial. Para isso, “a condição prévia era a obtenção de diploma de bacharel em Direito”²²³. Antes deles, tal extrapolação já era encontrada em Emília Viotti da Costa, que sustenta que “ao mesmo tempo [do coroamento de Pedro II], aprovaram-se várias leis conservadoras que fortaleceram o poder do governo central. Os juízes de paz continuaram sendo eleitos, mas perderam várias de suas atribuições, que passaram para a polícia e para os juízes nomeados pelo governo central”²²⁴. O último trecho é parcialmente correto: os juízes de paz, de fato, perderam poder, o que não significou necessariamente o fortalecimento do poder da Corte em todos dos pontos do Império.

Sérgio Buarque de Holanda, há muito tempo, alertou para a distância que, no Brasil, separava as condições reais da situação legal do país²²⁵. Para esse grande intérprete do Brasil, “a rigidez, a impermeabilidade, a perfeita homogeneidade da legislação parecem-nos constituir o único requisito obrigatório da boa ordem social. Não conhecemos outro recurso”²²⁶.

Essa lei é um caso típico da confecção de legislação formalmente – e apenas formalmente – perfeita, já que no Brasil, durante o século XIX, não havia profissionais suficientes para sua efetiva execução. Estima-se que pelo menos 150 mil pessoas foram formadas nas 23 universidades da América Espanhola, durante o período colonial; entre

²²² DOLHNIKOFF, Miriam. Op. cit., p. 135.

²²³ KOERNER, Andrei. Op. cit., p. 37 e 44.

²²⁴ COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 6ª ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999, p. 155.

²²⁵ HOLANDA, Sérgio Buarque de. “A herança colonial – sua desagregação”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira*, tomo II, “O Brasil Monárquico”, vol. I. São Paulo: Difusão européia do livro, 1965, p. 38.

²²⁶ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 178.

1772 e 1872, passaram pela Universidade de Coimbra 1242 brasileiros²²⁷. Entre 1831 e 1870, a Academia de Direito de São Paulo formou 1600 bacharéis e doutorou 75²²⁸. Nem todos os formados iam para a carreira jurídica; muitos disputavam eleições e alguns outros se tornavam jornalistas, além de diferentes problemas que os impediam de assumir o cargo, como foi o caso do primeiro bacharel mato-grossense formado na Academia de Direito de São Paulo, Antônio Navarro de Abreu (filho de um comerciante do mesmo nome); ele tentou um cargo de juiz de direito em Mato Grosso, mas o presidente da província, Pimenta Bueno, negou-o com rispidez, afinal, era seu inimigo político²²⁹.

Entre os que se tornavam juízes, a grande maioria não queria se embrenhar pelo Mato Grosso, preferindo uma comarca numa província litorânea, conseguindo dispensas de servir em lugar tão remoto. Enfim, a lei 261/1841 não seria a primeira nem a última promulgada no Brasil sem condições de ser executada, exatamente no espírito da legislação brasileira, como notou Holanda: “As constituições feitas para não serem cumpridas, as leis existentes para serem violadas, tudo em proveito de indivíduos e oligarquias, são fenômeno corrente em toda a história da América do Sul. É em vão que os políticos imaginam interessar-se mais pelos princípios do que pelos homens: seus próprios atos representam o desmentido flagrante dessa pretensão”²³⁰.

A Falta de Bacharéis

Em 1874, tornou-se realidade em Mato Grosso um dos projetos do Império para melhorar a Justiça em diversas províncias: foi instalado o Tribunal da Relação de Cuiabá. José de Miranda da Silva Reis, presidente da província de Mato Grosso na época, assistiu à instalação desta Corte, em 1º de maio, e assim comentou o fato dois dias depois:

A criação de um Tribunal de 2ª instância nesta província tão distante da Corte, ao distrito da Relação da qual até então pertencia, é sem dúvida um auspicioso e inestimável fato que, largamente concorrendo para o progresso desta importante província, para sempre gravará nos corações dos dignos mato-grossenses a mais profunda gratidão aos

²²⁷ CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 23. Sérgio Buarque de Holanda acredita em número ainda menor: 720 brasileiros; ver HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*, p. 119.

²²⁸ ADORNO, Sérgio. *Os Aprendizizes do Poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998, p. 181.

²²⁹ SENA, Ernesto Cerveira de. Op. cit., p. 65-66.

²³⁰ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*, p. 182.

altos poderes do Estado, que nele lhes outorgaram tão assinalado quanto merecido e justo benefício²³¹.

Tratava-se realmente de um feito memorável e de uma demonstração de um cuidado do Império com a província. O Brasil contava, segundo o censo de 1872, com 9.930.000 habitantes; deste total, 60.417 moravam em Mato Grosso²³². Com a Relação instalada, esta população, que representava 0,61% dos brasileiros, teria seu próprio tribunal de última instância.

As Relações do Império não guardavam muitas semelhanças com os atuais tribunais de Justiça. Ambos funcionavam nas capitais e seus membros eram chamados de desembargadores; a analogia termina aí. As competências eram muito diversas. O Supremo Tribunal de Justiça, na época, *não* era a Corte Suprema, e tinha como funções:

- 1º Conceder ou denegar revistas nas causas, e pela maneira, que esta lei determina.
- 2º Conhecer dos delitos, e erros de ofício, que cometerem os seus Ministros; os das Relações, os empregados no Corpo Diplomático, e os presidentes das províncias.
- 3º Conhecer, e decidir sobre os conflitos de jurisdição, e competência das Relações das províncias²³³.

O Supremo tinha ampla jurisdição sobre as altas autoridades do Império, mas nas causas envolvendo cidadãos sem privilégios, apenas podia conceder revista. Isso significa que os processos enviados por uma Relação ao STJ, e nos quais os ministros reconhecessem a existência de injustiça manifesta, eram encaminhados à outra Relação, que não a sua de origem, para que fossem julgados em última instância²³⁴. Recursos, agravos, apelações criminais, apelações interpostas dos conselhos municipais de recurso sobre qualificação de votantes, crimes comuns e de responsabilidade dos juízes de Direito e chefes de polícia, os de responsabilidade dos comandantes militares, etc., todos eram causas decididas pelos desembargadores das Relações.

Até o ano de 1874, havia quatro Relações no Brasil. A Justiça de Mato Grosso estava até então vinculada à Justiça da Corte; quando alguém recorria de alguma decisão de um juiz de direito, o processo era enviado para ser decidido pelos

²³¹ PROVÍNCIA DE MATO GROSSO. *Relatório de 3 de maio de 1874*, op. cit.

²³² Dados consultados na página do IBGE, <www.ibge.gov.br>. Acesso em 12/09/2011.

²³³ Art. 164 da Constituição do Império, transcrito integralmente no art. 5º da lei de 18 de setembro de 1828. Não era incomum que as leis do Império não fossem numeradas, sendo referidas posteriormente apenas pela sua data de promulgação.

²³⁴ Conforme inciso 4º do §1º do art. 10, do decreto n. 5618, de 2 de maio de 1874.

desembargadores do Rio de Janeiro²³⁵. Pelo decreto 2342, de 6 de agosto de 1873, foram criadas mais sete Relações, instaladas no ano seguinte: “As Relações de Porto Alegre, S. Paulo, Ouro Preto, Fortaleza e Belém começarão a funcionar no dia 3 de fevereiro de 1874. As de Goiás e Cuiabá no dia 1º de maio do dito ano”²³⁶.

Estes dois últimos distritos funcionariam com um número diminuto de desembargadores: “Constará de 17 desembargadores a Relação da Corte; de 11 as de S. Salvador e Recife; de 7 as de Porto Alegre, S. Paulo, Ouro Preto, Fortaleza, S. Luiz e Belém; de 5 as de Goiás e Cuiabá”²³⁷. Todas as Relações deveriam eleger entre os seus membros um presidente e um procurador da Coroa, soberania e fazenda nacional.

Até o ano anterior à instalação da segunda instância provincial, havia suficientes bacharéis para os cargos de juízes de Direito em Mato Grosso, embora raramente algum advogado formado se oferecesse para juiz municipal e menos ainda para o de promotor de Justiça, e esta situação permaneceu assim nos anos finais do Império. Com exceção da comarca da capital que, a partir de 10 de janeiro de 1888, teve o bacharel Arnaldo Novis como promotor²³⁸, nenhuma outra comarca teve o privilégio de contar com um promotor formado. Todos os presidentes provinciais, ao relatarem o estado da Justiça em Mato Grosso, afirmavam, como o barão de Batovy, que “não existe na província nenhum promotor público formado, nem recebi ainda requerimento algum de bacharel em Direito pedindo-me promotoria”²³⁹. De maneira idêntica, assegura o barão de Maracaju: “Todas as promotorias continuam a ser exercidas por leigos”²⁴⁰. E o mais crítico dentre eles, o dr. João José Pedrosa: “Continuam todas as promotorias da província servidas por pessoas leigas, em razão da falta que há de bacharéis formados em Direito, para com eles proverem-se tão importantes cargos”²⁴¹.

Em 1873, as três comarcas da província possuíam juízes de Direito com formação. Na primeira comarca, servia Antônio Alonso de Faria; na segunda, estava

²³⁵ Como no caso 114/27, no qual todos os desembargadores datam *Rio*, apenas.

²³⁶ Art. 1º do decreto n. 5456, de 5 de novembro de 1873.

²³⁷ Art. 5º do decreto n. 5618, de 2 de maio de 1874.

²³⁸ PROVÍNCIA DE MATO GROSSO. *Relatório com que o exm. sr. coronel Francisco Raphael de Mello Rego, presidente da província, abriu a 27ª sessão da Assembleia Legislativa Provincial de Mato Grosso em 20 de outubro de 1888.*

²³⁹ PROVÍNCIA DE MATO GROSSO. *Relatório com que o exm. sr. general barão de Batovy, presidente da província de Mato Grosso, abriu a 1ª sessão da 25ª legislatura da respectiva Assembleia no dia 1º de outubro de 1884.*

²⁴⁰ PROVÍNCIA DE MATO GROSSO. *Relatório com que o exm. sr. general barão de Maracajú, presidente da província de Mato Grosso, abriu a 1ª sessão da 23ª legislatura da respectiva Assembleia no dia 1º de outubro do corrente ano[1880].*

²⁴¹ PROVÍNCIA DE MATO GROSSO. *Relatório com que o exm. sr. dr. João José Pedrosa, presidente da província de Mato Grosso, abriu a 2ª sessão da 22ª legislatura da respectiva Assembleia em 1º de outubro [de 1879].*

Felix da Costa Moraes; e a terceira comarca contava com a presença de Alfredo José Vieira. Entre os juízes municipais, eram raros os bacharéis em Mato Grosso. Ainda em 1882, a situação foi assim descrita por José Maria de Alencastro:

À exceção do termo de Corumbá, donde é juiz municipal o bacharel Hermes Plínio de Borba Cavalcanti, atualmente no exercício pleno da vara de Direito da respectiva comarca, nenhum outro termo da província o possui formado, o que acontece também a respeito dos promotores públicos que são todos leigos, sendo que o da comarca desta capital, major João Maria de Souza, é advogado provisionado há anos²⁴².

Em outras palavras, o que afirmou Alencastro era que, embora Corumbá tivesse um juiz municipal formado, faltava-lhe um juiz de direito, portanto, Hermes Cavalcanti estava exercendo, na prática, não o cargo de juiz municipal, mas de Direito.

Em 1873, o termo da capital também possuía um juiz formado, porém, segundo o presidente Silva Reis, este teve que responder a um processo e “em consequência da (...) sentença de pronúncia, o respectivo juiz municipal dr. Antonio Alonso de Faria, retirou-se este da província”²⁴³. Em 1874, apenas no termo de Poconé servia um bacharel, Manoel José Murtinho, substituindo Antonio Gonçalves de Almeida, que embora nomeado, não tomou posse, fato comum no judiciário da província. No mesmo ano de 1874, o presidente reclamava que

Manoel Cardoso Vieira de Mello, que, por decreto de 14 de julho do ano próximo passado, foi nomeado juiz municipal do termo desta capital, jamais se apresentou, ficando em o seu lugar suprimido, com muito zelo e solicitude bem exercida pelo respectivo 1º suplente, o muito inteligente e honrado comendador Henrique José Vieira, que, em seus impedimentos, tem sido bem substituído pelos 2º e 3º suplentes, os dignos e não menos inteligentes e honestos cidadãos Salvador Pompeo de Barros Sobrinho e tenente coronel Celestino Correa da Costa.

Os três, leigos. No termo de Corumbá, situação igual: “não entrou ainda em exercício do cargo de juiz municipal e de órfãos o dr. Candido Cesar da Silva Leão, para ele nomeado por decreto de 23 de agosto de 1873”. Em Sant’Anna, situação mais crítica. Tendo sido removido para a comarca de Corumbá o juiz de direito Alfredo José Vieira,

²⁴² PROVÍNCIA DE MATO GROSSO. *Relatório com que o exm. sr. coronel dr. José Maria de Alencastro, presidente da província de Mato Grosso, abriu a 1ª sessão da 24ª legislatura da respectiva Assembleia no dia 15 de junho de 1882.*

²⁴³ PROVÍNCIA DE MATO GROSSO. *Relatório de 3 de maio de 1873*, op. cit.

da comarca de Sant'Anna do Parahyba, nela exerce interinamente a respectiva vara o 1º suplente do juiz municipal cidadão Manoel Garcia da Silveira, visto não ter ainda, que me conste, entrado no respectivo exercício o dr. Levindo Ferreira Lopes que, nomeado por decreto de 24 de setembro do ano passado, por procuração prestou juramento a 26 de novembro do dito ano, e estar vago o lugar de juiz municipal deste extenso termo, único da comarca de mesmo nome²⁴⁴.

Em 1879, foi instalada a comarca de Miranda pelo suplente do juiz municipal em exercício, que assumiu então a vara de Direito, Antonio Xavier Castello²⁴⁵. Apenas em 23 de janeiro de 1880, o bacharel Antonio Columbano Seraphico de Assis Carvalho, que havia sido nomeado para o cargo em 8 de março de 1879, apresentou-se na comarca²⁴⁶. Em 1879, o único termo que possuía juiz municipal formado era o de Corumbá, mas, segundo João José Pedrosa, “por ato de 9 de junho, mandei responsabilizar, ficando inibido de exercer as funções do cargo durante o respectivo processo, o dr. José Maria Metello, juiz municipal do termo de Corumbá, no exercício interino da vara de Direito; por haver o mesmo procedido de modo a incorrer nas penas do art. 157 do código criminal”²⁴⁷. Metello, embora fosse juiz municipal, estava exercendo interinamente o juízo de Direito, exatamente como Hermes Cavalcanti, o que só pode ser explicado pela falta de bacharéis nesses cargos; quem de fato, estava exercendo o juízo municipal, eram leigos que os substituíam.

E não faltava interesse do Império em melhorar a administração da Justiça; contudo, ocorriam problemas de ordem material:

Para o [termo] de Miranda, ponderando eu [Pedrosa] ao ministro da Justiça à urgente necessidade da nomeação de um moço formado para exercer o lugar de juiz municipal, afim de que, na falta do juiz de direito, não ficasse a comarca só entregue à Justiça dos leigos, tanto mais quanto ela era teatro de frequentes distúrbios; S. Ex^a determinou que daqui fosse indicado algum bacharel idôneo para o cargo. A dificuldade, porém, está em encontrá-lo e, por ora, não me consta que haja algum em condições de poder aceitar o lugar²⁴⁸.

Em 1880, “José Maria Metello, obteve, por decreto de 8 de abril do corrente ano, a exoneração que pediu”²⁴⁹, passando, naquele ano, todos os termos a ficarem desprovidos de juízes formados.

²⁴⁴ PROVÍNCIA DE MATO GROSSO. *Relatório de 3 de maio de 1874*, op. cit.

²⁴⁵ PROVÍNCIA DE MATO GROSSO. *Relatório de 1º de outubro [de 1879]*, op. cit.

²⁴⁶ PROVÍNCIA DE MATO GROSSO. *Relatório de 1º de outubro [de 1880]*, op. cit.

²⁴⁷ PROVÍNCIA DE MATO GROSSO. *Relatório de 1º de outubro [de 1879]*, op. cit.

²⁴⁸ Idem.

²⁴⁹ PROVÍNCIA DE MATO GROSSO. *Relatório de 1º de outubro [de 1880]*, op. cit.

Além da demora para os bacharéis se apresentarem e de eventuais processos contra eles, havia as licenças médicas, muito constantes não só entre os desembargadores da Relação, mas também nos juízos inferiores. Por exemplo, “em data de 24 de abril [de 1882], assumiu o exercício interino da vara de Direito da comarca o juiz municipal do termo de Corumbá, bacharel Hermes Plínio da Borba Cavalcanti, no impedimento por licença, do juiz de direito efetivo, bacharel José Joaquim Ramos Ferreira”; deixando este termo, o único na época provido de juiz municipal formado, também nas mãos de juízes leigos²⁵⁰.

Em 1886, Corumbá continuava a ser o único termo com juiz municipal formado, sendo que o cargo para o termo de Miranda estava vago e um juiz leigo ocupava o cargo de juiz de direito em Sant’Anna do Parahyba²⁵¹. A situação melhorou muito em 1888, quando Sant’Anna do Parahyba, Corumbá, Miranda, Poconé, Rosário, Diamantino e S. Luiz de Cáceres já contavam com juízes municipais bacharelados. No caso de Miranda, especificamente, aconteceu algo inédito: o mesmo decreto que exonerou um juiz municipal nomeou outro bacharel para substituí-lo; em geral a substituição não era imediata²⁵².

Poder-se-ia pensar que esse afluxo de bacharéis estivesse fortalecendo o poder judiciário na província, mas é apenas uma aparência. Tal como uma força gravitacional, a Relação tragava todo este desenvolvimento posto que não podia funcionar se estivesse em desfalque de um único de seus cinco membros e por isso convocava os bacharéis das comarcas para servir nela, substituindo os desembargadores faltantes. Nos agravos e nas apelações cíveis, por exemplo, só tinham voto no julgamento o juiz relator e os dois juízes revisores²⁵³, que deveriam ser sorteados, não podendo atuar nem o presidente do Tribunal nem o procurador da Coroa. Como analisou na época José Joaquim Ramos Ferreira,

este Tribunal, por defeito de organização, ainda mesmo que se ache constituído com o seu número integral de cinco desembargadores, o que raríssimas vezes sucede, não pode funcionar sem chamar um juiz

²⁵⁰ PROVÍNCIA DE MATO GROSSO. *Relatório com que o exm. sr. vice-presidente tenente coronel José Leite Galvão passou a administração da província de Mato Grosso [a]o exm. sr. coronel José Maria de Alencastro no dia 10 de março de 1883.*

²⁵¹ PROVÍNCIA DE MATO GROSSO. *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Mato Grosso na primeira sessão da 26ª legislatura no dia 12 de julho de 1886 pelo presidente da província, o exm. sr. doutor Joaquim Galdino Pimentel.* Corumbá continua sendo o único termo com juiz municipal no ano seguinte. Ver PROVÍNCIA DE MATO GROSSO. *Relatório que o excelentíssimo sr. vice-presidente dr. José Joaquim Ramos Ferreira devia apresentar à Assembleia Legislativa Provincial de Mato Grosso em setembro de 1887.*

²⁵² PROVÍNCIA DE MATO GROSSO. *Relatório de 20 de outubro de 1888*, op. cit.

²⁵³ §2º do art. 128 do decreto n. 5618, de 2 de maio de 1874.

de direito, para poder haver sorteio dos dois membros, que com o relator, têm de julgar os feitos, pois a não ser assim, excluídos o presidente e o procurador da coroa, não poderia haver sorteio, ficando sempre dois juízes certos²⁵⁴.

Mas não era apenas por sua falha estrutural que os juízes de Direito eram chamados. A todo tempo, faltavam desembargadores por licenças médicas ou por transferência e demora na chegada de seu substituto. Segundo Elaine Sodré, o número de licenças e pedidos de remoções era muito maior nas Relações de Goiás e Cuiabá do que em qualquer outra²⁵⁵. De fato, não há relatório provincial que não cite pelo menos dois desembargadores em licenças médicas. Situação muito grave se deu em 1887. Nas palavras de Ramos Ferreira: “Este Tribunal acha-se atualmente presidido pelo ilustrado e provecto magistrado desembargador Antonio Gonçalves Gomide, que nele serve desde 4 de janeiro de 1882. Tem funcionado com intermitências por falta de membros; ficando muitas vezes reduzido a não poder absolutamente funcionar por achar-se em exercício unicamente o seu presidente”²⁵⁶.

Embora às vezes menos difícil, a situação era semelhante durante todo o funcionamento dessa corte no Império. Em 1888, o presidente da província, Mello Rego, garantia que a Relação “não chegou ainda a funcionar, desde a sua instalação, com o número completo de seus membros”. Dessa maneira, sempre estavam servindo na Relação juízes de Direito das comarcas, como afirmou o mesmo presidente provincial: “os juízes de Direito das comarcas desta capital e do Alto Paraguai Diamantino, bacharéis Alfredo José Vieira e Luiz Alves da Silva Carvalho acham-se, há muito tempo, funcionando com jurisdição plena da 2ª instância na Relação do distrito”; e neste mesmo ano, também o juiz de direito de Cáceres, Manoel José Murtinho, foi convidado a tomar assento da Relação, fragilizando o poder judiciário nas comarcas.

E as funções de desembargador não eram as únicas que estes bacharéis precisavam suprir. Alfredo José Vieira, por exemplo, em 10 de janeiro de 1888, foi “dispensado dos trabalhos do Tribunal para presidir a apuração geral dos votos nas eleições para membros da Assembleia Legislativa Provincial, visto que se achava então

²⁵⁴ PROVÍNCIA DE MATO GROSSO. *Relatório de setembro de 1887*, op. cit.

²⁵⁵ SODRÉ, Elaine Leonara de Vargas. “Mando Vir (...) Debaixo de Vara, as Testemunhas Residentes Nessa Comarca (...)” – *história do Tribunal da Relação de Porto Alegre, 1874-1889*. Dissertação de mestrado em história. Porto Alegre: PUC, 2002, p. 61 e 102.

²⁵⁶ PROVÍNCIA DE MATO GROSSO. *Relatório de setembro de 1887*, op. cit. O mesmo se deu em 1885. PROVÍNCIA DE MATO GROSSO. *Relatório de 12 de julho de 1886*, op. cit.

vago o lugar de juiz substituto”²⁵⁷. Outra função que obrigava o juiz a ser bacharel era a presidência do tribunal do júri, por isso “a 5 do mesmo mês de março [de 1887] foi dispensado dos trabalhos da Relação, a fim de presidir o júri em sua comarca, o juiz de direito de Miranda Melcíades Augusto de Azevedo Pedra”²⁵⁸.

Assim, quando os juízes eram dispensados da Relação, a Justiça das comarcas recobrava as suas forças, como aconteceu no final do ano de 1882 e início do ano seguinte:

Foram ambos [Alfredo José Vieira e Luiz Alves da Silva Carvalho] dispensados do serviço da Relação pelo presidente deste Tribunal, visto não poder o mesmo celebrar suas sessões por falta de número legal de membros.

Em resultado de tal medida, pôde funcionar o júri no termo desta capital, em dezembro do ano passado, janeiro próximo findo e no corrente mês de março; bem como fazer-se nas duas comarcas a revisão do alistamento eleitoral que devia ter-se realizado em setembro, e a nova, em virtude do decreto legislativo de 7 de outubro do dito ano²⁵⁹.

Além disso, grande parte dos processos da Relação tinha origem em Cuiabá e o julgador de uma causa em primeira instância não podia ser chamado para analisar um recurso contra a sua própria sentença, “assim para julgar os feitos em que estiver impedido o juiz de direito da capital tem-se de chamar um juiz de direito de 50 a 200 léguas de distância!”²⁶⁰. Os prejuízos eram maiores porque se perdia “todo o tempo a contar da data dos convites até se apresentarem no Tribunal os juízes de Direito convidados, tanto mais que estes procuram escusar-se, já por se não privarem dos cômodos da família, já por serem avultadas as despesas de vinda e volta, que correm por conta deles”²⁶¹.

Os graves perigos que tudo isso traz a administração da Justiça são instrutivos: ou o magistrado pelas dificuldades da viagem, falta de meios ou qualquer outro motivo não vem ao Tribunal, e então paralisa-se a administração da Justiça na segunda entrância; ou para tomar assento na Relação abandonam a comarca, que indubitavelmente não pode deixar de sofrer com a sua ausência, principalmente quando em toda província só uma comarca tem juiz municipal [formado]²⁶².

²⁵⁷ PROVÍNCIA DE MATO GROSSO. *Relatório de 20 de outubro de 1888*, op. cit.

²⁵⁸ PROVÍNCIA DE MATO GROSSO. *Relatório de setembro de 1887*, op. cit.

²⁵⁹ PROVÍNCIA DE MATO GROSSO. *Relatório de 10 de março de 1883*, op. cit.

²⁶⁰ Idem.

²⁶¹ PROVÍNCIA DE MATO GROSSO. *Relatório de 1º de outubro [de 1879]*, op. cit.

²⁶² PROVÍNCIA DE MATO GROSSO. *Relatório de setembro de 1887*, op. cit.

Já no primeiro lustro de funcionamento da Relação, ela era alvo de críticas, como as de Pedrosa, segundo quem “não tem este Tribunal produzido as vantagens que dele se esperava quando instalou-se em 1874. Para ele, se as circunstâncias financeiras do Império não permitem ainda o aumento o pessoal deste Tribunal (...) com pesar o digo, será preferível que, por algum tempo, fique a província privada de tal Tribunal a possuí-lo nas condições em que tem-se mantido²⁶³”. Conforme o art. 7º do decreto 5618, de 2 de maio de 1874, em falta de membros para esse tribunal, seriam chamados para julgarem os feitos, “1º, os juízes de Direito mais antigos da comarca em que a Relação tiver a sua sede; 2º, os das comarcas mais próximas designados pelo presidente da Relação”. Pedrosa percebia que “ficam estas comarcas entregues a juízes leigos, de quase nenhuma prática do foro, com grave prejuízo para os interesses da Justiça, de maneira que a Relação assim pouco aproveita aos jurisdicionados, como ainda motiva a desorganização de todo o serviço judiciário nas diferentes comarcas da província”.

Referindo-se à lentidão do andamento dos processos, Pedrosa acreditava que “estas demoras, por vezes, são tão sensíveis que melhor seria à província estar ela, como outrora, dependendo da Relação da Corte, apesar da distância que se interpõe e da dificuldade de comunicação que ainda existe”²⁶⁴.

Por isso, mesmo tendo sido empossado como juiz municipal em Sant’Anna, Belino Hermilo Cavalcante Souto não chegou a exercer esse cargo. Aparece nos processos apenas como juiz de direito nos anos de 1888 e 1889. Certamente, por falta de pessoa qualificada para esse cargo, Belino deixou o posto de juiz municipal nas mãos dos leigos e passou a ocupar o cargo de juiz de direito²⁶⁵.

Os Poderosos Locais no Judiciário da Comarca

Para responder quem eram esses *leigos* que assumiam os postos de juiz municipal e de Direito, recorremos a uma obra de 1884, escrita por Augusto Uflacker, na qual ele cita a seguinte diretriz dada pelo Ministério da Justiça: “conforme decidiu o aviso de 24 de agosto último [1882], publicado no *Diário Oficial* de 27, continuam os

²⁶³ PROVÍNCIA DE MATO GROSSO. *Relatório de 1º de outubro [de 1879]*, op. cit.

²⁶⁴ Idem.

²⁶⁵ O juiz Belino Hermilo Cavalcante Souto atua nos processos 116/05, 116/17, 117/14 e 117/21.

juízes municipais, na falta dos respectivos suplentes, a ser substituídos pelo vereador mais votado e pelos que se lhe seguirem na ordem da votação”²⁶⁶.

Levando-se em consideração que existia este aviso *mantendo* tais regras e que a falta de desembargadores era uma realidade tanto do Mato Grosso como do Rio Grande do Sul²⁶⁷ (embora neste em menor escala), não é impossível que juízes leigos – leia-se, vereadores – dominassem comarcas por vários anos em muitos cantos do Império. Analisando um processo contra a escrava Ambrozina pelo assassinato de uma jovem branca, arquivado no Fórum Judicial da cidade de Palmas, Paraná, Maria Capelo encontrou um juiz municipal que, três anos após a prisão da dita escrava, liberou-se do cargo e passou para a defesa da escrava. Ora, isso indica que também lá juiz municipal não era um funcionário de carreira²⁶⁸.

Maria Sylvia Carvalho Franco identificou um tropeiro, cujo filho estudava na Academia de Direito de São Paulo, reclamando do dinheiro que teria que desembolsar em seus estudos; dizia ele: “para tornar-se subdelegado da comarca, meu filho não tem necessidade de ser tão sábio”, indicando que este cargo já era exercido por bacharéis naquela região. A mesma autora narra o caso de um juiz que, em 1836, em um processo de demarcação de terras, foi acusado por um dos demandantes de ser amigo da outra parte, tendo inclusive recebido ajuda dela para se manter em São Paulo enquanto estudava, o que leva a crer que este juiz também passou pela Academia de Direito. A presença de juízes formados é corroborada por uma ponderação de Carvalho Franco: contra as constantes absolvições do júri, “ergueram-se juízes e promotores, não raro de origem urbana, desvinculados dos ambientes onde exerciam suas funções, alheios à moralidade ali vigente”; ora, a existência de juízes vindos de fora só tem sentido se tivessem cursado a Academia de Direito. Por outro lado, em outros momentos, ela se depara com delegados sem formação e, sobre os problemas na burocracia, acredita que seu mau funcionamento se devia, entre outros motivos, à “ignorância técnica” dos servidores e ao fato das autoridades serem “ignorantes da lei e fiéis aos costumes”²⁶⁹. Em 1882, um promotor de Guaratinguetá reclamou que na comarca não havia sequer

²⁶⁶ UFLACKER, Augusto. *Reforma Eleitoral Anotada*. Rio de Janeiro: Rua do Ouvidor, 1884, p. 320, disponível no site do Superior Tribunal de Justiça <bdjur.stj.gov.br>, consultado em 10/01/2010 [p. 312 do arquivo .pdf].

²⁶⁷ SODRÉ, Elaine Leonara de Vargas. Op. cit., *passim*, mas principalmente a p. 77.

²⁶⁸ CAPELO, Maria Regina Clivati. “Justiça que Falha”. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, ano 5, n. 49, out., 2009, p. 42-44.

²⁶⁹ FRANCO, Maria Sylvia Carvalho. Op. cit., p. 72, 96-97, 135-137, 158, 161.

uma autoridade formada, eram todas leigas. O que se depreende é que formados e não formados coexistiam na comarca.

Acresce-se a este fato a constatação de Ilmar Mattos de que as dinastias cafeeiras atraíam para sua órbita os jovens bacharéis em Direito com o intuito de torná-los seus representantes na alta burocracia e no Parlamento tem-se uma visão bastante clara de como o resto do país ficava desamparado de juízes formados.

A biografia do romancista Bernardo Guimarães revela que em lugares recônditos do Império, havia gente qualificada para o cargo. Guimarães, formado bacharel em Direito, serviu como juiz municipal de Catalão, em Goiás²⁷⁰, e delegado²⁷¹ na mesma comarca. Catalão era também uma cidade pequena, tinha pouco mais de três vezes a população de Sant'Anna, 9.917 habitantes²⁷². No mesmo sentido, Maria Isaura Pereira de Queiroz assinala que durante o Império – não precisa exatamente a data –, na importante cidade de Bananal, na província de São Paulo, havia quatro advogados formados, sete sacerdotes e seis médicos²⁷³.

Fugindo das generalizações que, como visto, são temerárias e focando a comarca em tela, pode-se afirmar que em Sant'Anna, certamente, foi o que aconteceu: os juízes municipais eram os membros eleitos para Câmara Municipal; em alguns processos são até mesmo nomeados como tal: “O cidadão Manoel Máximo de Souza, presidente da Câmara Municipal, no exercício da jurisdição do juiz municipal e órfãos pela substituição, com alçada no cível e crime...”²⁷⁴. O edital de convocação de jurados de 27 de maio de 1883 qualificava Antônio Jesuíno Guimarães, juiz municipal, também como presidente da Câmara²⁷⁵, mesmos cargos ocupados simultaneamente por Antônio Branco de Oliveira, em 1875²⁷⁶, e por Antônio Jesuíno Guimarães, quando se declarou suspeito para julgar uma denúncia contra José Antônio Preto por incitar escravos de Carlos Ferreira de Castro a matarem seu senhor²⁷⁷. Antônio Raimundo Gonçalves era

²⁷⁰ Segundo site da Academia Brasileira de Letras, <www.academia.org.br>, acessado em 28/09/2011.

²⁷¹ SANTOS, Fabiano Rodrigo da Silva. *Lira Dissonante: o grotesco na lírica romântica brasileira. Considerações sobre aspectos do grotesco na poesia de Bernardo Guimarães e Cruz e Sousa*. Tese de doutorado em estudos literários. Araraquara-SP: UNESP, p. 234, nota 45.

²⁷² BUENO, Edir de Paiva. “Condições de Vida da População de Catalão no Contexto da História de Goiás”, p. 3, nota 3, que pode ser acessado no site <www.catalao.ufg.br>; consulta em 28/09/2011.

²⁷³ QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. “O Mandonismo Local na Vida Política Brasileira”. In: *O Mandonismo Local na Vida Política Brasileira e Outros Ensaios*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976, p. 88.

²⁷⁴ 114/14.

²⁷⁵ 114/20.

²⁷⁶ 114/25.

²⁷⁷ 115/20.

vereador e juiz municipal, em 1878²⁷⁸, assim como Antônio Gonçalves Martins, dez anos mais tarde²⁷⁹. A atuação de Antônio Pedro de Menezes como juiz municipal foi atacada pelo promotor público, com as seguintes alegações:

Opino pela nulidade do feito no presente processo por ilegitimidade da autoridade que nele funcionou como juiz, por quanto dispondo a lei n. 2575 de 20 de outubro de 1875 em seu art. 2º §26 e as Instruções Regulamentares expedidas com o dec. n. 6097 e 12 de janeiro de 1876, art. 137 que só pode ser vereador da câmara municipal o cidadão que, além das qualidades de eleitor, tenha residência por mais de dois anos no distrito para que for eleito; é claro que o cidadão Antônio Pedro de Menezes cujas boas qualidades não desconheço, mas que não tem ainda completo nem um ano de residência neste município, não pode exercer cargo de vereador e muito menos o de juiz municipal, sendo por consequência nulos todos os seus atos.

Claro está que ele só era juiz porque antes disso tornara-se vereador²⁸⁰. O escrivão do crime Agostinho José Lopes redigiu o seguinte termo para tentar dar andamento ao processo de homicídio contra Justiniano Augusto de Sales Fleury: “Ilmo. Sr. vereador da Câmara Municipal João Pereira Dias. Estando em meu cartório os presentes autos para serem submetidos a despacho e não tenho comparecido o vice-presidente da Câmara Antônio Pereira dos Santos, que ultimamente faleceu, e estando hoje VS^a no exercício da presidência, por isso os apresento a VS^a para deliberar como for de Direito”²⁸¹.

Atesta também esta sobreposição dos cargos a denúncia contra Joaquim Pereira Dias:

O promotor público da comarca, em cumprimento de seu dever, vem denunciar a vossa senhoria o vereador da comarca municipal desta vila, Joaquim Pereira Dias, pelo fato criminoso que passa a referir. Tendo o juiz de direito interino, capitão Antônio Jesuíno Guimarães no dia 13 de janeiro de 1887 transmitido o exercício deste cargo ao juiz municipal suplente, João Rodrigues da Cunha Sobrinho, este por sua vez, e de conformidade com os avisos do Ministério da Justiça n. 5 de 27/01 e 38, de 21/07/1883, transmitiu igualmente a jurisdição de juiz municipal e de órfãos ao vereador mais votado do primeiro escrutínio eleitoral José Francisco de Queiroz, que imediatamente fez afixar editais e entrar no exercício pleno do cargo. No mesmo dia, porém, em audiência pública do juiz municipal no ato em que se inquiria testemunhas em um sumário crime, recebeu o então tabelião do judicial de notas, Agostinho José Lopes, um ofício do dito vereador Joaquim

²⁷⁸ 115/09.

²⁷⁹ 117/13-B.

²⁸⁰ 115/06.

²⁸¹ 116/05.

Pereira Dias, datado do citado dia 13 de janeiro em que arrogando-se e exercendo efetivamente o cargo de juiz municipal e de órfãos do termo e ao mesmo tempo e sem motivo algum justificou demitiu dos referidos empregos a Agostinho José Lopes, que honesta e irrepreensivelmente funcionava em os o dito (sic) ofícios²⁸².

Para Sérgio Buarque de Holanda, a “tradicional indistinção, em nossas Câmaras [nos primeiros três séculos após o descobrimento], entre as funções políticas, jurídicas e administrativas”, foi vista pelos artífices do Império nascente como “claramente incompatível com os ideais dos tempos novos, que exigem uma rigorosa divisão de tais funções”²⁸³, e por isso foi desfeita.

Maria Isaura Pereira de Queiroz acompanha esta interpretação; em suas palavras: “A organização judicial datava do Império; tinham então perdido os vereadores estas funções, que passaram a caber a juízes e funcionários nomeados pelo poder central”²⁸⁴.

O que se percebe é que, pelo menos em parte do Brasil, apenas no âmbito legal isso aconteceu pois em Sant’Anna do Paranaíba, as pessoas por trás das instituições eram as mesmas. Os vereadores continuavam a legislar e era debaixo de seu domínio que estava a aplicação da lei. Certamente, adquiriram grande importância as elites provinciais pois o Ato Adicional, “ao restringir o que restava de tamanha pujança [das antigas Câmaras Municipais], e agora em favor das assembleias provinciais, que passam a legislar sobre impostos, despesas e empregados municipais ou, não raro, julgam-se competentes para criar e revogar posturas, não fez senão reforçar uma situação de fato já existente, e que se impusera cada vez mais, depois do estabelecimento do sistema representativo”²⁸⁵.

Miriam Dolnikoff comprovou a força que tinham as províncias durante o Império e que não foi *contra* elas, mas através de um pacto *com elas*, que o novo país pôde ser fundado.

O Ato Adicional legou instituições que foram capazes de acomodar no seu interior interesses provinciais diversos e conflitantes sem colocar em risco a unidade nacional. A legislação definia o caminho institucional para dirimir conflitos e este caminho era em geral seguido tanto pelas elites provinciais como pelo governo central e seus representantes. Através da Câmara, estas elites participavam

²⁸² 117/21.

²⁸³ HOLANDA, Sérgio Buarque de. “A herança colonial – sua desagregação”. Op. cit., p. 24.

²⁸⁴ QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Op. cit., p. 109.

²⁸⁵ Idem, p. 25.

efetivamente de decisões do jogo político nacional, como a elaboração de orçamentos, a fixação das forças militares, etc. Dessa forma se desenhava o perfil de um Estado que daí em diante teria nas elites provinciais um importante ator político.

Por outro lado, Dolhnikoff afirma: “Se o Ato Adicional consagrou a autonomia no âmbito provincial, no que dizia respeito às localidades prevaleceu a centralização”²⁸⁶.

Essa interpretação é corrente na historiografia; pensa do mesmo modo José Murilo de Carvalho: “Na medida em que os proprietários rurais controlavam a eleição dos juízes de paz, o esvaziamento do poder destes em benefício de uma autoridade patrimonial era uma perda de poder para aqueles”²⁸⁷.

Não foi, todavia, o que de fato aconteceu em Sant’Anna: toda estrutura judicial da comarca permanecia nas mãos das elites locais. Portanto, a crítica feita por esses pesquisadores aos juízes de paz, figuras importantes da máquina judiciária nos primeiros anos do Brasil independente, de terem se tornado, justamente por serem eleitos, “homens poderosos, que usavam o cargo para defender seus interesses privados”²⁸⁸ pode ser estendida, no caso de Sant’Anna, a todos os cargos do poder judiciário, exceto raros juízes formados que ocuparam apenas o cargo de juiz de direito. Cargo esse que, como já visto, estava limitado pela atuação do juiz municipal.

Aliás, assim discursava, em 03 de novembro de 1841, Paulino José Soares de Souza – mais tarde, visconde do Uruguai – sobre a necessidade de se centralizar o poder judiciário, tornando o governo da Corte responsável pela nomeação dos juízes:

Eleitos pelos vereadores, esses juízes nem sempre têm sido escolhidos dentre as pessoas mais idôneas do município. Entrega-se a um homem que nunca ouviu enunciar o princípio mais trivial de jurisprudência o conhecimento de causas que jogavam com a nossa complicada legislação civil. Homens ocupados em suas lavouras ou comércio, quando querem proceder com consciência, têm de pagar assessores; os menos escrupulosos se entregam cegamente ao advogado do lugar que monopoliza a Justiça, ou entregam os processos às próprias partes para que vão buscar despachos e sentenças, de que muitas vezes se encarregam os seus próprios letrados²⁸⁹.

²⁸⁶ DOLHNIKOFF, Miriam. Op. cit., p. 126 e 200.

²⁸⁷ CARVALHO, José Murilo de. “Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: uma discussão conceitual”. Dados, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, 1997, disponível pelo site Scielo - Scientific Electronic Library Online, <<http://www.scielo.br>>, acessado em 30/05/2012.

²⁸⁸ DOLHNIKOFF, Miriam. Op. cit., p. 284.

²⁸⁹ NEQUETE, Lenine. *O Poder Judiciário no Brasil a partir da Independência, I: Império*. Brasília: Supremo Tribunal Federal, 2000, p. 68.

Talvez o tempo sofra tropeços e acidentes e possa estilhaçar-se e deixar em alguns cantos uma fração imobilizada, porque dessa maneira funcionou a comarca de Sant'Anna, desde a sua fundação como terceira comarca de Mato Grosso, em 1858, até que o Império ruísse. Isso se deve ao fato de que esse processo de construção do Estado brasileiro e como as pessoas comuns viam isso não foi homogêneo em todo território²⁹⁰.

Os Entraves Burocráticos

A Falta de Profissionais na Justiça

Além da enormidade da comarca e da falta de juízes e promotores letrados, outro fator que contribuía para emperrar o andamento das causas era o quadro de funcionários da Justiça local ser diminuto. As principais reclamações das autoridades diziam respeito à falta de oficiais²⁹¹. O escrivão José Machado da Silveira Diniz informou ao juiz que expediu um mandado de intimação, “mas por falta de oficial de Justiça que desse cumprimento ao mesmo mandado deixou ele de ser expedido, aparecendo nesta vila Jerônimo Correia Neves e Juvêncio Joaquim de Sant'Anna os intimei para comparecerem no dia designado, porém não compareceram”²⁹². O escrivão Eliezer da Silva Latta argumentou por duas vezes com juízes que mandados de intimação de testemunhas não estavam sendo cumpridos²⁹³. No recurso impetrado por Antônio Pedro de Menezes como procurador de Bento José Gomes, referiu-se ele a um processo que tramitava em Sant'Anna mas se achava “ainda por concluir-se este processo pela falta de oficiais de Justiça”²⁹⁴.

Na falta deles, algumas vezes contava-se com os inspetores de quartirão, como Manoel Paes Rodrigues Júnior, que, por duas vezes, aparece notificando algumas testemunhas²⁹⁵. Em outros casos, a ajuda não vinha, como atestou Joaquim Pereira Dias, escrivão que, em dois processos, passou mandados para serem cumpridos pelos inspetores de quartirão, por falta de oficiais, mas não foram devolvidos²⁹⁶. O mesmo homem, ocupando o cargo de promotor público, encontrou situação pior no caso em que

²⁹⁰ Esta é correta indicação de Ivan Vellasco, op.cit., p. 306.

²⁹¹ Há reclamações pela falta de oficiais em 116/01, 116/06, 116/12, 116/14, 117/03, 117/12, 117/16 (já na República), 117/18, 117/21 e 118/02.

²⁹² 116/01.

²⁹³ 116/12 e 117/12.

²⁹⁴ 116/06.

²⁹⁵ 116/13 e 116/14.

²⁹⁶ 115/03 e 115/07.

ele denunciou Israel Pereira da Silva por entrar na roça de Manoel Ferreira de Matos e, por uma questão de gado, lhe acertar um tiro que o fez falecer. Segundo Joaquim Pereira Dias, ele tomou conhecimento disso por informações particulares, não havendo no quartelão onde se deu o fato – a fazenda dos Morros – sequer um inspetor²⁹⁷. E claramente isso prejudicava a administração da Justiça pois há caso em que o promotor requereu mais testemunhas ao juiz, que negou o pedido, manifestando que “não dispõe esse juízo de um só oficial de Justiça que se sujeite a penosas diligências de serviço judiciário a 4 e 5 léguas de distância e sem remuneração alguma”²⁹⁸.

Existem várias indicações de que escrivães faziam as vezes de oficial; citando algumas, encontramos a determinação do juiz de direito Belino Hermilo Cavalcante Souto para que o escrivão intimasse ou mandasse intimar o preto André²⁹⁹; o réu Joaquim de Oliveira Simões foi intimado uma vez pelo escrivão José Joaquim Ramos e Costa, e outra pelo também escrivão Carlos Bernardes Ferreira³⁰⁰. Ramos e Costa foi responsável por intimar membros da Guarda Nacional para apresentarem provas de que Pai Faca resistiu à prisão e por isso o mataram³⁰¹.

Mas os escrivães atuavam como oficiais dentro da vila, como se percebe pela justificativa dada por Pereira Dias de que deixara de intimar Antônio Cursino dos Santos e Isaías Joaquim Guimarães por não estarem na vila³⁰². Aproveitavam o fato das pessoas estarem lá, como no caso em que o escrivão Eliezer avisou o juiz Rodrigues da Cunha que Joaquim José da Costa Voltinha estava na cidade e Rodrigues da Cunha mandou-o intimar como testemunha para depor no mesmo dia³⁰³. O promotor de Justiça Joaquim Pereira Dias alertou que duas testemunhas estavam na vila e pediu que fossem ouvidas³⁰⁴. O processo sobre o assassinato de Antônio Martins de Melo, ocorrido em 13 de junho de 1876, ficou parado entre 5 de dezembro de 1878 e 27 de abril do ano seguinte, quando o escrivão Peixoto enviou-o ao promotor público Joaquim Lemos da Silva que, no mesmo dia, mandou intimar algumas testemunhas que estavam na vila. Possivelmente, o escrivão soube da presença delas ali e animou-se a provocar o

²⁹⁷ 116/03.

²⁹⁸ 117/15.

²⁹⁹ 117/18.

³⁰⁰ 114/16.

³⁰¹ 114/18. Ramos e Costa pode ser encontrado intimando testemunhas em 114/02, 114/23, 115/14, 117/07, 117/15, 117/18, 117/19. Foram dados aqui alguns exemplos de escrivães como oficiais, mas o fato era corriqueiro em Sant’Anna.

³⁰² 114/29.

³⁰³ 116/14.

³⁰⁴ 115/18.

promotor para dar andamento ao processo. Uma testemunha foi inquirida e o processo só foi novamente modificado em 1880, para resolver uma pendência burocrática; em 14 de maio de 1883, novamente, o escrivão, que era José Machado da Silveira Diniz, enviou os autos ao promotor público, cargo ocupado por Joaquim Pereira Dias, que rapidamente mandou intimar outra testemunha presente na vila. A testemunha depôs, embora alegasse não saber nada sobre o crime. E todas as páginas do processo, a partir daí, estão completamente vazias³⁰⁵.

Na área rural, membros do Exército eram convocados para servir como oficiais. O soldado Manoel Benedito da Conceição, “na falta de oficiais de Justiça e na qualidade de comandante da escolta”, foi até o lugar onde vivia Israel Pereira da Silva cumprir um mandado de prisão, mas não o encontrou³⁰⁶. O escrivão Agostinho escreveu o seguinte informe ao juiz: “Informo a VS^a que por faltarem oficiais de Justiça o mandado constante da nota supra foi entregue a soldados do destacamento desta vila para darem a ele cumprimento, mas de volta declararam que não encontraram as testemunhas, e por isso faço este autos (sic) conclusos a VS^a para deliberar como for de Justiça”³⁰⁷. Os cuidados com a cadeia da vila aparecem nas mãos da Guarda Nacional. Houve uma acusação contra José Martins Pereira, vulgo Morcego, e José da Rocha, ou José da Rocha Lima, teriam ajudado, em 5 de julho de 1866, o preso Firmino, também chamado *Firmo* durante o processo, a evadir-se da cadeia. A primeira testemunha, Pedro João da Costa, foi o cabo da Guarda que incumbiu os réus Morcego e José da Rocha de acompanharem o preso, possivelmente para tomar um banho no córrego, mas nada sabia sobre como se deram os fatos. A segunda, José Manoel da Silva, disse viver de lavoura, mas que naquele momento achava-se destacado na vila na qualidade de Guarda Nacional; estava de sentinela e viu Morcego e Rocha saírem com Firmino e pouco depois voltarem dizendo que o último evadira-se. Tanto por esta testemunha quanto pelos réus, foi assinado a rogo. Embora os membros da Guarda estivessem zelando pela cadeia, Morcego e Rocha não são mencionados como membros da instituição. Eram cidadãos comuns, sem nenhum vínculo com a administração da Justiça, que foram convocados para acompanhar um preso e acabaram tendo que responder por um processo longo. Foram absolvidos pelo júri em 19 de maio de 1869, mas o Tribunal da

³⁰⁵ 115/03.

³⁰⁶ 116/03.

³⁰⁷ 116/09.

Relação ordenou que fosse feito novo julgamento. Morcego morreu antes de ir novamente a júri popular e Rocha foi finalmente absolvido em 10 de março de 1873³⁰⁸.

Não se trata de uma peculiaridade local; o mesmo acontecia no interior de São Paulo, segundo Carvalho Franco: “Várias ações policiais (...) eram realizadas por pessoas comissionadas no momento das ocorrências e não por membros regulares das corporações governamentais”. Para ela, a maior parte destes policiais *ad hoc* eram lavradores pobres³⁰⁹.

Numa visão geral sobre o país, Maria Isaura Pereira de Queiroz pontua que os “pobres delegados e subdelegados, perdidos no fundo do sertão” não dispunham de forças para realizar prisões³¹⁰.

A falta de mecanismos para cumprir a lei determinou o arquivamento do processo no qual Paulino Gomes de Oliveira foi acusado de um homicídio ocorrido em 20 de abril de 1884. No dia 9 de maio do mesmo ano, o réu já estava pronunciado. Apenas em 16 de fevereiro de 1885, o promotor Pereira Dias pediu a prisão de Paulino, o que foi acatado pelo juiz. Em seguida, já em 12 de fevereiro de 1887, o juiz mandou o promotor Antônio Pedro de Menezes apresentar o libelo, entregue em 17 de fevereiro. No mesmo dia, o juiz recebeu a acusação. O próximo passo do processo foi uma juntada, realizada em 03 de julho de 1888, por Eliezer da Silva Latta, de uma petição datada de 28 de junho do promotor público, na qual pedia para passar carta precatória e pedido de prisão a Paulino, que se encontrava no termo de Miranda, o que foi realizado no dia 10. Em seguida, há uma juntada, em 20 de setembro de 1893, realizada por José Joaquim Ramos e Costa, de um pedido do promotor Joaquim Pereira Dias, datado do mesmo dia, pedindo que se passasse mandado de prisão para Paulino. Segue-se um despacho de Júlio de Souza Ramos, em correição, datado de 20 de novembro de 1899: “intime-se o escrivão o que há a respeito deste réu para resolver o que for de Justiça”. Novo andamento só foi dado pelo promotor público João Carneiro Cabral, em 14 de dezembro de 1931, requerendo o arquivamento do processo. O suplente do juiz de direito Epomino Garcia Leal ordenou o arquivamento três dias depois³¹¹. Não se pode negar o interesse das autoridades por fazer a lei ser cumprida, mas os meios para realizar uma prisão eram quase inexistentes.

³⁰⁸ 114/14.

³⁰⁹ FRANCO, Maria Sylvia Carvalho. Op. cit., p. 134.

³¹⁰ QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Op. cit., p. 70.

³¹¹ 116/07.

A área de abrangência da jurisdição, a ausência de salários e a periculosidade do exercício do cargo deviam afastar as pessoas da função de oficial de Justiça. Um deles, Benevenuto Fernandes das Chagas, certificou que não intimou “Miguel Alves de Lima e Manoel Liberto e Antônio filho de Manoel Felizardo por residirem do lado de lá do intransitável rio Pântano por não poder passar”³¹². Não se pense, por outro lado, que era tranquilo o trabalho dos escrivães. Cada juízo (da subdelegacia, da delegacia, municipal, de Direito) deveria ter um, mas eles acumulavam cargos, por isso é muito comum encontrar, por exemplo, o mesmo escrivão enviando os autos do juízo municipal para o juízo de Direito e recebendo-o como escrivão do juízo de Direito³¹³. Algumas vezes, os escrivães não suportavam essa sobrecarga, como se vê nesse pedido de dispensa escrito por Eliezer da Silva Latta: “Havendo sido intimadas as testemunhas deste processo para deporem hoje, como VS^a verá a certidão retro, e achando-me muito atarefado com serviço do Juízo de Direito, como seja, revisão de jurados e sorteio dos mesmos para a sessão 1^a do ano p. vindouro, não me é possível trabalhar em dois Juízos ao mesmo tempo; e por isso faço os autos conclusos a VS^a proceder o que entender mais justo”³¹⁴.

A falta de promotores fica patente na ordem do juiz municipal ao escrivão Agostinho José Lopes para que os autos fossem “remetidos ao Promotor público, ou a quem suas vezes fizer”³¹⁵. O alferes Antônio Rodrigues Moreira, durante a sessão do júri, foi nomeado para servir como promotor *ad hoc*, por falta de quem exercesse essa função. Em todos os documentos compulsados, foi a única vez em que ele exerceu alguma atividade na Justiça e justamente em um momento tão central para a aplicação da lei³¹⁶.

Como os servidores da Justiça eram poucos, não se podia prescindir deles. Por isso, há críticas dos juízes superiores aos inferiores, sem que isso represente punição, até por compreender as dificuldades de trabalho dos magistrados. No caso em que Joaquim Topetudo era acusado de matar João Moraes Valeiro³¹⁷, o juiz de direito, letrado, Alfredo José Vieira, ordenou que os autos retornassem ao juízo municipal para que fossem inquiridas mais duas testemunhas no processo, “evitando-se o laconismo, que se mostra prejudicial ao esclarecimento da verdade”. Apenas uma testemunha pode

³¹² 116/17.

³¹³ 115/09, 115/14, 115/15, 116/05, 116/07, 116/10, 116/12, 116/17, 117/03, para citar apenas algumas vezes em que isso acontece.

³¹⁴ 117/10.

³¹⁵ 116/12.

³¹⁶ 114/20.

³¹⁷ 114/22.

ser intimada, já que a outra se mudara do termo e o processo foi encaminhado novamente para Alfredo José Vieira. Na sua sentença, ele se referiu ao despacho da f. 10 para sustentar a pronúncia de Topetudo como incurso no art. 193 do Código Criminal (homicídio *sem* circunstâncias agravantes). E errou duas vezes: nem existe despacho na f. 10, mas na f. 9v, nem este réu foi pronunciado no art. 193, mas 192 (homicídio *com* circunstâncias agravantes). A falta de uma burocracia eficiente prejudicava o trabalho mesmo dos juízes mais experimentados e estudados.

Em outro momento, o juiz de direito Belino Hermilo Cavalcante Souto criticou a ação do subdelegado e das autoridades policiais da vila, mas sem fazer referência a nenhuma possível punição:

Vistos os autos (?) nego provimento ao recurso para julgar como julgo improcedentes a denúncia de fls. 3, não pelos motivos expostos pelo juiz à quo, mas pela nulidade do auto de flagrante lavrado por autoridade incompetente, porquanto do mesmo se evidencia que a prisão fora efetuada pelo subdelegado, a quem cabia o dever de lavrar o competente auto, deixando de mandar deonotar (?) a sua responsabilidade por causa da errônea praxe admitida nesta comarca de não ter a autoridade policial, digo, por entender as autoridades policiais que os pequenos delitos não são da alçada da Justiça Pública, o que é um erro desde que são os delinquentes presos em flagrante torna-se o crime público. Se o indivíduo, ora denunciado, estivesse preso por particulares ou patrulha, seria valioso o auto feito pelo delegado, que procedeu, aliás de boa fé, procurando fazer valer os interesses da Justiça Pública, uma vez que o subdelegado esquivou-se (?) de proceder como devia.

Em seguida, fez algumas recomendações ao juiz municipal: “Recomendo ao Juiz à quo que quando se tratar de crimes idênticos ao vertente e que a fiança ainda é provisória exonera-se a quem de Direito da mesma e não manda-se (sic) passar algum alvará de soltura como fez, porquanto o cidadão despronunciado não se achava preso”. Não propôs nenhuma punição³¹⁸. O mesmo se dava quando a Relação fazia críticas ao juízo de Sant’Anna. Isso ocorreu quando o juiz de direito interino da comarca, o tenente-coronel Sebastião José Rodrigues de Queiroz, recorreu da decisão do júri por considerar que estava fartamente provada a culpa dos réus e as respostas serem incoerentes. Ao responderem às perguntas sobre o crime, os jurados, ao primeiro quesito – se os réus deram fuga ao preso –, por dez votos, disseram que não; por oito, afirmaram que não houve negligência; por oito, que o crime não foi cometido por motivos reprovados ou frívolos; por sete votos, o crime não foi cometido com abuso de

³¹⁸ 117/14.

confiança; por sete votos, o crime foi cometido de maneira casual; por onze votos, existiam circunstâncias atenuantes aos réus. Apontando a incongruência entre a primeira questão e a quinta, que confirmava a existência de crime casual, o juiz enviou os autos ao Rio de Janeiro. A Relação concordou com o juiz e listou faltas de formalidade no processo: não havia indicação de que as testemunhas ficaram separadas durante os debates, sem poderem ouvir umas às outras e, sendo dois réus, os quesitos deveriam ser separados. O fato das testemunhas de fiança dos réus, Manoel Pereira Dias e José Joaquim Ramos e Costa, e um dos subdelegados do caso, e Teotônio Calixto de Moraes Latta, terem servido como jurados não foi censurado pela Relação³¹⁹.

Em outro processo, as críticas foram mais largas. O desembargador Gonçalves da Rocha fez sobre ele as seguintes considerações:

O presente processo, instaurado ex-ofício antes da execução da novíssima Reforma Judiciária, visto não haver denúncia do Promotor Público por parte da Justiça ou queixa do mesmo por parte da pessoa miserável, em conformidade dos art. 73 e 74 do Código do Processo Criminal, não correu regularmente no Juízo da formação da culpa, considerando-se o crime como particular e afiançável, sem que os réus fossem presos em flagrante, se não que depois da pronúncia exibiu-se a f. 22 um documento para provar que a ofendida era miserável.

(...)

Neste processo vê-se ainda ter funcionado no Juízo Municipal o escrivão que funcionava na subdelegacia José Joaquim Ramos e Costa, funcionando depois na subdelegacia outro escrivão (Justiniano Augusto de Sales), que passou a certidão de f. 12, como também vê-se que o escrivão do Júri (Joaquim Pereira Dias), tendo recebido o processo, não lavrou o termo de recebimento, como devia lavrá-lo, fazendo o processo imediatamente concluso ao juiz municipal para o processar e apresentar ao Júri, conforme o formulário sobre a marcha dos processos criminais, mandado cumprir por aviso circular do Ministério da Justiça, de 23/03/1855, cap. 4º, n.º 32, e deu vista a f. 19 ao promotor público para oferecer o libelo sem que houvesse despacho do juiz municipal. A este respeito cumpre que haja uma advertência.

(...)

Devo aqui observar que no termo da verificação das cédulas a f. 30v, falta a assinatura do juiz de direito, o que constitui nulidade do julgamento perante o Júri, como constantemente o tem decidido os Tribunais superiores (“Direito”, vol. 6º, pp. 118 e 133, vol. 9º, p. 569, vol. 10, p. 353).

Eis o que tenho a dizer sobre a apelação interposta nestes autos.

(...)

No Tribunal farei ainda algumas observações, para o que estarei presente.

³¹⁹ 114/14.

No processo, não há advertência nenhuma como a sugerida por Gonçalves da Rocha³²⁰. De qualquer maneira, parecia melhor ilustrar os servidores da Justiça do que defenestrá-los do cargo ou multá-los. Deveria ser particularmente difícil para um juiz de direito letrado, forasteiro, que não estava vinculado, como o juiz-vereador, a nenhuma teia de amizades, alterar substancialmente a burocracia judicial.

A falta de juízes aparece como pano de fundo no caso em que o promotor Justiniano Augusto de Sales Fleury ofereceu algumas testemunhas para que fossem inquiridas a respeito do envenenamento de Tomás José Martins; o juiz municipal Isaías Joaquim Guimarães ordenou que o escrivão Antônio Pedro de Menezes as intimasse. Menezes, então, alertou Isaías que ele, o juiz, era uma das testemunhas arroladas. Ao invés de mudar o juiz, que poderia mesmo ser suspeito, pois devia saber algo sobre o crime, a promotoria preferiu mudar a testemunha³²¹. Diante desse dado, tanto é possível pensar que a Justiça estava sendo manipulada para que o caso fosse julgado por alguém que já tinha uma opinião formada sobre o crime, quanto acreditar que isso foi feito para dar andamento ao processo, posto que muitas autoridades moravam em suas fazendas e, talvez, não houvesse ninguém na cidade que pudesse exercer a função de juiz municipal naquele momento ou todos os vereadores fossem, de alguma maneira, próximos à família do morto.

A falta de juízes na vila fica clara no processo que averiguava a fuga de escravos de Carlos Ferreira de Castro. O juiz municipal Antônio Jesuino Guimarães jurou suspeição, sem explicar o motivo, e enviou os autos ao vereador Antônio Branco de Oliveira, segundo ele, por “estarem ausentes meus dois imediatos”³²². Muito comum nos processos é a troca de autoridades. No inquérito policial realizado para averiguar o assassinato de um escravo por outro escravo, entre 12 de janeiro de 1887 e 1º de abril de 1889, serviram como escrivães Severiano Fernandes de Sales, Marcelo de Sales Fleury, Agostinho José Lopes, José Joaquim Ramos e Costa, Eliezer da Silva Latta e Frederico Floremundo Fleury. Como subdelegados, atuaram Antônio Soares da Gama, João Garcia Rodrigues e José Rodrigues Anacleto, além de Joaquim Leal Garcia, que como delegado, também presidiu o inquérito. O exercício desses cargos não era concomitante;

³²⁰ 114/20.

³²¹ 115/09.

³²² 115/20.

todas as autoridades substituíram a anterior. No juízo municipal, no mesmo caso, entre maio e dezembro de 1889, aturam dois escrivães, dois promotores e três juízes³²³.

Por isso, a balança pesa mais para a segunda opção: é possível que os encarregados da Justiça pública estivessem agindo em prol dos processos. O ganho com uma ação judicial dependia da sua conclusão; se nunca fosse concluído, as custas jamais seriam calculadas e pagas e, certamente, isso estava no horizonte das autoridades judiciais. Porém, o interesse principal parece ser fazer o processo andar, não manipular sentenças.

E além da falta de burocratas, inexistiam advogados com formação. Embora duas pessoas se nomeassem *advogados* (Manoel Jorge da Silva³²⁴ e Joaquim Lemos da Silva³²⁵), essa atribuição era dada pela prática, não por frequência a academias, o que se conclui pelas várias reclamações de falta de pessoas formadas para exercer os cargos públicos, como Antônio Pedro de Menezes, que alegou ter sido “nomeado promotor público da comarca de Sant’Anna do Parahyba, província de Mato Grosso, por falta de pessoas mais habilitadas”; adiante, classificou-se como “funcionário leigo, colocado em um lugar como Sant’Anna do Parahyba, longe dos doutos”³²⁶. Outro exemplo é que Justiniano Augusto de Sales Fleury atuou na defesa de Pedro João da Costa³²⁷ na qualidade de “advogado dos auditórios desta vila”, mas as profissões que Justiniano declarou exercer eram de empregado público e comerciante³²⁸.

Os Desdobramentos das Autoridades

A falta de autoridades tinha vários aspectos negativos; talvez o principal deles fosse uma mesma pessoa ocupar vários cargos em uma única causa. Em 1871, o delegado Manoel Leal Garcia recebeu uma denúncia do promotor Luiz Marinho de que Elias de tal teria matado Manoel Antônio. As inquirições se deram em presença de Manoel Leal Garcia e Luiz Marinho, à revelia do réu. Francisco Antônio de Almeida Leite, genro de Elias, garantiu que o crime ocorreu em 24 de junho daquele ano, às 9 horas da manhã, por um tiro de espingarda; o motivo seria o morto ter tirado do marido uma mulher filha do réu, insultando-o e passeando com essa mulher na garupa do

³²³ 117/20.

³²⁴ 114/17.

³²⁵ 114/28 e 114/29.

³²⁶ 117/21.

³²⁷ 115/16.

³²⁸ Como empregado público, 114/16 e 114/20; como comerciante, 116/05. Chamado por Benedito Brusque de Oliveira de negociante, em 116/10 e pelo mesmo termo por Joaquim Pereira Dias, em 116/05.

cavalo. Outra testemunha, João Mariano da Silva, disse que o morto tinha desencaminhado uma filha casada do réu e ainda o insultava todos os dias. Ainda José Conceição Santiago falou da honra da família. O promotor público, ao fim dos inquéritos, opinou pela pronúncia do réu nas penas do art. 193 do Código Penal. O processo voltou a Manoel Leal Garcia, que validou a opinião do promotor, e assinou, a um só tempo, como juiz municipal e delegado de polícia³²⁹.

Joaquim de Oliveira Simões foi o delegado que qualificou o réu Luiz Branco da Paixão, acusado da morte de Manoel Machado, e ouviu as primeiras testemunhas do crime em dezembro de 1863. Foi substituído no cargo por Justiniano Cândido da Cunha Barbosa, que recebeu do réu um pedido para que os autos fossem enviados ao juiz de direito a fim de que formalidades fossem cumpridas e ele pudesse pedir seu livramento. O delegado Barbosa pronunciou o réu, fazendo questão de mencionar que havia entrado no exercício do cargo de delegado em 29 de abril de 1864 e, portanto, não tinha culpa pela falta de rigor no andamento do processo porque não poderia ser responsável pelo que o delegado deveria ter feito em 1863. Em seguida, o juiz municipal Joaquim de Oliveira Simões sustentou a pronúncia do delegado Barbosa. No fim do processo, o réu recorreu, através de seu advogado Manoel Jorge da Silva, ao juízo de Direito, mas o recurso foi analisado primeiramente pelo juiz municipal Simões, que mandou riscar seu nome do rol de culpados³³⁰.

Manoel Garcia da Silveira interrogou testemunhas como juiz municipal para averiguar o suposto assassinato de Manoel João da Silva por Abraão Barbosa de Souza. Foi substituído por outros juízes até que, finalmente, Jesuíno Joaquim Guimarães, como juiz municipal, pronunciou o réu pelo crime e enviou os autos ao juízo superior, onde foram recebidos por Manoel Garcia da Silveira, desempenhando a função de juiz de direito, o que não gerou nenhuma censura do magistrado presidente do tribunal do júri, Carlos Antônio Rodrigues dos Santos. Ainda no mesmo processo, Antônio Pedro de Menezes foi juiz municipal, escrivão da coletoria e contador³³¹. Caso análogo ao de Manoel Garcia da Silveira se deu com Isaiás Joaquim Guimarães, que foi o primeiro juiz municipal a receber o inquérito da morte de Francisco Rodrigues da Costa Barbudo através do escrivão Silveira Diniz, “escrivão do crime na falta do da subdelegacia”, e fez as primeiras inquirições em maio de 1883. Em junho do mesmo ano, foi substituído

³²⁹ 114/23.

³³⁰ 114/10.

³³¹ 115/08.

por Antônio Jesuíno Guimarães para, em julho, voltar ao cargo. Entre setembro e outubro, Antônio Jesuíno Guimarães voltou a ser o juiz do processo, mas em fevereiro do ano seguinte, foi Antônio Pereira dos Santos quem exerceu a função. As inquirições continuaram apenas em maio de 1885, quando o juiz era João Batista de Melo Coimbra, que por fim julgou a denúncia improcedente devido aos depoimentos terem sido contraditórios e não mostrarem evidências, recorrendo ao juiz de direito, cargo ocupado por Isaías Joaquim Guimarães, que negou provimento ao recurso, ou seja, manteve a não pronúncia do réu, em junho do mesmo ano³³².

Em outro processo, Isaías Joaquim Guimarães pronunciou o réu Joaquim Breves Craveiro pelo crime de falsidade e recorreu ao juiz de direito. O escrivão Antônio Pedro de Menezes enviou os autos como escrivão do juízo municipal a si mesmo como escrivão do juízo de Direito e entregou o processo a Carlos Ferreira de Castro, que sustentou a pronúncia. Os autos deveriam voltar ao juízo inferior com a finalidade de serem encaminhados ao promotor público para oferecer o libelo. O juiz municipal que enviou o processo à promotoria foi Carlos Ferreira de Castro³³³.

Antônio Pedro de Menezes foi o delegado que presidiu todo inquérito sobre a morte de José Antônio de tal (ou da Silva) e recebeu duras críticas do promotor Joaquim Pereira Dias, que alegou ter feito a denúncia com informações exclusivamente vindas de particulares, porque o delegado de polícia recusou-se a lhe entregar o inquérito. No juízo municipal, o promotor público Pereira Dias foi substituído por Antônio Pedro de Menezes³³⁴.

No processo acompanhado mais de perto, o 115/11, dois juízes exerceram mais de uma função. Antônio Pedro de Menezes, que havia acompanhado alguns depoimentos, assinando a rogo por algumas testemunhas, tornou-se o juiz responsável pela pronúncia dos réus e por toda tramitação da fiança e no fim, ainda foi o contador. Jesuíno Joaquim Guimarães, em dois momentos distintos, desempenhou o cargo de juiz municipal, e mais tarde, voltou ao processo como escrivão.

Em nenhum desses casos, há evidências de que a boa administração da Justiça estivesse sendo violada. A sobreposição de cargos era feita para dar rapidez ao processo, o que significa que a burocracia criminal funcionava (sem que isso a tornasse, necessariamente, efetiva).

³³² 116/04.

³³³ 115/15.

³³⁴ 116/12.

Parte 2

RESISTÊNCIAS

Para que as leis do monarca brasileiro e os valores e as diretrizes do Império triunfassem em todos os pontos do vasto país, a Corte aliou-se às figuras locais com a finalidade de constituir as instituições do Estado. Já foi visto que os membros do poder judiciário da comarca de Sant’Anna eram – exceto casos raríssimos – os próprios homens da localidade, caracterizados por Nelson Werneck Sodré como pessoas que não mantinham boas relações com as autoridades. Para ele, o Oeste era formado por “populações inquietas que traziam aquela ânsia de autonomia, aquela agrestia de costumes, aquela tendência imutável e permanente de fuga à autoridade, que deviam marcar, inexoravelmente, as suas características fundamentais”; “população estranha, de todas as origens, gente sem história, impulsionada pela fuga à autoridade e a que a extensão territorial devia propiciar o ambiente preciso em que poderia começar um ciclo novo, na sua ânsia de autonomia, característica eterna e fundamental do regime pastoril”³³⁵. E justamente esses homens rústicos foram chamados a intermediar conflitos em nome de D. Pedro II, usando como parâmetros as leis produzidas na longínqua Corte, estando eles nos confins do Império, numa coalizão que caracterizava a complexa modernidade do País³³⁶.

População

A Origem e a Quantidade de Habitantes

Difícil determinar a população de Sant’Anna antes do censo de 1872. Em seu estudo sobre a Guerra do Paraguai, Doratioto aponta que o Império do Brasil contava, em 1860, com pouco mais de 9 milhões de habitantes³³⁷, e a Província de Mato Grosso,

³³⁵ SODRÉ, Nelson Werneck. *Oeste: ensaio sobre a grande propriedade pastoril*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1941, p. 12-13.

³³⁶ Sobre o tráfego das ideias européias em território brasileiro, ver a famosa discussão entre Roberto Schwarz e Maria Sylvia de Carvalho Franco. SCHWARZ, Roberto. “As Ideias Fora do Lugar”. In: *Ao Vencedor as Batatas: forma literária e processo social*. São Paulo: Duas Cidades / Ed. 34, 2000. FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. “As Ideias Estão no Lugar (entrevista)”. *Cadernos de Debate*, 4, Brasiliense, 1976.

³³⁷ DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 91.

em 1864, com aproximadamente 75 mil pessoas³³⁸. Destes, 10 mil estavam em Cuiabá, sendo que metade foi dizimada pela varíola durante a Guerra³³⁹; Corumbá possuía pouco mais de mil habitantes; a soma dos habitantes de Miranda, Dourados e Albuquerque seria de 1820 pessoas; a colônia militar de Dourados teria cerca de quatrocentos habitantes³⁴⁰. Isso nos levaria a concluir que havia ainda 62 mil pessoas espalhadas pelo território de Mato Grosso, em povoações como a de Sant’Anna e cidades como Vila Bela e Poconé. Mendonça, baseado no relatório de 1863, do então Presidente da Província Augusto Leverger, estima que a população livre de Mato Grosso seria de 35 mil almas, além de 6 mil escravos³⁴¹. Se considerarmos que estes dois autores – Mendonça e Doratioto – têm razão, então a diferença entre os 75 mil do segundo e os 35 mil de Mendonça, daria um total de 34 mil índios na Província; assim teríamos um número de 28 mil não índios ocupando o restante do território matogrossense. Com os dados de outras povoações, poderíamos tirar uma possível população para Sant’Anna Taunay, que tantas vezes fala na Vila, ao que parece não tenta estimar o número de seus habitantes.

Os melhores dados são os coletados no censo de 1872, quando ela era a menos populosa das três cidades do sul de Mato Grosso, com apenas 3234 habitantes assim distribuídos quanto ao sexo e à cor da pele:

	Total	Homens	Mulheres	Livres	Escravos
Branços	838	463	375	838	---
Negros	692	344	348	487	205
Mulatos	1.610	883	727	1.461	149
Caboclos	94	52	42	94	---
TOTAL DE HABITANTES			3.234		

Fonte: MOURA, Zilda Alves de. *Considerações acerca da Escravidão no Sul do Mato Grosso (1880-1890)*. Monografia de bacharelado em história. Campo Grande: UCDB, 2002.

³³⁸ Idem, p. 98. Os efetivos do Exército seriam de 875 militares. É o mesmo número de efetivos que Rubens de Mendonça encontra, embora baseado em fontes diversas; MENDONÇA, Rubens de. *História de Mato Grosso*. [s.l.: s.e.] 1970, p. 54.

³³⁹ Idem, p. 129. Para Rubens de Mendonça, o número é um pouco maior: “Segundo o escritor português Joaquim Ferreira Moutinho, ‘Couto de Magalhães [foi o] único e exclusivo responsável pela invasão da varíola na capital Matogrossense (sic)’, que fez sucumbir mais da metade da população de 12.000 almas”. Op. cit., 62-63. Neste trecho, Mendonça está citando a obra: MOUTINHO, Joaquim Ferreira. *Notícias sobre a Província de Mato Grosso*. São Paulo: Tipografia de Henrique Scheder, 1869.

³⁴⁰ Idem. Para Corumbá, p. 101; Miranda, Dourados e Albuquerque, p. 106; para a colônia militar de Dourados, p. 503, nota 22.

³⁴¹ MENDONÇA, Rubens de. *História do Comércio em Mato Grosso*. Campinas-SP; Goiânia: Rio Bonito, [1973?], p. 32.

As outras duas cidades, Miranda e Corumbá, contavam com 3852 e 3361 habitantes, respectivamente. Nessa época, Corumbá – a cidade mais a oeste, no Pantanal – era apenas uma “comarca vizinha”, que ficava a 180 léguas³⁴². A população de todo Mato Grosso totalizava 60.417 habitantes³⁴³. Exíguas informações para compreendermos como era a sociedade do lugar, por isso mais dados foram extraídos dos processos. Não se trata de uma panaceia, são vagas e às vezes contraditórias as informações encontradas nos documentos. Mesmo assim foi possível *recensear* 1063 pessoas.

Sempre que alguém ia depor, respondia a um questionário sobre si mesmo, contendo principalmente nome, estado civil, onde nascera e idade; mais raramente, perguntavam-lhe profissão, onde morava e o nome do cônjuge. Os acusados de crime geralmente também respondiam sobre filiação. Pelo fato de a própria pessoa assinar ou assinarem por ela o depoimento, temos um indício sobre sua alfabetização. A respeito de algumas pessoas, existem apenas referências, como Rita Soares de Freitas. Pesou sobre Joaquim Pereira Dias um processo no qual era acusado, entre outras coisas, de “como procurador das partes, escrevia e fazia elas (sic) assinarem respostas ao contrário do que as mesmas partes pediam, por exemplo: fez Rita Soares de Freitas assinar ou assinou a rogo dela uma resposta em uma petição de Firmino Soares de Freitas, o contrário do que ela queria”. Sabemos, portanto, que existia uma mulher com este nome em 1887, vivendo em Sant’Anna, e ela devia ser analfabeta, já que não era capaz de entender o que estava assinando, mas é tudo quanto podemos saber sobre ela a partir dos processos, pois Rita não voltou a aparecer em nenhum outro³⁴⁴.

Há muitos casos de pessoas convocadas a depor e que não compareciam ao juízo, como Ricardo José Ferro, que pediu dispensa³⁴⁵; muitos sequer eram intimados, como se percebe pela declaração do oficial Antônio Felipe Rodrigues: “Certifico e dou fé que, em virtude do respeitável mandado, fui nesta vila onde vive Manoel Pereira Dias [e] o intimei por todo o conteúdo do despacho que ficou ciente, e bem assim intimei também o réu Pedro João da Costa, deixando de intimar as outras testemunhas por morar[em] distante desta vila”³⁴⁶. Destas testemunhas não intimadas, só temos o nome.

³⁴² Expressão usada no processo 117/06.

³⁴³ Conforme dados do IBGE.

<http://www.ibge.gov.br/seculoxx/arquivos_xls/populacao/1950/populacao1950aeb_02.xls>. Consultado em 29/03/2012.

³⁴⁴ 117/21.

³⁴⁵ 116/13.

³⁴⁶ 115/16.

É com tais migalhas de informação que tentamos montar um panorama da sociedade que vinha se avolumando.

O livro de batismo revela que a quantidade de batizados aumentara consideravelmente no final do Império em relação à fundação da paróquia. Em 1835, por volta de 29 batizados foram realizados; em 1836, 12; 1837, 20; 1838, 30; 1839, 44; 1840, também 44; 1841, 37. O último ano antes da República de que temos uma lista possivelmente completa de batizados é 1876, com aproximadamente 140 registros. Em 1875, 132; 1874, 153; 1873, 112. O aumento da população não ocorria, é claro, apenas pelo nascimento; a migração tem papel considerável. Fernando Borges calcula que entre os anos de 1872 e 1890, 5896 pessoas vieram para Mato Grosso³⁴⁷. No caso específico de Sant'Anna, 402 pessoas informaram a origem nos processos. A listagem é a seguinte (a porcentagem é sobre o total dos que informaram a origem):

Origem	Pessoas	%	Origem	Pessoas	%
Bahia	2	0,49	Paraná	1	0,24
Ceará	3	0,74	Pernambuco	4	0,99
Goiás	8	1,98	Rio de Janeiro (incluindo Corte)	4	0,99
Maranhão	2	0,49	Rio Grande do Norte	3	0,74
Mato Grosso	120	29,7	São Paulo	81	20,04
Minas Gerais	162	40,09	África	4	0,99
Pará	1	0,24	Paraguai	2	0,49
Paraíba	1	0,24	Portugal	4	0,99

Seis pessoas informaram de maneira discrepante sua origem, sem que isso fosse considerado um problema para o andamento do processo por qualquer uma das autoridades. É o caso, por exemplo, de Antônio Pinto de Guimarães, que a princípio diz ser do Rio de Janeiro, mas ao depor novamente, no mesmo processo³⁴⁸ (e por isso sabemos que se trata da mesma pessoa), mudou sua origem para Angola, na África. Sem outros meios de aferir a veracidade do que diz, foi incluído como africano. Justiniano Augusto de Sales Fleury, que exerceu vários cargos na Justiça de Sant'Anna e depôs várias vezes, disse em uma única ocasião ser natural da vila de Sant'Anna, mas em todas as outras vezes em que foi perguntada sua origem, sustentou ser mineiro³⁴⁹. A opção foi aceitar a maioria das declarações e classificá-lo como de Minas Gerais, mesmo motivo pelo qual Jerônimo Antônio Ribeiro, que afirmou duas vezes ter nascido

³⁴⁷ BORGES, Fernando Tadeu de Miranda. *Do Extrativismo a Pecuária: algumas observações sobre a história econômica de Mato Grosso (1870 a 1930)*. 3ª ed. São Paulo: Scortecci, 2001, p. 40.

³⁴⁸ 116/05.

³⁴⁹ Mineiro em 114/20, 114/27, 116/05 e 116/10. Nascido em Sant'Anna em 114/16.

em São Paulo e uma vez em Minas Gerais³⁵⁰, foi classificado como paulista. A mesma situação se repetiu com Joaquim Pereira da Silva, que testemunhou em quatro processos³⁵¹ e apenas em um alegou ser mineiro, enquanto nos outros três afirmou ser paulista e por isso essa declaração foi acatada. Lázaro José Pereira (vulgo Lázaro Curitiba) disse ser natural de Goiás, porém, em outro processo, afirmou ter nascido em Sant'Anna³⁵², como um habitante a mais de Mato Grosso causaria menos impacto nas estatísticas do que um a menos de Goiás, a escolha foi de classifica-lo como goiano.

Embora haja alguns nordestinos, poucos e geralmente vinculados ao Exército, a maior parte da população era proveniente de províncias vizinhas, homens atraídos pelas vastas terras da região, como explicou, em 1887, Maria Gertrudes da Costa, moradora da Vila do Pouso Alto, em Goiás, numa carta em que pedia socorro ao presidente da província de Mato Grosso para punir os assassinos de seu irmão: “sou uma pobre mulher, comigo foi criado meu irmão Manoel da Costa que por motivo de baixos preços de salário nesta nossa terra e grande fama que goza o Campo Grande para um lavrador reuniu algumas economias e dirigiu-se com destino a esse lugar”³⁵³. Além das grandes quantidades de terras, chamava a atenção o preço que elas custavam. Segundo Sodré, quase nada.

Objetos trocados, num comércio rudimentar, eram aqueles que se ligavam ao meio de vida com que lidavam: armas, munições, caça, couros, carne, alguns produtos de lavoura pouco extensa, em trocas reduzidas, aparecendo raramente nesse comércio bravia, e cabeças de gado vacum e cavalar. Tais materiais eram, aliás, mais caros do que a terra e a casa. Valia mais o rebanho do que o solo. Aquilo que se movia do que aquilo que era fixo. Terras, era fácil obtê-las. Rebanhos, mais áspero e difícil³⁵⁴.

Maria Isaura Pereira de Queiroz, falando do país como um todo, ratifica o pouco valor das terras no período: “Durante o Império, a terra não tinha valor; o que dava valor a uma propriedade agrícola era a quantidade de braços escravos que nela trabalhava”³⁵⁵.

³⁵⁰ Em São Paulo, 115/05 e 116/19, e em Minas, em 116/05.

³⁵¹ Paulista em 114/10, 114/24, 114/30. Mineiro apenas em 115/07.

³⁵² Goiano em 114/25; nascido em Sant'Anna, em 115/03.

³⁵³ 117/15.

³⁵⁴ SODRÉ, Nelson Werneck. Op. cit., p. 89-90.

³⁵⁵ QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. “O Mandonismo Local na Vida Política Brasileira”. In: *O Mandonismo Local na Vida Política Brasileira e Outros Ensaio*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976, p. 139.

Em consonância com essa interpretação, Maria Sylvia Carvalho Franco acrescenta que, mesmo sem valor financeiro, “a base dos grupos privilegiados, no Brasil, foi a apropriação de terras”³⁵⁶.

Aos poucos, mais pessoas foram se estabelecendo nas imediações da vila de Sant’Anna. No ano de 1867, Joaquim de Oliveira Simões, ao defender-se em um processo, assim se referia à chegada dos pioneiros:

Há trinta anos, senhor juiz de direito, pisei estas terras. Ainda os íncolas destas selvas, hoje abatidas pelas mãos do homem, dormiam à sobra das árvores seculares, e o machado do agreste lavrador não havia aniquilado a majestade opulenta das florestas, que assoberbaram estas plagas, já eu, acompanhado de meus filhos, assentaria minha vivenda nestas alturas. Trouxe comigo uma pequena fortuna, porém grande para estes sertões, adquirida pelo meu braço, e pelos labores de um pai honrado, que eu vi com o coração cerrado de dor, sumir-se na fria laje do sepulcro. Aqui ergui minha moradia. Na simples e modesta vida de campo eu via escorrem-se-me (?) os dias da existência felizes e descuidadosos (sic). Era isto uma vasta e deserta solidão. Mas, a onda da imigração atraída pela uberdade deste solo abençoado e dotado prodigamente pela natureza, como a torrente entornada dos píncaros dos montes, alagou toda esta vasta superfície. Vi surgir ao derredor de mim um povo estranho. Volveram-se os anos, e, como acontece, esse núcleo de imigração fez vulto, e ei-lo elevado a categoria de uma povoação homogênea, de sociedade regular. E pois era necessário que se erguessem os alicerces dessa sociedade³⁵⁷.

E com o avolumar-se da população, o Império também queria se fazer presente através de suas instituições, sua Igreja, suas armas, suas leis, enfim, através de atos e instituições configurados como benfeitorias que alicerçassem a sociedade. Dos dados possíveis de serem levantados, percebe-se que, embora os paulistas sejam expressivos na população, é inegável a maior quantidade de mineiros na região. Vê-se nos processos que a principal ligação de Sant’Anna era com a cidade de Uberaba: uma testemunha afirmou que Antônio Lopes dos Santos estava de partida para lá quando foi preso embriagado e portando armas ofensivas³⁵⁸; uma das testemunhas do duplo homicídio de Francisco Felicíssimo de Souza e Suetônio Rodrigues da Costa fugiu para Uberaba e a Justiça pediu para que fosse ouvida naquela comarca³⁵⁹; houve uma acusação de calúnia e injúria contra José Lavrador, natural do reino da Espanha e morador na comarca de

³⁵⁶ FRANCO, Maria Sylvia Carvalho. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. 4ª ed. São Paulo: UNESP, 1997, p. 143.

³⁵⁷ 114/16.

³⁵⁸ 115/01.

³⁵⁹ 116/01.

Uberaba³⁶⁰. Inclusive, a consulta de jurisprudência se refere a decisões tomadas lá, como se pode ver no caso de roubo de autos eleitorais, no qual a testemunha Manoel Pereira Dias garantiu que Macário, o acusado, não teria impedido ninguém de votar e o justificava “por ter lido uma consulta feita ao Doutor Juiz de Direito de Uberaba, cuja resposta afirmava não ter o réu [Macário] cometido crime algum”³⁶¹. A mesma ligação se vê na suposta calúnia cometida por José Vicente Ferreira Júlio através de um artigo publicado no Jornal do Comércio, da Corte. Para se defender, ele citou um caso análogo passado naquela comarca mineira³⁶². Agostinho José Lopes criticou Joaquim Pereira Dias por jactar-se “de não respeitar os advogados da cidade de Uberaba”³⁶³. As referências também aparecem de forma indireta nas citações a Dores do Campo Formoso, que era um distrito daquele município³⁶⁴: José Alves Ramos e Zeferino Antônio da Silveira, por exemplo, afirmaram que Pedro Lázaro, acusado de assassinato, morava naquele distrito³⁶⁵.

Quando Sodré afirma que “o regime pastoril do Oeste devia apoiar-se, portanto, em populações oriundas de três procedências diversas, todas elas formadas sob as características desse mesmo regime, - o mineiro, o gaúcho e o paraguaio”³⁶⁶, estava se referindo a um período posterior. Possivelmente, os gaúchos se estabeleceram em Mato Grosso nos primeiros anos da República. A descrição que Taunay faz de Melo Taques no romance *Inocência*, como “baixote, rechonchudo, corado. Na sua loja de fazendas, ao rés do chão, reúne-se a melhor gente da localidade, para ouvi-lo dissertar sobre política, ou narrar a guerra dos farrapos no Rio Grande do Sul e a vida que se leva na corte do Rio de Janeiro, onde estivera pelos anos de 1838 a 1839”³⁶⁷ pode levar a uma falsa impressão de que era gaúcho, mas o próprio disse ser nascido em Itu³⁶⁸.

Independentemente da origem, importa ressaltar que essa migração atraía mais homens que mulheres.

³⁶⁰ 116/16.

³⁶¹ 117/06.

³⁶² 117/13-B.

³⁶³ 117/21.

³⁶⁴ Conforme dados do IBGE, <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=311140#>>, acessado em 02/07/2011

³⁶⁵ 115/03.

³⁶⁶ SODRÉ, Nelson Werneck. Op. cit., p. 13.

³⁶⁷ TAUNAY, Alfredo d'Escagnole (Visconde). *Inocência*. São Paulo: Ática, 1991, p. 102.

³⁶⁸ 114/16.

Família

Entre as 1063 pessoas arroladas, há 959 homens e apenas 104 mulheres. Esse desnível se deve, possivelmente, pela intenção de não as envolver com os problemas da Justiça. Mesmo em situações cruciais, elas são poupadas. Manoel João da Rosa, segundo várias testemunhas, foi assassinado na presença de sua mulher; mesmo não havendo outra testemunha de vista, ela não foi chamada a depor³⁶⁹.

A mandante de um crime de espancamento é a princípio chamada apenas de “senhora de Luiz José Coelho”; mesmo o promotor, na denúncia, referiu-se a ela apenas como “mandante”, sem a nomear³⁷⁰. No processo já largamente comentado 115/11, que trata do espancamento da mulher de Joaquim Francisco da Costa, o nome da vítima é citado no máximo três vezes. Essa repulsa em levar as mulheres para resolver questões de Justiça faz com que tenhamos poucas informações sobre elas através dos processos criminais. Isso não significa que as mulheres vivessem à sombra dos homens.

Maria Mereb Greco fez uma análise dos acordos de casamento em Sant’Anna e encontrou mulheres indo a cartórios para defenderem a sua propriedade contra sandices dos maridos³⁷¹. O acanhamento e a submissão com que são vistas a mulher no sertão talvez carregue boa parte de mito ou preconceito. A origem dele parece ser o romance de Taunay, que embora seja uma peça de ficção, traz várias informações a respeito da realidade local. Cabe aqui contrastar algumas com os resultados obtidos de maneira empírica para validá-los ou refutá-los. Meyer, o naturalista, personagem do romance *Inocência*, comenta que no sertão do Brasil, há o mau costume de esconder as mulheres³⁷². Mas essa não parece ser a realidade nem mesmo das mulheres do romance, pois embora *Inocência* seja mantida em casa, escondida por seu pai até das visitas, em determinado momento comenta: “No ano que já passou e por ocasião da Sra. Sant’Ana, aqui vieram umas parentas minhas e caçoaram comigo, porque eu não as entendia: tanto assim que uma delas, a Nhã Tuca, me disse: ‘Deveras, mecê ainda não gostou de nenhum moço’? E eu respondi: ‘Não assunto o que mecês estão a prorear’”³⁷³. Ou seja, *Inocência* é exceção, pois as primas estão em contato com a sociedade. Isabel Camargo, ao analisar a obra, cita *Inocência* como o protótipo da mulher sertaneja protegida dentro

³⁶⁹ 117/22.

³⁷⁰ 114/20.

³⁷¹ GRECO, Maria Madalena Dib Mereb. *Acordo e Convenção: uma interpretação dos contratos de casamentos no século XIX em Sant’Ana de Paranahyba*. Monografia de bacharelado em história. Campo Grande: UCDB, 2003. A declaração de uma mulher dizendo que seu marido, já falecido na época, era um *sandeu* está na p. 21.

³⁷² TAUNAY, Alfredo d’Escagnole. Op. cit., p. 56.

³⁷³ Idem, p. 83.

de casa, e logo em seguida afirma que Inocência é idealizada como todas as heroínas românticas: perfeita, frágil, pálida, angelical. Nestas segundas considerações, estamos mais perto da mulher de Sant'Anna. Inocência e seu recolhimento não parece ser a regra, aliás, tendo sido a personagem inspirada em uma leprosa, talvez aí esteja a chave que explique seu comportamento³⁷⁴.

Taunay, em sua viagem de volta da Guerra do Paraguai, em 3 de julho de 1867, parou na casa de Manoel Coelho e os filhos do dono da casa lhe trouxeram café. Segundo o visconde, eram ambos “de uma beleza extraordinária. As fisionomias notáveis não são raras no sertão; vimos até mulheres que poderiam ser qualificadas belas: entretanto a filha de Manoel Coelho, que se apresentou sem grande acanhamento e com muita modéstia, era uma moça que cativava os olhares de todos os passageiros e cuja formosura constituía o orgulho daquelas localidades”³⁷⁵. Não é a única vez que o visconde opina sobre a raridade da beleza no sertão; o mesmo tema é encontrado na fala de José, carioca ajudante do naturalista Meyer: “Moça bonita é fruta rara por estas matarias e brenhas do inferno... Quanto a mim, ainda não botei o olho senão em velhas *corcorócas* e serpentões”³⁷⁶.

A moça que serviu café estava em contato com a sociedade, diferente da protagonista do romance regionalista, o que devia ser a atitude mais comum em Sant'Anna. Já na República, encontramos a filha do capitão Porphírio Brandão, juiz de paz, aquela com 14 anos de idade, levando uma bofetada em uma festa. O agressor foi levado a júri popular e condenado a um ano de prisão, convertida em pena mais leve. O destaque aqui é para o fato de que ela estava em uma festa, acompanhada apenas por um irmão mais novo³⁷⁷.

Não é raro nos processos referências a casas pelo nome da mulher. Pelo menos duas testemunhas alegaram que estavam saindo da casa de dona Ana Francisca quando foram informados do assassinato de um escravo³⁷⁸. Manoel Cardoso foi alvejado perto da casa de Maria Francisca Franca e, ferido, levado para dentro da casa desta mulher, que era divorciada. No mesmo processo, outra testemunha alegou que pernoitava na

³⁷⁴ CAMARGO, Isabel Camilo de. *O Sertão de Santana de Paranaíba: um perfil da sociedade pastoril-escravista no sul do antigo Mato Grosso (1838-1888)*. Dissertação de mestrado em história. Dourados-MS: UFGD, 2010, p. 156. As considerações de Isabel Camargo sobre Inocência ser uma personagem idealizada estão na p. 161, e sobre ter sido inspirada em uma leprosa, na p. 157 e novamente na 161.

³⁷⁵ TAUNAY, Alfredo d'Escagnole (Visconde). *Viagens de Outr'ora*. São Paulo: Melhoramentos, [s.d], p. 57.

³⁷⁶ TAUNAY, Alfredo d'Escagnole. *Inocência*, op. cit., p. 58 (grifo no original).

³⁷⁷ 129/06.

³⁷⁸ 117/20.

casa de Antônio de tal quando Cardoso foi atingido³⁷⁹. Em outro caso, uma mulher foi espancada pelo marido e o exame de corpo de delito foi realizado na casa de Marcolina Tereza de Jesus³⁸⁰. José Ferreira Garcia, em depoimento ao delegado, disse que era seu costume, quando ia à vila, hospedar-se na casa da sua tia Nhota³⁸¹.

Sobre os contatos da mulher com a sociedade, há uma informação relevante da testemunha Victal Victalino. Ele disse durante as investigações sobre o assassinato de Pedro João da Costa que encontrou a vítima pouco antes dela ser morta e que Pedro teria dito “que ele depoente e Antônio Soares da Gama passassem em sua casa e se quisessem pousar, lá estava sua mulher que lhes daria cômodo”³⁸². Ou seja, não era um absurdo dois homens dormirem na casa com uma mulher desacompanhada de seu marido. Costume diferente do relatado por Isabel Camargo, para quem a ausência do marido vedava à mulher o recebimento de visitas³⁸³.

A mulher, em Sant’Anna, devia ter uma vida mais livre do que as descrições de Taunay querem fazer crer. Mas, de qualquer maneira, elas compareciam pouco em juízo. Por conta deste vazio de informações, é impossível saber a idade média dos casamentos. Nem todas as 104 mulheres recenseadas nos processos foram testemunhas, sobre muitas delas existem apenas referências, de maneira que temos o estado civil de apenas 58 mulheres. A mais nova, casada aos 15 anos, seguida de outra, casada aos 16, e a terceira mais jovem, aos 18. Não são as idades em que se casaram, apenas estavam casadas com essas idades quando, por algum motivo, foram chamadas a depor perante o poder judiciário. Isabel Camargo afirma que, pela lista de herdeiros, nos processos cíveis, “compreende-se que as meninas casavam-se cedo, ainda com 12 e 13 anos”³⁸⁴, mas não cita nenhum caso específico nem apresenta evidências. Pelos dados encontrados nos processo-crime, não se pode garantir que há casamentos muito precoces, pois encontramos também uma solteira de 16 anos, e Inocência, personagem

³⁷⁹ 114/03.

³⁸⁰ 115/13.

³⁸¹ 115/12. Uma das testemunhas desse processo, afirmou que, na vila, José Ferreira Garcia “costuma arrancar-se” na casa de dona Felisbina; talvez seja esse o nome da tia Nhota. Enfim, há uma casa de Ana Jacinta, em 114/29; em 116/04 aparece a casa de d. Maria Joaquina; há uma Ludovina, viúva, em 116/07, e referiam-se a sua moradia como casa de Ludovina; e não são todos os exemplos. Além disso, Ana Fausta Fagundes de Melo foi descrita como proprietária da fazenda Dois Córregos, onde aconteceram as inquirições sobre a morte de Antônio Martins de Melo, em 115/03.

³⁸² 116/15.

³⁸³ CAMARGO, Isabel Camilo de. Op. cit., p. 160.

³⁸⁴ Idem, p. 139.

de Taunay, só está em idade de se casar quando completa 18 anos³⁸⁵. No total, encontramos:

Idade	Casada	Solteira	Viúva	Divorciada
Menos de 18	2	1	0	0
18 a 25	4	1	1	0
26 a 35	7	3	3	0
36 a 50	4	1	9	1
Mais de 50	2	0	1	0
Sem idade	13	0	7	0

Um casamento oficial, no Império, significava que as núpcias haviam sido abençoadas pela Igreja, mas homens e mulheres que se qualificavam como casados muitas vezes não o eram oficialmente.

Entre os homens, não há nenhum divorciado. Os dados são estes, para os 392 que indicaram estado civil:

Idade	Casado	Solteiro	Viúvo
Menos de 18	1	3	0
18 a 25	38	46	1
26 a 35	114	19	6
36 a 50	89	10	20
Mais de 50	41	6	15
Sem idade	22	0	1

Note-se que somando todos os números das tabelas acima, o resultado será superior à quantidade de pessoas que declararam seu estado civil, 58 e 392, respectivamente. Isto se deve a casos como o de Maria Cândida de Jesus, que depôs em mais de um processo e, na ocasião em que afirmou ter 35 anos, seu estado civil era casada. Em 22 de janeiro de 1873, quando afirmou ter 37 anos, novamente disse ser casada; já em 9 de agosto de 1880, com 41 anos, estava viúva. Portanto, suas informações constam três vezes na tabela³⁸⁶. O mesmo se dá com Lucas Antunes da Silva que aparece em vários processos. Aos 28 anos, em 10 de março de 1862, era um jovem viúvo; entre 1870 até 23 de março de 1876, quando já contava com 43 anos, afirmava estar casado. Em 24 de janeiro de 1877, aos 42 anos, voltou a se dizer viúvo. Encontramos Joaquim mais duas vezes nos processos, em 12 de abril de 1880 e 16 de julho de 1887, quando disse ter 46 e 54 anos, respectivamente; nestas ocasiões,

³⁸⁵ TAUNAY, Alfredo d'Escagnole. *Inocência*, op. cit., p. 30.

³⁸⁶ 35 anos em 114/19; 37 anos em 114/18; 40 anos em 115/15.

novamente estava casado. Portanto, suas informações aparecem várias vezes na tabela³⁸⁷.

Além disso, o concubinato parece corriqueiro na cidade. O escravo Manoel Agostinho disse ser solteiro, mas afirmava ter uma companheira, e outras testemunhas afirmaram ser ele casado, indicando uma indiferenciação entre união estável e união abençoada pela Igreja³⁸⁸. Na averiguação do sumiço de um liberto chamado Matias, Antônio Pinto Guimarães disse que este morava com ele, mas saía para passear todas as noites, até à casa de d. Albina, “por causa de sua escrava Margarida, com quem tinham relações amistosas e onde tinha sua roupa de vestir”, e só voltava de madrugada³⁸⁹. Quando José Ferreira Garcia foi questionado na delegacia sobre “suas intenções violando os fundos das casas da residência de Manoel Garcia da Silveira em sua fazenda, fora de horas, respondeu que para ter conversas com a preta Clemência, da qual gosta”³⁹⁰.

Esse mesmo tipo de relação, em Guaratinguetá, foi descrita por Maria Sylvia Carvalho Franco: Zeferino frequentava sempre a casa de Mariana “por ser amante de sua filha Ignês, com a qual já tinha um filho” e esta ligação entre “homem e mulher amasiados não ocorreu mediante uma degradação desta, como no esquema de relações sexuais entre senhor e escrava, mas, antes, pela inserção regular do homem no círculo familiar da mulher”³⁹¹.

Essa maior liberdade convive com as imposições morais encontradas nos processos. Maria Cândida de Jesus, que, segundo algumas testemunhas, teria sido causa do espancamento de um rapazote, foi chamada pelo promotor de “messalina impudica”³⁹². Temos ainda outro dado relevante sobre o tema: um jovem, à noite, foi atingido por um tiro e disse ser um escravo de seu pai o autor do crime. Pela defesa do acusado, seu procurador alega que

não pode ser admitido o dito de um ofendido como base para condenação de seu suposto ofensor. Mais duvidosa é quando consideramos que o ofendido e falecido era moço de seus dezoito a vinte anos, e que tinha seus passeios noturnos, por isso que, quem dúvida que desses passeios lhe viesse essa ofensa, e que embora ele

³⁸⁷ 28 anos em 114/04; 34 anos e ser casado em 114/19; 43 anos em 115/04; 42 em 115/06; 46 anos em 115/09; e 54 anos em 117/07.

³⁸⁸ 114/28.

³⁸⁹ 116/05.

³⁹⁰ 115/12.

³⁹¹ FRANCO, Maria Sylvia Carvalho. Op. cit., p. 108-109.

³⁹² 118/01.

estivesse convencido disso, porém que a decência pediu-lhe que sacrificasse antes a um escravo de seu pai do que outra coisa dizer?³⁹³

No caso, o jovem não deveria nem mesmo ter uma amásia, revelando assim certa liberdade sexual em que viviam os habitantes do lugar, diferente do que encontrou Boris Fausto em São Paulo:

A grande cidade tenderia a favorecer o contato entre estranhos em várias situações, como os encontros solitários ou as festas públicas, onde, segundo a descrição dos contemporâneos, “a ordem moral entrava em colapso”. Em contraste, a pequena comunidade podia controlar com maior rigor os passos de seus membros mais jovens, seja no lazer coletivo, seja através dos namoros oficiais previamente arranjados pelas famílias³⁹⁴.

A diferença consiste no fato de que não se trata aqui de uma “pequena comunidade”, mas de poucas pessoas vivendo numa imensidão territorial. Ana Scott, comparando a família portuguesa com a família brasileira nos setecentos, concluiu que “a população branca reproduziu as estratégias tradicionais e seculares vigentes no norte de Portugal, apesar das substanciais diferenças encontradas”. Em suas pesquisas, apoiou-se em um estudo de Donald Ramos, que comparou as famílias de Minas Gerais às da região do Minho, no norte de Portugal, e concluiu que

na sociedade mineira encontrava-se um conjunto de características sociais do norte de Portugal, que incluiria, por exemplo, a predominância demográfica de mulheres livres, alta proporção de domicílios com chefia feminina, baixos índices de casamento, uma idade de acesso ao casamento mais elevado do que seria de se esperar, uma tendência para as mães solteiras estabelecerem seus próprios domicílios, altas taxas de ilegitimidade e abandono de crianças, e baixa proporção de famílias nucleares definidas a partir do casamento. Tais características constituiriam, como Ramos defende, um espelho daquelas encontradas na região minhota³⁹⁵.

Os baixos índices de casamento referem-se a uniões oficiais. Sérgio Buarque de Holanda já havia atentado a respeito da semelhança entre as famílias portuguesas e brasileiras: “Nos domínios rurais é o tipo de família organizada segundo as normas

³⁹³ 114/07.

³⁹⁴ FAUSTO, Boris. *Crime e Cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 47. Fausto está aqui se apoiando nas ideias de Edward Shorter encontradas em *The Making of the Modern Family*.

³⁹⁵ SCOTT, Ana Silvia Volpi. “Velhos Portugueses ou Novos Brasileiros? Reflexões sobre a família luso-brasileira setecentista”. In: PERARO, Maria Adenir. & BORGES, Fernando Tadeu de Miranda. (Orgs.). *Mulheres e Famílias no Brasil*. Cuiabá: Carlini & Caniato, 2005, p. 31-32. O estudo ao qual ela se refere é RAMOS, Donald. From Minho to Minas: the portuguese roots of the mineiro family. *Hispanic American Historical Review*, v. 73, n. 4, 1993, p. 639-662.

clássicas do velho Direito romano-canônico, mantidas na península Ibérica através de inúmeras gerações, que prevalece como base e centro de toda organização”. E ainda mais:

Sempre imerso em si mesmo, não tolerando nenhuma pressão de fora, o grupo familiar mantém-se imune de qualquer restrição ou abalo. Em seu recatado isolamento pode desprezar qualquer princípio superior que procure perturbá-lo ou oprimi-lo. (...) A entidade privada precede sempre, neles, a entidade pública. (...) O resultado era predominarem, em toda a vida social, sentimentos próprios à comunidade doméstica, naturalmente particularista e antipolítica, uma invasão do público pelo privado, do Estado pela família³⁹⁶.

Portanto, da ausência de mulheres nos processos criminais, não se pode deduzir que elas não tivessem uma vida ativa na sociedade e, como era de se esperar, as relações entre gêneros estavam no centro de vários processos. Aurélio José dos Passos foi a júri popular por matar João Francisco Póvoa, segundo várias testemunhas, porque este queria solicitar sua mulher; outra testemunha afirmou que Póvoa fez este pedido alegando que Aurélio mantinha relações com a dele³⁹⁷. O mesmo motivo alegado pelas testemunhas sobre os homicídios de Francisco de Souza e Suetônio Costa. Segundo uma delas, Francisco foi assassinado por ter, junto com Delfino José de Paula, solicitado a mulher de Tertuliano José de Castro para fins libidinosos; e, ainda no mesmo processo, Suetônio José Rodrigues teria sido morto por ter solicitado para o mesmo fim a Herculana, amásia de Francisco Ferreira de Assis³⁹⁸.

Jeremias Mariano foi até à casa de seu cunhado e, segundo uma testemunha, “Jeremias mandou sua irmã que montasse a cavalo para ir para casa de seu pai, e ela não querendo por estar ausente seu marido, Jeremias lhe dissera que lhe espancaria se não quisesse acompanhá-lo, pelo que se viu ela obrigada a servir seu irmão”. Voltando depois para pegar uma mala, Jeremias acabou sendo assassinado pelo cunhado. A mulher, vértice desse processo, não está nomeada³⁹⁹.

Balduíno foi morto e três testemunhas afirmaram (uma delas tendo ouvido isso na boca da própria vítima antes de falecer) que quem o matara foram Severiano e Vicente do Couto, que “pretendiam tirarem de poder de Balduíno a mulher deste que era

³⁹⁶ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 81-82.

³⁹⁷ 116/17.

³⁹⁸ 116/01.

³⁹⁹ 115/14.

irmã de Vicente e amásia de Severiano”. O nome da mulher não é mencionado⁴⁰⁰. Duas testemunhas da morte de Manoel Machado afirmaram que a vítima invadira a casa de Paixão para lhe tirar a mulher e, por isso, foi assassinado; outra testemunha preferiu dizer que o motivo de Paixão ter cometido o crime foi a “defesa da honra” de sua família⁴⁰¹. Em alguns processos, sugere-se com vagueza a figura feminina. Bernardino Pereira da Silva, testemunhas do assassinato de João Moraes Valeiro, disse que o crime foi ocasionado por disputa de mulheres⁴⁰². A denúncia do promotor contra João da Silva Borges faz referência a um boato, segundo o qual o criminoso matou o velho José Martins durante uma pescaria, jogando o defunto no rio, para ficar senhor único da sua mulher, com quem já vivia em adultério, embora as testemunhas não corroborem o fato⁴⁰³.

Outras vezes, porém, a presença feminina no crime é mais ativa. Entre os casos de violência física, temos o já citado no qual encontramos uma mulher acusada como mandante de espancamento. Fuão Alvarenga e Jerônimo, por apelido Doutor, teriam sido contratados pela senhora de Luiz José Coelho para espancarem Ana Lopes Ribeiro. Uma das testemunhas, Manoel do Prado Mornier, viu as pancadas, acudiu a vítima, pediu para que os réus parassem de lhe bater, no que foi atendido, e disse em seu depoimento que ele mesmo, no dia das pancadas, levava um recado de Delfina, a mandante, para Ana, “nestas formais palavras: ‘que deixasse de pedir objetos a homens casados, se não que poderia sofrer algumas pancadas’”⁴⁰⁴.

Em outro caso, assim descreveu as causas do crime a testemunha Francisco de Paula Garcia: “O assassinado Francisco Rodrigues da Costa Barbudo era geralmente estimado nos bairros dos rios Correntes, Verde e do Peixe, e porque a mulher de Vicente Batista Primo lhe mandasse pedir para tirá-la de seu marido, com quem vivia obrigada”, e Barbudo mostrou “desejos de servir aquela mulher”⁴⁰⁵.

Descobriu-se durante a apuração da morte de Augusto Ribeiro que seu sogro, sua sogra, sua mulher, Henriqueta, e Marcolino Alves Bairigo juntaram-se para matá-lo. Marcolino, depois do crime, casou-se com a viúva. Primeiro, pensaram em envenenar a vítima com mercúrio, mas depois de uma altercação que Augusto teve com a sogra e

⁴⁰⁰ 117/05.

⁴⁰¹ 114/20.

⁴⁰² 114/22.

⁴⁰³ 115/07.

⁴⁰⁴ 114/20.

⁴⁰⁵ 116/04. A mulher como móvel de crimes também aparece em 117/01, mas este processo está muito danificado para uma análise mais minuciosa. Camacho teria tentado raptar uma mulher casada, mas o pai dela o matou.

mudou-se de casa, os dois homens resolveram ir até a sua nova morada, na Capela do Bom Jesus do Sucuriú, passar fogo e trazer com eles Henriqueta. Embora se dissesse que ela já mantinha relações com Marcolino ainda em vida do marido, Henriqueta lembra mais um brinquedo na mão do pai, que parece fazer questão de entregá-la ao suposto amante⁴⁰⁶.

Boris Fausto está certo quando afirma que nessas situações, “não se trata precipuamente de proteger a ‘honra’ como atributo individual feminino e sim como apanágio do marido ou da família”⁴⁰⁷. No caso, pelas informações coletadas, o pai se sentiu no direito de desfazer o casamento da filha, a custo de torná-la viúva, para casá-la com novo pretendente.

Em um dos processos, encontramos Eufrásia Garcia Leal, que decidiu mudar-se de casa e seu companheiro foi buscá-la. Segundo uma das testemunhas, ele entrou e disse a Eufrásia, antes de atirar nela: “Conheça que quem te mata hoje embaixo da Coroa Imperial sou eu”. A mulher sobreviveu. O agressor apareceu morto cerca de uma semana depois. Os peritos “dirigiram-se ao lugar onde estava o cadáver e o encontraram enforcado com uma correia atada em uma árvore pendida sobre o córrego de maneira que os pés achavam-se abaixo do barranco sobre a água, sendo evidente que a causa fora suicídio”⁴⁰⁸. Isso é dado como fim do processo.

No caso em que Herculano Cabral de Melo teria matado o sogro e um escravo testemunhou o crime, relações ilícitas entre genro e sogra foram também colocadas como motivo do ato. O padre da cidade, Fleury, foi chamado a depor e contou que era voz pública e que ele ouviu da própria boca de Antônio, filho do assassinado, e de Manoel crioulo, escravo do mesmo, que Herculano matou Agostinho em consenso com sua sogra, “mulher do falecido, com a qual se dizia que tinha tratos ilícitos; em consequência do que e por cumprir um dever de caridade, ele testemunha [o padre] muito insistira com a vítima para separar-se de sua mulher, retirando-se para longe, ao que lhe respondera que não tinha ânimo de deixar seus filhinhos órfãos e quase todos mentecaptos”⁴⁰⁹.

Não se evitava apenas chamar mulheres como testemunhas do crime. Para se fazer um exame de corpo de delito, eram necessários dois peritos e duas testemunhas com a finalidade de acompanhar o trabalho. Nenhuma mulher foi nomeada como perita

⁴⁰⁶ 117/10.

⁴⁰⁷ FAUSTO, Boris. Op. cit., p. 175.

⁴⁰⁸ 117/19.

⁴⁰⁹ 114/28.

para um exame desse tipo e apenas uma, Ana Maria Garcia, analfabeta, foi designada como testemunha do exame⁴¹⁰. Mas essa desproporção entre homens e mulheres não é uma característica apenas das fontes. É possível afirmar que havia uma desproporção real entre os sexos. O espírito de aventura que animava os homens a se dirigirem para Sant'Anna não os obrigava a seguir acompanhados de mulheres, pelo contrário, boa parte dos que resolviam tentar a sorte no Mato Grosso deviam chegar sozinhos à localidade. Já vimos que do total de habitantes, 29,7% nasceram na própria província, enquanto 40,09% eram de Minas Gérias. Porém, com os dados apenas sobre mulheres, esta estatística muda:

Origem	Mulheres	%	Origem	Mulheres	%
<i>Mato Grosso (sem indicação)</i>	4	10,25	Minas	15	38,46
<i>Mato Grosso (Sant'Anna)</i>	10	25,64	São Paulo	10	25,64
Mato Grosso (total)	14	35,89			

A porcentagem é sobre as 39 mulheres cuja origem é conhecida. Segundo Fernando Borges, em 1879, havia 1793 homens e 1547 mulheres no município⁴¹¹. Para os homens, a relação é esta (porcentagem sobre os 363 dos quais há esta informação):

Origem	Homens	%	Origem	Homens	%
Bahia	2	0,54	Minas Gerais	147	40,2
Ceará	3	0,82	Pará	1	0,27
Goiás	8	2,19	Paraíba	1	0,27
Maranhão	2	0,54	Paraná	1	0,27
<i>Mato Grosso (sem indicação)</i>	38	10,4	Pernambuco	4	1,09
<i>Mato Grosso (Cuiabá)</i>	1	0,27	Rio de Janeiro	4	1,09
<i>Mato Grosso (Sant'Anna)</i>	63	17,2	Rio Grande do Norte	3	0,82
<i>Mato Grosso (Albuquerque)</i>	1	0,27	São Paulo	71	19,4
<i>Mato Grosso (Miranda)</i>	1	0,27	África	4	1,09
<i>Mato Grosso (Rio Manso)</i>	1	0,27	Paraguai	2	0,54
<i>Mato Grosso (Vila do Rosário)</i>	1	0,27	Portugal	4	1,09
Mato Grosso (total)	106	29,0			

Entre os 40 homicídios encontrados em Sant'Anna, dois têm mulheres como vítimas, ambas foram vítimas de homens⁴¹². Já em três casos, mulheres aparecem como rés⁴¹³, nunca sozinhas, sempre acompanhadas de pelo menos um homem; apenas uma

⁴¹⁰ 114/15.

⁴¹¹ BORGES, Fernando Tadeu de Miranda. Op. cit., p. 41.

⁴¹² 114/08 e 116/07.

⁴¹³ Num total de cinco mulheres, já que em 117/10, duas são rés. Também há rés em 114/15 (neste como mandante) e 114/28.

mulher como mandante de crime. Em tentativas de homicídios, somente uma mulher aparece, no caso, na condição de vítima⁴¹⁴.

Entre os 13 processos por ofensa física, seis envolvem mulheres. Um deles é o mais antigo processo que temos: Ana Teresa, mulher de Francisco Ancelmo Grilo, teria ferido – muito levemente – com ferro cortante Ana Brizida Marciana⁴¹⁵. Outro caso foi assim denunciado pelo inspetor de quartirão:

Belarmina, Maria Machadinha e Ana; aquelas caseiras de Jesuíno Joaquim Guimarães e de Joaquim Pereira Dias, e esta caseira de Antônio Soares da Gama, munidas de uma navalha e uma tesoura, dirigiram-se a casa de residência de Mariquinha Itapurana; e aí espancaram barbaramente a esta, com um chicote de que também uma das três delinquentes fora munidas (sic). Cabendo-me mais dizer a V.S.^a que estas três mulheres para melhor (sic) praticar o crime que tinham premeditado, dirigiram-se pela casa de Maria Machada Velha, também por convivência desta, e pelos fundos do quintal da mesma Maria Machada Velha foram seguindo por outros quintais até a porta do interior da dita Mariquinha⁴¹⁶.

São os dois únicos exemplos nos quais as mulheres são denunciadas por ofensas físicas. Neste tipo de crime, elas têm maior participação do que nos homicídios, nos quais parecem meras coadjuvantes. Diferentemente do que Fausto encontrou:

Tanto no levantamento de dados obtidos na imprensa, como através dos processos judiciais, avultam do ponto de vista da temática as questões ligadas à família e à vida afetiva. Raramente as mulheres agem contra pessoas do mesmo sexo e a sua posição na agressão aos homens configura na maioria dos casos um crime “precipitado pela vítima”, como resposta ao assédio sexual, a maus tratos, e ofensas físicas ou verbais à sua honra⁴¹⁷.

Agredir uma pessoa por raiva ou com um chicote parece mais consoante com a posição da mulher: podia não saber manejar corretamente uma arma de fogo e se escolhesse, por exemplo, um macete de capar garrotes para matar um ofensor, pode ser que o primeiro golpe que ela desse não fosse suficiente para matá-lo e sim alertá-lo do perigo e possibilitar sua defesa. Deveria ser melhor refugiar-se na casa de um outro homem, um novo companheiro ou mesmo o patrão, ou usar de algum artifício – seja dinheiro, seja o corpo – para convencê-lo a executar o crime.

O que se percebe nessa análise das mulheres envolvidas em crimes é que, embora mais livres do que a ficção nos faz supor, elas estavam envolvidas em uma

⁴¹⁴ 117/19.

⁴¹⁵ 114/01.

⁴¹⁶ 116/11.

⁴¹⁷ FAUSTO, Boris. Op. cit., p. 77.

moral familiar que não deveria ser tocada pelo Estado. Além de mandantes de espancamentos não processadas e da impotência da Justiça para punir o agressor de Eufrásia, há silêncios importantes para serem destacados: não há nos processos nenhuma denúncia de rapto de mulheres, embora existam crimes ocorridos, segundo testemunhas, em decorrência desse fato; e há apenas mais um caso de agressão doméstica, mas a parte ao delegado foi dada pelo alferes comandante do Destacamento do 1º Corpo de Cavalaria em Sant'Anna, Delfino Antônio Viegas, porque seus soldados presenciaram o espancamento. Maria José Fernandes, a vítima, foi interrogada, confirmou as pancadas recebidas, mas o inquérito nem mesmo subiu ao juízo municipal⁴¹⁸.

Claro está que a tutela da mulher era de responsabilidade de sua família, que se via moralmente obrigada a se responsabilizar por ela e não cogitava pedir ajuda a terceiros para resolução de problemas familiares. A esfera privada não tolerava a ingerência da esfera pública, em consonância com a análise de Carvalho Franco: “As providências ofensivas e defensivas para a salvaguarda dos interesses materiais, da vida ou da honra continuaram definidas como prerrogativas e obrigações pessoais”⁴¹⁹.

Noção de tempo

A população de Sant'Anna contava a passagem do tempo muito mais pela semana do que pelo ano. Nos depoimentos, as pessoas eram mais propensas a se lembrarem do dia da semana em que algo aconteceu do que do dia do mês. Vários testemunhos confirmaram que a tentativa de homicídio perpetrada contra Secundino José dos Santos aconteceu em um domingo; ainda que seja mais fácil se lembrar deste dia, posto que as testemunhas estavam na missa, ninguém se referiu ao dia do mês⁴²⁰. Diferentemente do assassinato de Manoel Ferreira de Matos, acontecido também em um domingo, conforme se recordaram duas testemunhas perto de um mês depois do crime, sem nenhuma outra referência à data; como aconteceu em uma fazenda, as pessoas não teriam o marco religioso para lembrar-se⁴²¹. No processo em que Justiniano Augusto de Sales Fleury foi acusado de matar o preto Matias, duas testemunhas - a escrava Margarida e Felizberta Antônio de Jesus - asseguraram que o desaparecimento da vítima

⁴¹⁸ 115/13. O caso 114/08 trata também de violência cometida contra mulher, mas não há elementos para dizer que a agressão partiu de seu companheiro ou alguém próximo. Maria Jordina foi assassinada por Paulino Gomes de Oliveira, em 116/07, mas as testemunhas insistem que o tiro não foi intencional.

⁴¹⁹ FRANCO, Maria Sylvia Carvalho. Op. cit., p. 153.

⁴²⁰ 114/17.

⁴²¹ 116/03.

ocorrera em um sábado; outra testemunha, Jerônimo Antônio Ribeiro, embora lembrasse ter recebido Matias em sua casa no dia 2 de fevereiro, ressaltou ser um sábado. Uma das testemunhas alegou que “a única inimizade que sabe ter Matias, era Norberto Paulo, com quem bateu boca depois do natal e antes do ano bom último, por causa de Margarida”, sem saber precisar melhor quando isso acontecera⁴²². Em outro processo, a testemunha Joaquim Antônio de Moraes garantiu ter ouvido tiros no dia de Santo Antônio ou na véspera⁴²³, de maneira que nem os festejos católicos eram suficientes para plasmar na memória o dia do mês em que os fatos aconteceram.

No caso do duplo homicídio de Francisco e Suetônio, a testemunha Vicente Gomes Pinheiro ouviu de Francisco José de Paula que este, quando estava arrancando capim, numa terça-feira, no córrego da casa de João Alves, ouviu três tiros e mandou ver o que era; João disse que estava procurando vestígio de caça, e esses fatos tinham se passado no dia da morte das vítimas; outras duas testemunhas afirmaram que as vítimas deste assassinato desapareceram em uma terça-feira e é toda indicação de tempo que elas dão quando são inquiridas em dezembro de 1883. Segundo a promotoria, o crime acontecera três meses antes⁴²⁴. No caso do assassinato de Francisco Barbudo, uma testemunha, em 23 de setembro do mesmo ano do crime, lembrava apenas que o fato se deu em uma sexta-feira de abril⁴²⁵.

A testemunha João Batista da Silva, vulgo Ganjão, lembrou-se que chegou na casa de Ladislau Teles Antunes em uma sexta-feira do mês de maio, mas não recordava do dia do mês, e este lhe pediu para ir “ajudar a procurar o cadáver de um seu camarada de nome José, preto, que havia sido assassinado”. No dia seguinte, ele foi com José Francisco de Paula, Antônio Rodrigues de Souza e Jerônimo, filho de Ladislau, até à roça de Faustino e encontraram o cadáver. Ouviu de Antônio Rodrigues de Souza que o crime se deu na terça-feira da mesma semana e que Faustino o cometera. Nenhuma referência a dia do mês⁴²⁶.

Também João Manoel não estava certo quanto ao dia ou mês em que José Felipe de Souza, depois de disputar algum tempo com o seu cunhado, disparou um tiro que o fez morrer, mas garantiu que era um domingo, assim como o escravo Miguel, que

⁴²² 116/05.

⁴²³ 115/03.

⁴²⁴ 116/01.

⁴²⁵ 116/04.

⁴²⁶ 115/19.

também depôs neste processo⁴²⁷. Na única ocorrência de furto de dinheiro entre os processos compulsados, Maria Cândida de Jesus assegurou que o acusado, Joaquim Breves Craveiro, lhe entregou um conto de réis numa sexta-feira para guardar; no domingo imediato foi procurar o dinheiro e neste mesmo dia, deu-se sua prisão. O mandado de prisão só foi anexado ao processo quatro meses depois; sua captura ocorreu em 1º de agosto de 1880, de fato, um domingo⁴²⁸.

No caso em que dois escravos de Carlos Ferreira de Castro foram recapturados depois de fugirem, eles acusaram José Antônio Preto (ou José Antônio Rodrigues) de os induzir à evasão. Preso José Antônio, um dos escravos, de nome Luiz, depôs em sua presença. O réu então perguntou à testemunha quando tinha lhe falado em matar Carlos Ferreira de Castro; o escravo respondeu: “em um domingo, quando ele testemunha foi trabalhar para Roldão Gomes Ribeiro”⁴²⁹. A testemunha João Batista de Oliveira sabia por ouvir dizer, que o assassinato de José Machado, vulgo Pato, ocorrera “depois que o sol entrou em um domingo”⁴³⁰. O promotor Antônio Pedro de Menezes denunciou Pedro Jacinto por ter feito uma emboscada em 9 de agosto de 1886, mesma data apontada pelo inspetor de quartirão, mas uma das testemunhas, José Jesuíno de Siqueira, recordava-se apenas que o fato se dera em uma segunda-feira. De fato, a data era uma segunda-feira⁴³¹.

Há outros exemplos, inclusive no sentido contrário. Macário Antônio dos Santos foi acusado de desvio de autos eleitorais quando exercia o cargo de escrivão; ele próprio não soube afirmar ao certo se entrou neste cargo em 13 ou 14 de janeiro de 1887⁴³². Num outro processo, Justiniano Augusto pediu para ser julgado na comarca de Corumbá pelo homicídio do qual era acusado, pois estava preso há mais de dois anos e faltavam juízes letrados para convocar uma sessão do júri em Sant’Anna. O promotor Antônio Pedro de Menezes opinou pelo atendimento do pedido do réu, confirmando que não se reunia o júri na vila desde abril de 1883 ou julho de 1883, quando de Sant’Anna se retirou o dr. Carlos Antônio Rodrigues dos Santos, e que Manoel Félix Gitirana, o novo juiz da comarca, permaneceu ali apenas três dias. Note-se que o promotor não conseguiu estabelecer com precisão a última sessão do júri. De fato, tinha acontecido

⁴²⁷ 115/14.

⁴²⁸ 115/15.

⁴²⁹ 115/20.

⁴³⁰ 116/09.

⁴³¹ 116/14.

⁴³² 117/06.

entre os dias 2 e 4 de julho de 1883⁴³³. Quanto à partida do juiz, ele se equivocou. No processo 116/08, encontramos Rodrigues dos Santos ainda exercendo sua função em 27 de setembro de 1884.

Como corolário dessa relação com o tempo, a idade não estava entre as primeiras preocupações em Sant'Anna. Quando as crianças iam ser batizadas, as indicações de idade, se existiam, eram muito vagas: 1 ano, 4 anos, raríssimas vezes a data de nascimento. Dos 3196 registros de batismo no Império que se encontram na igreja matriz de Paranaíba, 2757 não dão qualquer indicação sobre quando nasceu a criança. Domingos Gonçalves de Almeida, por exemplo, afirmou ter 36 anos em 29 de setembro de 1888 e confirmou esta mesma idade em 15 de outubro do mesmo ano. Quando voltou a ser interrogado em 17 de fevereiro do ano seguinte, disse ter 35 anos⁴³⁴. Não parece ser uma forma de enganar a autoridade já que nunca houve uma censura por alguém dizer uma idade e, depois, informar outra. Simplesmente, ignorava-se que idade se tinha. Felisbino Alves da Silva disse ter 39 anos em 1863, saltou para 51 anos em 1873 e 56 anos em 1875⁴³⁵. Das 411 pessoas das quais é possível saber a idade, pelo menos quinze respondem com um “mais ou menos”⁴³⁶. Em outros casos, o escrivão anotou: *idade que diz ter*⁴³⁷. José Garcia Ferreira foi mais sincero e confessou não saber a própria idade⁴³⁸.

O inspetor de quartirão Fidêncio Antônio Neves referiu-se ao filho de Ladislau Teles Antunes, chamado Jerônimo, dizendo que tinha entre 14 e 15 anos⁴³⁹. Joaquim de Oliveira Simões, no processo no qual foi réu, disse ter 54 anos em 8 de novembro de 1867 e, no dia seguinte, 55 anos⁴⁴⁰. As três primeiras testemunhas interrogadas no mesmo dia 19 de dezembro de 1863, Francisco Antônio Mendes, José Correia de

⁴³³ 116/05. As datas das sessões do júri podem ser conferidas através do segundo julgamento do processo 114/20, do qual Justiniano Augusto participou, e também o documento 115/18. No período entre 4 de julho de 1883 até 25 de junho de 1888 não houve sessões do júri em Sant'Anna.

⁴³⁴ 117/14, para os depoimentos em 1888; e 118/01, para o depoimento em 1889.

⁴³⁵ 39 anos em 114/06; 51, em 114/17; 56, em 114/28.

⁴³⁶ Respostas desse tipo podem ser encontradas em 114/27, no qual o réu Ezequiel José de Freitas afirmou ter 23 anos, mais ou menos, em 03 de junho de 1873, embora dias antes, em 20 de maio, ele afirmasse ter a mesma idade, sem relativizar; em 114/23, no qual a testemunha Francisco Antônio de Almeida Leite afirmou ter 50 anos, mais ou menos, em 15 de outubro de 1871; em 114/02, no qual João Victoriano de Melo afirmou ter 28 anos, mais ou menos, em 13 de novembro de 1861; em 115/15, no qual o réu, Joaquim Breves Craveiro, afirmou ter 42 anos, mais ou menos, em 09 de agosto de 1880, e 40 anos, mais ou menos, em 20 de dezembro do mesmo ano; entre muitos outros exemplos.

⁴³⁷ Essa expressão aparece várias vezes em 114/03.

⁴³⁸ 115/12.

⁴³⁹ 115/19.

⁴⁴⁰ 114/16.

Araújo e Marcelino Silvério do Nascimento, coincidentemente, tinham 30 anos⁴⁴¹. Maria Custódio, ao depor sobre a briga do filho com o padrasto, que resultou na morte do último, garantiu que o filho tinha 24 anos em 27 de outubro. O rapaz já tinha informado ter 20 anos em 27 de agosto, mas alterou a idade para 19 anos em 10 de outubro e manteve esse dado, 19 anos, em 22 de dezembro, tudo de 1876⁴⁴².

Um exemplo da falta de noção de anos de vida é o caso dos meninos da escola de Manoel Brás do Rosário. Segundo o próprio Manoel, em 18 de outubro de 1873, alguns alunos estavam atirando em pombas e devido a um acidente, o aluno Secundino acabou morto. A testemunha Justino Antônio de Almeida afirmou que não estava em casa quando se deu o fato, mas chegando lá, sua mulher – que ele não nomeia e nem aparece no processo – lhe disse que os meninos estavam brincando, quando Manoel Rodrigues, outro aluno da escola, entrou em casa e pegou em uma arma já velha, como que para ir brincar com o outro, e então disparando um tiro, acertou por baixo do queixo de Secundino Barbosa, causando-lhe a morte; não parecia a ele, nem a nenhuma outra testemunha, que os réus tivessem rixa e o tiro devia mesmo ter sido casual. Garantiu que ambos regulavam ter de 13 para 14 anos. José Jesuíno de Siqueira, outra testemunha, acreditava que o réu tivesse 15 anos mais ou menos e o conhecia desde que Manoel Rodrigues nascera, embora não soubesse precisar a data. O padre Fleury foi chamado a responder pela idade do garoto, mas nada pôde fazer, encontrando apenas o seu batismo em 11 de julho de 1860, mas sem data de nascimento. Manoel Rodrigues, sem provar sua menoridade, foi mandado a júri popular⁴⁴³.

Na dissertação *Camaradas: livres e pobres em Mato Grosso (1808-1850)*, Divino Sena analisou alguns mapas de população e encontrou no distrito de Serra Acima e na freguesia de Brotas homens livres e escravos, com mais de 90 anos. À luz dessas informações sobre o desconhecimento das pessoas a respeito da própria idade, talvez uma crítica mais profunda dessas fontes possa ser feita⁴⁴⁴. O que se salienta aqui é que a marcação diferente do tempo dificultava a análise das prescrições criminais e tornava quase impossível determinar quais jovens eram imputáveis, já que, segundo o §1º do art. 10 do Código Criminal do Império, os menores de 14 anos não poderiam ser classificados como criminosos. É altamente provável, embora a documentação não trate

⁴⁴¹ 114/06.

⁴⁴² 115/02.

⁴⁴³ 114/25.

⁴⁴⁴ SENA, Divino Marcos de. *Camaradas: livres e pobres em Mato Grosso (1808-1850)*. Dissertação de mestrado em história. Dourados-MS: UFGD, 2010, *passim*, mas principalmente p. 37, 38, 48, 49 e 52.

disso, que houvesse distinções sociais: “menino”, “homem feito”, “moça”, etc., mas a idade que era necessária para que a lei fosse cumprida, não era claramente marcada pelos moradores.

A respeito da noção do tempo, assim José Carlos Barreiro descreve o projeto do Estado imperial brasileiro:

A ação ideológica e os processos de disciplinarização da força de trabalho não se efetivavam apenas no interior do processo de trabalho. Simultaneamente, em nível social mais amplo, as instituições foram largamente mobilizadas para a produção de um saber que enraizasse as bases da hegemonia cultural burguesa no Brasil. Com isso pretendia-se a destruição *da representação interna do tempo*, de trabalho e de liberdade produzida pelos trabalhadores⁴⁴⁵.

É esta a mesma diretriz que João Carlos de Souza encontra em Corumbá: “Na fábrica, no comércio, na construção civil... o tempo é do patrão. O trabalhador não é nem senhor do mundo, nem de si, pelo menos não deveria ser, sob a ótica então em implantação”⁴⁴⁶. Aos poucos, outra relação com o tempo ia se formando e a cultura de saber com precisão a idade de uma pessoa ia se infiltrando na sociedade, como se nota pelo aumento das datas completas de nascimento no Livro de Batismo, mas não como estratégia vencedora. Não se tornou o costume dominante em Sant’Anna no Segundo Reinado.

Nomes

A identificação dos indivíduos em uma sociedade na qual não existiam documentos numerados nem fotografias ficava restrita a seu nome. O primeiro problema que pode ser apontado nesse mecanismo é a existência de homônimos; na verdade, essa é só a dificuldade mais contornável; mais grave era o fato de as pessoas não terem “apenas” um nome; a maior parte era conhecida de várias maneiras.

A denúncia do promotor Joaquim Pereira Dias, feita por tentativa de homicídio, foi contra José Antônio Preto, que é a maneira como se referiam a ele Carlos Ferreira de Castro, João José Mendes e José Gomes Pinheiro. Já, em sua ordem de prisão, consta seu nome como José Antônio Roiz; “Roiz” é uma forma reduzida de Rodrigues. Quando o réu respondeu a seu auto de qualificação⁴⁴⁷, o nome passou a ser José

⁴⁴⁵ BARREIRO, José Carlos. “Instituições, Trabalho e Luta de Classes no Brasil do Século XIX”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo: ANPUH/Marco Zero, 14, p. 136 (grifo meu).

⁴⁴⁶ SOUZA, João Carlos de. *Sertão Cosmopolita: tensões da modernidade de Corumbá (1872-1918)*. São Paulo: Alameda, 2008, p. 240.

⁴⁴⁷ Questionário mais minucioso feitos aos acusados de crime.

Antônio Bernardes⁴⁴⁸. O processo iniciado devido às súplicas de Maria Gertrudes, que solicitou a investigação a respeito da morte de seu irmão, ocorrida em uma resistência à prisão, referia-se a ele como Manoel da Costa, mesmo nome usado pelo promotor. Porém o testemunho de Antônio José Maia citou um certo José Batista da Costa, que, ao longo do seu depoimento, passou a ser referido como “José Batista ou Manoel da Costa”. A ordem de prisão apresentada como prova nos autos era contra José Batista da Costa. O libelo⁴⁴⁹ acusatório da promotoria, no fim do processo, trata apenas de Manoel da Costa; Manoel Marcelino de Oliveira, acusado do crime, em sua defesa, referiu-se à vítima como José Batista da Costa e, no dia do júri, passou a tratar a vítima como José Batista dos Santos⁴⁵⁰.

O acusado pelo assassinato de Jacinto Antônio Neves, na denúncia, foi nomeado como José Custódio de Souza, porém, quando perguntado seu nome na qualificação, disse se chamar José Manoel da Silva, nome no qual ele insistiu quando depôs novamente em menos de um mês no mesmo processo, mas as testemunhas continuaram a chamá-lo por Custódio, incluindo a mãe dele, Maria Custódio. Na certidão de que o réu recebeu o libelo, constou José Custódio da Silva; ao declarar a sua inocência, o juiz preferiu chamá-lo por José Custódio de Souza⁴⁵¹.

O oficial de Justiça Domingos Gonçalves de Almeida corrigiu o nome de uma testemunha de José Ramos Velho para Inácio Mariano do Prado; ao assinar seu depoimento, a própria escreveu uma mescla dos dois: Inácio Ramos do Prado⁴⁵². Joaquim Moleque foi inquirido duas vezes a respeito do desaparecimento do liberto Matias; na segunda vez, referiam-se a ele como Joaquim da Costa; possivelmente analfabeto, não assinou seu próprio nome⁴⁵³. Uma testemunha intimada como Antônio Fernandes Nunes, no depoimento, apareceu como Antônio Gonçalves Nunes⁴⁵⁴. O acusado do crime de espancamento numerado como 115/11 foi tratado pelo promotor por Joaquim Rosa, no decorrer do processo passou a ser identificado como José Rosa. Em outro caso, ao fazer a denúncia, o promotor Joaquim Pereira Dias não tinha certeza se o sobrenome do acusado José Felipe era Souza ou Medeiros. Ele teria matado o

⁴⁴⁸ 115/20.

⁴⁴⁹ O libelo é uma acusação produzida já nos atos finais do processo, no qual se indica as medidas de segurança aplicáveis ao caso, finalizando pelo pedido da pena para o agente. SANTOS, Washington dos. *Dicionário Jurídico Brasileiro*. Belo Horizonte: Del Rey, 2001, p. 150.

⁴⁵⁰ 117/15.

⁴⁵¹ 115/02.

⁴⁵² 116/04.

⁴⁵³ 116/05.

⁴⁵⁴ 114/02.

cunhado em casa de residência de Gabriel Ferreira de Melo; a testemunha Anicezio Martins Ferreira se mostrou relutante em nomear esse proprietário, preferiu dizer “Jacinto ou Gabriel”⁴⁵⁵.

Outra característica dos processos é que, no desconhecimento dos nomes, as autoridades apelavam para apelidos a fim de designar acusados ou testemunhas que pretendiam ouvir. Em 4 de outubro de 1888, o promotor pediu, para elucidar um caso de ameaça, que fosse ouvido José Butelo. Duas semanas depois, o promotor insistiu na necessidade de se ouvir a testemunha que, em 21 do mesmo mês, foi intimada e no dia seguinte, se apresentou como José Pereira dos Santos⁴⁵⁶. O mesmo promotor Pereira Dias, para elucidar a morte de Manoel de Matos, solicitou que fosse ouvida a testemunha João de tal, vulgo João Grande; quem apareceu para depor foi João Severino da Silva⁴⁵⁷. Também havia em Sant’Anna um soldado com este apelido (João Grande), cujo nome era José Zeferino Florence⁴⁵⁸. Uma das mortes acontecidas em 1878 foi a de José Martins Ferreira, mas o promotor fez questão de assinalar que era conhecido por José Gabriel⁴⁵⁹. Há uma denúncia contra Antônio Joaquim, “por antonomásia, Cangerana”; portanto, a palavra “Cangerana” não era exatamente o seu nome, mas em várias listas de convocação de jurados encontramos, esse termo entre os chamados⁴⁶⁰. A única vítima de roubo seguido de morte chamava-se, segundo o promotor, José Machado, vulgo Pato; a testemunha Inácio Lemos de Godói acreditava que o nome dela fosse José Machado Leite⁴⁶¹. No caso do duplo homicídio acontecido em 1883, havia quem chamasse o acusado de Suetônio Rodrigues da Costa (o promotor, por exemplo) e também quem o chamasse de Suetônio José Rodrigues (como Otônio Garcia Leal)⁴⁶².

Em uma pequena localidade, na qual o anonimato era impossível, sabia-se quem era quem, ainda que não houvesse consenso sobre o nome, pois um novo apelido poderia aparecer na vida adulta, ou talvez o chamassem com os sobrenomes dos seus pais - embora a própria pessoa usasse outros - ou qualquer situação semelhante. Na virada para o século XX, foi julgada Julia Garcia Leal, que, no meio do processo,

⁴⁵⁵ 115/14.

⁴⁵⁶ 117/14.

⁴⁵⁷ 116/03.

⁴⁵⁸ 116/10, citado no depoimento de Pedro Cosme.

⁴⁵⁹ 115/09.

⁴⁶⁰ Joaquim Antônio Gonçalves Cangerana, em 115/02, 115/11 e 155/14; Elias Antônio Gonçalves Cangerana, em 115/08; e ambos em 114/20. O fato de que não se tratava do nome, mas de uma antonomásia, está em 114/02.

⁴⁶¹ 116/09.

⁴⁶² 116/01.

passou a ser chamada de Julia Garcia de Freitas, porque esse, segundo ela, era seu nome, embora admitisse que antes assinava o outro⁴⁶³. O sobrenome dos pais não era necessariamente usado ou, muitas vezes o era, de forma invertida, como já observou Maria Isaura Pereira de Queiroz: “Foi comum até há bem pouco tempo mesmo os filhos legítimos de um mesmo pai apresentarem nomes de famílias diferentes, ou por preferirem adotar o sobrenome da mãe, ou por homenagem a um padrinho muito querido de quem também se adota o sobrenome. Essa circunstância tornou sempre árduos os estudos genealógicos entre nós”⁴⁶⁴.

Tal dificuldade em lidar com as flutuações do nome de uma pessoa e os sobrenomes discrepantes entre pais e filhos em Sant’Anna fica patente na obra de Hildebrando Campestrini. Um dos filhos de José Garcia Leal, tido como fundador da cidade, é chamado nos processos como Manoel Garcia da Silveira, mas, ao procurar por esse nome no índice onomástico da obra *Santana do Paranaíba*, manda-se consultar Manuel Leal Garcia, criando-se um padrão para os nomes, ou seja, a cópia do nome do pai, que não havia na época. Ao procurar as páginas do livro nas quais Manuel aparece, encontra-se uma referência a ele como herdeiro de José Garcia Leal nos seguintes termos: “Manuel da Silveira Leal (Manuel Garcia da Silveira ou Manuel Ricardo da Silveira)”⁴⁶⁵; ou seja, entre três possíveis nomes, Manuel Leal Garcia sequer é considerado.

Já as pessoas sem posses que chegavam à Sant’Anna eram conhecidas pelo nome que diziam ter. A imensidão do descampado era abrigo seguro para fugitivos.

Analfabetismo

A pergunta sobre se a pessoa sabe ler e escrever aparece raríssimas vezes nos processos. As indicações encontradas sobre alfabetização e analfabetismo vêm, em primeiro lugar, do fato de assinarem ou não no processo. Há 44 mulheres das quais

⁴⁶³ 120/14. Julia estava sendo julgada pelo assassinato de seu marido, Pedro Magdaleno de Campos, o que revela que usar o nome do marido não era um costume muito difundido. Além disso, embora tenha usado o termo “assinava”, ao que tudo indica era analfabeta.

⁴⁶⁴ QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. “O Coronelismo numa Interpretação Sociológica”. In: *O Mandonismo...* Op. cit., p. 180.

⁴⁶⁵ CAMPESTRINI, Hildebrando. *Santana do Paranaíba*. Op. cit. Sobre o índice onomástico, ver p. 238, coluna 1 (Manuel Garcia da Silveira) e 233, coluna 1 (Manuel Leal Garcia). Notar que as páginas que tratam de Manuel Leal Garcia na verdade se referem a várias pessoas com esse nome, desde um sobrinho de José Garcia Leal, filho de seu irmão Januário, que Campestrini não tem certeza se se chamava Manuel Garcia Leal ou Leal Garcia (p. 36); o filho de José Garcia Leal, que, como visto, na verdade não se chamava Manuel Garcia Leal, falecido em 1891 (p. 125); até um prefeito homônimo, eleito em 1951 e morto no ano seguinte (p. 205).

podemos saber se são ou não analfabetas porque precisaram assinar em algum momento. As testemunhas, por exemplo, tinham que assinar seus depoimentos. Se aparece a expressão “assinou a seu rogo” ou alguma outra semelhante, significa que a testemunha era analfabeta e que precisava que um terceiro assinasse por ela. Dessas 44 mulheres, 39 eram analfabetas. O quadro descrito por José Murilo de Carvalho para o Brasil colonial, no qual “só se via mulher aprender nas imagens de Sant’Ana mestra ensinando Nossa Senhora”⁴⁶⁶, persistiu no Império em Sant’Anna. Das 39 mulheres, 11 nasceram em Mato Grosso, 14 em Minas Gerais e sete em São Paulo. Das apenas cinco que conseguiam assinar o próprio nome, três são de Mato Grosso, uma de Minas Gerais e outra de São Paulo.

Entre os homens, o índice de analfabetismo caía muito. Entre os 653 sobre os quais há informação, apenas 142 são analfabetos; outros 511 ao menos conseguem assinar o próprio nome. Há dois casos de homens que aparecem nos processos mais de uma vez e, a princípio não assinaram, depois conseguiram firmar, dando a impressão de que foram alfabetizados já adultos: trata-se de José Jesuíno de Siqueira⁴⁶⁷ e José Ramos Velho⁴⁶⁸. Por outro lado, Manoel Rodrigues tinha pelo menos 13 anos e estava na escola, porém sua assinatura não consta no processo. Possivelmente, com essa idade, ainda era analfabeto⁴⁶⁹.

Também é necessário ressaltar que nessa estatística estão incluídos todos os homens – ou grande parte deles – que serviam à Justiça, ou como funcionários ou assinando a rogo por testemunhas analfabetas, mas, evidentemente, não abarca todos os livres pobre da comarca, de maneira que não representa uma avaliação fiel do analfabetismo em Sant’Anna. A se dar crédito às informações de Hildebrando Campestrini, 73% da população era analfabeta segundo o censo de 1872⁴⁷⁰, índice melhor que o da província, cujos analfabetos chegavam a 80%⁴⁷¹, e bom também se comparado ao país, que tinha apenas 16% de alfabetizados⁴⁷².

Segundo sua origem, assim estão distribuídos os homens analfabetos:

⁴⁶⁶ CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 23.

⁴⁶⁷ Em 114/25 não assinou seu depoimento, mas em 116/14, sim.

⁴⁶⁸ Analfabeto em 114/01; mas alfabetizado em 116/04.

⁴⁶⁹ 114/25.

⁴⁷⁰ CAMPESTRINI, Hildebrando. Op. cit., p. 48.

⁴⁷¹ GARCIA, Domingos Sávio da Cunha. *Mato Grosso (1850-1889): uma província na fronteira do Império*. Dissertação de mestrado em história econômica. Campinas-SP: Unicamp, 2001, p. 113.

⁴⁷² CARVALHO, José Murilo de. Op. cit., p. 23.

Ceará	1	Pernambuco	2
Goiás	5	Rio de Janeiro	3
Maranhão	2	Rio Grande do	2
Mato Grosso	39	São Paulo	26
Minas Gerais	45	África	3
Paraná	1	Paraguai	1

Há casos, como o réu do processo 115/11, Manoel João Alves, que, perguntado se sabia ler e escrever, respondeu que apenas assinava seu nome; aqui, está claro que o acusado não sabia ler e escrever, então foi considerado analfabeto; mas na maior parte das vezes, essa pergunta não é colocada e o único dado que temos é a existência ou não da assinatura; então, muitos semianalfabetos devem ter entrado no cômputo de alfabetizados.

O principal impasse para o levantamento de alfabetizados se deu entre os jurados. A cada convocação do júri, era fabricada uma lista com os nomes de 48 homens que deveriam comparecer à próxima sessão; para cada crime que fosse julgado, 12 eram sorteados com a finalidade de decidir a sorte do réu e constam as assinaturas apenas destes 12 homens. Mesmo a lei sendo clara quanto à necessidade de alfabetização dessas autoridades, não podemos tomá-la cegamente por guia já que ela poderia ser descumprida. Como a lista de jurados é muito extensa, constam nela nomes de pessoas que não aparecem nos processos a não ser nessas convocações, portanto os únicos dados que temos de muitos desses jurados são os nomes e a probabilidade de que eram alfabetizados.

A solução para o impasse dessa classificação está na sessão do júri de 26 de setembro de 1888, para a qual havia sido convocado Joaquim Ferreira de Moraes e assim o escrivão narrou o sorteio para os 12 homens que seriam juízes de fato: “o jurado Joaquim Ferreira de Moraes reclamou que não podia servir ou fazer parte do Conselho de Jurados por não saber ler nem escrever. O juiz de direito, aceitando a sua reclamação, convidou ao dito jurado para prestar juramento o que, sendo aceito, o juiz condenou a mim, escrivão, que lavrasse um termo de juramento para depois de autuado, ficar arquivado em cartório”⁴⁷³. O que se percebe na situação descrita é que uma pessoa analfabeta não poderia assinar como jurada caso fosse sorteada, de maneira que seria menos constrangedor alertar a sua condição previamente. Por isso, foram considerados

⁴⁷³ 116/17.

alfabetizados todos aqueles convocados para essa função, exceto, é claro, o próprio Joaquim Ferreira.

Não foi localizado nenhum escravo (independente do sexo) que conseguisse ao menos assinar. Esta é a distribuição por origem dos homens alfabetizados:

Bahia	2	Paraíba do Norte	1
Ceará	2	Pernambuco	2
Goiás	2	Rio de Janeiro	2
Mato Grosso	58	Rio Grande do	1
Minas Gerais	96	São Paulo	39
Pará	1	Portugal	1

Esse analfabetismo e o semianalfabetismo que predominavam na população local espalhava-se pelas estruturas judicantes. Nenhum caso tão extremo quanto a prisão de José Antônio Preto. Foi assinada, a seu rogo, a seguinte declaração: “Recebi uma via do mandado de prisão do snhr. juiz municipal deste termo em que declara o motivo da minha prisão e por não haver no lugar de minha prisão quem soubesse escrever deixei para ser passado nesta vila”. Nem o réu nem os demais praças que foram realizar sua prisão eram alfabetizados⁴⁷⁴. Não se pode afirmar com segurança, embora pareça possível, que o mesmo tenha ocorrido com o réu Manoel Pinto de Oliveira. Em seu depoimento durante a sessão do júri, declarou não ter certeza se a vítima José Machadinho, por cujo assassinato estava sendo julgado, estava mesmo morta. Então, “perguntado [ao réu] como é que ignorando que José Machadinho fosse assassinado, espontaneamente se recolhe à prisão? Respondeu que recolheu-se (sic) a prisão, porque mandaram-lhe chamar, dizendo que se recolhesse para a cadeia, sem que lhe declarasse o motivo ou fim para que, não tendo ele acusado de sua parte procurado saber para que fim o queriam na cadeia”. O réu era analfabeto; já se havia ordem de prisão escrita contra ele que seus guardas não conseguiram ler, não há informação no processo⁴⁷⁵.

Entre as autoridades da Justiça, percebem-se erros em palavras comuns no cotidiano do fórum, como a certificação do escrivão da delegacia, Pereira Dias, de que as *testemunhas* não haviam comparecido, usando ainda o termo *pascientes*...⁴⁷⁶. O delegado Antônio Soares da Gama indiciou Aurélio José Passos pelo “crime de *humicídio*”⁴⁷⁷. Exercendo o cargo de juiz municipal, Isaías Joaquim Guimarães usou o

⁴⁷⁴ 115/20.

⁴⁷⁵ 114/24.

⁴⁷⁶ 115/11.

⁴⁷⁷ 116/17.

termo *sentença*⁴⁷⁸. Outro juiz municipal, João Batista de Melo Coimbra, usou o termo *centencia*, no mesmo processo em que o júri, antes de dar seu parecer sobre o crime, anunciou que o corpo de jurados, “de entre si, por escrutínio secreto e por maioria *bisuluta* de votos, [elegeu] o seu *prisidente* e secretário”⁴⁷⁹. O delegado Carlos Ferreira de Castro mandou que se intimassem duas testemunhas para que depusessem “*amimha* a 8 horas do dia”⁴⁸⁰. O escrivão João José Leite da Silva usou a palavra *adevogado*⁴⁸¹. Antônio Branco de Oliveira, como juiz municipal, usou o termo *enformo* para avisar que, por ter exercido no mesmo processo o cargo de delegado, estava impedido de outras funções⁴⁸².

O escrivão da subdelegacia de polícia, Marcelo de Sales Fleury, que exerceu também cargos de jurado, juiz e secretário da Câmara, escreveu a palavra *vespra*, nos mesmos autos em que outro escrivão da subdelegacia, Frederico Floremundo Fleury, utilizou duas vezes o termo *ex-cravo* (queria de fato dizer ex-escravo)⁴⁸³. O escrivão do juízo municipal José Joaquim Ramos e Costa escreveu que, ao ser inquirido sobre um crime, Jerônimo Correia Neves se assustou tanto que “fez cair o *galfo* que levava a boca”⁴⁸⁴. O escrivão do juízo municipal José Machado da Silveira Diniz preferiu o termo *coando* a *quando*⁴⁸⁵. No mesmo cargo, Agostinho José Lopes transcreveu da fala de uma testemunha o termo *tucalha* por *tocaia*⁴⁸⁶. Para elucidar a morte de José Machadinho, o juiz Manoel Leal Garcia mandou que o escrivão passasse mandado para intimar as testemunhas indicadas no processo e “mais outra que *çaiba* do fato”⁴⁸⁷.

Dois inspetores de quartelão referiram-se a si mesmos como *espetor*⁴⁸⁸. Um deles, ao descrever um crime, usou a seguinte expressão: “logo que *chegaro*”⁴⁸⁹. Outro inspetor, Faustino Antônio Alves Dias, relatou a descoberta de um *cadavel* em uma moita⁴⁹⁰. O inspetor Francisco de Paula Garcia informou um assassinato e pediu providências das “*ou touridades de sântana*”⁴⁹¹. Ao dar parte de um crime, o inspetor

⁴⁷⁸ 115/15.

⁴⁷⁹ 115/08.

⁴⁸⁰ 117/17.

⁴⁸¹ 114/11.

⁴⁸² 115/08.

⁴⁸³ 117/20.

⁴⁸⁴ 116/01.

⁴⁸⁵ 116/07.

⁴⁸⁶ 116/14.

⁴⁸⁷ 114/24.

⁴⁸⁸ 115/14 e 115/18.

⁴⁸⁹ 115/18, no qual há várias referências a vítima José Maria Lobo como *Loubo*.

⁴⁹⁰ 115/19.

⁴⁹¹ 116/04.

Domingos José de Andrade usou as palavras *pulição*, *áxemos* e *espacio*⁴⁹². Nesses termos, o oficial de Justiça Antônio Felipe Rodrigues certificou a intimação que deveria cumprir: “Certifico e dou fé que em virtude do respeitável mandado fui nesta vila onde vive Manoel Pereira Dias o intimei por todo o conteúdo do despacho que ficou ciente e tem assim intimei também o réu Pedro João da Costa deixando de intimar *as outra testemunhas* por morar distante desta vila”⁴⁹³. Cumprindo um mandado semelhante, a certificação do oficial Cícero Dias de Carvalho Marinho saiu assim: “*sertifigo* que *entimei as tismunhas*”⁴⁹⁴. A ordem para relaxamento da prisão do réu Manoel Marcelino de Oliveira foi entregue pelo oficial de *justicia* José Francisco de Paiva, que garantiu tê-la entregado ao “*carcerei da cadeia pubrica*”, no mesmo processo em que encontramos os termos *meaçando* e *antão*⁴⁹⁵.

Outras palavras também aparecem grafadas de maneira incomum, frequentemente transcrevendo de forma literal a oralidade, como em uma carta do 1º suplente do juiz municipal, o cidadão Carlos Ferreira de Castro, relatando que José Antônio Preto fez *tucaya* para ele e induziu seus escravos a fuga, portanto era *perciso* requerer que se fizesse Justiça⁴⁹⁶. O escrivão Antônio Pedro de Menezes anotou a fala de uma testemunha que disse que o criminoso tentou invadir a casa onde estava sua vítima com o “pau que *feixa* a porta”⁴⁹⁷. O experimentado rábula Manoel Jorge da Silva, ao recorrer ao juiz de direito de uma sentença do juiz municipal, escreveu: “o erro *sedá*, e *delle* nasce o *afragelo daumanidade*”⁴⁹⁸. O mesmo Manoel, ao redigir, como escrivão, as declarações das testemunhas do furto de gado de Maria Jesuína usou as palavras *alembra*, *cria*, por queria, e *novia*, por novilha⁴⁹⁹. No depoimento de Joaquim Ferreira da Rosa, encontramos a seguinte frase: “Patrão eu *trouche* o sal que lhe devo para pagar”⁵⁰⁰. O carcereiro Lucas Antunes da Silva, ao responder por escrito à indagação se sabia da prisão sem motivo do órfão Manoel Rodrigues Leite do Amaral, replicou

⁴⁹² 114/08.

⁴⁹³ 115/16. Transcrito *ipsis litteris*.

⁴⁹⁴ 118/01.

⁴⁹⁵ 117/15.

⁴⁹⁶ 115/20. Mesmo termo usado pelo escrivão José Machado da Silveira Diniz, em 115/18: “disse que também ia porque *percisava* de ver cordas de viola em casa de Miguel Alves de Lima”.

⁴⁹⁷ 115/14.

⁴⁹⁸ 114/10.

⁴⁹⁹ 114/06.

⁵⁰⁰ 116/17.

“*sube*”⁵⁰¹. Em outro momento, ele cumpriu uma intimação “em *virtude* do mandado retro”⁵⁰².

Entre as outras vozes do processo, também é possível encontrar grafias que parecem revelar muito da oralidade da vila, como no bem escrito recurso de Maria Firmina, no qual se alegou que o crime foi ressuscitado “quase três anos *adispois*”⁵⁰³. No processo sobre o assassinato de Manoel da Costa, o acusado Manoel Marcelino de Oliveira, oficial alferes do exército, usa os termos “meaçando” e “antão”⁵⁰⁴. Pontualmente, aparecem nos processos referências a obras jurídicas, decisões de outros juízos e dos tribunais superiores, porém a grande maioria das autoridades demonstrava não ter intimidade nenhuma com os textos legais⁵⁰⁵.

Subsistência

Entre os trabalhadores do sul de Mato Grosso, estavam os *camaradas*, pessoas que viviam de tratos, acordos, “trabalhadores livres ou libertos que eram contratados para desenvolver uma determinada atividade. Os acordos de trabalho poderiam ser temporários ou não. E os trabalhadores assim definidos poderiam saber algum ofício específico, sendo contratados para tal, ou empregados para desenvolver atividades diversas”⁵⁰⁶.

⁵⁰¹ 115/04.

⁵⁰² 115/03.

⁵⁰³ 114/21.

⁵⁰⁴ 117/15.

⁵⁰⁵ Há citações em 114/07, no qual o procurador do réu Antônio de Pádua Pinto citou Moraes Carvalho, sem mencionar o nome da obra; Joaquim de Oliveira Simões, que se classificava como juiz leigo que se deixa levar de *boa fé, por pessoas que se diz (sic) entendida do foro*, em 114/16 (processo no qual era réu), citou Pimenta Bueno, *Anotações ao Código do Processo Criminal*, e P. Souza, sem mencionar a obra; em 115/16, Justiniano Augusto de Sales Fleury, defensor do réu, se referiu, sem nomear títulos, aos autores Araripe e Mafra; o mesmo homem, acusado em 116/05, fez referência nas razões do seu recurso a Melo Freire e sua obra *Direito Criminal*, e a Araripe, Pereira Souza, Pimenta Bueno, Mittermaier, sem nomear os trabalhos desses autores; o juiz Isaías Joaquim Guimarães citou os *Apontamentos sobre o Processo Criminal*, de Pimenta Bueno, em 115/19; mesma obra mencionada em 115/20, pelo juiz Antônio Branco de Oliveira; em 116/06, o promotor Joaquim Pereira Dias usou a *Consolidação Criminal*, de Araripe (mesma obra que ele usou quando réu, em 117/21), e o procurador do réu Antônio Pedro de Menezes, o *Repertório do Crime*, de Caratá; para fundamentar a sua decisão, o juiz Antônio Jesuíno Guimarães, em 116/10, recorreu às *Lições de Direito Criminal*, do dr. B. A. de Souza Pinto; em 116/12, o delegado Antônio Pedro de Menezes se referiu à *Consolidação das Leis Criminais*, de Araripe; mesmo autor que foi referido sem obra, em 116/16, pelo juiz João Rodrigues da Cunha Sobrinho; em 117/06, o acusado Macário Antônio dos Santos usou em sua defesa as *Primeiras Linhas sobre o Processo Civil*, de Teixeira de Freitas, e outra com o título ilegível de Pereira e Souza; como advogado, Macário, em 117/14, citou apenas o autor Borges Carneiro; em 117/08, o vereador Isaías da Silva Borges, ao responder uma acusação contra a Câmara, recorreu ao *Manual das Câmaras*, de L. M. Vidal. Em 114/20, três volumes da revista *Direito* foram citados pelo desembargador da Relação Gonçalves da Rocha.

⁵⁰⁶ SENA, Divino Marcos de. Op.cit., p. 67-68.

Havia entre patrão e camarada uma relação de dependência e de proteção, como pode ser verificado nas últimas palavras de Manoel Cardoso: “Morreu Manoel Cardoso? Recolhe-me pelo amor de Deus! Diga ao meu patrão que me acuda! Acuda-me que o Coelho me matou!”. Ou seja, para encontrar seus assassinos e vingar sua morte, o moribundo lembrou-se, em primeiro lugar, de seu patrão⁵⁰⁷. Enquanto brigavam Patrício Alves de Andrade e Manoel Gregório de Matos, chegaram o subdelegado Antônio Soares da Gama e o tenente José Machado da Silveira Diniz e efetuaram a prisão em flagrante, mas Diniz, com o intuito de pacificar ou defender seu camarada Manoel Gregório, puxou da bainha uma faca de ponta e disse que assassinaria Patrício. João da Silva Bittancourt testemunhou que Diniz disse o seguinte a Patrício: “se você matar o meu camarada eu também te mato”⁵⁰⁸.

Esclareça-se, ainda, que nem sempre o camarada tinha relações com a agropecuária. Raimundo Marino de Lima, de 39 anos, solteiro, oficial de alfaiate, morador em Cuiabá, alfabetizado, afirmou estar de passagem na vila como camarada de Hilário Joaquim da Silva⁵⁰⁹. Também essa relação de proteção não se dava de maneira exclusiva. Por exemplo, João Pedro da Silva foi acusado em um jornal da Corte de ter auxiliado na fuga do preso Manoel Tomé. O artigo estava assinado por José Vicente Ferreira Júlio, que negou tê-lo escrito. Como forma de se defender, João Pedro disse que estava fora da vila quando se deu a fuga e também que o fugitivo era muito mais protegido de Ferreira Júlio do que dele⁵¹⁰. Duas mulheres, Belarmina e Maria Machadinha, são qualificadas como caseiras de Jesuíno Joaquim Guimarães e de Joaquim Pereira Dias, como se eles dividissem os seus trabalhos⁵¹¹.

Também algumas roças eram compartilhadas, como se vê na descrição de uma emboscada que Manoel Ferreira de Matos teria armado contra Israel Pereira da Silva: Matos teria matado uma vaca de Israel e o chamado para vir arrancar o couro, já que suas roças eram unidas, mas com intenções de assassiná-lo⁵¹². Antônio Joaquim de Siqueira assegurou que os irmãos José Joaquim Batista e Vicente Batista Primo, acusados do assassinato de Francisco Rodrigues da Costa Barbudo, “de ciência certa que os denunciados (...) não são os autores desse assassinato” porque “estavam eles trabalhando com ele depoente em uma roça sua e dos mesmos denunciados, que é

⁵⁰⁷ 114/03.

⁵⁰⁸ 117/14.

⁵⁰⁹ 114/19.

⁵¹⁰ 117/13-B.

⁵¹¹ 116/11.

⁵¹² 116/03.

distante meia légua mais ou menos do lugar do delito e que sendo também na beira do rio Corrente ouviram estampido do tiro”⁵¹³. José Bueno de Oliveira acreditava que o assassino de Manoel João da Rosa era Ladislau de tal, por ter tido uma “questão” com o assassinado no dia anterior e “no dia seguinte dessa questão, por manhã cedo, vinha o falecido Manoel João a casa do dito Oliveira para tirar leite de umas vacas quando o mesmo Oliveira ouviu um tiro, e como causasse demora a chegada de Manoel João” foi averiguar e encontrou-o morto. Essas vacas, segundo a testemunha Joaquim Francisco de Paula, eram do próprio Manoel, que usava as terras de outra pessoa para criá-las; segundo ele, “é certo que Ladislau sabia que Manoel João possuía algumas vacas de leite e estas estavam apartadas no mangueiro de Antônio Pereira, e que Manoel João todos os dias vinha de sua casa a de Antônio Pereira lidar com as mesmas”. Para Joaquim, o motivo da briga é que Manoel deveria seguir viagem com Ladislau, de quem era devedor, Manoel quis pagar a dívida para isentar-se da viagem, mas Ladislau recusou, insistindo que ele viajasse, então brigaram⁵¹⁴.

As mulheres não estavam dispensadas do trabalho. No fim do ano de 1889, segundo o 1º suplente de delegado de polícia em Sant’Anna, estavam Carlos Ferreira da Melo e sua mulher ocupados em sua lavoura, quando chegou José Ferreira Garcia (vulgo Matildes) e tentou forçar Maria Angélica, mulher de Carlos. O marido pegou uma espingarda vazia para repelir o agressor, “foi quando José Matildes agarrou a Carlos e, afinal, foi sempre vencedor, assassinando a Carlos”. Assim, o promotor se referiu ao mesmo crime: “no dia 15 de dezembro de 1889, às 2 horas da tarde mais ou menos”, chegou José Ferreira Garcia, conhecido por José Matildes, “em casa de Carlos Ferreira de Melo atentando a forçar a Mulher do dito Carlos, dizendo que é a lei da República isto em presença do Marido, este, não tendo arma, travou com ele José Matildes”, e acabou assassinado⁵¹⁵.

O simples fato de a mulher trabalhar não evidencia a pobreza, já que esta é uma característica que perpassa as classes sociais, segundo Pereira de Queiroz:

O que se dava nas camadas superiores também ocorria nas inferiores, no sentido de que a mulher era colaboradora do homem. Cooperava com o marido nas derrubadas, no plantio, no trabalho da roça em geral; tomava conta dos animais; tinha a seu cargo providenciar a alimentação de todos, e educava os filhos. Não esquecer também que, tanto nas camadas superiores quanto nas inferiores, a direção de todas

⁵¹³ 116/04.

⁵¹⁴ 117/12.

⁵¹⁵ 117/16.

as comemorações familiares e atividades festivas estava a cargo das mulheres⁵¹⁶.

Mas a pobreza se revela no tipo de trabalho, diretamente ligado à subsistência ou não. Nas grandes propriedades, é mais raro o trabalho da mulher; já nas pequenas, a família proprietária está diretamente empenhada no trabalho⁵¹⁷.

A pobreza dos cidadãos de Sant'Anna fica patente também pelo pouco gado que havia. Não se nega a existência de grandes boiadas no sul de Mato Grosso. Na fazenda Piraputangas, propriedade do barão de Vila Maria, havia “uma grande quantidade de gado bovino, sendo trinta para corte, quarenta vacas mansas leiteiras e quarenta e sete reses de criar”. Doze mil reses foram declaradas nas Fazendas Palmeiras e São Francisco, também propriedades do barão⁵¹⁸. Mas os casos envolvendo gado que foram levados à Justiça referiam-se a pequenos proprietários pois nas questões envolvendo furto de animais, falava-se em reconhecimento dos mesmos.

A acusação contra Pedro João da Costa é um exemplo. Nele, a testemunha Antônio Davi da Mata alegou saber com certeza do furto que estava sendo apurado “e perguntado se conhecia as reses em questão? Respondeu que sim”⁵¹⁹. Fato semelhante se deu em 18 de dezembro de 1863. Maria Jesuína foi até à casa do delegado de polícia queixar-se do roubo de uma vaca sua, por Maria Cândida de Jesus; Maria Jesuína teria encontrado a vaca com seu ferro e divisa no curral da dita Cândida, ferrada com a marca desta. A acusada, em sua defesa, alegou que uma vaca havia desaparecido, há uns dois anos, depois apareceu ferrada com a marca de José Mindinho; chamou pessoas que melhor que ela conheciam a novilha e estas lhe asseguraram que era a mesma dela, por isso teria simplesmente retomado a sua vaca. A testemunha Francisco Antônio Mendes garantiu que a vaca era da queixosa “por ter dela conhecimento desde que nasceu, por ter ela em bezerra fechada em seu curral, e que depois disto a tem visto por muitas vezes”. Outra testemunha, Marcelino Silvério do Nascimento, diz que sabe ser a vaca em disputa da queixosa por “ter criado a dita novilha desde bezerrinha”⁵²⁰.

⁵¹⁶ QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. “O Coronelismo...”. Op. cit., p. 194.

⁵¹⁷ FRANCO, Maria Sylvia Carvalho. Op. cit., p. 214.

⁵¹⁸ CANSIAN, Elaine; BRAZIL, Maria do Carmo. “O Barão de Vila Maria: poder, história agrária e memória em Mato Grosso”. In: BORGES, Fernando Tadeu de Miranda; PERARO, Maria Adenir; COSTA, Viviane Gonçalves da Silva. (Orgs.). *Trajetórias de Vidas na História*. Cuiabá: EDUFMT, Carlini e Caniato Editorial, 2008, p. 101.

⁵¹⁹ 115/16.

⁵²⁰ 114/06.

Não importa aqui se as testemunhas mentiam ou não. Fato é que esse tipo de argumentação – conhecer a novilha – foi usado pelos dois lados da contenda. Na denúncia contra Israel Pereira da Silva, o promotor relata que ele entrou na roça de Manoel Ferreira de Matos e, por uma questão de gado, lhe acertou um tiro que o fez falecer. João Severino de Almeida garantiu que Matos só veio a falecer no dia seguinte, à meia-noite mais ou menos; também se recordou que o crime se deu em um domingo. Joaquim Manoel Rodrigues testemunhou que ouviu de Bertolino, filho de Israel, que Matos teria matado uma vaca de Israel e este, querendo cobrar-lhe, Matos “começou a insultá-lo, dizendo que pagaria com o que estava dentro da garrucha que estava em sua cinta”. Posteriormente, o promotor alegou que essa vaca teria danificado a roça de Israel e Matos não reparou os danos, por isso, Israel matou a vaca. Note-se que não se trata de uma cabeça de gado qualquer: foi uma vaca específica que fez o estrago e contra ela se voltou a fúria de Israel⁵²¹.

Várias pessoas se lembraram durante outro inquérito sobre furto de reses de que Jerônimo Manoel Batista tinha carneado uma vaca recentemente; não se lembrariam se isso fosse um fato corriqueiro⁵²². Taunay descreve assim o prazer de um viajante com a “garganta abrasada” ao encontrar uma das belas palmeiras da região.

Satisfeita a sede que lhe secara as fauces, e comidas umas colheres de farinha de mandioca ou de milho, adoçada com rapadura, estira-se a fio comprido sobre os arreios desdobrados e contempla descuidoso o firmamento azul, as nuvens que se espacejam nos ares, a folhagem lustrosa e os troncos brancos das pindaíbas, a copa dos ipês e as palmas dos buritis a cicizar a modo de harpas eólicas, músicas sem conta com o perpassar da brisa.

Em outro momento do romance, Pereira, pai da personagem título, ofereceu uma refeição a Cirino que era composta de arroz, feijão-cavalo e ervas, tendo como sobremesa melado e café adoçado com rapadura de açúcar. Embora o anfitrião se desculpasse pela “insuficiência e mal preparo da comida”, prometendo que ainda serviria a Cirino lombo de porco⁵²³, o fato é que a carne não era uma comida diária. Outra evidência de que faltava carne foi o caso do menor André, que possuía apenas quatro reses e deu origem a uma renhida disputa por sua tutela, resultando até mesmo no processo de responsabilidade pelo juiz que decidiu com quem o menor ficaria⁵²⁴.

⁵²¹ 116/03.

⁵²² 116/19.

⁵²³ TAUNAY, Alfredo d'Escagnole. *Inocência*, p. 12; 28.

⁵²⁴ A guarda do menor foi disputada em 17/14. O processo de responsabilidade instaurado contra Rodrigues da Cunha é o 117/18.

Segundo Marradi, há duas condições *sine qua non* para o aparecimento de um poder judiciário: “que uma sociedade seja orientada para uma explicação imanente e não transcendente dos fenômenos sociais, e que disponha de um *surplus* econômico suficiente para sustentar até esta função que não é diretamente produtiva, além das funções religiosas, governamentais e administrativas, educacionais, etc.”⁵²⁵. Não há dados suficientes nos processos para podermos aferir a primeira condição, mas da segunda, certamente Sant’Anna estava distante. A existência do poder judiciário estava umbilicalmente ligada à Corte.

Rusticidade

Uma Vila Rural

É impossível, pelos processos, mapear o tamanho da vila de Sant’Anna do Paranaíba porque o tamanho oficial descrito nos documentos inclui a área rural. Mas através de pequenos indícios, é viável afirmar que se tratava de uma área da qual qualquer homem podia, “a pé e em poucos minutos, vencer a distância entre a praça da catedral, rodeada pelos edifícios públicos e as casas das celebridades, e o campo”⁵²⁶. É o que aponta, por exemplo, a investigação do espancamento de Maria José Fernandes que foi, conforme seu próprio depoimento, obra do marido. Ele lhe dera uma bofetada que a fizera cair do cavalo, dando-lhe então com um chicote e depois a quisera matar com uma garrucha de dois canos, “tudo isso aconteceu por causa de arranjos de trens quando saíram”. Segundo o alferes Delfino Antônio Viegas, os soldados a viram sendo espancada “no beco da casa da Câmara”, o que revela pouca distância entre a roça e os órgãos públicos.

Suspeita confirmada pelo processo no qual a Câmara de Vereadores respondeu pela acusação de ter mandado demolir um lance de cerca de varões para franquear o trânsito público pela antiga rua entre as casas do tenente Olímpio da Silva e Oliveira e João Rodrigues da Cunha Sobrinho. A rua sequer tem nome e o trânsito nela foi impedido por uma cerca característica de fazenda. Esta rua levava a parte dos territórios doados em 1860 por José Garcia Leal e sua mulher, d. Umbelina Maria Leal, à pobreza da vila, nas seguintes condições:

⁵²⁵ MARRADI, Alberto. “Sistema Judiciário”. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*; Trad. Carmen C. Varriale et al.; coord; Trad. João Ferreira; rev. geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacaís. 11ª ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1998, p. 1158.

⁵²⁶ HOBBSAWM. Eric J. *A Era das Revoluções, 1789-1848*; Trad. Maria Teresa L. Teixeira e Marcos Penchel. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 27.

[nestas] terras poderão arrancar todos os pobres desta freguesia, criar, plantar, fazer serviços e benfeitorias com Direito somente de usufruto, isto é, de desfrutar, vender, permutar e alienar os mesmos serviços e benfeitorias sem nem um domínio direto e de propriedade, a qual me fica reservada, bem como o Direito de inspeção sobre os mesmos usufrutuários ou agregados, a fim de que se contenham cada um na parte que lhe for assinalada, ficando por minha morte, e de minha mulher, este mesmo Direito de inspeção devolvido ao respectivo pároco da Freguesia, e na falta deste às Justiças ordinárias⁵²⁷.

Ora, um espaço no qual se possa criar, plantar e fazer benfeitorias é, no mínimo, um pequeno sítio, portanto essa área devia ficar fora da cidade propriamente dita, o que reforça a hipótese de que a população migrante, ao chegar, não devia permanecer na vila, mas procurar terras.

Esse acesso à terra era comum no Império; os homens pobres eram destituídos da propriedade dos meios de produção, mas não da sua posse, como explica Carvalho Franco: “Historicamente, o estabelecimento de núcleos de povoação se fez na base de famílias independentes, de sitiantes, proprietários ou posseiros, mas todos com acesso à terra e em igualdade de posição social⁵²⁸”.

No caso do sumiço do liberto Matias, testemunhas ouviram tiros que teriam partido da casa de Justiniano Augusto de Sales Fleury. Uma das testemunhas, Antônio Pinto Guimarães, durante seu depoimento, foi inquirida diretamente pelo réu sobre a frequência de tiros em Sant’Anna e respondeu que “à noite alguns habitantes costumam fazer armadilhas, sendo essa a causa, às vezes, de tiros fora de horas, de dia dão-se também casos de tiros em casas e pássaros, porém que a vila é tão pequena que logo se sabe a causa de qualquer tiro que se ouça”⁵²⁹. José Ferreira Garcia foi acusado de portar armas ofensivas na vila de Sant’Anna; para justificar sua presença ali, alegou que foi para lá “de pé” para “ajudar a ajuntar e ajustar e conduzir um gado que tinha de receber da sinhazinha”⁵³⁰. De uma alegação como essa, podemos supor a grandeza dos quintais e que a própria vila era passagem de gado.

Aliás, a área urbana de Sant’Anna não era um bom lugar para se viver. O Sr. Pereira, pai de Inocência, atribuía a doença da filha a uma ida à vila: “Até agora [Inocência] era uma rapariga forçada, sadia e rosada como um jambo; nem sei até como lhe entrou a maleita no corpo. **Ninguém pode fiar-se na tal Vila de Sant'Ana; é uma**

⁵²⁷ 117/08.

⁵²⁸ FRANCO, Maria Sylvia Carvalho. Op. cit., p. 14, 33.

⁵²⁹ 116/05.

⁵³⁰ 115/12.

peste de febres. Eu bem a não queria levar até lá: mas ela pediu tanto que consenti!”⁵³¹. Mais adiante, o narrador do livro faz a seguinte descrição em um episódio em que Cirino, espécie de médico por competência, visitou a vila: “De vez em quando, naquela silenciosa rua em que tão bem se estampa o tipo melancólico de uma povoação acanhada e em decadência, aparece uma ou outra tropa carregada, que levanta nuvens de pó vermelho e atrai às janelas rostos macilentos de mulheres ou à porta crianças pálidas das febres do Rio Paranaíba e barrigudas de comerem terra”⁵³².

Nas suas viagens, em 2 de julho de 1867, Taunay pernoitou na casa de uma viúva “desconsolada e amofinada, cercada de filhos, que se iam casando dos 18 aos 20 anos, caquéticos e doentes”⁵³³. Quando as pessoas sabiam que estavam sendo requisitadas pela Justiça, ou tentavam resolver todas as pendências em uma única passagem pela vila ou as autoridades se esforçavam para ouvi-las enquanto estivessem ali. Joaquim José da Costa Voltinha, morador da Capela do Bom Jesus do Sucuriú, e Serafim Belcó Ribas, morador do Distrito dos Bahús, depuseram em 21 de dezembro de 1888 sobre a morte de Manoel da Costa⁵³⁴; no dia seguinte, Voltinha compareceu como testemunha no juízo municipal para falar sobre a tentativa de homicídio perpetrada por Pedro Jacinto e, dois dias depois, ele e Belcó foram depor na delegacia também sobre este mesmo crime⁵³⁵. Nesse mesmo documento, há três testemunhas que pediram para depor por estarem na vila, o que foi aceito pelo juiz. Há outros casos: Flávio Garcia de Souza testemunhou em dois processos no mesmo dia 19 de novembro de 1877⁵³⁶. João Paes Rodrigues e Adão Lopes da Silva, que moravam na Capela do Bom Jesus do Sucuriú, em 14 de novembro de 1888, foram depor sobre a morte de Manoel da Costa; no dia 13, haviam deposto sobre a morte de Augusto Ribeiro de Mendonça⁵³⁷.

Para comparação sobre a urbanidade de Sant’Anna, notem-se as inovações pelas quais passava a cidade de São Paulo entre as décadas de 1840 e 1860. Segundo Sérgio Adorno, o desenvolvimento da cafeicultura fez com que os presidentes de província executassem melhoramentos urbanos que incidiam em

planos de iluminação e pavimentação de ruas; introdução de um sistema penitenciário racionalmente orientado para recuperação dos sentenciados e que resultou a construção, em 1852, na Casa de

⁵³¹ TAUNAY, Alfredo d’Escagnole. *Inocência*, op. cit., p. 19.

⁵³² Idem, p. 102.

⁵³³ TAUNAY, Alfredo d’Escagnole. *Viagens...*, op. cit., p 55-56.

⁵³⁴ 117/15.

⁵³⁵ 116/14.

⁵³⁶ 115/07 e 115/08.

⁵³⁷ 117/10.

Correção (sic); medidas de conservação do Jardim Botânico; controle da qualidade do abastecimento de água e de gêneros alimentícios, mediante fiscalização do mercado e edificação de um novo matadouro, sujeito a posturas municipais mais rigorosas quanto ao abate de animais. No mesmo sentido, ocuparam-se os administradores da cidade em adotar uma política médico-sanitarista, planejada e unificada, a fim de evitar surtos epidêmicos que atingiam parcelas significativas da população, como foram o da varíola, cólera-morbo e febre amarela, registrados no curso da década de 1850. Essa política contribuiu para a imunização da capital e exerceu influência no rápido crescimento populacional. A par disso, havia acentuadas preocupações com a reforma do ensino⁵³⁸.

Sant'Anna não pode, tampouco, ser comparada à comarca do Rio das Mortes, estudada por Vellasco, que em 1859, já possuía mais de 20 mil habitantes e nela foram publicados 12 periódicos⁵³⁹. Mesmo a vizinha comarca de Corumbá parece ter se desenvolvido muito mais. Segundo João Carlos de Souza, “em 1877, Corumbá possuía dez ruas de 22 metros de largura, bem alinhadas, cortadas em ângulo reto e três praças públicas. Os lotes de terreno urbano variavam de 24,20 x 24, 20 metros para os de frente de 19,80 x 72,60 metros para os de fundo”, sendo que já em 1902 podia se reconhecer no porto uma área valorizada da cidade, traçando uma diferença entre bairros ricos e pobres. Além disso, a forte presença dos militares na administração da cidade imprimiu outras características de ordem em Corumbá⁵⁴⁰.

Sant'Anna está muito mais próxima de Franca, conforme descrição encontrada no estudo de Ricardo Ferreira: “Durante o século XIX, o espaço urbano de Franca misturou territórios diversos, não havendo fronteiras rígidas entre bairros ricos e bairros pobres, aliás, sequer era possível fazer essa distinção, dado o caráter rústico e precário das construções, incluindo aí a Câmara, igrejas e demais edificações”⁵⁴¹. E assim como as tropas de gado, vez ou outra, passavam por dentro da vila, a existência de animais nas ruas de chão devia ser muito comum. Em Corumbá, mais urbanizada, os problemas com animais na vida urbana eram noticiados nos jornais: “Havia alertas [na imprensa], por exemplo, de que em pleno perímetro central, um homem fora atropelado por porcos que circulavam pelas ruas. Outra reclamação constante eram quanto aos animais cavalgar e vacuum, que pastavam livremente pelas ruas. Os cães, segundo os periódicos, também

⁵³⁸ ADORNO, Sérgio. *Os Aprendizizes do Poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998, p. 178-179.

⁵³⁹ VELLASCO, Ivan de Andrade. *As Seduções da Ordem: violência, criminalidade e administração da Justiça: Minas Gerais - século XIX*. São Paulo: ANPOCS/EDUSC, 2004, p. 54.

⁵⁴⁰ SOUZA, João Carlos de. Op. cit., 73, 143 e 167.

⁵⁴¹ BENTIVOGLIO, J.C. *Igreja e Urbanização em Franca: século XIX*. Franca: UNESP-FHDSS, Amazonas Prod. Calçados, 1997, p. 133. Apud FERREIRA, Ricardo Alexandre. *Senhores de Poucos Escravos: cativo e criminalidade num ambiente rural, 1830-1888*. São Paulo: Unesp, 2005, p. 124.

representavam grande perigo sendo várias pessoas atacadas, não se podendo transitar por algumas ruas em função do risco”⁵⁴².

Além de matar pombas, não havia muitas outras diversões em Sant’Anna, onde prevalecia o marasmo. Até mesmo os mineiros que chegaram ali devem ter sentido a diferença, já que em Minas, segundo Vellasco, as atividades “envolvendo o teatro, a ópera, a música não se restringiam ao espaço dos centros urbanos mais desenvolvidos, mas espriavam-se pelas localidades à volta”⁵⁴³, atingindo até freguesias e distritos menores. A diversão em Sant’Anna parecia ser bem menos refinada: apenas o jogo de truco⁵⁴⁴ e um pouco de dedilhado na viola⁵⁴⁵.

Embora Carvalho Franco perceba na caça e na extração um “amálgama de trabalho e lazer característico da modalidade de ajustamento e adaptação” entre os livres pobres de Guaratinguetá⁵⁴⁶, o mesmo não foi encontrado nos processos compulsados em Sant’Anna. Além do mais, lendo os relatos de Joaquim Francisco Lopes sobre suas entradas pelo sertão, que abrangeram o sul de Mato Grosso entre 1829 e 1839, não se identifica nenhum divertimento na dura relação com a natureza, pelo contrário, as descrições são de uma vida tormentosa, acre, em que conseguir comida através da caça e da pesca era uma alegria digna de nota, mas muito afastada de qualquer ideal recreativo⁵⁴⁷. Também João Carlos de Souza aponta como diversões em Corumbá apenas as tavernas e os jogos de cartas⁵⁴⁸.

O memorialista Lenine Póvoas, no livro *História da Cultura Matogrossense* (sic), sequer cita Sant’Anna, mas assegura que a fineza cultural de Mato Grosso era notória, sendo observada por Monteiro Lobato, que teria escrito: “A elite de Cuiabá é muito fina. Cuida bastante da educação. Abundam homens de linda cultura, até filosófica”⁵⁴⁹. Póvoas não cita o texto do qual extraiu esse trecho; talvez seja uma observação referente apenas à elite de Cuiabá, pois Lobato também escreveu sobre Mato Grosso o conto *Bugio Moqueado*, no qual um grande senhor de gado mato-

⁵⁴² SOUZA, João Carlos de. Op. cit., p. 155.

⁵⁴³ VELLASCO, Ivan de Andrade. Op. cit., p. 60.

⁵⁴⁴ Um homem é alvejado enquanto jogava truco em 114/22.

⁵⁴⁵ A viola aparece como instrumento presente na casa de dois habitantes de Sant’Anna, em 115/18, 116/13 e 116/17. Durante a República, em 128/08, um homem encontrou sua mulher recebendo lições de viola de um homem e matou o professor.

⁵⁴⁶ FRANCO, Maria Sylvia de. Op. cit., p. 23.

⁵⁴⁷ A BANDEIRA DE Joaquim Francisco Lopes. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul*, n. 1, dez. 1998, p. 71-115.

⁵⁴⁸ SOUZA, João Carlos de. Op. cit., p. 243.

⁵⁴⁹ PÓVOAS, Lenine C. *História da Cultura Matogrossense*. São Paulo: Resenha Tributária, 1982, p. 15.

grossense mata o suposto amante de sua mulher e faz a pobre comer um pouco da carne dele, já meio apodrecida, todos os dias⁵⁵⁰.

Nessa pequena vila, que tentava ser, de fato, o centro administrativo de uma enorme comarca, as informações circulavam muito além do que os processos dão conta, tal como acontecia em Guaratinguetá. Carvalho Franco exemplifica essa divulgação de informações com um processo no qual a autoria de um assassinato sem testemunhas era sobejamente conhecida da população porque o assassino e sua mulher comunicaram a morte às outras pessoas da comunidade, o que a leva a concluir: “Nessa situação, em que as notícias sobre a violência cometida circulam livremente, fica evidente a sua completa incorporação às condutas socialmente sancionadas”⁵⁵¹.

Muitas vezes, percebe-se que as autoridades sabiam mais sobre o crime do que está nos autos e o andamento deles só era possível por causa disso. É assim que o delegado Isaías Joaquim Guimarães, ao receber a parte do inspetor de quartirão Manoel Paes Rodrigues sobre a morte de Antônio Martins de Melo⁵⁵², apontou várias testemunhas que estavam na vila e sabiam do fato, embora o inspetor não tenha nomeado ninguém. O escrivão Pereira Dias, no esmiuçado processo 115/11, não podendo cumprir uma ordem de intimação dada pelo delegado Isaías Guimarães, tomou a seguinte atitude: “Certifico que foram por mim intimadas as *testemunhas* (sic) do mandado supra digo do despacho supra, mas não compareceram no dia que lhes foi marcado, e estando presentes nesta vila Quintino Garcia Leal, vizinho do lugar do delito e José Ferreira do Nascimento, que pouco depois do acontecimento que deu causa ao presente inquérito, viajando esteve na casa dos *pascientes* (sic)”. Detalhes que não estavam nos autos...

O promotor Joaquim Lemos da Silva denunciou José Manoel Torquato por ter se escondido dentro do mato para atirar em Secundino José dos Santos, o que estava conforme às testemunhas do inquérito precedente, exceto pelo fato de que o acusado estaria tocaiado no mato; essa informação foi acrescentada na denúncia. O promotor Fleury, ao final do sumário crime que investigava Eleutério Paim Pamplona, requereu o seguinte: “expeça-se, em segredo, precatória às Justiças da Província de S. Paulo para a captura do criminoso que segundo consta tem sua moradia na comarca e Araraquara – margem do rio Tietê, talvez na Colônia o Avanhanda”. Não há nada no processo

⁵⁵⁰ LOBATO, Monteiro. “Bugio Moqueado”. In: *Negrinha*. São Paulo: Globo, 2009 [ed. orig. 1920], p. 44-50.

⁵⁵¹ FRANCO, Maria Sylvia Carvalho. Op. cit., p. 53.

⁵⁵² 115/03.

sobre a moradia do acusado⁵⁵³. O promotor público Pereira Dias desistiu de ouvir uma testemunha porque, segundo ele, “Francisco Antônio de Queiroz que ofereci em minha denúncia seja residente quatro léguas distantes do lugar do delito, por isso que nada possa saber se não por ouvir dizer, por isso pode-se dispensar-se seu depoimento”. Como no processo anterior, a moradia não constava nos autos. O mesmo promotor sabia também que o réu Faustino Antônio Alves Dias morava no *Ritirinho* e ofereceu Joaquim da Costa Alecrim, Antônio Pedro de Moraes, João Paulo de Victor e Joaquim Simão de Freitas, *que tem razões para saberem do fato criminoso e de seu autor*, como testemunhas. A segunda só foi intimada porque o escrivão conhecia o seu nome popular; ao depor, João Paulo disse chamar-se João Victor da Silva Retórico⁵⁵⁴.

Ainda foi Pereira Dias quem fez a denúncia contra Israel Pereira da Silva baseado em informações confessadamente particulares, já que no local não havia sequer um inspetor de quarteirão. Nesse mesmo caso, o promotor Antônio Pedro de Menezes apresentou um libelo recheado de dados que antes não apareceram. Afirmou que o acusado Israel já havia carregado a sua espingarda antes da vítima Manoel Ferreira de Matos chegar, o que não foi garantido por nenhuma testemunha. No art. 7º do libelo, escreveu contrário ao que havia nos autos: “Provará que Manoel Ferreira de Matos [a vítima] não podia ser homem barulhento ou desordeiro como se dizem (sic) que foi, porquanto quem vive empregado na lavoura, como ele vivia, por certo não lhe sobejava tempo para que andasse provocando desordens ou barulho”. As testemunhas descreveram o acusado como homem calmo e a vítima como *barulhenta*, inclusive teria tentado matar Israel e justamente por isso fora morta⁵⁵⁵. Foi também Antônio Pedro de Menezes que decidiu convocar Manoel Pereira de Jesus, Maria Cândida de Jesus e Vicente Alves Ferreira no caso da morte de Manoel Cardoso⁵⁵⁶ sem que seja indicado o porquê.

O mesmo promotor, no crime de homicídio de Maria Jordina – no qual todas as testemunhas insistiram que o tiro dado pelo acusado Paulino Gomes de Oliveira havia sido acidental –, atacou violentamente o acusado no libelo. No art. 2º, disse: “Provará mais, que o réu, conservava algum ódio da ofendida, por haver meses antes, entre o réu e a ofendida, altercação a cerca de uma cadela que pertencia a ofendida ter mordido nele (sic) réu”. Nenhum cachorro como nenhuma altercação entre vítima e réu foi

⁵⁵³ 115/05.

⁵⁵⁴ 115/19.

⁵⁵⁵ 116/03.

⁵⁵⁶ 114/03.

mencionado no processo. No 3º, ele insistiu: “Provará mais, que desde desse (sic) dia até ao da morte da ofendida, o réu sempre ameaçava matar a cadela que pertencia a ofendida.” No art. 4º do libelo, citou o *rancor oculto* que o réu sentia por Jordina e no 5º, afirmou que “o réu perguntou da dita cadela e como Jordina respondesse com alguma palavra que desagradou o réu, por isso desfechou-lhe o tiro que lhe fez cadáver”. Também nada há no processo que leve a esta conclusão. No art. 10, observou que “houve falta do devido respeito a idade da ofendida”, que podia ser mãe do réu; mas as idades não constam nos autos. Paulino fugiu, talvez, para Miranda e não respondeu pelo crime⁵⁵⁷.

Foi ainda Antônio Pedro de Menezes quem classificou Maria Cândida de Jesus de *messalina impudica* por ter sido responsável pelo espancamento do menor Belarmino. Segundo ele, Maria teria dito a Félix que Belarmino a perseguia e por isso Félix Gonçalves Braga surrou o menor com um cacete. Essa suposta perseguição não foi mencionada nos autos⁵⁵⁸. Também Antônio Pedro, no caso que investigava a morte de Manoel João da Rosa, além de oferecer testemunhas não citadas no inquérito, ainda corrigiu o nome do morto e de uma pessoa mencionada no inquérito. No mesmo processo, o escrivão Eliezer da Silva Latta acrescentou, por sua própria conta, o nome “de Paula” a uma testemunha⁵⁵⁹. Ao queixar-se do furto do seu gado, o queixoso Bento José Gomes indicou três testemunhas, às quais o promotor João Augusto da Costa Leite agregou mais três por sua iniciativa⁵⁶⁰. O escrivão Justiniano Augusto de Sales Fleury, ao anexar em um processo por injúria uma carta escrita por João Victoriano de Melo, ofendendo Francelino Rodrigues Ramos, reconheceu a letra do acusado na carta sem que lhe fosse pedido ou explicando como chegou a essa conclusão⁵⁶¹.

O juiz Júlio de Souza Ramos, em correição no processo contra Lucas Antunes da Silva, informou que o réu do processo já estava morto. Sabia disso por informações particulares⁵⁶². O juiz João Rodrigues da Cunha Sobrinho mandou intimar todas as testemunhas do inquérito sobre a morte de Patrício Alves de Andrade, mais João Butelo (única pedida pelo promotor), e ainda Luiz Custódio, João Nunes Vilela e João Inácio de Oliveira, que até então não tinham aparecido no processo. E José Butelo era apenas o nome pelo qual a testemunha era conhecida, inclusive pelas autoridades; a própria disse

⁵⁵⁷ 116/07.

⁵⁵⁸ 118/01.

⁵⁵⁹ 117/12.

⁵⁶⁰ 115/16.

⁵⁶¹ 114/12.

⁵⁶² 115/17.

chamar-se José Pereira dos Santos⁵⁶³. No caso do liberto Matias, foi perguntado a Matildes Rozenda da Silva: “qual o dia em que ela testemunha foi a casa de Norberto Paulo e achou-o doente, dizendo que havia trabalhado muito?”. Até então, nada havia sido citado sobre essa doença⁵⁶⁴.

Seria temerário apontar as causas nas quais a proximidade das autoridades com o crime pudessem interferir no andamento dos processos ou mesmo nas sentenças, sob o risco de julgar novamente os crimes. Melhor caminho é seguir o conselho de Carlo Ginzburg, para quem “o uso de fontes judiciais (...) não implica que os historiadores, disfarçado de juízes, devem tentar reatualizar os julgamentos do passado – um fim que seria inútil, se não fosse intrinsecamente impossível”, por isso “o objetivo específico deste tipo de pesquisa histórica deve ser (...) a reconstrução do relacionamento (sobre o qual nós sabemos tão pouco) entre as vidas individuais e os contextos em que desdobram”⁵⁶⁵. Apontam-se, portanto, apenas para revelar que juízes, promotores, escrivães e – certamente – os jurados conheciam testemunhas, vítimas e acusados; possivelmente, possuíam impressões, conceitos e julgamentos sobre aqueles que, em qualquer situação, eram levados ao poder judiciário; ouviam boatos a respeito dos crimes; tudo isso concorria para que a impessoalidade não fosse o principal norte das investigações e das punições⁵⁶⁶.

Mas, diferentemente das condições apontadas por Sodré para a Regência, quando “os processos de transmissão de ideias eram quase inexistentes entre as províncias, tendo os lugares uma vivência forçosamente autônoma”⁵⁶⁷, essa vila rural tinha algum contato com outros pensamentos, vindos através dos homens de fora que decidiam morar ali. Um desses homens foi o padre Fleury.

Entre 1837 e 1877, Sant’Anna do Paranahyba teve um único padre, o reverendo Francisco de Sales Souza Fleury, como se pode notar pelos registros no Livro de

⁵⁶³ 117/14.

⁵⁶⁴ 116/05.

⁵⁶⁵ Para as diferenças do trabalho do juiz em relação ao historiador, ver GINZBURG, Carlo. “Checking the Evidence: the judge and the historian”. *Critical Inquiry*, vol. 18, n. 1, (Autumn, 1991), p. 90. Os trechos originais são: “The use of court records, therefore, does not imply that historians, disguised as judges, should try to reenact the trials of the past – an aim that would be pointless, if it were not intrinsically impossible”; “The specific aim of this kind of historical research should be, I think, the reconstruction of the relationship (about which we know so little) between individual lives and the contexts in which they unfold”.

⁵⁶⁶ Para uma visão dos julgamentos por júri em cidades de grande porte, no qual o anonimato poderia garantir a impessoalidade, ver o conto *Suje-se Gordo*, de Machado de Assis, facilmente encontrável no site Domínio Público, pelo link: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000249.pdf>.

⁵⁶⁷ SODRÉ, Nelson Werneck. *Panorama do Segundo Império*. 2ª ed. Rio de Janeiro: GRAPHIA, 2004, p. 22.

Batismo.No período de 40 anos em que ele serviu em Sant'Anna, episodicamente, aparecem outros párocos realizando batizados, porém a atuação destes restringe-se a intervalos muito curtos. Fleury realizou 2827 dos 3196 batismos consultados, ou 88,45%. O pároco do período anterior, 1835-1836, chamava-se José Martins do Rego. Segundo Hildebrando Campestrini, a paróquia de Sant'Anna foi criada em 1838 e Fleury foi então nomeado seu primeiro vigário.

Extremamente ativo, seu nome é recorrente nos documentos, como testemunha de testamentos e principalmente, de cartas de alforria de escravos. Era um abolicionista convicto e militante, mesmo filiado ao Partido Conservador⁵⁶⁸, aliás, foram eles, os conservadores, que conseguiram fazer passar pelo Conselho de Ministros as reformas liberais, como ressalta Beatriz Leite:

As leis abolicionistas foram promulgadas pelos conservadores, com a oposição dos “luzias” [liberais]. Com várias outras reformas liberais ocorreu o mesmo. O gabinete sete de março de 1871 – gabinete Rio Branco – conseguiu promulgar quatro medidas reivindicadas pelos adversários: Lei do Ventre Livre; anulação da força coativa da guarda nacional (1873); abolição do sistema de recrutamento e a reforma judiciária⁵⁶⁹.

Em 1874, o padre foi chamado a testemunhar sobre suas atividades como agente público, já que naquele momento, Igreja e Estado estavam ligados, em um processo em que se reclamava a posse de uma escrava⁵⁷⁰. Três anos antes, entrara em vigor a Lei do Ventre Livre, que afirmava, em seu artigo 8º que “o governo mandará proceder à matrícula especial de todos os escravos existentes no Império, com declaração de nome, sexo, estado, aptidão para o trabalho e filiação de cada um, se for conhecida”; e avisava no parágrafo segundo: “os escravos que, por culpa ou omissão dos interessados, não forem dados a matrícula, até um ano depois do encerramento desta, serão por este fato considerados libertos”⁵⁷¹.

Fleury foi consultado a respeito de por que não afixou a lei na porta da Igreja e nem apregoou no sermão que os donos de escravos deveriam rematriculá-los, como era sua função. A resposta foi simplesmente de que não havia nenhuma ordem nesse sentido. O resultado foi que o autor do processo, que alegava não ter feito o cadastro de

⁵⁶⁸ CAMPESTRINI, Hildebrando. Op. cit., p. 38 e 68.

⁵⁶⁹ LEITE, Beatriz Westin de Cerqueira. *O Senado nos Anos Finais do Império (1870-1889)*. Brasília: Senado Federal, 1978. (Coleção Bernardo Pereira de Vasconcellos, vol. 2), p. 120.

⁵⁷⁰ Trata-se do processo 07/18.

⁵⁷¹ A Lei do Ventre Livre é a 2040, 28 de setembro de 1871. Consultada pelo site do Senado Federal: <http://www.senado.gov.br/legislacao/>. Acessado em 28/09/2011.

seus escravos por ignorância da lei, perdeu qualquer direito sobre sua escrava Rita e o filho dela⁵⁷². A perda de um escravo representava muito para o patrimônio na época. Nas fazendas da região, as de 20 escravos eram raras; em geral, as famílias possuíam poucos cativos. Elaine Cancian e Maria do Carmo Brazil, ao biografarem o barão de Vila Maria, encontraram 36 escravos de sua propriedade: 19 cativos rurais (sendo 5 mulheres) e 17 cativas urbanas⁵⁷³. Isabel Camargo arrolou bens deixados em inventários⁵⁷⁴ pela população de Sant'Anna. Tomemos como exemplo Antonio Castro de Paiva, cujos bens foram avaliados em 1849: legou uma fazenda na barra do rio Pardo, no valor de 30\$000 (leia-se trinta mil) réis, a fazenda Fortuna, entre o rio Verde e o rio Pardo, no valor de 100\$000 réis, uma fazenda em Piracicaba, em São Paulo, no valor de 200\$000 réis, seu gado somava 120\$000 réis, um cavalo seu, 25\$000 réis, e dois cativos juntos valiam 1:100\$000 (leia-se um conto e cem mil réis; o conto era o equivalente a um milhão de réis)⁵⁷⁵.

No processo de prestação de contas da Igreja Matriz⁵⁷⁶, aparece o reverendo pagando pelos serviços de lavagem da Igreja a escravos, permitindo assim que amealhassem os recursos para comprar a própria liberdade. São poucas as cartas de alforria passadas em cartório em que não figure o reverendo como testemunha⁵⁷⁷; muitas vezes, é ele quem leva a carta da fazenda do proprietário para dar-lhe a forma legal. Sem dúvida, o padre Fleury era o irradiador de uma nova ideologia.

Era inclusive, amasiado publicamente com uma escrava sua, tendo com ela pelo menos seis filhos⁵⁷⁸. Seus gestos devem ter influenciado em alguns aspectos da vida em Sant'Anna.

Os pais [de Sant'Anna] assumem publicamente seus filhos embora não se perceba a legitimação do casamento. Muito provavelmente estas atitudes tenham sido em função de exemplos, como do reverendo Francisco de Sales Souza Fleury que não só liberta sua escrava e os quatorze filhos da mesma, dando-lhe uma herança em

⁵⁷² A função do padre também era a de confirmar a miserabilidade das pessoas para que pudessem ser assistidas pela justiça pública durante os processos; neste sentido ver 114/20.

⁵⁷³ CANCIAN, Elaine; BRAZIL, Maria do Carmo. "O Barão de Vila Maria". Op. cit., p. 104 e 108.

⁵⁷⁴ Descrição das posses legadas por alguém para reparti-las entre os seus herdeiros.

⁵⁷⁵ CAMARGO, Isabel Camilo de. Op. cit., p. 125. Nas páginas seguintes há outras descrições de inventários nos quais não aparece nenhum com número expressivo de escravos. As tabelas sobre escravos encontram-se principalmente a partir da p. 141. Notar que as idades e os preços não foram criticados, apenas transcritos da fontes.

⁵⁷⁶ 16/23.

⁵⁷⁷ Ver as cartas transcritas em *COMO SE DE VENTRE Livre Nascido Fosse. Cartas de liberdade, revogações, hipotecas e escrituras de compra e venda de escravos (1838-1888)*. Campo Grande: Ministério da Cultura; Fundação Cultural Palmares, 1994.

⁵⁷⁸ CAMPESTRINI, Hildebrando. *Santana do Paranaíba: de 1700 a 2002*. 2ª edição. Campo Grande: Instituto Histórico de Mato Grosso do Sul, 2002, p. 37.

propriedades e dinheiro, na impossibilidade de se *casar com a mãe dos seus filhos* em função da proibição do clero, do seu voto de “castidade”. Este gesto “caridoso” parece ter incentivado muitos a assumirem e dotarem seus filhos contraídos em “momento de debilidade moral e fraqueza carnal”⁵⁷⁹.

Esse fato parece se confirmar no testamento de Manoel José Passos⁵⁸⁰, português que vivia na colônia militar de Itapura⁵⁸¹. Antes de morrer, ditou sua última vontade: como seus outros três filhos, que moravam em Portugal, já receberam um grande quinhão com a herança da mãe, sua finada mulher, decidia nomear como herdeiro universal o filho de uma escrava, também já falecida. Ao fim do processo, encontramos o nome do menor que ficou com o patrimônio: Anacleto José Passos. Para se entender o porquê dessa influência, há que se compreender que a autoridade de um padre não diminui devido a alguns “deslizes morais”, como explica Delumeau ao tratar da Reforma protestante: “Se os padres, apesar de ter esposa e filhos, tivessem celebrado a missa com devoção, tivessem sido confessores capazes, não há dúvida de que a Reforma Protestante dificilmente teria ocorrido”⁵⁸². Certamente, Fleury jamais deixou de gozar de prestígio entre a população e também nunca deixou de cumprir suas obrigações como padre, conforme atesta Taunay, em suas *Memórias*, quando, de volta para o Rio de Janeiro, foi chamado para a missa: “Na madrugada seguinte, já estava ele [Melo Taques] de pé a nos acordar para a missa das cinco horas, que o vigário Fleury celebrava em ação de graças pela salvação da coluna expedicionária. (...) Vestindo-nos às pressas, fomos pelas ruas da pobre vila coberta então de espesso frio e nevoeiro, até a

⁵⁷⁹ GRECO, Maria Madalena Dib Mereb. Op. cit., p. 32. (Grifo do original).

⁵⁸⁰ 10/16.

⁵⁸¹ Esta colônia atualmente localiza-se no estado de São Paulo, divisa com Mato Grosso do Sul, mas, naquele tempo, as linhas limítrofes entre as províncias não eram tão claras. Aliás, ainda não são. A questão dos limites entre o Mato Grosso e Goiás, por exemplo, remonta a origem destas capitanias, tendo sido alvo de discussão na Câmara dos Deputados ainda em 1869. Embora vários acordos tenham sido tentados ao longo do século XX, incluindo um tratado de 1984, quando a questão já envolvia uma terceira parte, o recém-criado estado de Mato Grosso do Sul, os limites pareciam ter sido definitivamente demarcados pela Ação Cível Originária 307/MT, julgada pelo Supremo Tribunal Federal em 21 de novembro de 2001, mas recentemente o município goiano de Chapadão do Céu se manifestou a favor de passar a pertencer a Mato Grosso do Sul e o deputado Leandro Vilela (PMDB-GO) voltou a reacender a questão na Câmara dos Deputados. Para o último ponto, ver o discurso deste Deputado proferido em 05.07.2008, em <<http://www2.camara.gov.br/deputados/discursos.html>>. Ver também o Projeto de Lei Complementar (PLP) n. 31, de 2007, em <<http://www2.camara.gov.br/proposicoes>>, que propõe uma nova divisa para MS e GO. Site da Câmara dos Deputados consultado em 09/07/2008.

⁵⁸² DELUMEAU, Jean. *El Catolicismo de Lutero a Voltaire*. Barcelona: Editorial Labor, 1973. (Nueva Clio), p. 192, traduzido por mim. O trecho original é: “Si los sacerdotes, a pesar de tener esposa e hijos, hubieran celebrado la misa con devoción, hubieran sido confesores eficientes, no hay duda de que la Reforma protestante dificilmente se hubiera producido”.

matriz, onde já estavam umas mulheres velhas com a capa mineira tão característica nas povoações do interior”⁵⁸³.

Analisando as eleições em Mato Grosso em meados do século XIX, Ernesto Sena defende que os padres não detinham supremacia política em suas paróquias e argumenta que “mesmo em relação à vida privada, os párocos não dispunham de tanto controle. O concubinato, por exemplo, tão condenado pelos padres, era fartamente praticado na capital mato-grossense, tanto por pessoas das elites política e econômica, quanto pela população pobre”⁵⁸⁴. Parece não ser esse o caso em tela. Cumpridas suas funções espirituais e estando Fleury sempre presente na vida da localidade, seus desvios de conduta não eram prejudiciais à religiosidade da população nem a sua autoridade perante ela.

O que, é claro, não quer dizer que existia em Sant’Anna um Catolicismo puro. Em 19 de agosto de 1896, Antônio Pinto Guimarães foi arrastado para fora de sua casa e assassinado a facadas por três homens⁵⁸⁵. Um deles, Venceslau Lopes da Silva, ao ser interrogado ainda na mesma semana do crime, confessou que “praticaram o crime por iniciativa de Francisco Félix e Augusto Manoel Rodrigues [os outros dois acusados] devido a muito medo que estes tinham da vítima, por considerá-lo feiticeiro”. Não parece ser apenas uma invenção, já que Emerenciana Maria de Jesus, mulher da vítima, ao ser inquirida sobre o possível motivo do crime, respondeu que “não havia motivo algum, e só apenas ciência de que seu marido era feiticeiro, por isso tinham medo dele e deliberaram matá-lo”. Anos depois, em 13 de fevereiro de 1899, o juiz aceitou a denúncia contra os três acusados, repisando que o réu Augusto Manoel Rodrigues, a esta altura entendido como o mentor do assassinato, pretendia “quebrar-lhe [da vítima] o encanto de feiticeiro”.

Não sabemos a idade de Antônio Pinto Guimarães, conhecido por Catoto⁵⁸⁶, mas o promotor afirmou que já estava *no último quartel de vida*; sua mulher informou que ela própria tinha 60 anos quando ocorreu o assassinato. No momento do crime, teriam quebrado ovos na cabeça de Catoto e surraram-lhe com fumo, intentando com isso

⁵⁸³ TAUNAY, Visconde de. *Memórias*. São Paulo: Melhoramentos, [1948?], p. 277.

⁵⁸⁴ SENA. Ernesto Cerveira de. *Entre Anarquizadores e Pessoas de Costumes – a dinâmica política e o ideário civilizatório em Mato Grosso (1834-1870)*. Tese de doutorado em história. Brasília: UnB, 2006, p. 179. Ele está se apoiando em PERARO, Maria Adenir. *Bastardos do Império: família e sociedade em Mato Grosso no século XIX*. São Paulo: Contexto, 2001, p. 124 e ss.

⁵⁸⁵ 119/14.

⁵⁸⁶ Não há garantias de que se trate do mesmo Antônio Pinto Guimarães, que depôs duas vezes em 116/05: na primeira, em 15 de fevereiro de 1884, disse ser do Rio de Janeiro e ter 70 anos; já em 02 de junho de 1884, disse ser angolano e ter 80 anos.

facilitar o assassinato já que este “ritual” neutralizaria seus poderes. A afirmação ao revés, de que um fato como esse revela uma população não católica é falsa. A persistência de ritos não cristãos faz parte da própria dinâmica de Igreja: nunca se visou a, com um golpe certo, jogar por terra a cultura pagã, pelo contrário, não foram destruídos os templos de outros deuses quando encontrados, mas transformados em casas do Senhor⁵⁸⁷, assim como diversas práticas mágicas de vários povos foram toleradas, sendo realizadas muitas vezes por membros da Igreja⁵⁸⁸. Portanto, mesmo com todos os percalços, a influência do padre não pode ser minimizada.

Moradias e Outros Prédios

Pelas poucas evidências encontradas, é difícil dizer como moravam as pessoas em Sant’Anna, tanto na vila como fora dela. Ainda assim, é justo pensar que Sodré estava correto nessa descrição:

Um dos reflexos mais sensíveis entre a terra e os agrupamentos humanos, nessa troca de influências, reflete-se necessariamente na casa. No Oeste pastoril, ela padeceu sensivelmente a preponderância do solo. Foi pobre. É paupérrima. Construída de madeira e barro. Madeira, tão somente para sua estrutura mestra, para suportar as paredes e a proteção. Barro, para vedar essas paredes, o barro úmido, pegajoso, vermelho, dos chapadões, ou preto, plástico, semelhante ao “massapé”, das zonas baixas, da planície aluvional. A cobertura não podia deixar de ser humílima, de palha, retirada às pastagens⁵⁸⁹.

Há duas referências sobre como eram as habitações em Sant’Anna. Em uma delas, a testemunha Manoel Francisco descreveu a casa do acusado do crime: “Perguntado [pelo promotor] se a casa do acusado Aurélio José Passos tem uma ou mais porta de saída e se há algum compartimento interior? Respondeu que a casa de Aurélio José Passos além das paredes de pau a pique que contém lateralmente não existe outra e nem compartimento interior algum; e quanto às portas de saída também contém uma só na casa”⁵⁹⁰. Aurélio pertencia ao seletto grupo de homens alfabetizados, tendo, inclusive, atuado como jurado⁵⁹¹.

⁵⁸⁷ Ver “Carta de Gregório Magno al abade Melitón”. In: GREGORII I PAPAE. *Registrum Epistolatum*, XI, 56. Ed. EWALD, P. & HARTMANN, L. M., II, Berlín, 1899, p. 331.

⁵⁸⁸ Ver DELUMEAU, Jean. Op. cit., p. 203-207; CARO BAROJA, J. *Vidas Mágicas e Inquisición*. Madrid, 1967, p. 193-197; e principalmente, THOMAS, Keith. “The Magic of the Medieval Church”. In. *Religion and the Decline of Magic*. New York: Charles Scribner’s Sons, 1971, p. 25-50.

⁵⁸⁹ SODRÉ, Nelson Werneck. Op. cit., p. 125.

⁵⁹⁰ 116/17.

⁵⁹¹ 114/20.

A outra referência vem do ex-escravo de Agostinho Paulino da Costa, na descrição do assassinato do seu senhor. Agostinho estava na senzala quando ouviu pancadas e gritos e correu em direção à casa do senhor, de onde vinham os barulhos, mas chegando à porta do quarto, encontrou-a fechada por dentro e aí viu, através de buracos que existiam na parede, sua senhora [a mulher da vítima] segurando uma luz e Herculano [genro da vítima] derrubando o cacete em seu sogro até vê-lo sem vida. Com medo, tratou de refugiar-se com uma parceira sua, tendo tempo de avistar antes de seguir para vila, o momento em que arrastaram o corpo e lançaram-no sobre uma vala perto da casa, onde a autoridade, peritos e testemunhas encontraram o cadáver e fizeram o auto de corpo de delito⁵⁹².

É possível encontrar residências pobres em outros lugares do país, mas, em geral, referindo-se a classes menos favorecidas. Segundo Miriam Dolhnikoff, um motivo pelo qual famílias imigrantes da Europa, pobres, trazendo seus velhos, suas crianças e seus doentes, não podiam se sentir contentes no Brasil era porque “para os pobres não há leite, manteiga, vinho, cerveja, **casas com muitos cômodos**, médicos e outras muitas coisas de que eles devem se desacostumar”⁵⁹³. No interior da província de São Paulo, a situação deveria ser mais próxima à de Sant’Anna: “Uma certa Maria Forra (ou liberta Maria) morava em uma ‘casinha de capim’”, era lavadora e um escravo foi ferido dentro de sua casa; o escravo entrou, pediu as suas roupas que estavam com Maria para lavar, “quando de repente apagaram a luz que estava para dentro em um quarto”. Foi quando ele foi ofendido com uma foice em um braço”⁵⁹⁴. A escrava morava em uma casa de capim, porém com mais de um cômodo. Referindo-se ao norte de São Paulo, Carvalho Franco descreve uma luta travada na casa de uma família pobre, “junto à porta da cozinha”⁵⁹⁵.

Além da pobreza, há outro aspecto das moradias, tratado por Sodré, que merece alguns esclarecimentos: o nomadismo. Segundo ele, “os agregados às fazendas viviam de um lado para outro dos horizontes, ora nos chapadões a leste da serra de Amambaí, ora na planície paralela ao Paraguai, ora na região serrana, ora rumo ao norte,

⁵⁹² 114/28.

⁵⁹³ DOLHNIKOFF, Miriam. *O Pacto Imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX*. São Paulo: Globo, 2005, p. 188, citando Relatórios das Câmaras Municipais à Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo, 1846-1850 (grifo meu).

⁵⁹⁴ CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO Criminal de Franca, Processo n. 550, cx. 19, folha 03, 1861, AHMUF [Arquivo Histórico Municipal de Franca “Capitão Hipólito Antonio Pinheiro”]. Apud. FERREIRA, Ricardo Alexandre. Op. cit., p. 88.

⁵⁹⁵ FRANCO. Maria Sylvia Carvalho. Op. cit., p. 111.

conduzindo gado, reunindo gado, vendendo ou marcando gado, sem pouso certo, sem casa fixa, sem residência habitual”⁵⁹⁶.

Quando a ré Firmina Maria da Silva foi perguntada sobre o lugar de sua residência, respondeu que ”a maior parte do tempo na fazenda do Bebedouro”⁵⁹⁷. Em outro documento, a mobilidade de Antônio Pereira dos Santos enganou o promotor, que julgou que ele morasse na vila, mas, em seu depoimento, garantiu residir em sua fazenda⁵⁹⁸. Parte da compreensão desse tipo de vivência está no processo em que Félix Gonçalves Braga espancou o menor Belarmino José Diniz. Belarmino estava morando naquele momento em companhia da família de Gabriel (ou Geraldo) Alves Ferreira, porque ele era o seu “patrão de jornada”⁵⁹⁹. Por outro lado, o espancador vivia sempre com a mesma família e essas respostas, nas quais não há referência clara a um local fixo de habitação, são bastante raras.

Esses dois tipos de vivência deviam coexistir em Sant’Anna, embora pudesse haver uma maioria de sedentários, pois a profissão mais comum entre os homens era a de lavrador, o que dificulta crer que essas pessoas passassem muito tempo longe de suas roças. Para chegarmos a essa conclusão, tateamos entre as informações embaralhadas contidas nos documentos. As declarações dadas à Justiça eram muitas vezes desconstruídas; por exemplo, João Inácio de Oliveira depôs como testemunha em vários processos e respondeu de maneira diversificada sobre sua profissão: jornaleiro, negociante, empregado público⁶⁰⁰. Em diferentes processos, José Joaquim Ramos e Costa⁶⁰¹, Antônio Cursino dos Santos⁶⁰² e Cândido Francisco de Souza⁶⁰³ afirmaram ser empregados públicos e oficiais de sapateiro. Abraão Barbosa de Souza foi acusado do assassinato de Manoel João da Silva⁶⁰⁴ e respondeu, na qualificação, que era fazendeiro; no interrogatório, feito logo em seguida, que era fazendeiro e negociante; diante do júri que o absolveu, que era lavrador. Se considerarmos Abraão como fazendeiro, negociante e lavrador ao mesmo tempo, a tabela para profissões de homens, será essa:

⁵⁹⁶ SODRÉ, Nelson Werneck. Op. cit., p. 85.

⁵⁹⁷ 114/15.

⁵⁹⁸ 115/09.

⁵⁹⁹ 118/01.

⁶⁰⁰ Testemunha em 114/18, quando afirma ser jornaleiro; em 115/05 e 116/07, afirmando ser empregado público; em 117/14-40, quando disse que era negociante.

⁶⁰¹ Sapateiro em 117/06 e empregado público em 115/15.

⁶⁰² Sapateiro em 115/04 e empregado público em 114/29.

⁶⁰³ Sapateiro em 114/20 e empregado público em 114/29.

⁶⁰⁴ 115/08.

Profissão	Quantidade	Profissão	Quantidade
Advogado	2	Fazendeiro; Negociante e Proprietário	1
Agências	11	Ferreiro	3
Agências e Empregado Público	1	Ferreiro e Lavrador	2
Agências e Lavador	2	Foguista; Pedreiro e Pintor	1
Agricultor	1	Jornaleiro	10
Alfaiate	3	Jornaleiro e Camarada	1
Artista	1	Jornaleiro e Lavrador	1
Boticário	3 ⁶⁰⁵	Lavrador	195
Caldeireiro	1	Lavrador e Camarada	1
Carpinteiro	6	Ministério Particular e outras agências	1
Carpinteiro e Empregado Público	1	Negociante	23
Criador	3	Negociante; Empregado Público e Lavrador	2
Criador e Lavrador	1	Negociante e Empregado Público	3
Empregado Público	9	Negociante e Lavrador	1
Fazendeiro	17	Negociante; Ferreiro e Empregado Público	1
Fazendeiro e Criador	2	Negociante; Sapateiro; Jornaleiro e Empregado Público	1
Fazendeiro e Lavrador	5	Oficial Militar	3
Fazendeiro e Negociante	2	Pedreiro	1
Fazendeiro e Proprietário	1	Professor	1
Fazendeiro e Sapateiro	1	Profissional de Medicina	1
Fazendeiro; Lavrador e Empregado Público	1	Proprietário	2
Fazendeiro; Negociante e Lavrador	1	Sapateiro	4
Sapateiro e Empregado Público	3	Seleiro	1
Taverneiro	1	Vigário	2

Se desmembrarmos as profissões dos 343 homens que a declararam, ou seja, arrolássemos Abraão uma vez como fazendeiro, outra como negociante e mais uma como lavrador, teríamos a segunda tabela:

⁶⁰⁵ José Teixeira de Sant'Anna aparece nos processos como farmacêutico (116/12) e boticário (116/20), indistintamente. De maneira que Manoel Caetano de Moraes Leite, tratado como farmacêutico (perito de corpo de delito em 117/09, 117/14, 117/19 e 118/01), e Albino José da Silva Latta, nomeado como boticário (115/09), estão agrupados na mesma rubrica.

Advogado	2	Jornaleiro	13
Agências	14	Lavrador	212
Agricultor	1	Ministério Particular e outras agências	1
Alfaiate	3	Negociante	35
Artista	1	Oficial Militar	3
Boticário	3	Pedreiro	2
Caldeireiro	1	Pintor	1
Camarada	2	Professor	1
Carpinteiro	7	Profissional da Medicina	1
Criador	6	Proprietário	4
Empregado Público	22	Sapateiro	9
Fazendeiro	31	Seleiro	1
Ferreiro ⁶⁰⁶	6	Taverneiro	1
Foguista	1	Vigário	2

Esse é um retrato das profissões de Sant’Anna entre 1859 e 1889; não significa que, em algum momento, tenha havido três oficiais do Exército no município. Pelo contrário, os três encontrados nos processos serviram em Sant’Anna em datas diversas⁶⁰⁷. Além deles, vários soldados estiveram em Sant’Anna, mas como se trata de um cargo provisório, não foi arrolado como profissão. Um deles, Pedro Cosme, tratado como desertor do Exército brasileiro, afirmou ser paraguaio⁶⁰⁸. Também cargos(**postos?**) da Guarda Nacional não foram arrolados aqui.

Em relação ao termo *fazendeiro*, segundo Taunay, “no sertão de Mato Grosso é, não o proprietário das terras, mas o capataz, o feitor”⁶⁰⁹. Não é o que se encontra nos processos; além de José Joaquim de Moraes, que se declarou “fazendeiro proprietário”⁶¹⁰, encontramos algumas pessoas que se disseram fazendeiros e eram de fato proprietários de terras, como Isaías da Silva Borges, que possuía a Fazenda Boa Vista⁶¹¹, João Antunes da Silva, dono da Fazenda Três Barras⁶¹²; Antônio Pereira dos Santos, que morava em sua própria fazenda⁶¹³, João da Cruz Teixeira Queiroz, dono da

⁶⁰⁶ Pedro João da Costa declarou-se ferreiro, mas outras partes do processo o trataram como criador de gado.

⁶⁰⁷ Benedito Brusque de Oliveira estava em Sant’Anna em 1884 (116/15); Petronilho de Carvalho Rangel em 1888 (117/10 e 117/15) e Manoel Marcelino de Oliveira teria cometido um crime em 1887 e voltou para ser julgado apenas em 1891 (117/15; o processo está contemplado pela pesquisa porque se iniciou no Império).

⁶⁰⁸ 116/10.

⁶⁰⁹ TAUNAY, Alfredo d’Escagnole. *Inocência*. Op. cit., p. 54, nota 3.

⁶¹⁰ 114/29.

⁶¹¹ A informação da propriedade da fazenda está em 118/02; a declaração de que era fazendeiro em 116/02.

⁶¹² A informação da propriedade da fazenda está em 114/16. a declaração de que era fazendeiro em 116/08.

⁶¹³ Em 115/09, disse ser fazendeiro e, em 115/17, morar na sua própria fazenda.

Fazenda Rio Grande⁶¹⁴, ou Joaquim de Oliveira Simões, que possuía pelo menos as terras de parte da Fazenda Três Barras⁶¹⁵. Também aparecem negociantes⁶¹⁶ e boticários⁶¹⁷ que possuem terras e não se declaram fazendeiros, assim como José Fidêncio Neves⁶¹⁸, Inácio Lemos de Godói⁶¹⁹, Vicente Moraes Latta⁶²⁰ e Protázio Garcia Leal⁶²¹ declararam-se lavradores, mas possuíam fazendas. De qualquer maneira, não era regra usar o termo fazendeiro como feitor. Aliás, os termos “feitor” e “capataz” não constam nos processos.

Os dois *camaradas* da tabela não são os únicos chamados por este termo; foi mantida essa nomenclatura porque eles próprios disseram viver de “ser camarada”, embora ambos tenham acrescentado alguma outra ocupação⁶²². A única mulher designada pelo termo foi a índia Delfina Benedita, que, segundo Miguel Alves de Lima, “na ocasião do delito [a morte de João Francisco Póvoa] era camarada ou criada de Aurélio José Passos mas que hoje não existe com eles”⁶²³.

Era muito raro que os interrogados respondessem, como Belarmino, que moravam no seu local de trabalho⁶²⁴. O delegado e comandante do destacamento Manoel Lino da Silva tinha dois cargos em Sant’Anna mas respondeu que morava em Cuiabá⁶²⁵. Sabe-se que na época havia trabalhadores de comitivas⁶²⁶, *jornaleiros*, ou seja, trabalhadores por jornada, além das distâncias serem muito longas e podia-se passar muito tempo longe de casa; algumas pessoas de posse podiam ter uma casa na vila para passar alguns dias, porém as referências a casas de mulheres, citadas anteriormente, levam a crer que esse nomadismo não fosse generalizado. Outro exemplo que corrobora tal visão está na análise que o juiz João Rodrigues da Cunha Sobrinho fez

⁶¹⁴ Chamado em alguns processos apenas como João Teixeira de Queiroz. As informações sobre posses estão em 115/11.

⁶¹⁵ Declaração de que era fazendeiro e informações da fazenda em 114/16. Informou também, como profissões “lavoura” e empregado público.

⁶¹⁶ Como Carlos Ferreira de Castro, cujas posses estão arroladas em 117/21. Também ocupou cargos públicos, como juiz municipal, juiz de paz, delegado de polícia, mas a única profissão declarada por ele era negociante.

⁶¹⁷ Trata-se de Albino José da Silva Latta, cuja profissão está em 115/09 e posses em 114/28.

⁶¹⁸ Informações em 117/17; proprietário da Fazenda dos Mutuns.

⁶¹⁹ Informações em 116/09; foi o promotor que afirmou, na denúncia, que ele possuía uma fazenda nas margens do rio Verde.

⁶²⁰ Também chamado Vicente de Moraes Latta; informações sobre posse e profissão em 116/21.

⁶²¹ Informações sobre posse e profissão em 116/21.

⁶²² Joaquim Martins Pereira, vulgo Morcego, disse ser jornaleiro; José da Rocha, às vezes chamado José da Rocha Lima, disse ser lavrador. Ambas informações estão em 114/14.

⁶²³ 116/17.

⁶²⁴ 118/01.

⁶²⁵ 115/04.

⁶²⁶ Aparecem comitivas tanto em 117/15 quanto 118/02.

de uma acusação: “procedente a denúncia do promotor público contra o réu José Francisco de Paula do Brioso, e não o do mesmo nome das Morangas”⁶²⁷. Também o réu Ezequiel José de Freitas respondeu que morava há sete anos, mais ou menos, na fazenda dos Andaiás⁶²⁸.

Quanto aos prédios públicos, poucos existiam em Sant’Anna. O principal deles, para a Justiça, era a casa da Câmara, onde aconteciam os tribunais do júri⁶²⁹ e vários depoimentos eram prestados, como se percebe em um despacho do juiz municipal João Batista de Melo Coimbra: “passe mandado para virem [as testemunhas] debaixo de vara no dia 11 de agosto de 1885 às 9 horas em casa da Câmara Municipal”⁶³⁰, e também na autuação do escrivão Joaquim Pereira Dias, na qual se lê que a testemunha Josefa da Silva Correia foi inquirida “em casas da Câmara Municipal”⁶³¹; nesse prédio, também foi realizado o corpo de delito da escrava Joana⁶³². Pode-se considerar natural que as atividades judicantes fossem exercidas ali, já que os juízes também eram vereadores. Mas isso não acontecia sempre e as delegacias se confundiam com a casa de residência das autoridades, como se vê claramente na notícia do uso de armas ofensivas por Antônio Lopes dos Santos. O cabo Serafim prendeu Lopes por ter dado *um tiro e corrido*, sendo ele perseguido pela patrulha e depois acompanhado *do quartel à residência deste juízo*. Foi dessa maneira que se referiam à casa de moradia do delegado Manoel Lino⁶³³. A inquirição de testemunhas também se deu na casa do subdelegado José Joaquim Ramos e Costa no caso dos ferimentos à bala provocados em Manoel Francisco de Oliveira⁶³⁴.

O auto de corpo de delito na pessoa de Pedro João da Costa foi realizado na casa do delegado Bento José Gomes. Os peritos encontraram na pessoa de Pedro João marcas de 22 grãos de chumbo miúdo, sendo seis sobre a maminha direita e dezesseis no braço Direito, mas todos superficiais e que talvez tivessem atingido algum nervo, mas, segundo os peritos, era impossível saber isso apenas com aquele exame. O escrivão, Joaquim Pereira Dias, fez os autos conclusos ao delegado. O próximo ato do

⁶²⁷ 116/12. Brioso e Morangas eram duas regiões do município de Sant’Anna.

⁶²⁸ 114/27.

⁶²⁹ Expresso claramente em 115/07 e 115/15, mas tudo indica que todas as sessões ocorriam ali. As audiências públicas dos juízes cíveis também aconteciam na Câmara, como se vê, por exemplo, em 07/18.

⁶³⁰ 116/09.

⁶³¹ 115/06. São apenas alguns exemplos. Pode ser visto que o crime era processado na casa da Câmara em 114/15, 115/08, 115/18, 116/05 117/10, 117/13-A e B, 117/15, entre outros.

⁶³² 116/20.

⁶³³ 115/01.

⁶³⁴ 114/30.

processo se deu mais de um ano depois; uma correição feita pelo juiz de direito Carlos Antônio Rodrigues dos Santos:

Vistos em correição. Autoridade policial devia depois de proceder o auto de corpo de delito, fazer o respectivo auto de pergunta ao ofendido, e sendo irregular não ter feito o inquérito para o descobrimento do autor do crime, mormente sendo o crime de tentativa (sic), tornando-se muito irregular o procedimento do ex-escrivão, que apenas se acha os autos conclusos, não cumprindo com o seu dever, pois devia informar para prosseguir os termos dos autos. Sejam estes autos conclusos ao delegado de polícia para proceder nos termos da lei.

Não houve nenhum outro andamento no processo⁶³⁵. Situação semelhante aconteceu com o exame de corpo de delito realizado em João Batista da Silva Ganção, que havia sido alvejado com chumbo e talvez (os peritos não garantiram) tenha tido algum órgão mutilado. O exame foi efetuado na casa do delegado José Maria Barbosa, que não deu nenhum andamento ao inquérito⁶³⁶. Num caso de tentativa de homicídio, o corpo de delito do paciente Secundino José dos Santos foi realizado na casa do escrivão da subdelegacia de polícia, Carlos Bernardes Ferreira. O inquérito foi realizado e indiciou José Manoel Torquato, segundo a denúncia do promotor: “O Promotor público da Comarca vem perante VS denunciar a José Manoel Torquato deste termo pelo fato que passa a expor. Em dias de 04/1868, em um domingo, de um lugar oculto de dentro do mato o denunciado José Manoel Torquato dispara um tiro de espingarda na pessoa de Secundino José dos Santos, cujos projéteis fizeram no paciente os ferimentos constantes do auto de corpo de delito”. A partir da denúncia, o juiz municipal convocou testemunhas para desenvolver o julgamento, mas elas nunca foram intimadas. O processo não teve outro andamento⁶³⁷.

A queixa de roubo de uma vaca feita por Maria Jesuína também foi dada na casa do delegado⁶³⁸, assim como as primeiras inquirições realizadas em 115/11. No caso em que Francisco Rodrigues da Costa Barbudo, que residia na casa de Bernardino Barbosa Sandoval, foi assassinado, o delegado não fez nenhum inquérito, apenas repassou a parte do inspetor de quarteirão ao juízo municipal. Nessa parte, o inspetor de quarteirão Francisco de Paula Garcia dizia acreditar que José Batista e Vicente Batista eram os assassinos, porém também levantava a hipótese de que Cândido Pereira da Silva poderia

⁶³⁵ 115/10.

⁶³⁶ 116/18.

⁶³⁷ 114/17.

⁶³⁸ 114/06.

ser o culpado. Recebida a denúncia, o promotor asseverou que era *voz pública* que os assassinos eram José Joaquim Batista e Vicente Batista Primo. O juiz imediatamente mandou chamar os *réus* e testemunhas para deporem na casa em que Barbudo morava⁶³⁹.

Também juízes atendiam em suas moradias, como se vê no caso do homicídio de José Martins. As primeiras inquirições aconteceram na Câmara, mas depois foram transferidas para casa do juiz municipal Jesuíno Joaquim Guimarães. Em outro momento, para solucionar contradições existentes no depoimento de duas testemunhas, essas foram chamadas para uma acareação que ocorreu na casa do juiz João Batista de Melo Coimbra⁶⁴⁰. Os dois réus do processo 115/11 foram qualificados na casa de juízes: Manoel João Alves, na casa do juiz municipal em exercício Jesuíno Joaquim Guimarães; e José Rosa, na casa do então juiz municipal Antônio Pedro de Menezes. Quando o soldado Eugênio de Almeida Lara atirou no alferes Jesuíno Joaquim Guimarães, criador, que também exerceu os cargos de juiz municipal e jurado, o juiz de direito interino cedeu sua casa para que fosse feito o inquérito⁶⁴¹.

O ofendido por um crime, a maior parte das vezes, teria que ir à casa de uma autoridade fazer a denúncia. As testemunhas teriam que incriminar alguém na residência de um notável de Sant'Anna. O acusado, se homem de posses, muito possivelmente, era conhecido da autoridade (o delegado ou o juiz), com quem poderia ter boas relações. A Justiça estava enredada nas relações pessoais e ficavam indistintas as divisões entre o magistrado e a potestade.

Embora a existência de um prédio público seja uma característica de suma importância para a autonomia da Justiça, não é um aspecto considerado em outros estudos que envolvam fontes judiciais para que possam ser feitas comparações. A única menção à moradia das autoridades é fornecida por Carvalho Franco, que demonstra ter sido banal, em Guaratinguetá, que os juízes de Direito atendessem em sua própria casa⁶⁴².

Para uma pessoa comum de Sant'Anna, ao fazer uma denúncia, ela não estava se queixando da violação às leis sancionadas por Sua Majestade. Estava, sim, levando um pleito seu a um fazendeiro importante da região. Quando algo de errado, segundo os valores da sociedade local, acontecia, como roubo, por exemplo, era natural, então, que

⁶³⁹ 116/04.

⁶⁴⁰ 115/07.

⁶⁴¹ 117/11.

⁶⁴² FRANCO. Maria Sylvia Carvalho. Op. cit., p 130.

o lesado pedisse ajuda não ao juiz, mas à potestade à qual estava ligada. Da mesma forma, as testemunhas não se viam prestando informações à Justiça, mas dando satisfações a uma pessoa importante.

Finalmente, o lugar de punição era a cadeia da vila. Lucas Antunes da Silva, como carcereiro, foi acusado de ajudar a fugir ou facilitar a fuga de Joaquim Breves Craveiro. Era janeiro de 1881 quando o alferes comandante do destacamento Delfino Antônio Viegas, alertou ao juiz de direito que Craveiro havia fugido por um arrombamento feito no flanco direito da cadeia e que mandara recolher à prisão o cabo Antônio Gregório Bispo, que estava comandando a guarda, e o soldado Manoel José da Silva, sentinela da noite, por não terem dado fé da fuga. Porém o alferes fez a seguinte ressalva: “a cadeia além de ser muito fraca ainda cresceu (?) mais o temporal de chuva a essa hora da madrugada e a prisão achava-se nas escuras sem iluminação alguma e nem havendo para abrigo da sentinela uma só guarita e nem ferros para segurança do preso”. O juiz de direito Carlos Antônio Rodrigues dos Santos ordenou que o escrivão autuasse o documento e enviasse o processo ao promotor público para *oferecer a denúncia contra o carcereiro da vila Lucas Antunes da Silva*.

O promotor João Augusto da Costa Leite obedeceu e na denúncia, acrescentou dados sobre a fuga, que até então não constavam dos autos. Afirmou que Craveiro fugiu às 4 horas da manhã, “afastando para isso um planchão que servia de soalho e cavando um buraco por baixo do baldrame do flanco Direito da referida cadeia, verificando-se por este fato falta de zelo do respectivo carcereiro no cumprimento de seus deveres”. Em sua defesa, Lucas descreveu a fuga exatamente como o promotor já havia feito e alegou que houve um auto de corpo de delito realizado pelo subdelegado de polícia, no qual essa autoridade entendeu ser a fuga do tipo de que fazia menção o art. 126 do Código Criminal, 1ª parte (que trata da fuga de presos sem o uso de violência e sem o conhecimento ou a ajuda das autoridades carcerárias), e que em vista do Aviso de 24 de novembro de 1853, “não podia ter lugar (sic) instauração do processo por esse fato”. Mais:

Não só todas as autoridades desta vila como também todos os seus habitantes sabem que a cadeia pública desta vila é uma pequena casa velha no meio de um grande largo (?) que não oferece segurança nenhuma, que não tem cômodos onde possa o carcereiro residir a fim de velar a noite inteira vigiando os presos, e que não tem ferros para se pôr aos presos para evitá-los de fuga, isto é bem público e notório e não pode haver contestação alguma. (...)

Sim, ainda repito que os próprios documentos em que funda-se para denunciar-me, isto é, as participações feitas pelo Comandante do

destacamento desta vila, na ocasião da fuga de Breves Craveiro, são justamente documentos que militam em prol de minha defesa, por quanto aí diz o comandante que a cadeia é fraca e porque não tem ferros para pôr-se aos presos, e não diz que foi por ter sido eu negligente.

Anexou ainda atestados assinados por Antônio Jesuíno Guimarães, então delegado de polícia, e Isaías Joaquim Guimarães, na função de juiz municipal, de que o carcereiro era zeloso em seus trabalhos e sobre o estado precário em que se encontrava a cadeia pública. O juiz julgou improcedente a denúncia em 10 de fevereiro de 1881, mas alertou que o réu não juntou documento comprobatório de que passava diariamente em revista na prisão e nem que participou oficialmente à autoridade competente a fuga do preso. Nas palavras do juiz, fazendo isso, “manifestou inqualificável desídia no exercício de seu emprego, que convém não se reproduza”⁶⁴³.

Segundo André Koerner, na época colonial, “as cadeias públicas municipais eram depósitos de pessoas, sem segurança contra fugas nem condições de higiene, e nelas eram recolhidos indivíduos de todo tipo, desde pessoas livres condenadas, que respondiam a processo criminal ou em prisão civil, até escravos ou negros suspeitos de serem escravos fugidos, e também vadios, loucos, índios, prostitutas, bêbados etc.”. Em seguida, estende sua análise para o período imperial: “As condições das cadeias públicas continuaram as mesmas durante todo o século XIX, e as penitenciárias, situadas em algumas capitais, não tinham condições sanitárias muito melhores”⁶⁴⁴. Todas essas características são aplicáveis a Sant’Anna, exceto o termo “depósito de pessoas” pois quando há referências à cadeia, é para citar um ou dois presos.

De qualquer maneira, a cadeia não oferecia a mínima segurança para impedir fugas. Não há indício de que Craveiro tenha sido recapturado e, de fato, localizar alguém que conseguisse se embrenhar pelas matas era muito difícil, ainda mais que ele poderia reconstruir sua vida em qualquer lugar, dentro ou fora do município de Sant’Anna. Os presos do processo 115/11, por exemplo, não fugiram antes do julgamento, porém durante todo o tempo foram assessorados pelo proprietário e fazendeiro João da Cruz Teixeira Queiroz, responsável, inclusive, pelo pagamento de fiança dos réus.

⁶⁴³ 115/17.

⁶⁴⁴ KOERNER, Andrei. “Punição, Disciplina e Pensamento Penal no Brasil do Século XIX”. *Revista Lua Nova*, São Paulo, 68, 2006, p. 209. O texto pode ser encontrado pelo link <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n68/a08n68.pdf>>, acessado em 29/03/2012.

À primeira vista, esta pode parecer uma fragilidade na aplicação da lei, mas não: era a própria razão de Estado, conforme ensina Ilmar Mattos:

Em sua ação, a Coroa procede a uma expansão horizontal da classe senhorial. De outro lado, ela atrai para a órbita dos interesses da classe senhorial aqueles elementos que, no Império escravocrata, detêm uma única propriedade, a de suas pessoas, procedendo assim a uma segunda expansão, verticalmente. Entenda-se, todavia, que levar a cabo essa dupla expansão não significa apenas e nem principalmente obter uma submissão, e sim proceder a uma incorporação, a qual se apresentava, nos termos da própria proposta iluminista, como a difusão de uma *civilização*⁶⁴⁵.

A miserável Sant'Anna do Paranaíba, na qual havia pessoas letradas morando em casas de um cômodo, jamais investiria pesadamente para construção de uma prisão segura, onde teria que alimentar criminosos que, muitas vezes, sequer trabalhariam, ou só trabalhariam se outras pessoas fossem devidamente pagas para vigiá-los. A cadeia existia apenas para pessoas que, se presas, não poderiam fugir por terem negócios e precisarem tocá-los, o que significava frequentar cartórios, coletorias, o júri, a Câmara, etc. Quem não tinha posses, podia simplesmente desaparecer, só não o fazia se estivesse verticalmente ligado a um grande proprietário rural.

Violência

Se a República jogou facções da elite em conflitos armados contra facções da elite, certamente, não inaugurou a violência cotidiana no sul de Mato Grosso. Os processos analisados revelam um povo de armas em punho. Segundo a testemunha Joaquim da Silva Borges, sobre o caráter de Israel Pereira da Silva e Manoel Ferreira de Matos – o primeiro acusado de matar o segundo –, “Israel é homem pacífico chegando ao ponto de andar desarmado, o que é fora do uso dos sertanejos, e que Manoel Ferreira era barulhento⁶⁴⁶”. Costume confirmado na narração do assassinato de José Maria Lobo pela testemunha José Ferreira do Nascimento. De acordo com ele, José Maria, fazendo uma cobrança a Camilo, começou a insultá-lo e até deu-lhe alguns tapas. Depois disso, Camilo foi ao rancho na roça de Miguel de Lima, caminho pelo qual José Maria tinha de passar para ir embora, encontrou uma espingarda de um escravo e então, com ela, ocultou-se em um toco junto ao rancho⁶⁴⁷. Naquela sociedade violenta, até os escravos

⁶⁴⁵ MATTOS, Ilmar de. *O Tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec; Brasília: INL, 1987, p. 92 (grifo no original).

⁶⁴⁶ 116/03.

⁶⁴⁷ 115/18.

precisavam de meios para se defender e tinham acesso a eles. As testemunhas da fuga dos escravos de Carlos Ferreira de Castro encaravam com naturalidade o fato de além de uma chocolateira⁶⁴⁸, um dos cativos fugidos de Carlos Ferreira de Castro possuir uma espingarda e realizar negócios com mulheres livres⁶⁴⁹.

A arma é apenas um sinal do uso constante que se precisava fazer da violência em sociedades nas quais o anonimato era impossível e a defesa da honra era a única maneira de ocupar um lugar no mundo, como ressalta Vellasco:

Homens e mulheres – e sempre mais os primeiros –, em todos os estratos sociais, tornavam-se violentos, ou melhor, recorriam à violência física, como forma corriqueira de solução dos problemas, de enfrentamento de conflitos, como defesa do que julgassem seus Direitos e, enfim, na afirmação de sua posição e defesa de seus valores, tais como honra, valentia e coragem, esses outros nomes da dignidade. E, nesse sentido, o uso da força era amplamente reconhecido e valorizado. Honra era, afinal, a possibilidade de ser respeitado pelos demais, e a violência um teste de força, de coragem e valentia, pelo qual se demonstrava a disposição de estar no mundo e ocupar aquele espaço que, de outro modo, não lhe pertenceria⁶⁵⁰.

Além disso, o banditismo sem cunho político já estava disseminado em Sant’Anna, o que acontece é que, pela dificuldade de se denunciarem os criminosos, há poucos processos nesse sentido. Tal característica se revela apenas nas entrelinhas, como se vê no depoimento de Pedro Antônio de Toledo. Seu filho, Bento José de Toledo, estava trabalhando na roça de Francisco Felicíssimo de Souza quando Juvêncio pedira a Felicíssimo que fosse ajudá-lo na passagem de um gado na ponte de Santa Quitéria. Depois disso, Felicíssimo não voltara mais. A mulher dele mandou que Bento fosse procurar seu marido e este, “indo a casa de Juvêncio disse-lhe o mesmo [Juvêncio] que deixasse de procurar gente ruim e que fosse para sua casa e que se ele Bento contasse alguma coisa que visse lhe aconteceria o mesmo que aconteceu aos outros e então Bento voltando “tratou de viajar para fora”⁶⁵¹.

Na denúncia contra Antônio Martins de Melo, o promotor público Justiniano Augusto de Sales Fleury o descreve como “um conhecido matador de profissão”. Ele teria sido contratado para matar Pedro Lázaro e Balduino Rodrigues Caiapó mas,

⁶⁴⁸ Possivelmente aqui no sentido de vasilha de folha-de-flandres usada para aquecer água, preparar café etc., sendo que folha-de-flandres é uma fina chapa de ferro laminado, coberta com uma camada de estanho, com diversas aplicações, como a fabricação de latas; lata. DICIONÁRIO ELETRÔNICO HOUAISS da língua portuguesa, versão 1.0, dez/2001.

⁶⁴⁹ 115/20.

⁶⁵⁰ VELLASCO, Ivan de Andrade. Op. cit., p. 248.

⁶⁵¹ 116/01.

quando cumpria sua tarefa, acabou sendo morto por aqueles que deveriam ser suas vítimas. Pessoas como esse Antônio, também conhecido como Antônio Bugre, dificilmente caíam na rede da Justiça devido às enormes possibilidades de se esconderem, às dificuldades das autoridades para persegui-los e, eventualmente, mantê-los presos, associadas ao medo da população de testemunhar contra eles⁶⁵². Como se viu, o simples fato de se saber dos crimes já era motivo de pânico.

Existe uma denúncia de um cidadão de Sant'Anna que é um apanhado geral dos crimes de Antônio Joaquim Cangerana: deu dois tiros de espingarda em Joaquim Periquito, um miserável que estava de viagem, em maio de 1861, em um lugar chamado Tamanduá; apontou uma garrucha armada contra João Rodrigues; e ainda o acusava de ser acostumado a “assassínios em qualquer parte por onde tem andado”⁶⁵³. Em nenhum desses dois últimos processos, houve prisão ou qualquer ato efetivo por parte da Justiça. No caso da morte de Barbudo, uma das testemunhas alegou que a voz pública indicava que Francisco Lucas era o assassino “porque foi o primeiro que noticiou a morte” da vítima, “sendo que vive ele foragido pelas matas, não aparecesse (sic) a ninguém e é acostumado a matar gente”. Francisco Lucas só apareceu no processo na boca desta testemunha⁶⁵⁴. No caso da morte durante resistência à prisão de Manoel da Costa, Petronilho de Carvalho Rangel alegou que um dos motivos para prendê-lo era o fato de ser ele “assassino de profissão”⁶⁵⁵. Mais importante do que saber se essas pessoas exerciam mesmo esse ofício é o fato de que existiam tais figuras naquele universo.

Em alguns processos, determinadas testemunhas declaravam-se *inimigas* ou *inimigas capitais* de outros moradores. No citado caso da morte de Antônio Bugre, a primeira testemunha foi José Alves Ramos, que confessou ser inimigo de Pedro Lázaro Pereira. Afirmou que o crime aconteceu pelas dez ou onze horas do dia e que encontrou todos os acusados armados e bebendo pela felicidade de terem matado Antônio Martins de Mello; convidaram-no inclusive para ver o cadáver e em sua presença, cortaram as orelhas do morto⁶⁵⁶. Em um processo por abuso de autoridade, Justiniano Augusto de Sales Fleury acusou o comandante do destacamento do Exército em Sant'Anna, Manoel Lino da Silva, de ter, entre outras coisas, mantido preso sem motivo o órfão Manoel Rodrigues Leite do Amaral e várias testemunhas confirmaram o fato. Como defesa,

⁶⁵² 115/03.

⁶⁵³ 114/02.

⁶⁵⁴ 116/04.

⁶⁵⁵ 117/15.

⁶⁵⁶ 115/03.

Manoel Lino alegou que várias delas eram suspeitas: Isaías Joaquim Guimarães, por ser seu inimigo capital, e Lucas Antunes da Silva, Tertuliano José dos Santos e Antônio Cursino dos Santos, por serem dependentes do “meu rancoroso inimigo, Snr. Vigário Padre Francisco de Sales Souza Fleury”⁶⁵⁷. Aliás, foi dessa maneira que a promotoria pública se referiu a Justiniano quando o acusou de assassinato: “O acusado tenente Justiniano, por causa de inimizades que com algumas pessoas adquiriu nesta vila, e temendo que seus inimigos aproveitassem da noite para irem ofendê-lo em sua própria casa, queixava-se de vultos pelo seu quintal, e mandava atirar antes sobre esses vultos, verificando depois que eram arvoredos, e recolheu finalmente para sua casa o acusado José Antônio com o intuito de vigiá-lo”⁶⁵⁸. Um desses inimigos seria Benedito Brusque de Oliveira, comandante do destacamento militar de Sant’Anna, que o acusou de incitamento à deserção de praças do Exército; em sua defesa, Justiniano classificou Brusque de seu “inimigo político”⁶⁵⁹. Ferreira Júlio, defendendo-se da acusação de calúnia, alegou que um despacho do juiz foi dado sobre insinuação do escrivão Agostinho José Lopes, que era seu inimigo capital⁶⁶⁰.

A testemunha José Antônio Bernardes admitiu ser inimigo de José Henriques e de Eleutério Paim Pamplona, acusado de assassinato⁶⁶¹. Abraão Barbosa de Souza, réu pela morte de Manoel João da Silva, se defendeu dizendo que estava em Minas quando ocorreu o crime e, para explicar porque lhe acusavam do ato, alegou que “desde que em obediência à lei e à ordem do meritíssimo juiz municipal veio depor em um processo em que é réu João da Silva Borges, este, seu irmão Joaquim da Silva Borges, os outros irmãos e cunhados tornaram-se seus inimigos capitais e protestaram de fazer-lhe todo o mal que pudessem”, e que as testemunhas daquele processo foram “Joaquim da Silva Borges, pessoa de má conduta e costumes irregulares, João Pereira da Silva, amigo íntimo de Joaquim da Silva e inimigo do réu, Manoel da Silva Ramos, camarada de Joaquim da Silva Borges”⁶⁶². Também Ladislau Teles Antunes declarou ser “inimigo capital do denunciado” Faustino Antônio Alves Dias, que era ainda seu concunhado. Outro inimigo de Faustino era Antônio Francisco Rodrigues. Quando ele depôs, disse ser inimigo do acusado, mas estava na casa dele quando os filhos de Faustino chegaram afirmando que o pai estava na roça brigando com o preto José Benedito e que já havia

⁶⁵⁷ 115/04.

⁶⁵⁸ 116/05.

⁶⁵⁹ 116/10.

⁶⁶⁰ 117/13-B.

⁶⁶¹ 115/05.

⁶⁶² 115/08.

disparado dois tiros no mesmo. Antônio Francisco Rodrigues correu até à roça, onde o encontrou já moribundo. Voltando à casa, encontrou Faustino, que lhe pediu não falasse nada do que ouvira dos meninos a ninguém. Segundo a testemunha, a inimizade entre Faustino e Ladislau decorreu dessa morte⁶⁶³.

A inimizade e a defesa da honra com o risco da própria vida eram banalidades em Sant'Anna. A morte nessas circunstâncias fazia parte do cotidiano. Como se viu, quase não havia *profissionais de medicina* na localidade e nada leva a acreditar que as pessoas assim qualificadas tivessem especialização na área.

O termo “profissional da medicina” foi usado para designar Carlos Bernardes Ferreira no exame de corpo de delito em Ana Lopes Ribeiro, mas não há indicação de formação acadêmica⁶⁶⁴. Não entrou na lista Tomás José Martins que, segundo denúncia do promotor Justiniano Fleury apareceu na vila com “nomeada de bom médico” e começou a tratar de José Martins Ferreira, conhecido por José Gabriel, que sofria de epilepsia desde criança, fora isso, gozava de boa saúde, mas, “em consequência do envenenamento que resultou de substâncias venenosas” que teriam entrado na composição do remédio, resultou “no enfermo febre e evacuações constantes, dor no aparelho digestivo, soluços, ansiedade, delírio, tosse, língua denegrida, perca (sic) da fala, prostração e finalmente a morte no dia 8 do corrente [mês de março de 1878]”. O motivo para não ter entrado na tabela é que Tomás não morava em Sant'Anna⁶⁶⁵.

Ambos deveriam ser espécies de Cirino, personagem do romance *Inocência*, do qual “toda a sua ciência assentava alicerces no tal Chernoviz”, uma espécie de manual de medicina que, segundo Taunay, continha “dizem os entendidos, muitos erros, muita lacuna, muita coisa inútil e até disparatada; entretanto no interior do Brasil é obra que incontestavelmente presta bons serviços, e cujas indicações têm força de evangelho”. Taunay nem o considera médico, para ele Cirino era “curandeiro, simples curandeiro, ia por toda a parte granjeando o tratamento de doutor, que gradualmente lhe foi parecendo, a si próprio, título inerente à sua pessoa e a que tinha incontestavelmente direito”⁶⁶⁶.

A falta de médico era uma realidade tão difícil que o boticário Albino José da Silva Latta pediu dispensa de servir como testemunha em um processo por estar com um filho, do qual dizia-se médico e enfermeiro, no leito de morte,⁶⁶⁷. Um praça do 1º

⁶⁶³ 115/19.

⁶⁶⁴ 114/20.

⁶⁶⁵ 115/09.

⁶⁶⁶ TAUNAY, Alfredo d'Escagnole. *Inocência*. Op. cit., p. 25.

⁶⁶⁷ 114/16.

Corpo de Cavalaria do destacamento de Bahuzinho foi alvejado por Manoel Tomé da Costa; como os projéteis não puderam ser retirados do ferimento, o alferes Leopoldino Itapura do Nascimento Rodando (que em outro processo afirmou ser lavrador)⁶⁶⁸ lhe fez um curativo. Não há indicação de que a vítima tenha tido auxílio profissional⁶⁶⁹. Manoel Ferreira de Matos morreu pelo menos um dia depois de ter levado tiros sem nenhum tipo de assistência⁶⁷⁰. Mizael Dias da Rocha, convocado como testemunha no caso Manoel da Costa, contou que estava com a mulher doente, procurou o alferes Manoel Marcelino e ele lhe receitou alguns medicamentos; Manoel Marcelino, ao ser qualificado nesse processo, não disse ser médico e isso não lhe causou nenhum embaraço⁶⁷¹.

A precariedade da saúde era tamanha que quando alguém era alvejado, considerava-se morto. Maria Francisca Franca, testemunha do assassinato de Manoel Cardoso, descreveu que, ao ser alvejado, Cardoso disse o seguinte: “Morreu Manoel Cardoso? Recolhe-me pelo amor de Deus! Diga ao meu patrão que me acuda! Acuda-me que o Coelho me matou!”. Segundo o auto do corpo de delito, ele morreu com 49 bagos de chumbo dentro do corpo, produzidos por dois tiros. Havia ferimentos em uma “nádega, coxas, virilha, membro viril e escrotos, dois entrando nas costas acima do osso do quadril Direito atravessaram diretamente a cavidade abdominal”. Embora não tenha sido atingido em nenhum órgão vital, agonizou por 16 horas sem auxílio médico⁶⁷². Fala semelhante pode ser encontrada alhures, quando Secundino José dos Santos depôs que estava pronto para deitar quando ouviu o eco de um tiro, saiu para a sala e encontrou Manoel Vitor varado de bala, “perguntando o que era aquilo, respondeu o paciente que estava morto e que o acudisse”⁶⁷³. Em outro processo, no qual José Maria Lobo foi alvejado, José Ferreira do Nascimento disse que “ele testemunha (sic) ouvindo dizer que José Maria fora assassinado veio coadjuvar no enterro, mas lá chegando viu que o paciente ainda vivia, mas muito ofendido”⁶⁷⁴. Como se vê, até mesmo velórios de defuntos vivos aconteciam... Se a morte não era rápida, era certa.

Pelos costumes, os crimes eram medidos de maneira diferente do Código. Nas investigações do assassinato de Manoel da Costa, a testemunha Mizael Dias da Rocha

⁶⁶⁸ 115/03.

⁶⁶⁹ 116/13.

⁶⁷⁰ 116/03.

⁶⁷¹ 117/15.

⁶⁷² 114/03.

⁶⁷³ 114/19.

⁶⁷⁴ 115/18.

contou que o patrão de Manoel, quando soube que o prenderiam, indagou sobre o porquê e foi informado que o motivo era um roubo, ao que replicou que se era *por ladrão* podia prender, não se opunha, porém que por outro qualquer crime, ele se oporia⁶⁷⁵. À luz do Código Criminal, o assassinato era um crime várias vezes mais grave que um roubo mas muitos súditos pensavam diferentemente. Da mesma opinião, era José Maria Corrêa de Sá e Benevides, presidente da província de Minas Gerais, que em seu relatório de 1869, comentava: “A estatística criminal não é absolutamente desanimadora, porquanto os atentados contra a vida são menos degradantes do que os contra a propriedade, porque em geral são determinados por paixões mais nobres e raras vezes premeditados”⁶⁷⁶.

A defesa da honra através da violência estava arraigada aos costumes; matar por ela não poderia ser considerado uma degradação. O poder judiciário não era legítimo para restituir a dignidade de uma pessoa. Seus mecanismos, como a prisão, não ganhavam eco na sociedade, como se vê quando Israel Pereira da Silva fugiu do presídio e uma das testemunhas afirmou ter ouvido tanto antes como depois da fuga que, devido ao crime de morte cometido por ele ter sido em sua defesa, *que sua fuga não fazia mal*⁶⁷⁷, pouco importando a opinião dos juízes sobre como as investigações deveriam ser conduzidas.

Segundo Carvalho Franco, entre os livres pobres, “as funções econômicas desempenhadas por cada família eram do mesmo tipo e a rede de relações supletivas que as ligava importava unicamente em um contraponto de serviços semelhantes e não numa interdependência de atividades diversificadas. Uma economia desse tipo, que não assenta em divisão do trabalho, não sustenta formas de especialização e de estratificação social”. As consequências desse sistema social simples, inserido numa cultura muito pobre, por um lado, “tornam necessárias relações de recíproca suplementação por parte de seus membros”, mas, por outro, “também aumentam a frequência das oportunidades de conflito e radicalização de soluções”, de maneira que a violência aparece como “uma forma rotinizada de ajustamento nas relações de vizinhança”⁶⁷⁸.

Em Mato Grosso, essa violência costumeira era intensificada pelo confronto diário com a natureza por ser dominada, numa escala ainda maior, pela tensão diante da

⁶⁷⁵ 117/15.

⁶⁷⁶ PROVÍNCIA DE MINAS GERAIS. *Relatório do presidente da província de Minas Gerais, Dr. José Maria Corrêa de Sá e Benevides, apresentado à Assembleia Legislativa Provincial no dia 29 de agosto de 1869.*

⁶⁷⁷ 117/07.

⁶⁷⁸ FRANCO, Maria Sylvia Carvalho. Op. cit., p. 28, 30, 33.

possibilidade de ataques indígenas e ainda pela intranquilidade em relação à proximidade da fronteira com os países hispânicos⁶⁷⁹.

Os Usos da Justiça

Os Desiguais

A vida na sociedade agrária de Sant'Anna era regida por relações pessoais e posição social dos indivíduos. Isso pode ser demonstrado pelo fato de o delegado e comandante do destacamento, Manoel Lino da Silva, ter sido acusado de ter mantido preso o órfão Manoel Rodrigues Leite do Amaral, possivelmente para forçá-lo a *ter praça na companhia de Aprendizes Marinheiros*. Perguntado a uma das testemunhas, Tertuliano José dos Santos, se o menor já havia sido preso em ocasião anterior, Tertuliano confirmou que já, por Manoel Garcia da Silveira, mas não sabia se Manoel estava no exercício de algum cargo no momento da prisão⁶⁸⁰. Ou seja, a ordem de prisão dada por uma potestade local tendia a ser obedecida, independentemente do cargo que ocupasse.

Concorre para essa mesma interpretação a morte ocorrida por resistência à prisão. Uma testemunha do fato, Apolinário Vicente Lima Perdigão, informou que Manoel da Costa seria preso por roubo dos cavalos de Serafim José de Barros mas tentou resistir com uma garrucha de dois canos; atiraram nele quando já estava correndo para fugir. Vendo que ainda vivia, o alferes Manoel Marcelino de Oliveira, responsável pela prisão, levou-o até o subdelegado Leandro Borges e, em seguida, conduziu Costa, ferido à fazenda de Serafim. Antônio José Maia, em seu depoimento, disse que encontrou *pessoas de Serafim José de Barros* atrás de Costa. De forma semelhante ao que contou João Paes Rodrigues; segundo ele, havia camaradas de Serafim José de Barros junto ao alferes e Mizael, autor do tiro. O próprio Mizael confirmou em seu depoimento que o preso seguiu para a fazenda de Serafim e daí para as Torres do Rio Bonito, onde faleceu na cadeia. Adão Lopes da Silva garantiu que ordens que Leandro Borges recebera do *capitão* Serafim foram o motivo da prisão, por causa de roubo, segundo o depoente ouviu de Apolinário e Antônio José. Referia-se, possivelmente, a Antônio José Rodrigues, que afirmou terem sido dois praças do destacamento do Bahu e dois camaradas do capitão Serafim que levaram Costa para Goiás. Também Joaquim

⁶⁷⁹ CORRÊA, Valmir Batista. *Mato Grosso: 1817-1840 – e o papel da violência na processo de formação e desenvolvimento da província*. Dissertação de mestrado em história. São Paulo: USP, 1976, p. 15-32.

⁶⁸⁰ 115/04.

José da Costa Voltinha ouviu dizer que a prisão de Costa havia sido requerida por Serafim José de Barros pelo roubo de um cavalo. Já outra testemunha, Petronilho de Carvalho Rangel, negou que o destino de Costa fosse essa fazenda mas confirmou que o delegado havia recebido uma carta de Serafim. Enfim, a distinção entre o que era força pública e os camaradas de um fazendeiro era praticamente inexistente. Segundo o promotor, no libelo acusatório, “os réus Leandro Borges de Oliveira e Alferes Manoel Marcelino cometeram o fato criminoso com esperança de recompensa de Serafim José de Barros, porquanto sendo esta pessoa altamente qualificada nos termos da vila do Rio Verde, Torres do Rio Bonito e Jataí, lugares que mais tarde os réus pretendiam irem habitarem (sic), quer num outro, com dependência do mesmo Serafim José de Barros”. O assassinato de Costa é uma situação na qual fica muito clara a influência das potestades no funcionamento das instituições⁶⁸¹.

O mesmo se percebe no tratamento conferido às pessoas nos processos. Em geral, usa-se o termo *sr.*, como se vê na parte do inspetor de quartirão, em 115/18, no qual ele trata do caso do “sr. Bento Manoel da Silva [que] estava com a mulher doente na casa do sr. Antônio Brás”. O mesmo se dá quando alguém se refere a um cargo. Os recursos, as petições, as denúncias são dirigidos ao sr. juiz municipal ou ao sr. dr. juiz de direito⁶⁸². Mas quando a referência é diretamente ao nome do indivíduo, os importantes da vila eram tratados por “cidadãos”⁶⁸³, termo usado de maneira ainda mais comum quando eles estavam no exercício de um cargo público⁶⁸⁴, e para destacar positivamente algumas declarações. Tal sucede com a acusação contra Manoel Jorge da Silva, que, segundo Joaquim Lemos da Silva, “além de detratar da honra (sic) e reputação de cidadãos honestos e pessoas gradas e respeitadas, tinha o uso e o costume de rapinar”⁶⁸⁵; por isso, Manoel teria sido justamente expulso de Sant’Anna. O mesmo se dá com uma denúncia feita nesses termos: “A Promotoria ignora de todas as circunstâncias que concorreram para e na perpetração do crime, visto como não lhe foi possível obter da autoridade policial os esclarecimentos e diligências por ela requeridas em data de 09 de novembro de 1874, 29 de março de 1875 e 12 de julho de 1875.

⁶⁸¹ 117/15.

⁶⁸² 114/01, 114/13, 114/16, 116/06, 117/06, 117/16 (já na República). Em 115/13, Isaías Joaquim Guimarães é chamado apenas de senhor, mas pelo alferes comandante do Destacamento do 1º Corpo de Cavalaria em Sant’Anna, Delfino Antônio Viegas. O termo “promotor público” não era, nos processos compulsados, antecedido por *sr.*.

⁶⁸³ É o que se vê em 114/03, 114/14, 115/06, 115/20, 116/12, 117/06, 117/08, 117/18, entre outros.

⁶⁸⁴ 114/14, 115/20, 117/10, 117/15, 117/21 e em todas as listas de jurados, os convocados são tratados pelo termo “cidadão”. Em 117/20, aparece a expressão “Cidadão Juiz Municipal”.

⁶⁸⁵ 114/29.

Agora, porém, que a mesma promotoria acaba de ser informada por cidadão de conceito desta comarca, que o autor do crime fora o denunciado Abraão Barbosa de Souza...”⁶⁸⁶. Outra denúncia foi feita baseada na parte que *um importante cidadão, o capitão Bernardino Barbosa Sandoval* mandou ao promotor Pereira Dias⁶⁸⁷.

As vozes dos processos reconheciam distinções de cunho social, ainda que a lei não abrigasse esse tipo de conduta. A análise de Andrei Koerner sobre a prisão no Império se adapta muito bem à Justiça do mesmo período:

A prisão escravista produz um saber prático, uma espécie de ética da punição estatal numa sociedade escravista, cujos princípios, regras e máximas são recebidas, elaboradas e transmitidas por agentes de acordo com sua experiência de interações desiguais que se dão num contexto saturado de instrumentos e atos de violência. Esse saber prático combina as regras jurídicas, que atribuem estatutos jurídicos desiguais aos sujeitos, o regulamento disciplinar e as categorias sociais que diferenciam os sujeitos⁶⁸⁸.

E em Sant’Anna, a grande maioria dos litígios se dá entre pessoas de mesmo estatuto. O único documento que pode ser apontado como exceção, pois claramente apresenta uma contenda entre desiguais, trata do caso de furto seguido de falsidade⁶⁸⁹ cometido por Joaquim Breves Craveiro, sapateiro que nunca exerceu cargo público. Seu acusador era o fazendeiro, que também chegou a exercer o cargo de jurado⁶⁹⁰, Flávio José Rodrigues de Macedo. Craveiro seguira como camarada do major Flávio de Macedo até à colônia militar de Itapura, onde este pegara alguns *bens e dinheiros* do finado Manoel José dos Passos, de quem era testamenteiro. Na volta, Craveiro teria subtraído 200 réis do major e mais um conto de réis do espólio de Passos; e, “para poder apresentar-se com o dinheiro nesta vila fez uma carta em nome de uma mulher, que diz ser sua caseira, residente nos Barretos, como que ela lhe remetesse o dinheiro”. Preso, Craveiro confessou o furto e devolveu grande parte do valor ao major Flávio de Macedo, enviando-lhe o seguinte bilhete, reproduzido *ipsis litteris*:

Por meio desta vou me en ploral [implorar] aos pés de V^{sa} mesmo p^a mandar me sortar, já e bastante agrande vergonha que tenho passado por minhas desgraSada sorte. V^{sa} bem pode me atender, que foi [faz?] aminha emfilicida des. Por que nunca tive tal costume e assim me lhi pesso pello o amor de tudo quanto V^{sa} estima de me perdoar, e manda solta e espero em V^{sa} o perdão.

Seu sudito

⁶⁸⁶ 115/08.

⁶⁸⁷ 116/02.

⁶⁸⁸ KOERNER, Andrei. Op. cit., p. 223.

⁶⁸⁹ O processo foi julgado apenas por falsidade.

⁶⁹⁰ Convocado em 114/20 e 114/14, exercendo de fato a função nesta última causa.

Corrido o processo, o juiz municipal decidiu pronunciá-lo pelo crime de ter falsificado uma carta para poder aparecer na vila com elevada quantia em dinheiro, culpando-o, de antemão, do furto pelo qual Craveiro jamais foi julgado. Antes de ir a júri popular, foram entregues a Craveiro as acusações da promotoria. A primeira tratava do furto e ele afirmou *se crime ali existia, desapareceu com o desprezo da parte* e da promotoria e, além disso, o crime seria particular e tal procedimento ex-ofício da Justiça pública era violento e nulo; alegou ainda que todo o processado padecia de graves faltas, já que o réu não havia sido preso em flagrante delito, fora preso sem culpa formada e sem o competente mandado de prisão e ainda privado do Direito de defesa porque no mandado devia ter o valor da fiança; mais: que a sentença do juiz de direito interino, Carlos Ferreira de Castro, era nula, já que ele era tio e cunhado do juiz que preparou o processo (forma com a qual era tratado o juiz municipal), Isaías Joaquim Guimarães. O júri o condenou a quatro anos de prisão com trabalho e multa de 5% do dano causado, além de pagar as custas do processo⁶⁹¹.

Entre as causas particulares de injúria e furto de gado, nenhuma nos permite constatar que as partes eram de posições sociais diferentes. Tanto a acusadora Maria Jesuína quanto a ré Maria Cândida de Jesus eram mulheres com algumas cabeças de gado⁶⁹². Há uma acusação nesse sentido de Silvério Nunes da Cruz contra Francisco Dias da Rocha porém, rapidamente, foi dado o perdão do autor e a desistência do processo, de maneira que não existem muitas informações sobre as partes; apenas está escrito que o acusador era proprietário de várias reses⁶⁹³. Antônio Branco de Oliveira, figura importante da vila, negociante que exerceu o cargo de jurado, delegado, juiz municipal, escrivão do juízo municipal, presidente da Câmara e secretário da Câmara, levou ao conhecimento do delegado que Jerônimo Manoel Batista carneou uma vaca sua, com a desculpa de que a res lhe foi dada por Mizael, órfão, enteado de Antônio. Como nas inquirições do delegado não ficou comprovado o furto pois algumas testemunhas alegaram que Mizael dera a vaca a Jerônimo, inclusive por ordem da mãe dele, o juiz municipal mandou arquivar o processo. Não há nenhuma outra informação sobre as posses de Jerônimo⁶⁹⁴.

⁶⁹¹ 115/15.

⁶⁹² 114/06.

⁶⁹³ 114/13.

⁶⁹⁴ 116/19.

O único caso de furto de gado que envolveu a promotoria pública foi a queixa que Bento José Gomes, fazendeiro e negociante que exerceu os cargos de delegado, jurado e juiz municipal, fez de Pedro João da Costa, ferreiro e lavrador, cabo da Guarda Nacional. Segundo a queixa, o acusado estava marcando o gado de Bento com sua marca. Nas alegações finais do réu Pedro João, assinadas por seu advogado Justiniano Augusto de Sales Fleury, menciona-se que deveria ter acontecido – e não houve – exame de corpo de delito; as provas eram todas testemunhais. Diz ainda que Pedro comprou dez ou doze reses de Francisco Alves Junqueira, já marcadas com o sinal de Bento José Gomes. Afirma que as diligências legais contidas na lei da Reforma Judiciária e Regulamento de 22 de novembro de 1871, bem explicadas por Araripe e Mafra, não foram pedidas pelo *nobre Promotor público* para servir de base à denúncia; que segundo o art. 36 do Código Criminal, conjecturas e presunções não podem dar motivo para imposição de pena, e era apenas isso que havia contra o réu. Por fim, cita, reiterando a nulidade do processo, uma variada jurisprudência. O juiz de direito não refutou ponto por ponto das contrariedades, pelo contrário, foi bem sintético para dizer que pelo depoimento das testemunhas, estava bem provado que houvera furto de reses e condenou o réu ao mínimo do art. 257 do Código Criminal (um mês e dez dias de prisão) e às custas⁶⁹⁵.

Como se pode ver nesses casos de furto de gado, se havia desigualdade, era a favor do acusador. Não há nenhum caso de alguém menos favorecido interpellando uma figura notável de Sant'Anna. Os casos de calúnia mantêm a característica da igualdade da posição social. Manoel Jorge da Silva, afamado advogado da vila a quem foram conferidos os cargos de procurador da Câmara, secretário da Câmara, escrivão do juízo municipal, escrivão da delegacia e jurado, levou José de Barros Gurgel, que foi escrivão tanto do juízo municipal quanto da delegacia, ao tribunal por este tê-lo acusado de furtar páginas de processos criminais. Não houve sentença porque o queixoso desistiu da ação⁶⁹⁶.

Francelino Rodrigues Ramos, que foi jurado, acusou João Victoriano de Melo, alfaiate e de quem não há registros de que tenha exercido funções públicas, por ofensas dirigidas a ele por carta depois que Francelino lhe enviou uma cobrança de dívida. O réu foi absolvido pelo delegado⁶⁹⁷. O capitão João Batista de Melo Coimbra, negociante e

⁶⁹⁵ 115/16.

⁶⁹⁶ 114/11.

⁶⁹⁷ 114/12.

fazendeiro, que desempenhou as funções de juiz municipal, juiz de direito interino e jurado, acusou José Lavrador, natural do reino da Espanha e morador na comarca de Uberaba, por este ter feito uma denúncia contra ele à promotoria de Justiça em termos injuriosos. Também não houve sentença porque o queixoso solicitou que os autos ficassem “em silêncio até que de novo o suplicante requeira seu andamento”, o que causou certo assombro ao juiz Júlio de Souza Ramos, em correição anos depois: “Irregular e injurídico é o despacho da petição retro [que requer a demora do processo]. O autor não tinha o Direito de requerer o protelamento deste feito, sem um fundamento legitimamente legal”. Mas foi o que aconteceu; não houve outros andamentos no processo⁶⁹⁸. Por fim, os dois processos por calúnia movidos contra José Vicente Ferreira Júlio tratam de supostas ofensas publicadas no Jornal do Comércio da Corte e nenhum resulta em condenação; são ações movidas por João Pedro da Silva, alferes da Guarda Nacional, classificado no primeiro corpo de cavalaria de Nioac, contra um oficial de caldeireiro que chegou a ser promotor público *ad hoc*, mas também foi jurado e juiz de paz⁶⁹⁹.

O que se percebe é que a Justiça era acessada por pessoas do mesmo círculo social e, em geral, pessoas de posses. Os casos nos quais acontecem situações diferentes são assim por intervenção da promotoria, sem menção de que o crime tenha sido denunciado por pessoas menos favorecidas ou que de qualquer outra maneira elas tenham provocado a Justiça pública. Abraão Barbosa de Souza, que nesse mesmo processo disse ser fazendeiro, negociante e lavrador, e em outros documentos chegou a exercer o cargo de jurado, foi acusado pelo assassinato de Manoel João da Silva, sobre quem não há indicação de posses ou exercício de cargos. Nesse caso, o promotor fez a denúncia quase a contragosto do delegado. Abraão acabou inocentado pelo júri⁷⁰⁰.

Maria Gertrudes, uma mulher aparentemente sem posses, lutou para que o assassinato do irmão não ficasse impune e foi necessário que ela se dirigisse aos notáveis da província – o presidente e o chefe de polícia –, contornando os notáveis da localidade, conseguindo que o processo fosse aberto; houve investigação e um dos acusados chegou a ser levado ao júri, mas sem punição⁷⁰¹.

⁶⁹⁸ 116/16.

⁶⁹⁹ 117/13-A e 117/13-B.

⁷⁰⁰ 115/08.

⁷⁰¹ 117/15.

Encontramos uma minuciosa descrição do trabalho dos escravos em 117/20. José Martins Rodrigues Júnior testemunhou que estava saindo da casa de dona Ana Francisca quando um escravo de seu pai, de nome João, avisou que o crioulo José estava morto com um tiro “em cima da maminha esquerda”. E mais: “ouviu dizer de Vicente Gomes da Silva, e os escravos de seu pai, por nome de João e Francisco, que o depois (sic) do almoço seguiu Manoel e Apolinário seu filho, adiante de José crioulo para suas roças sendo todas em um só caminho”, quando escutou um tiro e José gritando “que o acudissem que ele estava morto”. Ao que parece, essa grande propriedade rural era dividida em pequenos lotes onde os escravos trabalhavam. Outra testemunha, Silvestre Martins Rodrigues, afirmou morar distante meia légua do lugar do assassinato e não sabia se o escravo tinha questão com outros iguais ou mesmo se ele tinha “roça junto com alguém”.

Nas grandes fazendas monocultoras de café de São Paulo, não era raro que o senhor cedesse terras para o escravo plantar e criar, além de licença para caçar e pescar, de maneira a diminuir os gastos com a alimentação⁷⁰², mas a situação vivenciada em Sant’Anna era distinta. O trabalho escravo, no sul do Mato Grosso, não era explorado em uma grande plantação que produzia para o mercado externo; não é impossível que seu trabalho fosse realizado em alguma terra cedida por seu senhor.

Partindo dessas conclusões, o escravo estava muito próximo do agregado, exatamente como pontuaram Elaine Cancian e Maria do Carmo Brazil, ao descreverem que “havia ainda, na extensa propriedade rural [do barão de Vila Maria], edificações destinadas ao descanso dos escravizados. Conhecidas como senzalas, essas estruturas cobertas de palha e sapé serviam também ao descanso dos camaradas do barão”⁷⁰³. Também Adorno parece convergir para essa análise: “Encravada na economia mercantil constituiu-se uma economia de subsistência que, a despeito de seus matizes regionais, possibilitou a convivência de proprietários com seus escravos lado a lado a sitiantes, agregados, camaradas, tropeiros e vendeiros”⁷⁰⁴. E ainda está de acordo com Ricardo Alexandre Ferreira, para quem “uma expressiva parcela da população cativa do país, distribuída entre proprietários de pequenos grupos de escravos, localizava-se em áreas nas quais a produção destinava-se à subsistência e ao abastecimento interno”. Dedicou-

⁷⁰² FRANCO, Maria Sylvia Carvalho. Op. cit., p. 220.

⁷⁰³ CANSIAN, Elaine; BRAZIL, Maria do Carmo. Op. cit., p. 106.

⁷⁰⁴ ADORNO, Sérgio. Op. cit., p. 38.

se então a analisar uma área desse tipo, Franca, na província de São Paulo, e encontrou relações de trabalho que dispensavam ritmos intensos e controle direto e constante da mão-de-obra cativa, de maneira que “a conformação do regime da escravidão no município e em suas cercanias rurais favorecia uma mobilidade significativa aos cativos, a qual se apresentava como resultado de uma relação afrouxada pela pobreza”⁷⁰⁵. Mesmo Carvalho Franco admite que “especialmente em pequenas propriedades, o escravo trabalhou ao lado do homem livre, participando então das instituições próprias a este último”, porém não era esse o seu enfoque: tais “discussões são irrelevantes para os fins dessa discussão [sobre os homens livres]”⁷⁰⁶.

Nas cartas de alforria e revogação de alforria, aparecem alguns senhores acusando escravos de terem cometido crimes, como Januário Garcia Leal, que prometeu dar a liberdade a um escravo seu por nome Camillo mas “como o dito escravo se portasse indignamente depois de feita a mencionada escritura, cometendo algumas tentativas de homicídio, tratando com pouco respeito o seu senhor e finalmente evadindo-se e induzindo a mais escravos da casa para lho acompanhar e como de fato assim o fizeram”, o senhor decidiu anular a promessa de liberdade. Da mesma maneira, Joaquim Garcia Leal revogou a

liberdade concedida ao mencionado escravo Lauriano pardo; revoga sim pela ingratidão que usou com ele libertante, e pela ofensa física que praticou na própria pessoa do dito libertante, cuja ofensa teve lugar no dia vinte e cinco de junho do corrente ano; e sendo por mim tabelião perguntado com que instrumento foi ele outorgante ofendido pelo pardo? Declarou o mesmo outorgante que foi ofendido com um pau sobre a cabeça por repetidas vezes e pelos braços, a ponto de lhe quebrar uma das canais (sic) do braço esquerdo, fazendo ditas pancadas duas feridas sobre o mesmo braço as quais ainda existem bem como a cicatriz da cabeça, as quais ainda são vistas pelas testemunhas presente e abaixo-assinadas⁷⁰⁷.

Note-se uma proximidade muito grande do escravo com o senhor nesses dois casos, sem intermediação de feitores, profissão, aliás, não encontrada na comarca. Ainda que pese a possibilidade dos senhores mentirem sobre a conduta de seus escravos, a relação de proximidade deveria existir, como se evidencia pela fala de uma testemunha, segundo a qual José Felipe de Souza matou Jeremias Mariano, homem livre, em casas de Gabriel Ferreira de Melo. No decorrer do processo, percebe-se que próximo à casa na qual morava Gabriel, havia outras nas quais residiam, além de

⁷⁰⁵ FERREIRA, Ricardo Alexandre. Op. cit., São Paulo: Unesp, 2005, p. 19-20, 31.

⁷⁰⁶ FRANCO, Maria Sylvia Carvalho. Op. cit., p. 46, nota 37, p. 213-214.

⁷⁰⁷ *COMO SE DE VENTRE Livre Nascido Fosse*. Op. cit., p. 224, 245.

Jeremias, dois escravos de Gabriel, Jacinto e Miguel. Portanto, igualados à condição de um camarada⁷⁰⁸.

Ricardo Alexandre Ferreira descreve um crime cometido pela escrava Firmina contra o filho de seu senhor. Neste processo, depõe um ex-escravo que, alforriado, “permaneceu como agregado do antigo senhor” e outras testemunhas afirmaram que a ré era comadre da vítima⁷⁰⁹. Por onde se vê que essa proximidade era comum nos ambientes rurais. “No dia-a-dia da relação com os senhores, os escravos paulatinamente ampliavam sua autonomia, testando os limites das atitudes não reprimidas. Furtivas andanças pelos mais variados locais e horários, relações amorosas e sociabilidades não consentidas ampliavam-se até ser efetivamente interrompidas pelo poder dos senhores”.

E em Sant’Anna, assim como no interior de São Paulo, “os cativos estavam presentes nas mais variadas atividades, travando relações com pessoas dos diversos grupos que compunham a sociedade local. Na lida diária, não se especializaram, mas atuavam em tarefas domésticas, na agricultura, na criação de animais e na maioria das ocupações em que se empregava a população livre”⁷¹⁰. Entre as ocupações dos escravos do barão de Vila Maria, encontram-se serviços domésticos, roceiro, roceira, lavrador, lavradora, e, mais especializados, copeiro e cozinheira⁷¹¹.

São necessárias duas ressalvas aqui: a primeira é que a fazenda do barão ficava no pantanal, não em Sant’Anna, estando aqui apenas a título de comparação. Se essa era a quantidade e a especialização dos escravos de um barão, o que falar das pessoas comuns de Sant’Anna, cujo maior título encontrado foi o de comendador⁷¹²? Também não se pretende *adocicar* a escravidão. A igualdade que escravos e camaradas desfrutavam era nivelada pela miséria e pela violência; ao se dizer que eram semelhantes a vida de ambos, não se pense que a vida do escravo fosse melhor do que em outras regiões do país, era apenas diferente. Veja-se o caso do camarada José

⁷⁰⁸ 115/14.

⁷⁰⁹ FERREIRA, Ricardo Alexandre. Op. cit., p. 69-70. Esses apadrinhamentos aconteciam também em Mato Grosso. Segundo Nancy Araújo, muitas escravas buscavam garantir benefícios materiais aos seus filhos escolhendo como padrinhos pessoas da elite. ARAÚJO, Nancy de Almeida. *Filhos Livres de Mulheres Escravas: Cuiabá (1871-1888)*. Dissertação de mestrado em história. Cuiabá: UFMT, 2001.

⁷¹⁰ FERREIRA, Ricardo Alexandre. Op. cit., p. 153-154.

⁷¹¹ CANCIAN, Elaine; BRAZIL, Maria do Carmo. Op. cit., p. 104 e 108.

⁷¹² Abaixo dos títulos de nobreza: barão, conde, etc., estavam mercês menores, as ordens imperiais, notadamente a do Cruzeiro, da Rosa e de Cristo. Dentro de cada uma dessas ordens havia uma hierarquia: no topo estava o comendador da ordem, depois o oficial, e por último, o cavaleiro. Em Sant’Anna não foi encontrado ninguém com títulos de nobreza, apenas Manoel Garcia da Silveira é referido como comendador em 117/04, 117/17 e 117/20. No livro de batismo, o padrinho de um dos filhos de Justiniano Augusto de Sales com Ana Flausina, de nome Frederico, é o comendador Joaquim Gaudelai (?), mas não há garantias de que ele morasse em Sant’Anna.

Bruzungueiro, que teria matado seu patrão, Eudácio Bueno, porque este mandou José buscar um boi na casa de um terceiro, e como ele demorara três dias para voltar, Eudácio tentou espancá-lo com um laço; ou seja, para Bueno, seu camarada poderia ser punido como um escravo⁷¹³.

Pesava também a cor, como se vê na resposta que Luiz Antônio Saboia deu aos pedidos de socorro da sua vítima, Pedro João da Costa: “eu te acudo negro, e desfechou sobre Pedro o segundo tiro, e vendo que este caiu com o segundo tiro, correu sobre o seu cadáver deu-lhe com a coronha da arma muitas vezes sobre o estômago e dizendo-lhe: Eu não te falei, negro, que não mexesse comigo, e depois de ver Pedro quase cadáver, forçou a diversos índios que estavam presentes a lançarem o corpo do mesmo no rio Paranaíba”, conforme narração da testemunha Manoel Francisco de Rezende, vulgo Chico Félix⁷¹⁴.

Podemos ter noção das condições de uma cativa através do exame de corpo de delito feito na escrava Joana, que, segundo o promotor Antônio Pedro de Menezes, havia sido espancada *horrorosamente* na casa de João Batista de Melo Coimbra pelo inquilino dele, José Machado da Silveira Diniz. Como se vê, o uso do trabalho escravo podia ser compartilhado entre duas pessoas, da mesma maneira que camaradas, às vezes, tinham vínculos com mais de um patrão. Assim se pronunciaram os peritos do exame: “Altura e corpo regular; vestia saia e camisa de algodão; no braço esquerdo tinha uma cicatriz redonda que deve datar de dez anos mais ou menos; na cabeça tem diversas cicatrizes que devem ter a mesma idade; nas costas tem alguns sinais de ferimento e também da mesma idade; nada, portanto, encontramos que nos demonstrasse um pequeno sinal de castigos recentes”. Devido a essa conclusão, o inquérito não chegou a subir ao juízo municipal⁷¹⁵.

Alguns indícios de que o escravo estava sendo protegido pelas leis são ambíguos. O chefe de polícia de Cuiabá, Jesuíno de Souza Martins, enviou ofício ao juiz municipal de Sant’Anna para que investigasse o assassinato a chicotadas de um escravo de nome Sebastião, por este ter roubado um colar de ouro de pouco valor⁷¹⁶. Outro escravo, Geraldo, foi defendido da denúncia de ter matado o filho de seu senhor, que o acusara antes de morrer. O defensor do cativo, Antônio Pádua Pinto, alegou que o jovem morto poderia ter sido assassinado por conta de alguma de suas aventuras

⁷¹³ 117/17.

⁷¹⁴ 116/15.

⁷¹⁵ 116/20.

⁷¹⁶ 114/04.

amorosas e, ao invés de colocar em xeque a honra de uma mulher, preferiu incriminar um escravo de seu pai⁷¹⁷. No primeiro caso, embora várias testemunhas confirmassem que o escravo morreu depois do castigo, não se conseguiu afirmar se esta foi a causa da morte ou se foi devido a outras enfermidades, no que resultou que ninguém foi punido. Essa situação lembra as palavras de Ricardo Ferreira sobre Franca. Tratando das torturas a escravos, o pesquisador conclui que “a interferência do Judiciário não logrou êxitos em fazer cumprir as leis que coíbiam os excessos dos senhores, prevalecendo o Direito à propriedade”⁷¹⁸. No caso de Geraldo, o que fez a Justiça pública foi devolver o escravo para o pai da vítima. Caso seu proprietário o considerasse inocente, poderia continuar usufruindo da sua mão-de-obra, o que seria impossível se tivesse que ficar preso à espera do júri; caso o considerasse culpado, poderia puni-lo.

Essa possibilidade de delegar a punição do escravo para seu senhor foi assinalada por Carvalho Franco: “Um escravo que matara a facadas a filha de seu senhor foi vendido somente um ano depois. Durante esse período permaneceu na fazenda, trabalhando ‘sob as vistas e guarda do feitor que nunca o deixava’”. O escravo assassino muitas vezes escapava da punição justamente por ser mercadoria: “mais compensava vendê-lo para longe e sem marcas de castigos severos que denunciassem seu passado perigoso, que ver o valor que representava comprometido ou suprimido pela morte”⁷¹⁹.

A Política Atravessada

Se a posição social do indivíduo não é o bastante para demonstrar o quanto a vida pessoal era relevante no momento em que era levada às barras da lei, isso fica bastante claro nas questões políticas. No processo numerado como 117/21, Joaquim Pereira Dias, membro do Partido Liberal, foi acusado pelo promotor público da comarca, Antônio Pedro de Menezes, filiado ao Partido Conservador, por abuso de autoridade. Pereira Dias teria demitido o escrivão do juízo municipal, Agostinho José Lopes, quando exercia, segundo o promotor, ilegalmente o cargo de juiz municipal. O motivo da demissão seria que Agostinho migrara dos liberais para os conservadores⁷²⁰. Despronunciado do crime pelo juiz de direito João Batista de Melo Coimbra (de quem

⁷¹⁷ 114/07.

⁷¹⁸ FERREIRA, Ricardo Alexandre. Op. cit., p. 155.

⁷¹⁹ FRANCO, Maria Sylvia Carvalho. Op. cit., p. 76, 158-159, nota 107.

⁷²⁰ O que era natural em um Estado patrimonial como o brasileiro no Império. HOLANDA, Sérgio Buarque de. Op. cit., p. 146. O escolhido para substituir Agostinho foi Macário Antônio dos Santos, que também sofreu um processo de responsabilidade mais adiante.

Pereira Dias já havia sido procurador em outro processo⁷²¹), o caso foi enviado com recurso necessário ao Tribunal da Relação. Antes do julgamento por essa Corte, o promotor Antônio Pedro de Menezes tomou algumas providências, como ele mesmo explicou:

O primeiro suplente [de juiz de direito] João Batista de Melo Coimbra, tomando conhecimento da denúncia [feita contra Pereira Dias], declarou-se impedido e assim também o segundo suplente, capitão Antônio Jesuíno Guimarães, passando conforme a lei a exercer a vara de Direito o terceiro suplente João Rodrigues da Cunha Sobrinho. Porém, quando este Juízo achava-se em pleno exercício, e tomando conhecimento do fato, digo, da denúncia e alguns atos posteriores, foi surpreendido com o ato do primeiro suplente [ou seja, João Batista de Melo Coimbra] avocar a si o feito e continuando a exercer apesar de protesto e averbação de suspeito que foi por esta promotoria averbado. Exercendo o dito Juiz muito propositalmente, a Vara de Direito, e neste, digo, no processo de responsabilidade contra o Vereador supra citado; depois de declarar-se impedido manifestou o interesse que tinha em funcionar, para ultimamente despronunciar o dito Vereador contra expressa disposições de lei, e aviso n. 422, de 01 de outubro de 1868. Não podendo convencer esta promotoria o referido Juiz, e assim desviá-lo do capricho infrene que estava possuído, denunciou ao Excelentíssimo Senr. Presidente da Província, expondo com toda minudência todo ocorrido no dito processo, porquanto, Sua Excelência o Senhor Presidente da Província submetendo o conteúdo da denúncia ao Excelentíssimo Senhor Procurador da Coroa, da Relação do Distrito, foi este ilustre magistrado de parecer, que devia ser submetido a novo processo, o Vereador Alferes Joaquim Pereira Dias, visto ser nulo todo feito do processo que funcionou o primeiro suplente João Batista de Melo Coimbra.

Em resumo: considerando ilegal que Melo Coimbra, depois de declarar-se impedido, voltasse ao cargo para julgar Pereira Dias, Antônio Pedro de Menezes denunciou o procedimento ao presidente da província, que mandou instalar novo processo, o que o réu não considerou conforme às leis:

Nem se diga que é legal esta segunda denúncia, por que é de ordem do Excelentíssimo Presidente da Província segundo se depreende da informação do Senhor promotor público no documento número três [cujo trecho foi transcrito anteriormente], pois esta autoridade, posto que a primeira da Província, não pode intervir-se em casos que pendem do poder Judicial, segundo o expresso no art. 151 da Constituição Política do Império e Aviso de 07 de fevereiro de 1856, §§3º e 4º - Consolidação criminal do Araripe art. 306 §§6º e 7º.

E completa que lhe causa estranheza “por ser desconhecido no Império do Brasil, neste país, que se proclama de livre e civilizado a prática de acumular-se sobre

⁷²¹ 116/16.

um só indivíduo dois processo por um só crime”. Não se trata aqui de tentar julgar novamente Pereira Dias, que, no segundo processo, foi condenado em primeira instância mas despronunciado pela Relação, e no primeiro, a Relação manteve a despronúncia de Melo Coimbra, porém parece impossível não ligar este processo a outros, por exemplo, à denúncia que pesou sobre Antônio Pedro de Menezes e Justiniano Augusto de Sales Fleury. Ambos foram acusados por Benedito Brusque de Oliveira, comandante do destacamento militar da vila, de seduzir praças para que desertassem, e o promotor do processo era justamente Joaquim Pereira Dias. Nessa causa, motivos políticos também foram alegados pelos réus para justificar a acusação. Justiniano se defendeu em determinado momento, alegando que Brusque era seu inimigo político e que o processo era “irrisório, uma farsa, um conluio do senhor tenente Benedito Brusque de Oliveira com seus soldados com o único fim de salvar-se das acusações que lhe pesam e ao mesmo tempo macular a reputação dos acusados, seus inimigos políticos”⁷²².

Mesmo o mecanismo de substituição constante de autoridades, que inviabilizava condenar um inimigo sem provas, já que futuramente o próprio condenado ou alguém de suas relações poderia ocupar os mesmos cargos, não impedia que o processo ao menos fosse aberto e desenvolvido, o que por si só já é uma forma de apenar alguém, como assinala Vellasco: “[Mesmo sem a pena] o fato de ser citado pela Justiça por algum tipo de delito já implicaria transtornos e custos, inclusive materiais, capazes de dissuadir e refrear as ações futuras daqueles que se viam e viviam sob a esfera de ação e alcance dos juízes”⁷²³. Pereira Dias, no processo 117/21, fugiu durante algum tempo, alegando que a sua sentença já estava decretada devido ao rancor que lhe devotavam o juiz e o promotor do processo. Disse mais:

A única causa que deu motivo ao procedimento criminal e a condenação do apelante é a política, visto como, pertencendo a um partido e os promotores do processo a outro, procuraram eles perseguir ao apelante, arredá-lo da Câmara da qual era vereador no presente quadriênio, fazê-lo perder a patente de alferes da terceira companhia da terceira sessão de batalhão de infantaria da Guarda Nacional desta comarca, porque aproximava-se o dia 02 de dezembro, designado para uma revista da mesma Guarda, e para privá-lo outrossim por algum tempo do Direito de voto nas eleições. E para se conseguir este dezideratum (sic) era necessário o processo a condenação, e o que isso custava? O fato de se ofender a sociedade arrancando de seu seio um obscuro membro, ultrajá-lo, acusá-lo sem impiedade e atirá-lo em uma prisão.

⁷²² 116/10.

⁷²³ VELLASCO, Ivan de Andrade. Op. cit., p. 181.

Não era sem razão o medo de Pereira Dias. Foi ele o promotor do processo que manteve preso durante mais de dois anos Justiniano Augusto de Sales Fleury, acusado do assassinato do preto Matias⁷²⁴. A vítima havia desaparecido em 2 de fevereiro de 1884 e uma semana depois Pereira Dias mandou que fosse feita uma rigorosa averiguação no quintal de Justiniano e nas imediações, onde a vítima teria sido vista pela última vez e onde também se ouviu um tiro. Essa investigação foi designada como *Auto de Busca do Cadáver*. Nos dias seguintes, foram ouvidas vinte testemunhas na delegacia, sendo quinze em um só dia. Não há outra investigação em que dez testemunhas sejam inquiridas pelo delegado. Em 25 de agosto de 1885, Justiniano foi encarcerado; trata-se do caso de prisão mais longa encontrada nos processos, que só aconteceu por falta de juiz de direito na comarca e, por isso, Justiniano não podia ir a júri popular. Em setembro de 1887, o réu suplicou para que fosse julgado na comarca de Santa Cruz de Corumbá, onde havia juiz letrado. No dia 13 do mesmo mês, o juiz municipal despachou pedindo a opinião do promotor público sobre o pedido. A petição só chegou às mãos da promotoria em 24 de janeiro do ano seguinte e seu parecer foi a favor do pedido do réu. O promotor, nessa época, já não era Pereira Dias, o cargo estava sendo ocupado por Antônio Pedro de Menezes.

Fica claro, portanto, que as relações pessoais importavam quando alguém era chamado a responder por um crime. Além disso, tais fatos apontam para a inexistência de *um* mandão local, no sentido descrito por Pereira de Queiroz. Para ela, “cada município era [no Império] um feudo político que se transmitia por herança, do mesmo modo que a grande propriedade rural”. Mesmo com o descentralizador Ato Adicional,

o chefe local poderoso continuaria, ele próprio, a ditar as ordens no setor político, porque os presidentes das províncias, iam e vinham, ele é que estaria ali, permanentemente, representado pelas Assembleias Provinciais, com ele deviam tratar os presidentes para poder governar em paz a província. Por outro lado, além de aspirar ao domínio do município, podia agora o chefe local pretender dominar a política toda de sua província⁷²⁵.

Maria Isaura cria um modelo que precisa ser discutido em cada realidade deste vasto país para averiguar suas possibilidades de aplicação. Há indícios de que em Sant’Anna não houvesse um grande poderoso que subjugasse todos os outros. O futuro comendador Manoel Garcia da Silveira, tido pelo memorialista Hildebrando Campestrini

⁷²⁴ 116/15.

⁷²⁵ QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. “O Mandonismo...”. Op. cit., p. 66, 88.

como o grande mantenedor da ordem em Sant'Anna⁷²⁶, sentou-se no banco dos réus junto com outros poderosos da cidade quando foi acusado de expulsar Manoel Jorge da Silva da vila⁷²⁷. E essa coexistência de mandões não é exclusividade de Sant'Anna, como pode ser percebido num episódio ocorrido em Corumbá, com o Barão de Via Maria, acusado de fraudar as eleições de 1872 utilizando um bando particular e homens do Exército. Para João Carlos de Souza, esse fato comprova que o Barão possuía adversários.⁷²⁸

Ainda há outro destaque importante sobre a elite de Sant'Anna: sua inexpressividade. Ernesto Sena, em estudo sobre a elite provincial de Mato Grosso, faz apenas uma mera referência aos poderosos locais, quando comenta as estratégias eleitorais para cooptar os eleitores de Sant'Anna: "Nesses arranjos, certamente os políticos provinciais tinham que se entender com os 'Garcia Leal' e os 'Barbosa', fazendeiros de Paranaíba⁷²⁹. Ou seja, eles sequer são considerados "políticos provinciais".

Além disso, a falta de títulos de nobreza mostra que se tratava de uma elite pobre, já que as palavras de Carvalho Franco, embora se refiram à civilização do café, podem ser estendidas a todo Império: "Quão profundamente essa sociedade esteve condicionada pelo interesse econômico revela-se até mesmo na maneira como foi institucionalizada a nobiliarquia, com o princípio da atribuição de honrarias subordinado ao puro enriquecimento"⁷³⁰.

Visto isso, não se pode afirmar que o funcionamento judicial pesava mais ou menos dependendo do relacionamento de uma determinada pessoa com o mandão local, mas que certamente as relações pessoais interferiam se percebe na pronúncia do juiz de direito interino João Rodrigues da Cunha Sobrinho, contra o escrivão Macário Antônio dos Santos:

Considerando que o ex-escrivão Macário Antônio dos Santos deixou perder-se ou extraviar-se propositalmente os autos eleitorais de Manoel Matias de Souza, e que sobre tal perda ou extravio não pode ser crido (?) ainda com juramento (Pereira e Souza, L. cir. nota 181 ordenação Sº 1º tit. 24 §25). Considerando que o dito ex-escrivão, **político sagaz e matreiro**, só teve em mira embaraçar a inscrição eleitoral de Manoel Matias de Souza no corrente ano da eleição provincial, para que não pudesse ainda votar, o pronuncio como

⁷²⁶CAMPESTRINI, Hildebrando. Op. cit., p. 161.

⁷²⁷ 114/29.

⁷²⁸SOUZA, João Carlos de. Op. cit., p. 203-204.

⁷²⁹ SENA, Ernesto. Op. cit., p. 195.

⁷³⁰ FRANCO, Maria Sylvia Carvalho. Op. cit., p. 225.

incurso na penalidade pecuniária estatuída do art. 109 da lei n. 3029 de 9 de janeiro de 1881 e no art. 232 § 4º última parte do Decreto Regulamentar n. 8213 de 13 de agosto do mesmo ano⁷³¹.

Com tal opinião negativa formada sobre o réu, o mesmo juiz Cunha Sobrinho foi quem o julgou. Macário, em sua defesa final, pediu que a sentença fosse escrita *sem ânimo prevenido*, que o juiz *esquecesse qualquer sentimento que tivesse por ele e*, principalmente, *desprezasse a política*. Acabou condenado ao pagamento de uma multa⁷³².

A política também foi relacionada à prisão de Maria Firmina da Silva, conhecida como Maria Mocinha, que ao recorrer da pronúncia pelo assassinato do seu marido, alegou o seguinte ao juiz de direito:

Sabe V.S., que o dedo da política, essa encantadora fada do homem de alma sublime, e muitas vezes também o livro do destino em que o de alma nimamente pequena, vai julgar-se pela sorte do dado para aferir os lucros que resultam de tramas vergonhosas e infames, revertendo a verdade em fatos jamais provados, resultando desta arte a pagar o justo pelo pecador, filho este da voraz e insaciável ambição de fulgurar-se, manchando sobre maneira (sic) a arena política onde o homem de senso regular e alma magnânima conserva-se dentro de sua esfera. É por todos sabido e público, que a recorrente mesmo no triste lance em que se acha, é protegida por seu tio e protetor Manoel Garcia da Silveira, já pelos laços de parentesco, já pelo lado caridoso; este homem pelo seu vulto político, sofre o martelo do êmulo que com ele não se pode medir: e julgado boa presa fazer-se-lhe uma agressão, houve algum desta vila que dentro do envelope do incógnito, denunciara ao excelentíssimo senhor doutor chefe de polícia da província, que a recorrente como autora da morte de seu marido, passeava impune, em cujo processo depuseram 4 testemunhas sendo ela não pronunciada; causando mesmo impressão em sua excelência convencendo-o de maneira a expedir a V.S. um ofício, para reviver esse mesmo processo, inquirindo-se novas testemunhas à revelia da recorrente, contra o disposto no art. 142 do Código do Processo, tornando-se acelerada a marcha do processo, com grave prejuízo do Direito da recorrente, que se achava distante desta vila 6 léguas, e não se lhe notificou por ouvir os depoimentos das testemunhas para contestá-las, falta esta mais que sensível, extorquindo-se sua defesa, culpabilizando-se à recorrente por mera presunção, contra o disposto no art. 36 do Código Penal.

O juiz municipal Francisco Ferreira de Assis recusou-se a reformar a pronúncia e enviou o recurso ao juiz de direito Sebastião José Rodrigues de Queiroz, que mandou dar baixa na culpa de Maria Firmina⁷³³. Importa ressaltar aqui que não se usaria o

⁷³¹ A lei 3029 vai apenas até o art. 37, mas está transcrito conforme o original. Grifo meu.

⁷³² 117/06.

⁷³³ 114/15.

argumento de que a política interferia na atuação judicial se isso nunca acontecesse. Não podemos afirmar que foi determinante para a condenação de uma pessoa específica ou para a absolvição de outra mas as referências constantes às questões políticas e partidárias deixam claro que esse tipo de interferência acontecia amiúde.

Outra constatação no sentido de que a política tinha interferências na vida da comarca é o fato de Justiniano Augusto de Sales Fleury ter sido promotor público entre os anos de 1873 e 1878. Os conservadores mantiveram o poder na Corte durante todo esse tempo, só o perdendo em janeiro de 1878; em março do mesmo ano, Justiniano deixou o cargo. Nos anos de 1880 até 1886, foi promotor público da comarca o liberal Joaquim Pereira Dias; na Corte, o saquarema Cotegepe havia sido alçado ao poder no lugar de Saraiva em 20 de agosto de 1885. Demorou um pouco, mas o também conservador Antônio Pedro de Menezes tomou o cargo, exercendo-o de 1886 até o começo de abril de 1889, quando seus correligionários Barão de Cotegepe e João Alfredo Correia de Oliveira ocupavam o cargo de Presidente do Conselho de Ministros. Como a promotoria era um cargo de indicação, não eleito como as magistraturas de Sant'Anna, era diretamente influenciada pelos acontecimentos da Corte.

É fato que nem sempre as questões políticas estavam ligadas a questões partidárias. Muitas vezes, tratava-se apenas de conflitos entre facções, no sentido em que foram definidas por Sergio Buarque Holanda:

As facções são constituídas à semelhança das famílias, precisamente das famílias de estilo patriarcal, onde (sic) os vínculos biológicos e afetivos que unem ao chefe os descendentes, colaterais e afins, além da famulagem e dos agregados de toda sorte, hão de preponderar sobre as demais considerações. Formam, assim, como um todo indivisível, cujos membros se acham associados, uns aos outros, por sentimentos e deveres, nunca por interesses ou ideias⁷³⁴.

A imensidão territorial de Sant'Anna não impedia que as pessoas, principalmente os notáveis que podiam exercer cargos, conhecessem uns aos outros e tivessem relações que influíam nas sentenças e no andamento dos processos. Aliás, tal prática de fazer uso pessoal do Estado caracteriza a própria maneira de se fazer política no Brasil, como indica Holanda:

A esse mesmo observador e fino psicólogo que é Alfred Rühl chamou a atenção, entre espanhóis, o fato de julgarem perfeitamente normal a aquisição de certo gênero de vantagens pessoais por intermédio de

⁷³⁴ HOLANDA, Sérgio Buarque de. Op. cit., p. 79.

indivíduos com os quais travaram relações de afeto ou camaradagem, e não compreenderem que uma pessoa, por exercer determinada função pública, deixe de prestar a amigos e parentes favores dependentes de tal função. Das próprias autoridades requerem-se sentimentos demasiado humanos. Como explicar por outra forma, pergunta, a circunstância de as companhias de estradas de ferro viverem embaraçadas diante das verdadeiras avalanches de pedidos de passes gratuitos ou com redução de preço, pedidos esses que partem, em regra, de pessoas pertencentes justamente às classes mais abastadas. (...)

Não há dúvida de que, desse comportamento social, em que o sistema de relações se edifica essencialmente sobre laços diretos, de pessoa a pessoa, procedam os principais obstáculos que na Espanha, e em todos os países hispânicos – Portugal e Brasil inclusive –, se erigem contra a rígida aplicação das normas de Justiça e de quaisquer prescrições legais⁷³⁵.

Dentro e Fora das Instituições

A exígua procura dos estratos menos favorecidos da população pela Justiça local ainda precisa ser aprofundada para compreendermos sua visão das instituições. Naquela sociedade violenta, armada, na qual o anonimato era impossível e a noção de honra perpassava todas as relações sociais, grande parte dos conflitos era resolvida à revelia do poder estatal. Por um lado, havia costumes que rechaçavam o uso da Justiça pública; por outro, havia os empecilhos burocráticos que, a partir do momento em que a Justiça era acionada, dificultava seu funcionamento, como falta de funcionários e de infraestrutura, a enormidade da comarca e a ignorância dos operadores do Direito, o que resultava num poder judiciário quase inócuo. Essa é a tabela para a conclusão que tiveram os processos:

Resultado	Quant.	Resultado	Quant.
Despronúncia	6	Absolvição pelo júri	9
Despronúncia pelo júri	1	Condenação pelo júri	4
Despronúncia pela Relação	1	Desistência	5
Não reconhecimento pela Relação	1	Negado (<i>habeas corpus</i>)	2
Improcedência da denúncia	10	Prescrita	1
Absolvição pelo delegado	1	Arquivado em 1931	6
Absolvição pelo juiz municipal	1	Morte da parte	2
Condenação pelo juiz municipal	2	Fragmento de Processo	2
Absolvição pelo juiz de direito	2	Nenhuma	30
Condenação pelo juiz de direito	3	Não é crime	3

⁷³⁵ Idem, p. 134.

Trinta processos terminam sem absolutamente nenhuma conclusão. O acusado era pronunciado⁷³⁶, pedia-se mais testemunhas⁷³⁷, mandava-se vistas ao promotor público⁷³⁸, realizava-se exame de corpo de delito sem que fosse sequer enviado para o juízo municipal⁷³⁹, e não há seguimento nenhum. As páginas seguintes dos autos continuam brancas. Com seis outros, processos aconteceu o mesmo, só em 1931 (!), foram encontrados por funcionários da República, que lhe deram um fim formal: arquivamento. Ou seja, mais de 40% dos crimes processados não tiveram desfecho. Em algum momento, ficaram emperrados na burocracia. Dessa maneira, é possível afirmar que o aumento do número de processos de década para década no final do Império é fruto de uma fiscalização maior sobre a sociedade, principalmente por parte da promotoria pública, do que por um aumento do capital simbólico do poder judiciário que levaria mais pessoas a procurá-lo.

Para algumas pessoas mais esclarecidas, ainda, o preço de um processo pesava na hora de tomar uma decisão. Foi o que aconteceu com Abraão Barbosa de Souza, acusado de matar Manoel João da Silva para vingar o assassinato de seu irmão, crime que teria acontecido em Rio Verde de Goiás. Abraão fez juntar uma carta sua aos autos, solicitando ser ouvido, já que estava sendo processado. Para isso, precisou pagar duzentos réis de selo. João Batista de Melo Coimbra acatou o pedido, qualificou e interrogou Abraão. O acusado alegou estar em Minas quando Manoel João faleceu e que a vítima de fato matou seu irmão e por isso lhe *instauraram um processo com o que gastaram mais de cento e cinquenta mil réis, além de penosas viagens*. Para Abraão, o crime do qual era acusado havia sido cometido por um escravo chamado João, que mantinha relações com a mulher do morto⁷⁴⁰. O que se revela aqui não é apenas a quantia necessária para pagar determinados atos do processo, mas também que a proximidade da família, cobrando atitudes, ajudando a localizar testemunhas e acusados, talvez até colaborando em capturas, em suma, fazendo a Justiça notar que a sociedade estava ofendida⁷⁴¹ com aquela morte e, por isso, precisava ser punida, era determinante para que o processo andasse.

A leniência do júri ajudava a dificultar a confiança da população nas instituições locais. Apenas quatro condenações foram efetuadas pelo corpo de jurados durante todo

⁷³⁶ Como em 114/02 e 114/22.

⁷³⁷ Como em 114/08, 117/05 e 117/12.

⁷³⁸ Como em 116/09 e 116/13.

⁷³⁹ Como em 115/10, 115/13, 116/18 e 116/20.

⁷⁴⁰ 115/08.

⁷⁴¹ O termo “sociedade ofendida” pode ser encontrado em 114/16 e 116/05

o período estudado, sendo somente uma por caso de homicídio, conforme se vê na tabela abaixo:

Crimes	Decisão	Quant.	Processos
Homicídio	Absolvido	7	114/24; 114/25; 114/27; 115/08; 115/14; 116/05 e 116/17.
Homicídio	Condenado	1	115/02
Homicídio	Despronunciado	1	117/15
Tentativa de Homicídio	Absolvido	1	115/18
Ofensa Física	Condenado	2	114/20; 115/11
Dar fuga a presos	Absolvido	1	114/14
Falsidade	Condenado	1	115/15

Esse caso que gerou a condenação por júri tem uma especificidade ímpar nos processos: trata-se de um enteado que matou o padrasto e o filho do morto, o inspetor de quartelão Fidêncio Antônio Neves, entregou-o à justiça pública. Os jurados deviam compreender então que, se eles não fizessem justiça, ninguém o faria, já que seria interdito a Fidêncio vingar a morte do pai no sangue de um “irmão”.

De qualquer maneira, o que se nota é que a principal função do poder judiciário, que consiste em “entregar a solução dos conflitos entre membros da sociedade a terceiros imparciais, que aplicam, racionalmente, os princípios gerais, escritos e/ou não escritos”⁷⁴², não conseguia se firmar plenamente como um costume em Sant’Anna.

Em 25 de setembro de 1888, Manoel Gregório da Silva envolveu-se em uma briga, coisa pequena sem nenhuma consequência grave, mas mesmo assim acabou sendo preso e, ao fim do sumário-crime, o promotor Antônio Pedro de Menezes deu o despacho seguinte:

Sendo o crime de que se trata contra o réu neste processo, Manoel Gregório da Silva, tão insignificante que o prosseguimento da ação de ora avante, será mais uma opressão ao cidadão (...) por quanto já não existe ferimento algum em Patrício Alves de Andrade, tanto que desistiu da ofensa que recebeu, ofensa esta provocada pelo mesmo Patrício, no auge da embriaguez em que ambos se achavam. Por tanto, sendo os mesmos punidos com alguns dias de prisão, como foram, satisfaz o interesse da *Justiça judiciária*, assim como da sociedade local⁷⁴³.

⁷⁴² MARRADI, Alberto. Op. cit., p. 1158.

⁷⁴³ 117/14, grifo meu.

Nesse trecho, cita-se a *Justiça judiciária*. Se era necessário qualificá-la, deve-se ao fato de que a palavra *Justiça*, escrita sozinha, não designava por si mesmo o poder judiciário. Outras Justiças tinham jurisdição no território de Sant'Anna. A mulher não estava completamente debaixo da *Justiça judiciária*, assim como o escravo; mais do que isso: reconheciam-se âmbitos da vida que não deveriam ser invadidos pelo Estado, ou por não ser o seu dever ou por falta de eficiência.

O caso mais grave que pode ser lido nos processos de *Justiça fora da Justiça* se deu com Manoel Jorge. Segundo o promotor Justiniano Augusto de Sales Fleury, no amanhecer do dia 29 de janeiro de 1874, um movimento de mais de cem homens, liderado por Manoel Garcia da Silveira, Flávio José Rodrigues de Macedo e Carlos Ferreira de Castro, foi até à casa de Manoel Jorge da Silva e todos *intimaram para sair, declarando-lhe as razões por que não o queriam mais de morada no lugar, e efetivamente expulsaram-no para fora do termo*. Embora tal acontecimento não pudesse passar despercebido a ninguém na minúscula Sant'Anna, a denúncia foi realizada apenas em agosto e, possivelmente, para que a Justiça não parecesse remissa, já que o alferes comandante do destacamento, Emiliano Gonçalves Trajado (nome de transcrição difícil; talvez haja erro), dirigiu ofício ao senhor presidente e comandante das armas da Província para que se procedesse ao inquérito. Assim, Trajano narrou o fato:

Levo ao conhecimento de VExcia. que em dia 29 de janeiro de 1874, às seis horas da manhã, apresentaram-se noventa e oito homens armados de armas, facas, garruchas, cacetes, palmatórias, chicotes [ilegível], à porta do cidadão Manoel Jorge da Silva, que servia de advogado, procurador e secretário da Câmara Municipal e chefe de família, que acarreta sobre si seis filhinhos, sua conduta regular, sendo os cabeças os senhores Manoel Garcia da Silveira, que serve de juiz de direito interino, o juiz de paz João José de Castro, o juiz de paz Carlos Ferreira de Castro e os fazendeiros Flávio José Rodrigues de Macedo e João da Cruz Rezende, que nessa mesma turma apresentaram-se oito facinorosos sendo: Loterio de tal, Antônio José Teodoro, Cândido Rodrigues Ramos, Manoel Antônio Lemos Júnior, Manoel Mariano de tal, e outros, e constando-me que nessa mesma ocasião queriam evadir o destacamento, o qual esteve pronto afim de repelir, mas como não teve ordem superior, esteve de observação, a cumprir qualquer ordem do delegado de polícia.

Várias testemunhas confirmaram a presença dessas autoridades na expulsão de Manoel Jorge e não pouparam críticas à vítima. Segundo Inácio Carlos de Oliveira, *Manoel Jorge vivia odiado pela maior parte do povo* por ser ladrão; já havia sido preso quando procurador da Câmara Municipal, espancado por duas vezes e ultimamente constava que vendera um processo crime do cartório pela quantia de cem mil réis.

Manoel Antônio Machado disse que o motivo da expulsão foi dar uma lição para a conduta irregular de Manoel Jorge, *visto que pancadas e cadeias não haviam lhe servido*⁷⁴⁴.

A violência fazia parte das punições. Em um texto publicado em 1925, o próprio Justiniano comentou sobre a prisão da vila nos idos de 1830:

Seria de prisão pública uma casa particular, onde via-se (sic) um grande tronco de madeira de peso, e pendentes a um lado uma tesoura⁷⁴⁵ e uma grande palmatória.

Gozavam as autoridades de muito respeito e a sua ação era eficaz: a prisão em tronco e o castigo de bolos produziam tão bons efeitos, que naqueles tempos não se atrevia o assassino a dar passeio na sede do distrito⁷⁴⁶.

As autoridades da vila estavam descontentes com o advogado que auxiliava na elaboração de sentenças; talvez tenham sido enganadas por ele. A solução que os juízes encontraram nada tinha a ver com a autoridade estatal. Manoel Jorge foi julgado pela Justiça não-judiciária da vila e obrigado a se retirar. O poder judiciário foi suplantado pela maneira costumeira através da qual se entendia a Justiça.

⁷⁴⁴ 114/29.

⁷⁴⁵ Possivelmente refere-se a um cruzamento das rédeas com que os cocheiros dirigem uma parelha de tiro. DICIONÁRIO ELETRÔNICO HOUAISS. Op. cit.

⁷⁴⁶ CAMARGO, Isabel Camilo de. Op. cit., p. 224.

Conclusões

Ao fim da sua pesquisa sobre as origens da Lei Negra inglesa, Edward Palmer Thompson concluiu que havia um ponto “negligenciado por alguns marxistas modernos, de que existe uma diferença entre o poder arbitrário e o domínio da lei”. Para Thompson, é um erro pensar como os “marxistas esquemáticos”, para quem “o domínio da lei é apenas uma outra máscara do domínio de uma classe. O revolucionário não precisa ter nenhum interesse pela lei, a não ser como um fenômeno do poder e da hipocrisia da classe dominante; seu objetivo deveria ser o de simplesmente subvertê-la”, afinal a lei “é nitidamente um instrumento da classe dominante *de facto*: ela define e defende as pretensões desses dominantes aos recursos e à força de trabalho – ela diz o que será propriedade e o que será crime”.

Mas para Thompson, essa simplificação obtusa não correspondia à realidade. Para ele, chegou um momento da história inglesa, em que as classes dominantes tiveram que tomar uma decisão. A princípio, “os oligarcas e grandes fidalgos só estavam satisfeitos em se submeter ao domínio da lei, porque essa lei era útil e oferecia à sua hegemonia a retórica da legitimidade”. Mas o equilíbrio de classes que permitia essa sustentação alterara-se entre os últimos anos do século XVIII e as primeiras décadas do XIX; então, “os dominantes ingleses se depararam com alternativas alarmantes. Poderiam descartar o domínio da lei, dismantelar suas elaboradas estruturas constitucionais, revogar sua retórica própria e exercer o poder pela força; ou, então, submeter-se a suas próprias regras e renunciar à sua hegemonia. (...) eles deram alguns passos vacilantes na primeira direção. Mas, ao final, em vez de estilhaçarem sua auto-imagem e repudiarem 150 anos de legalidade constitucional, renderam-se à lei”.

Por isso, Thompson defende que “devemos expor as imposturas e injustiças que podem ocultar sob essa lei. Mas o domínio da lei em si, a imposição de restrições efetivas ao poder e a defesa do cidadão frente às pretensões de total intromissão do poder parecem-me um bem humano incondicional”. Para defesa de sua tese, Thompson recorreu a dois grandes pacifistas do século XX: “Se a retórica [legal] era uma máscara, foi uma máscara que Gandhi e Nehru tiveram de usar à frente de um milhão de adeptos mascarados”⁷⁴⁷.

⁷⁴⁷ THOMPSON, Edward Palmer. *Senhores e Caçadores: a origem da Lei Negra*; Trad. Denise Bottman. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 349; 357; 361.

Opinião bastante próxima à de Marx, que, ao se manifestar em artigos para a *Gazeta Renana*, contra o Código da Censura, decretada pela Assembleia Provincial, defendeu a necessidade de uma lei da imprensa: “Numa lei da imprensa, a liberdade pune. Numa lei da censura, a liberdade é punida. A lei da censura é uma lei suspeita contra a liberdade. A lei da imprensa é um voto de confiança que a liberdade dá a si mesma. A lei da imprensa pune o abuso da liberdade. A lei da censura pune a liberdade como se fosse um abuso. (...) Uma lei da censura tem apenas a *forma* de lei. Uma lei da imprensa é uma *verdadeira* lei”. Mais do que isso: “um texto legal é a Bíblia da liberdade de um povo”⁷⁴⁸. Segundo Pierre Vilar, nessa época, a problemática de Marx girava em torno da necessidade de existir um Direito em si, um Direito racional, universal⁷⁴⁹.

Pierre Bourdieu criticou nominalmente essas ideias de Thompson⁷⁵⁰ e propôs uma outra interpretação para o poder judiciário a partir do seu conceito de poder simbólico. Tentando encontrar uma síntese, primeiro entre as análises idealista (como a de Durkheim) e estruturalista (como a de Levi-Strauss) das formas simbólicas e depois, entre estas e aqueles que as compreendem como instrumentos de dominação, ele conclui que as formas simbólicas são estruturas estruturantes, subjetivas, internalizadas pelos agentes gerando um consenso sobre determinada visão de mundo. Sendo, esses instrumentos simbólicos, estruturantes, são também estruturados, ou seja, possuem uma estrutura imanente em si mesma. À medida que têm essa dupla característica (são estruturantes e estruturados), podem ser usados como instrumento de dominação ou ideologia⁷⁵¹.

Para Bourdieu, o Direito é um campo no qual seus operadores jogam um jogo cujo cacife é uma determinada competência específica – a cultura jurídica – e uma *illusio*, ou seja, disposição para jogar, uma crença no jogo, que se conceda que ele merece ser jogado, que vale a pena. O sociólogo recorreu à teoria da magia de Marcel Mauss para explicá-lo:

⁷⁴⁸ MARX, Karl. “Debates sobre a Liberdade de Imprensa e Comunicação”. In: *Liberdade de Imprensa*; Trad. Cláudia Schilling e José Fonseca. Porto Alegre: L&PM, 2006, p. 55-56. Grifo de Marx. Sobre

⁷⁴⁹ VILAR, Pierre. Op. cit., p. 40.

⁷⁵⁰ BOURDIEU, Pierre. “A Força do Direito: elementos para uma sociologia do campo jurídico”. In: *O Poder Simbólico*; Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p. 210-211.

⁷⁵¹ Idem. “Sobre o Poder Simbólico”. In: Op. cit., p. 7-16. Uma noção paralela de estruturante/estruturado já aparecera, num contexto teórico diferente, em Marx, na célebre passagem de “O Dezoito Brumário”: “*Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado*”. MARX, Karl. “O dezoito brumário”, in: *O Dezoito Brumário e Cartas a Kugelman*. Tradução de Leandro Konder e Renato Guimarães. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, pp 9/159.

A magia apenas atua em um campo, ou seja, um espaço de crença no qual estão os agentes socializados de maneira que pensem que o jogo a que jogam merece ser jogado. A ficção jurídica não tem nada de fictício; e a ilusão, como diz Hegel, não é ilusória. O Direito não é o que diz ser, o que crê ser, ou seja, algo puro, completamente autônomo, etc. Porém o fato de que se acredite nisso, e que consiga fazer acreditar, contribui para produzir alguns efeitos sociais completamente reais; e os produz, em primeiro lugar, naqueles que exercem o Direito⁷⁵².

O Direito é um ato mágico, e o ato mágico antes de ser exercido tem de atestar a realidade do sistema que o tornou possível. Esta é a conclusão a que chega Lévi-Strauss ao narrar as peripécias de um rapaz Zuni, povo que vivia no Novo México, acusado de ser feiticeiro porque uma moça teve uma crise nervosa depois que ele lhe tocou as mãos. A princípio, o jovem negou a acusação de feitiçaria, mas em seguida considerou melhor aceitá-la, apresentando versões sucessivas, cada qual mais rica e mais repleta de detalhes, até convencer o tribunal, composto por familiares da vítima, de que vinha de uma linhagem de bruxos e sabia encantar as mulheres, assim como curá-las deste mal. Para que existam feiticeiros, é necessário que eles apareçam, do contrário, o próprio sistema será questionado. Segundo o antropólogo,

o acusado, preservado como testemunha, traz ao grupo uma satisfação de verdade, infinitamente mais densa e mais rica do que a satisfação de Justiça que teria proporcionado a sua execução. E finalmente, por sua defesa engenhosa, tornando seu auditório progressivamente consciente do caráter vital oferecido pela verificação de seu sistema (pois que, principalmente, a escolha não é entre este sistema e um outro, mas entre o sistema mágico e nenhum sistema, ou seja, a desordem), o adolescente chegou a se transformar, de ameaça para a segurança física de seu grupo, em garantia de sua coerência mental⁷⁵³.

Naquele caso, a comprovação dá-se devido à existência da magia. No nosso, de criminosos, trata-se de retroalimentar um sistema, para que ele legitime a si próprio. Afirma Uchôa Cavalcanti Netto: “não há crime sem lei anterior que o defina, por outro lado, não há lei sem crime posterior que a ratifique”⁷⁵⁴. A necessidade dessa

⁷⁵² Idem. *Los Juristas, guardianes de la hipocresía colectiva*, p. 6. Consultado em <<http://www.ub.es/dptscs/textos/BOURDIEU%20-%20Los%20juristas.pdf>>, em 22/03/2012. No original: “La magia sólo actúa en un campo, es decir, un espacio de creencia en cuyo interior están los agentes socializados de manera que piensen que el juego al que juegan merece ser jugado. La ficción jurídica no tiene nada de ficticio; y la ilusión, como dice Hegel, no es ilusoria. El derecho no es lo que dice ser, lo que cree ser, es decir, algo puro, completamente autónomo, etc. Pero el hecho de que se crea tal, y que logre hacerlo creer, contribuye a producir unos efectos sociales completamente reales; y a producirlos, ante todo, en quienes ejercen el derecho”.

⁷⁵³ LÉVI-STRAUSS, Claude. “O Feiticeiro e sua Magia”. In: *Antropologia Estrutural*; Trad. Chaim Samuel Katz e Eginardo Pires. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1985, p. 200.

⁷⁵⁴ CAVALCANTI NETTO, João Uchôa. *O Direito, um mito*. Rio: Ed. Rio, 2002, p. 12.

convalidação continuada é uma evidência da existência do Direito como campo específico.

As implicações do pensamento de Bourdieu, porém, vão mais longe; para ele, o Direito, como qualquer campo, seja o da Arte, da Ciência ou da Filosofia, não é um espaço autônomo nem fantoche das determinantes econômicas e sociais, estas aparecem no campo apenas de forma mediatizada; o Direito penetra a Economia assim como esta penetra o Direito, mas há que se lembrar que este se desenvolve através de suas próprias lutas, de suas próprias disputas de mercado e de competência. Dessa maneira, um juiz, num caso de divórcio, decide com quem fica a guarda dos filhos porque em suas mãos está a competência para dizer a verdade sobre quem pode dar um futuro melhor aos menores, uma predição que supõe a intervenção de especialistas de outras áreas das ciências, com as quais o Direito concorre.

Mas aqui, as considerações de Bourdieu já avançam por um campo do Direito baseado na pluralidade de vozes de especialistas e cujos estatutos, emanados de um poder legislativo, já estão incorporados na sociedade. Não era nesse estágio que estava o Direito em Sant'Anna. Segundo Bourdieu, “o campo jurídico é o lugar de concorrência pelo monopólio do Direito de dizer o Direito”⁷⁵⁵. Em Sant'Anna, a noção do que era justo e do que não era estava muito mais visível justamente nos silêncios do poder judiciário. Outras leis não-escritas e em oposição às determinações da Corte enformavam as relações dos senhores com seus escravos, das mulheres com a sociedade, dos que chegavam com os já estabelecidos, dos trabalhadores com os seus patrões, etc. O poder judiciário, raramente, conseguia se impor às Justiças não-judiciárias.

A Justiça precisava de pré-condições para ser cumprida, principalmente uma série de costumes. Para imputar alguém, a Justiça precisava saber se o indivíduo já tinha idade para isso. Em Sant'Anna, estimava-se, apenas, a idade. Era necessário individualizar cada habitante pelo nome, para que as estruturas judiciais tivessem certeza sobre a pessoa criminosa. Não era o caso; na vila, respondia-se por vários nomes, mudava-se de nome ao longo da vida e um estranho recém-chegado era conhecido pelo nome que dizia ter. Além, é claro, do braço armado, de uma força pública que mantivesse as decisões dos juízes. Não havia.

⁷⁵⁵ BOURDIEU, Pierre. “A Força do Direito...”. Op. cit., p. 211.

O poder judiciário não encontrava solo firme na sociedade para realizar Justiça. Ou, pelo menos, o que as leis do Império consideravam justo. Tomando-se para efeitos de comparação a participação popular intensa e as condenações descritas por Thompson em *Senhores e Caçadores*, não há dúvida: a existência em Sant'Anna era bastante distanciada dos aparatos estatais. Lá, o povo continuou infenso a todo aparato burocrático que se instalava. A história desse aparato remonta ao Império Carolíngio, no século XII, quando surgiu uma figura inteiramente nova nas disputas judiciais: o procurador⁷⁵⁶. A infração passou a ser entendida de maneira completamente nova. A Justiça não se resumia mais em mediar a contenda entre ofendido e ofensor até que o dano fosse reparado. A partir de então, o delito passou a ser uma ofensa às leis estabelecidas e à ordem que o príncipe fazia reinar. A função do procurador era representara vítima pois se alguma lesão foi cometida contra ela, então também o poder supremo foi lesado e exigia uma reparação, como afirma Foucault: “O crime, além de sua vítima imediata, ataca o soberano; ataca-o pessoalmente, pois a lei vale como a vontade do soberano; ataca-o fisicamente, pois a força da lei é a força do príncipe”.

Foi a época da invenção das multas e dos grandes confiscos de bens para punir delitos. Mais tarde, terríveis suplícios corporais foram praticados de maneira pública como forma de punição. Só depois, a Justiça passou a retirar dos condenados uma parcela da sua liberdade para expiar um delito através da instituição das cadeias, na virada do século XVIII para o XIX. Vigiar o corpo, as ideias e o tempo – em lugares restritos aos olhos da multidão – daqueles que causaram dano ao soberano tornou-se mais importante do que os flagelos físicos das velhas ordenações. O que permaneceu igual nessas mudanças da forma de disciplina foi que um julgamento continuava a ser mais do que uma tentativa de acordo entre partes; solidificou-se a tendência de que o procedimento judiciário era a manifestação de um poder maior, o poder político do soberano⁷⁵⁷.

Nesse contexto, surgiu o Império do Brasil, cuja Constituição ordenava: “Organizar-se-á quanto antes um Código Civil, e Criminal, fundado nas sólidas bases da Justiça e Equidade”. Os construtores da nova nação foram rápidos em cumprir parte dessa tarefa. Em 1830, foi promulgado o Código Criminal e dois anos depois, o Código

⁷⁵⁶ Foucault, Michel. *A Verdade e as Formas Jurídicas*; Trad. Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Morais. 2ª ed. Rio de Janeiro: PUC, 2001, p. 64-65.

⁷⁵⁷ Foucault, Michel. *Vigiar e Punir. Nascimento da prisão*; Trad. Raquel Ramalhe. 29ª ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2004, p. 41.

do Processo Criminal. Por outro lado, o País só teria um Código Civil em 1º de janeiro de 1916, entrando em vigor no primeiro dia do ano seguinte.

Mais do que as questões de ordenamento da família ou das heranças, o poder se manifesta na regulação dos crimes. A força de um governante reside na sua capacidade de punir. Em compasso com os novos tempos, os castigos deixaram para trás os grandes espetáculos de suplício, como salienta Luís Francisco Carvalho Filho: “Não fosse o paradoxo da escravidão, da pena de açoite, poder-se-ia dizer que adotamos um regime punitivo tecnicamente liberal. A incidência da pena de morte foi drasticamente reduzida (apenas para casos de homicídio, latrocínio e rebelião de escravos), as execuções passaram a ser realizadas de forma austera, sem o espetáculo da mutilação e da exposição do cadáver”⁷⁵⁸. Este era o contrato firmado entre o Estado e seus cidadãos, mas as mortes violentas e o terrível paradoxo da escravidão continuavam presentes na sociedade até 1888.

A legislação penal apontava o caminho de roubar os conflitos da sociedade⁷⁵⁹, ou seja, obrigava as partes a resolverem seus problemas através da mediação estatal. Enfim, os litígios deveriam ser transformados em causas judiciais e entregues nas mãos das instituições judicantes do Império, intimamente vinculadas ao soberano, a ponto de os súditos de Sua Majestade que desejavam recorrer ao Tribunal da Relação dirigirem-se simbolicamente ao Imperador⁷⁶⁰ e os desembargadores falarem em Seu nome⁷⁶¹.

Quanto à Justiça e equidade, fazia-se necessário romper uma tradição de impunidade herdada da Colônia. Segundo Carvalho Filho, é possível contar nos dedos das mãos os membros da elite punidos pelas autoridades lusitanas em quase três séculos. Em suas palavras: “Quem vasculhar os relatos da punição criminal no Brasil não encontrará mais do que um punhado de casos envolvendo a elite de então – todos executados em Salvador”. O que não quer dizer que a Justiça do soberano alcançasse os menos favorecidos pois, segundo o mesmo autor, “o processo de colonização do Brasil

⁷⁵⁸ CARVALHO FILHO, Luís Francisco. “Impunidade no Brasil: Colônia e Império”. *Estudos Avançados*, São Paulo, vol. 18, n. 51, 2004, p 189. O texto pode ser lido através do link <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142004000200011&script=sci_arttext>. Acessado em 22/02/2012.

⁷⁵⁹ Para usar uma expressão cara a Louk Hulsman. Para as ideias desse autor, ver HULSMAN, Louk; CELIS, Jacqueline Bernat de. *Penas Perdidas. O sistema penal em questão; Trad.* Maria Lúcia Karan. Niterói: Luam, 1993.

⁷⁶⁰ Como se vê nesse trecho retirado do processo 116/06: “...o promotor público da comarca de Sant’Anna do Parahyba recorre para Vossa Majestade Imperial, por intermédio do colendíssimo Tribunal da Relação...”.

⁷⁶¹ “Sua Majestade o Imperador manda pelo presidente do Tribunal da Relação...”, “Dom Pedro II faz saber...”. Processo 11/24.

permitiu que sobretudo nos centros políticos periféricos, se formassem núcleos de mandonismo e redes de proteção que, na prática, inviabilizavam a aplicação da lei penal”⁷⁶².

A legislação penal e o funcionamento de determinada burocracia que ela ordenava eram um instrumento simbólico estruturado que chegava a Sant’Anna através do judiciário. Havendo dinheiro da Corte para financiar alguns cargos, certamente apareciam concorrentes a eles. Alguns poucos poderiam mesmo confiar no Direito, internalizando alguns valores, ou seja, fazendo com que essas leis se tornassem também instrumentos estruturantes; há evidências de que as instituições jurídicas estivessem, aos poucos e em um grupo restrito de pessoas, fixando algumas regras, traçando sulcos, modelando as mentalidades e as sensibilidades⁷⁶³. Mas a função da Justiça de distorcer crenças para que elas se conformem com os precedentes judiciais⁷⁶⁴ (ou, tornar-se ideologia) não aconteceu de imediato, embora suas instituições e seus procedimentos tenham se consolidado a partir de então.

Não se pode dizer que os processos eram realizados simplesmente para haver trabalho para a Justiça e, assim, justificar a presença dos funcionários do poder judiciário. Há alguns operadores do Direito que pareciam realmente interessados em *civilizarem* e com isso beneficiarem a sociedade local. Porém, a busca pelos tribunais passa pelo sentimento de injustiça que deve ser reparado de uma determinada maneira, que não é natural, é construído⁷⁶⁵. E mais do que isso: é necessário que se reconheça no juiz um justiceiro; para isso, tanto é preciso que a parte ofendida aguarde a atuação da Justiça e confie que sua atuação trará Justiça quanto é imprescindível a existência das penas, para que a parte tenha segurança de que a Justiça acontecerá.

A punição era uma excrescência da Justiça judiciária em Sant’Anna e, ainda que acontecesse, não reparava o sentimento de dano causado nem à vítima nem à sociedade. Como nota Buarque de Holanda: “Era preciso, para se fazerem veneráveis, que as instituições fossem amparadas em princípios longamente consagrados pelo costume e pela opinião”⁷⁶⁶. Não houve tempo hábil nem instrumentos suficientes para que isso acontecesse no período estudado.

⁷⁶² CARVALHO FILHO, Luís Francisco. Op. cit., p. 186-187.

⁷⁶³ Para usar as palavras de René Rémond. “Por que a História Política?”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 7, n. 13, 1994.

⁷⁶⁴ BOURDIEU, Pierre. “A Força do Direito...”. Op. cit., p. 230.

⁷⁶⁵ Idem, p. 231-232.

⁷⁶⁶ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*, 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 86.

Mas, ainda que não punisse – ou o fizesse em escala limitada –, o poder judiciário exerceu uma importante função no Segundo Império em Sant’Anna: deu às elites um espaço de negociação. Entre aqueles que foram seduzidos pela ordem, ou seja, aqueles que precisavam dos serviços estatais, tais como registrar propriedades em cartórios, pagar impostos para atravessar o porto com boiadas, concorrer a cargos públicos, etc., cometer um crime poderia perturbar suas vidas. Por isso, as fontes do período imperial parecem tão menos violentas do que as do período seguinte em Sant’Anna. Basta comparar o caso de Manoel Jorge, *exportado para o outro lado do rio Paranaíba*⁷⁶⁷, com as invasões, saques e incêndios que a cidade sofria nos primeiros anos da República. Basta comparar a tentativa de fraude eleitoral do Barão de Vila Maria com a resposta dada pelo senador da República Generoso Ponce a um agrimensor com quem entrou em briga corporal: “À noite, o Senador e mais quarenta correligionários de seu partido, entre eles o Juiz Inácio [Maranhão da Rocha Vieira, juiz de direito de Corumbá], cercaram a casa e assassinaram o agrimensor a tiros e facadas”⁷⁶⁸. A sociedade não era menos violenta debaixo de Sua Majestade, mas as pessoas para quem as instituições funcionavam precisavam calcular com mais parcimônia o uso ou não da violência.

Também não se pode negar alguns passos na direção de se enraizar determinados costumes. Retomando o caso de espancamento que usamos como “típico” nesta pesquisa, percebemos que os dois acusados foram apoiados em todas as partes do processo pelo dono da fazenda onde viviam, João Teixeira de Queiroz, que pagou a fiança e providenciou-lhe um advogado – Justiniano Augusto de Sales Fleury – durante o júri, como que lhes fomentando participar das instituições do Império, ainda que na qualidade de réus. E não há indicações de que, nesse caso, tenha havido fuga. O que se percebe é uma legitimização das instituições entre alguns pobres.

Encontramos aqui um caso que se adapta muito bem à explicação de Ilmar Rohloff de Mattos sobre a política imperial: em primeiro lugar, a Coroa expande seus domínios aos cidadãos ativos para, em seguida, estes infundirem os valores da nova *civilização* entre aqueles que lhes estão subordinados. Nas palavras de Mattos: “Em sua ação, a Coroa procede a uma expansão horizontal da classe senhorial. De outro, ela atrai para a órbita dos interesses da classe senhorial aqueles elementos que, no Império

⁷⁶⁷ 114/29.

⁷⁶⁸ SOUZA, João Carlos de. Sertão Cosmopolita: tensões da modernidade de Corumbá (1872-1918). São Paulo: Alameda, 2008, p. 84.

escravocrata, detêm uma única propriedade, a de suas pessoas, procedendo assim a uma segunda expansão, verticalmente”⁷⁶⁹.

Um exemplo de como a elite estava obrigada a *civilizar* aqueles que lhes estavam subordinados é o artigo primeiro do Código de Postura da Vila de Santa Cruz de Corumbá, de 1875, que dizia: “Todos os habitantes desta Vila, da publicação destas Posturas em diante, ficam obrigados a levar ao Paço da Câmara Municipal, nos dias 1 e 15 de cada mês, os seus filhos, curatelados, tutelados, escravos e mais pessoas que lhes sejam subordinados quando não vacinados, a fim de o serem”⁷⁷⁰. Esse era o espírito das leis do Império, que determinava condutas aos cidadãos ativos para que eles as impusessem, de maneira vertical, a seus subordinados. Foi isso que fez João Teixeira de Queiroz com seus camaradas.

Deste episódio, podemos concluir que ao agir burocraticamente, o Estado seguia as normas instituídas, mas as relações que o povo mantinha com ele não estavam relacionadas a nenhum contrato ou a regras conhecidas por ambos os lados. Ao se falar no poder judiciário, somos tentados a encontrar ali o lócus privilegiado da dominação do tipo legal. Mas o que se percebe é que as relações eram patriarcais e obedecia-se ao senhor por fidelidade a ele, o que caracteriza o tipo de dominação tradicional⁷⁷¹. Apenas através desse fazendeiro, aqueles homens consideraram palatável que a Justiça lhes roubasse o conflito; diferentemente disso, seria um problema exclusivo dos envolvidos no fato.

É nesse sentido que o Direito é um ato mágico. A busca do justo se dá dentro de um sistema de valores que precisa ser sempre novamente validado, ou seja, deve continuar sendo percebida como justa pela sociedade. Trazendo novamente ao texto as ideias de Pierre Vilar, o Direito real, aquele que existe na sociedade e deve ser procurado nela, não meramente nos códigos, é o que tem a aceitação da sociedade e, justamente por isso, é capaz de assegurar uma eficácia quotidiana⁷⁷². Essa é a razão da crítica de Bourdieu a Thompson: se o inglês conseguiu encontrar na lei parte do que também era entendido como justo pelos pobres é porque, no momento estudado, essa noção já tinha sido imposta, ou seja, já havia se desenvolvido como sistema estruturante e estruturado e já havia sido usada como instrumento de dominação.

⁷⁶⁹ MATTOS, Ilmar de. *O Tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec; Brasília: INL, 1987, p. 192.

⁷⁷⁰ SOUZA, João Carlos de. Op. cit., p. 110.

⁷⁷¹ WEBER, Max. “Os Três Tipos Puros de Dominação Legítima”. In: WEBER, Max. *Sociologia*; Org. Gabriel Cohn. São Paulo: Ática, 1982. (Col. Grandes Cientistas Sociais, 13), p. 128-141.

⁷⁷² VILAR, Pierre. “História do Direito, História Total”; Trad. Ilka Stern Cohen. *Projeto História*, São Paulo, n. 33, dez. 2006, p. 28.

O mesmo tipo de crítica poderia ser lançado ao novo Direito Achado na Rua, que se ancora nos Direitos Humanos para enunciar uma forma legítima de organização social da liberdade⁷⁷³. Os Direitos Humanos também não existem por si próprios, não se constituem em bem humano incondicional, como se algo assim existisse. Na verdade, ao torná-los base indiscutível, natural, de uma pirâmide de ordem moral, são lançados no campo dos valores absolutos e a crítica de Kelsen é certa: “Aqueles que não aceitam esta solução metafísica do problema da Justiça, porém mantêm a ideia dos valores absolutos, na esperança de poder defini-la racional e cientificamente se enganam a si mesmos com a ilusão de que é possível encontrar na razão humana certos princípios fundamentais configuradores desses valores absolutos que, a rigor, estão compostos por elementos emocionais da consciência”⁷⁷⁴. Consciência, essa, historicamente construída.

Não se trata, portanto, de encontrar aqui um valor humano transcendente. Aponta-se, apenas, que havia duas noções de justo naquela sociedade, nenhuma melhor que a outra. Para determinar os sentidos da mudança, deve-se dar voz a Pierre Vilar, segundo quem é a tomada de consciência diante de realidades similares que cria situações de mesma natureza jurídica em países de estruturas desigualmente evoluídas, sendo que explicações do tipo ‘imitações’ ou ‘influências’ devem ser preteridas⁷⁷⁵.

Aqueles que construíram o Império tiveram esta tomada de consciência, mas o espraiamento dessas instituições por realidades muito distintas Brasil adentro deu-se por outros motivos. Os homens da elite de Sant’Anna, por exemplo, não copiaram a burocracia judiciária ou tentaram imitar seu funcionamento, apossaram-se daquelas instituições e lhes deram a vida que achavam conveniente dar dentro dos limites possíveis: na tensão existente entre manter seu poder dentro da localidade e, ao mesmo tempo, ampliar e fortalecer suas ligações com a Coroa.

A resolução dos conflitos, naquela comarca, dava-se de maneira privada, sem mediação da burocracia estatal. No processo analisado, percebe-se que houve uma mudança provocada pelo fazendeiro que encaminhou seus subordinados para o poder

⁷⁷³ SOUSA JR., José Geraldo de. & COSTA, Alexandre Bernardino. “O Direito Achado na Rua: uma ideia em movimento”. In: COSTA, Alexandre Bernardino, et al. (orgs.). O Direito Achado na Rua, Introdução crítica ao Direito à Saúde. Brasília: UnB, 2009, passim, mas principalmente p. 18.

⁷⁷⁴ KELSEN, Hans. *Que Es la Justicia?*; Trad. Leonor Calvera. Ediciones elaleph.com, 2000, p. 39-40. O trecho traduzido é: “Quienes no aceptan esta solución metafísica del problema de la justicia pero mantienen la idea de los valores absolutos, en la esperanza de poder definirla racional y científicamente, se engañan a sí mismos con la ilusión de que es posible encontrar en la razón humana ciertos principios fundamentales configuradores de esos valores absolutos que, en rigor, están compuestos por elementos emocionales de la conciencia”.

⁷⁷⁵ VILAR, Pierre. Op. cit., p. 35.

judiciário. Não se confunda isso com cidadania, que exige uma participação consciente na nação e no Estado⁷⁷⁶, uma crença de que a morte de qualquer súdito ataca diretamente um poder soberano e que um procurador deste poder deve ser invocado para restaurar a ordem. O que houve foi uma mudança de posicionamento do patriarcado devido às relações com a Coroa e com a direção do governo do Império. Também não se pode afirmar que a sociedade estava dando passos seguros nessa direção, já que o referido caso de espancamento foi o único encontrado no qual isso ocorreu.

Concluimos que a permanência dessa fidelidade ao mandão local, somada a uma nova formação do poder judiciário durante a República, na qual ele deixou de ser um espaço de negociação, ajudam a explicar como a violência política se disseminou tão rapidamente em Mato Grosso e durou décadas. E, como uma espiral, quanto mais os movimentos armados dos coronéis ameaçavam o cotidiano das pessoas, mais a fidelidade, a escolha de um lado, tornava-se imperiosa para os homens comuns.

Era possível que, aos poucos, a construção e a solidificação do Estado brasileiro gerassem a diminuição da violência privada, como aconteceu em Minas Gerais⁷⁷⁷, e fortalecessem, dessa maneira, o poder público em detrimento do privado, podendo então gerar cidadania⁷⁷⁸, mas no estudo realizado, o que se percebe é uma metamorfose do poder privado, uma nova forma do patriarcalismo ser exercido. Até o golpe de 15 de novembro, em Sant'Anna, os conflitos gerados no seio daquela sociedade, na qual se entrecruzavam diferentes noções de poder, continuavam sendo resolvidos por ela mesma; devido à ineficiência estatal, ninguém os tinha ainda “roubado”. Embora os argumentos e as instituições de Estado estivessem passando a ser parceiros de jogo incontornáveis.

⁷⁷⁶ CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 12.

⁷⁷⁷ VELLASCO, Ivan de Andrade. *As Seduções da Ordem: violência, criminalidade e administração da Justiça: Minas Gerais - século XIX*. São Paulo: ANPOCS/EDUSC, 2004, p. 60.

⁷⁷⁸ ADORNO, Sérgio. *Os Aprendizes do Poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998, p. 78. O ensaio *Oeste*, de Werneck Sodré, pode ser encarado parcialmente como uma cobrança de maior ação do Estado na garantia desse processo. SODRÉ, Nelson Werneck. *Oeste*, op. cit.

Fontes Manuscritas

Livros de Batismo de Sant'Anna do Paranahyba
Igreja Matriz de Paranaíba – Mato Grosso do Sul

Processos Cíveis e Criminais de Sant'Anna do Paranahyba
Coordenadoria de Arquivo e Memorial do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul

Fontes em Meio Digital

Legislação do Império

- Constituição de 1824

Página da Presidência da República

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm

Consultada em 25/05/2012.

- Demais legislações

Página do Senado Federal

<http://legis.senado.gov.br/sicon/>

Consultada em 25/05/2012.

Relatório dos Presidentes de Província

Página do *Center for Research Libraries*

<http://www.crl.edu/brazil/provincial>

Consultada em 25/05/2012.

Fontes Impressas

COMO SE DE VENTRE Livre Nascido Fosse. Cartas de liberdade, revogações, hipotecas e escrituras de compra e venda de escravos (1838-1888). Campo Grande: Ministério da Cultura; Fundação Cultural Palmares, 1994.

TAUNAY, Alfredo d'Escagnole (Visconde). **Inocência**. São Paulo: Ática, 1991.

_____. **Viagens de Outr'ora**. São Paulo: Melhoramentos, [s.d].

UFLACKER, Augusto. **Reforma Eleitoral Anotada**. Rio de Janeiro: Rua do Ouvidor, 1884.

Bibliografia analítica

ADORNO, Sérgio. **Os Aprendizes do Poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

ALENCASTRO, Luís Felipe de (org.). *História da Vida Privada no Brasil. Império: a corte e a modernidade nacional*. 7ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, v. 2.

BARREIRO, José Carlos. "Instituições, Trabalho e Luta de Classes no Brasil do Século XIX". *Revista Brasileira de História*, São Paulo: ANPUH/Marco Zero, 14.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou O Ofício de Historiador**; Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BORGES, Fernando Tadeu de Miranda. **Do Extrativismo a Pecuária: algumas observações sobre a história econômica de Mato Grosso (1870 a 1930)**. 3ª ed. São Paulo: Scortecci, 2001.

BOURDIEU, Pierre. "Los Juristas, guardianes de la hipocresía colectiva". *Jueces para la Democracia*. Madrid, n. 47, jul., 2003.

_____. **O Poder Simbólico**; Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

CAMARGO, Isabel Camilo de. **O Sertão de Santana de Paranaíba: um perfil da sociedade pastoril-escravista no sul do antigo Mato Grosso (1838-1888)**. Dissertação de mestrado em história. Dourados-MS: UFGD, 2010.

CAMPESTRINI, Hildebrando. **Santana do Paranaíba: de 1700 a 2002**. 2ª edição. Campo Grande: Instituto Histórico de Mato Grosso do Sul, 2002.

CANCIAN, Elaine; BRAZIL, Maria do Carmo. “O Barão de Vila Maria: poder, história agrária e memória em Mato Grosso”. In: BORGES, Fernando Tadeu de Miranda; PERARO, Maria Adenir; COSTA, Viviane Gonçalves da Silva. (Orgs.). **Trajetórias de Vidas na História**. Cuiabá: EDUFMT, Carlini e Caniato Editorial, 2008.

CAPELO, Maria Regina Clivati. “Justiça que Falha”. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, ano 5, n. 49, out., 2009.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. “Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: uma discussão conceitual”. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, 1997.

CARVALHO FILHO, Luís Francisco. “Impunidade no Brasil: Colônia e Império”. *Estudos Avançados*, São Paulo, vol. 18, n. 51, 2004.

CASTRO, Paulo Pereira de. “A ‘experiência republicana’, 1831-1840”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. 6ª ed., tomo II, vol. 2. São Paulo: DIFEL, 1984.

CHAUÍ, Marilena. “Apontamentos para uma crítica da Ação Integralista Brasileira”. In: CHAUÍ, Marilena; FRANCO, Maria Sylvia Carvalho. **Ideologia e Mobilização Popular**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

CLASTRES, Pierre. **A Sociedade contra o Estado: pesquisas de antropologia política**; Trad. Theo Santiago. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

COMO SE DE VENTRE Livre Nascido Fosse. Cartas de liberdade, revogações, hipotecas e escrituras de compra e venda de escravos (1838-1888). Campo Grande: Ministério da Cultura; Fundação Cultural Palmares, 1994.

CORRÊA, Valmir Batista. **Coronéis e Bandidos em Mato Grosso (1889-1943).** Tese de doutorado em história. São Paulo: USP, 1981.

_____. **Mato Grosso: 1817-1840 – e o papel da violência na processo de formação e desenvolvimento da província.** Dissertação de mestrado em história. São Paulo: USP, 1976.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos.** 6ª ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

DAVIS, Natalie Zemon. **O Retorno de Martin Guerre;** Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

DELUMEAU, Jean. **El Catolicismo de Lutero a Voltaire.** Barcelona: Editorial Labor, 1973. (Nueva Clio).

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. “A Interiorização da Metrópole”. In: **A Interiorização da Metrópole e Outros Estudos.** São Paulo: Alameda, 2005.

DOLHNIKOFF, Miriam. **O Pacto Imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX.** São Paulo: Globo, 2005.

DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 91.

DURKHEIM, Émile. **Da Divisão Social do Trabalho;** Trad. Eduardo Brandão. 2ª ed. São Paulo, Martins Fontes, 1999.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder. Formação do patronato político brasileiro.** 3ª ed. Rio de Janeiro/Porto Alegre/São Paulo: Globo, 2001.

FAUSTO, Boris. **Crime e Cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924)**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FERREIRA, Ricardo Alexandre. **Senhores de Poucos Escravos: cativo e criminalidade num ambiente rural, 1830-1888**. São Paulo: Unesp, 2005.

FLEIUSS, Max. **História Administrativa do Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Melhoramentos, 1922.

FOUCAULT, Michel (Coord.). **Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão**; Trad. de Denize Lezan de Almeida. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

_____. **A Verdade e as Formas Jurídicas**; Trad. Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Morais. 2ª ed. Rio de Janeiro: PUC, 2001.

_____. **Vigiar e Punir. Nascimento da prisão**; Trad. Raquel Ramalhete. 29ª ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2004.

FRANCO, Maria Sylvia Carvalho. “As Ideias Estão no Lugar (entrevista)”. *Cadernos de Debate*, 4, Brasiliense, 1976.

_____. **Homens Livres na Ordem Escravocrata**. 4ª ed. São Paulo: UNESP, 1997.

FREITAS, Marcos Cezar de. “A Micro-História e o Conhecimento Indiciário: uma trajetória de Ginzburg antecipada em Buarque de Holanda?”. In: **Da Micro-História à História das Ideias**. São Paulo: Cortez: UFS-IFAN, 1999.

GALETTI, Lylia da Silva Guedes. **Nos Confins da Civilização: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso**. Tese de Doutorado em História. São Paulo: USP, 2000.

GARCIA, Domingos Sávio da Cunha. **Mato Grosso (1850-1889): uma província na fronteira do Império**. Dissertação de mestrado em história econômica. Campinas-SP: Unicamp, 2001.

GARCIA, Rodolfo. **História Política e Administrativa do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas Sinais: morfologia e História**; Trad. Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. **O Queijo e os Vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição**; Trad. de Betania Amoroso. São Paulo, Companhia das letras, 1987.

_____. **Os Andarilhos do Bem: feitiçaria e cultos agrários nos séculos XVI e XVII**; Trad. Jônatas Batista Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GOUBERT, Pierre. "História Local". *História & Perspectivas*. Uberlândia: 6: 45/58, jan/jun, 1992.

GRECO, Maria Madalena Dib Mereb. **Acordo e Convenção: uma interpretação dos contratos de casamentos no século XIX em Sant'Ana de Paranahyba**. Monografia de bacharelado em história. Campo Grande: UCDB, 2003.

HABERMAS, Jürgen. **O Discurso Filosófico da Modernidade: doze lições**; Trad. Luiz Sérgio Repa; Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes. 2000.

HEGEL, Georg Wilíelm Friedrich. **Princípios da Filosofia do Direito**; Trad. Orlando Vitorino. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

HERMANN, Lucila. **Evolução da Estrutura Social de Guaratinguetá num Período de 300 Anos**. São Paulo: IPE, 1986.

HOBBSBAWM, Eric. **A Era das Revoluções, 1789-1848**; Trad. Maria Teresa L. Teixeira e Marcos Penchel. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. **A Era do Capital: 1848-1875**; Trad. Luciano Costa Neto. 11ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

_____. **A Era dos Impérios: 1875-1914**; Trad. Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. 7ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. “A herança colonial – sua desagregação”. In: Holanda, Sérgio Buarque de (Org.). **História Geral da Civilização Brasileira**, tomo II, “O Brasil Monárquico”, vol.1. São Paulo: Difusão européia do livro, 1965.

_____. **Raízes do Brasil**. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. **Do Império à República**. 4ª ed. São Paulo: Difel, 1985. (História Geral da Civilização Brasileira, t.II, v.2).

KELSEN, Hans. **Que Es la Justicia?**; Trad. Leonor Calvera. Ediciones elaleph.com, 2000.

KOERNER, Andrei. **Judiciário e Cidadania na Constituição da República Brasileira**. São Paulo: Hucitec / USP, 1998.

_____. “Punição, Disciplina e Pensamento Penal no Brasil do Século XIX”. *Revista Lua Nova*, São Paulo, 68, 2006.

LEITE, Beatriz Westin de Cerqueira. O Senado nos Anos Finais do Império (1870-1889). Brasília: Senado Federal, 1978. (Coleção Bernardo Pereira de Vasconcellos, vol. 2).

LENHARO, Alcir. **As Tropas da Moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil (1808-1842)**. São Paulo: Símbolo, 1979.

LEVI, Giovanni. **A Herança Imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII**; Trad. Cynthia Marques de Oliveira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. “Sobre a Micro-História”. In: BURKE, Peter (Org.). **A Escrita da História: novas perspectivas**; Trad. Magda Lopes. São Paulo: UNESP, 1992.

MARINGONI, Gilberto. **Ângelo Agostini: A Imprensa Ilustrada da Corte à Capital Federal (1864-1910)**. São Paulo: Devir Livraria, 2011.

MARRADI, Alberto. “Sistema Judiciário”. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**; Trad. Carmen

C, Varriale et al.; coord; Trad. João Ferreira; rev. geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacaís. 11ª ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1998.

MARSON, Izabel. **O Império do Progresso: a Revolução Praieira em Pernambuco (1842-1855)**. São Paulo, Brasiliense, 1987.

MARX, Karl. “Contribuição à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel”. In: **Manuscritos econômico-filosóficos**; Trad. Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1989.

_____. “Debates sobre a Liberdade de Imprensa e Comunicação”. In: **Liberdade de Imprensa**; Trad. Cláudia Schilling e José Fonseca. Porto Alegre: L&PM, 2006.

_____. “O Dezoito Brumário”, in: *O Dezoito Brumário e Cartas a Kugelmann*. Tradução de Leandro Konder e Renato Guimarães. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____. & ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**; Trad. Luis Cláudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MATTOS, Ilmar Rohlof de. **O Tempo Saquarema**. São Paulo: Hucitec; Brasília: INL, 1987.

MOURA, Zilda Alves de. **Considerações acerca da Escravidão no Sul do Mato Grosso (1880-1890)**. Monografia de bacharelado em história. Campo Grande: UCDB, 2002.

NEQUETE, Lenine. **O Poder Judiciário no Brasil a partir da Independência, I: Império**. Brasília: Supremo Tribunal Federal, 2000.

OLIVEIRA VIANNA, José Francisco de. **O ocaso do Império**. Brasília: Senado Federal, 2004.

_____. **Instituições Políticas Brasileiras**. Brasília: Senado Federal, 1999.

PALLARES-BURKE. Maria Lúcia Garcia. “Carlo Ginzburg”. In: **As Muitas Faces da História: nove entrevistas**. São Paulo: UNESP, 2000.

Projeto História (Diálogos com E. P. Thompson). São Paulo: Pós-Graduação em História da PUC/SP, 12, out 1995.

_____. (História e Direitos). São Paulo: Pós-Graduação em História da PUC/SP, 33, dez 2006.

PROST, Antoine. “Como a História Faz o Historiador”. Revista Anos 90, n. 14. Porto Alegre, dez/2000.

_____. **Doze Lições sobre a História**; Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O Mandonismo Local na Vida Política Brasileira e Outros Ensaios**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

RODRIGUES, Marinete Aparecida Zacharias. “Justiça e Costumes: em defesa da honra de homens e mulheres em Mato Grosso, no século XIX”. *Revista Territórios e Fronteiras*, v. 1, n. 2, jul-dez, 2008.

SAMUEL, Raphael. “História Local e História Oral”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH, 14, fev, 1990.

SCHWARZ, Roberto. “As IdeiasForado Lugar”. In: **Ao Vencedor as Batatas: forma literária e processo social**. São Paulo: Duas Cidades / Ed. 34, 2000.

SCOTT. Ana Silvia Volpi. “Velhos Portugueses ou Novos Brasileiros? Reflexões sobre a família luso-brasileira setecentista”. In: PERARO, Maria Adenir. & BORGES, Fernando Tadeu de Miranda. (Orgs.). **Mulheres e Famílias no Brasil**. Cuiabá: Carlini & Caniato, 2005.

SENA, Divino Marcos de. **Camaradas: livres e pobres em Mato Grosso (1808-1850)**. Dissertação de mestrado em história. Dourados-MS: UFGD, 2010.

_____. “Trabalhadores Livres no ‘Baixo Paraguai’ do Império do Brasil”. *Fronteiras*, v. 12, n. 22. Dourados, MS, jul./dez. 2010.

SENA, Ernesto Cerveira de. **Entre Anarquizadores e Pessoas de Costumes: a dinâmica política e o ideário civilizatório em Mato Grosso (1834-1870)**. Tese de doutorado em história. Brasília: UnB, 2006.

SILVA, Jeanne. “Relações entre História e Direito”. *Projeto História* 41 (História, Historiadores, Historiografia).

SILVA, Marcos. “A História e Seus Limites”. *História & Perspectivas*. Uberlândia: 6: 59/65, jan/jun, 1992.

_____. “Notas sobre ‘Cotidiano e Vida Privada na América Portuguesa’”. In: PARENTE, Temis Gomes e ERTZOGUE, Marina Haizenreder Ertzogue (orgs.). **História e Sensibilidade**. Palmas: UFTO/FAPTO, 2006.

SLENES, Robert. **Na Senzala uma Flor: esperanças e recordações na formação da família escrava**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SODRÉ, Elaine Leonara de Vargas. “**Mando Vir (...) Debaixo de Vara, as Testemunhas Residentes Nessa Comarca (...)**” – história do Tribunal da Relação de Porto Alegre, 1874-889. Dissertação de mestrado em história. Porto Alegre: PUC, 2002.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Oeste: ensaio sobre a grande propriedade pastoril**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1941.

_____. **Panorama do Segundo Império**. 2ª ed. Rio de Janeiro: GRAPHIA, 2004.

SOUSA JR., José Geraldo de. “Marilena Chauí: amor à sabedoria e solidariedade com a vida”. In: PAOLI, Maria Célia (org.). **Diálogos com Marilena Chauí**. São Paulo: Barcarola, 2011.

_____. e COSTA, Alexandre Bernardino. “O Direito Achado na Rua: uma ideia em movimento”. In: COSTA, Alexandre Bernardino, et al. (orgs.). **O Direito Achado na Rua, Introdução crítica ao Direito à Saúde**. Brasília: UnB, 2009.

THOMPSON, Edward Palmer. **Senhores e Caçadores: a origem da Lei Negra**; Trad. Denise Bottman. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TORAL, André Amaral de. **Imagens em Desordem: a iconografia da Guerra do Paraguai**. São Paulo: Humanitas / FFLCH / USP, 2001, p. 56.

UFLACKER, Augusto. **Reforma Eleitoral Anotada**. Rio de Janeiro: Rua do Ouvidor, 1884.

VELLASCO, Ivan de Andrade. **As Seduções da Ordem: violência, criminalidade e administração da Justiça: Minas Gerais - século XIX**. São Paulo: ANPOCS/EDUSC, 2004.

VILAR, Pierre. “História do Direito, História Total”; Trad. Ilka Stern Cohen. *Projeto História*, São Paulo, n. 33, dez. 2006.

WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia**; Trad. Waltensir Dutra. 5ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2002.

_____. **Sociologia**; Org. Gabriel Cohn. São Paulo: Ática, 1982. (Col. Grandes Cientistas Sociais, 13).

Sites:

Academia Brasileira de Letras: <www.academia.org.br>.

Center of Research Libraries: <<http://www.crl.edu>>.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: <www.ibge.gov.br>.

SciELO - Scientific Electronic Library Online: <www.scielo.org>.

Senado Federal: <<http://www.senado.gov.br>>.

Superior Tribunal de Justiça <bdjur.stj.gov.br>.